Feminismo popular

e lutas antissistêmicas

carmen s. m. silva

edições
sos corpo

Feminismo popular

e lutas antissistêmicas

carmen s. m. silva

edições
sos corpo

Recife, 2016

Feminismo popular e lutas antissistêmicas
Carmen S. M. Silva

Revisão e edição: Cristina Lima - MTb 31519
Projeto gráfico e diagramação: Cristina Lima
Capa e ilustrações: Minna Miná
Impressão: Provisual
Tiragem: 1.000 exemplares

SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia
Rua Real da Torre, 593, Madelena CEP: 50.610-100 – Recife/PE
Tel.: +55 81 3087-2086
FAX +55 81 3445-1905
e-mail: sos@soscorpo.org.br
www.soscorpo.org.br

Esta publicação é parte da tese de doutorado em sociologia pela UFPE defendida por Carmen Silvia Maria da Silva em maio de 2016, com o título "Movimentos de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular", orientada pelo Prof. Dr. Remo Mutzenberg.

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das ideias aqui expostas por todos os meios conhecidos e desconhecidos. Para cópia e difusão dos textos, favor citar a fonte.

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

S586f Silva, Carmen S. M.
Feminismo popular e lutas antissistêmicas / Carmen S. M. Silva.- Recife: Edições SOS Corpo, 2016.
322 p.
ISBN: 978-8589165-38-9
1. Feminismo. 2. Movimentos sociais. 3. Mulheres - classes populares.

CDU: 396

Apoio:

Brot für die Welt
Pão para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio financeiro da União Europeia. Os conteúdos expressos são de responsabilidade do SOS Corpo e não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia.

União Europeia

O movimento de liberação das mulheres - o feminismo -
é um texto que se desenvolve, não uma tese.
É uma linha melódica, não uma marcha militar.
É uma inspiração, a inspiração de um sopro.
O feminismo se respira mais do que se enuncia.
De tanto dar o último suspiro, ele renasce.
Françoise Collin

O nosso desafio é transformar o mundo,
enquanto transformamos a nós mesmas
e ao nosso movimento.
Guacira César de Oliveira

Não nos venha com balela, tentando nos enganar,
pois agora a gente entende, o feminismo nos deu ar.
Vamos agora é em frente, aprender sim a lutar,
pois se ficarmos paradas, nada vamos transformar.
E foi pensando deste jeito, nova forma de organizar,
na politização das mulheres, resolvemos atuar.
Empoderadas pelo feminismo para a vida transformar.

Míriam Florêncio

Sumário

Feminismo, uma inspiração 7

1. Feminismo, mulheres e movimentos sociais 17
Movimentos de mulheres e movimento feminista: iguais e diferentes 19
A questão do feminismo hegemônico 31
Movimentos sociais e subjetividades coletivas: caminhos para refletir 38

2. As mulheres de classes populares no feminismo brasileiro 51
A formação do campo de movimentos sociais 54
Dos grupos de reflexão ao planeta fêmea 67
Discutindo a relação com o campo político dos movimentos sociais 91

3. Articulações e manifestações de mulheres 101
Participação institucional e articulação internacional 103
Da conferência de Beijing à primavera feminista 116

4. A força das mulheres e a crise no campo político 137
Feminismo em fortes mobilizações 139
Articulações movimentalistas: unindo forças 153
A crise dos movimentos sociais e o feminismo 164

5. A AMB e a constituição de um feminismo popular 187
Trajetória da AMB 190
Modo de organização e participação interna 198
Modo de atuação e marcos de referência 208
Lutas nacionais: políticas públicas, violência e aborto 217
Composição e identidade coletiva feminista na AMB 225

6. Feministas populares: sujeitos fortes 237
Origens de classe e situação de vida 240
Atuação em movimentos e identidade política feminista 250
Interpelações de mulheres populares 274

Precisamos falar sobre o movimento 296

Referências 309

Introdução

Feminismo: uma inspiração

Feminismo, uma inspiração

Quando, há uns seis anos atrás, comecei a formular um possível problema de pesquisa, que agora será apresentado neste livro, algumas revistas da mídia empresarial discutiam o fim do feminismo. As matérias difundidas afirmavam que o feminismo não seria mais necessário porque as conquistas em torno da igualdade para as mulheres já teriam sido realizadas. Outras indicavam que as mulheres, especialmente as mais pobres, desejavam não ter que trabalhar fora de casa para poderem se dedicar à maternidade, e que a ideia de trabalhar fora teria sido imposta pelas reivindicações feministas. E havia ainda aquelas, cuja linha se manteve em evidência neste último período, que cultuam a imagem da mulher bonita, mãe e profissional, ou seja, que é, ao mesmo tempo, consumidora de todos os produtos e processos de incidência sobre o corpo para se subordinar ao padrão de beleza, mãe abnegada e cuidadora da família, e profissional com cargo de chefia ou empreendedora bem-sucedida.

Na minha participação política, no movimento feminista, eu vivenciava uma situação bem distinta desta. Convivia com várias mulheres para as quais o trabalho com rendimentos continuava sendo uma realidade desejada e imprescindível, ainda que associado ao infortúnio da realização solitária do trabalho doméstico, não remunerado, no seio de suas famílias; mulheres que seguiam associando vários afazeres e responsabilidades sociais e tendo pouquíssimo tempo livre para si, para a participação política, para seu autocuidado com o corpo e a mente e também para a reflexão, estudo e contemplação, que permitem transcender o cotidiano e fruir a vida de forma mais livre.

Participei de várias atividades nas quais muitas mulheres criticavam o consumismo e o padrão de feminilidade e de realização predominantes e seguiam se mobilizando em torno da defesa de direitos, exigindo respostas do Estado em termos de leis e políticas públicas garantidoras da vivência destes direitos, e também atuando para promover alterações culturais na sociedade. A mídia, à época, não via o que seus interesses corporativos não permitiam ver: a pujança das organizações e mobilizações sociais de mulheres, suas ações coletivas de luta e as consequentes alterações nas condições de vida, cujas conquistas podem impor algumas fissuras nas estruturas de dominação, promovendo deslocamentos nas relações de poder.

Em 2015, este procedimento tradicional da mídia corporativa de ocultamento dos processos sociais de luta e resistência das mulheres foi inviabilizado pela amplitude das mobilizações nas ruas e nas redes sociais, a chamada primavera feminista e a onda de *hashtags* nas redes sociais, a exemplo das campanhas *#oprimeiroassédio, #meuamigosecreto e #seráqueéracismo?, #chegadefiufiu e #oqueeuaprendicomofeminismo*. Ainda em 2015, as manifestações massivas nas capitais e grandes cidades em torno da manutenção do direito legal ao aborto, nos termos conquistados na década de 1940, e da bandeira 'Fora Cunha' – como expressão do repúdio ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que vinha defendendo várias proposições contrárias aos direitos estabelecidos no período da redemocratização pós-Ditadura Militar e o impedimento da presidenta da República – tornaram-se pauta obrigatória em vários meios de comunicação. Ao mesmo tempo, as mulheres exigiam o direito ao aborto, reconhecida proposta feminista, e manifestavam-se em defesa da institucionalidade democrática, se contrapondo ao golpe contra o governo eleitoralmente instituído, bandeira que congregou diversos movimentos sociais e muitos outros setores da sociedade brasileira, em 2016. Este momento conjuntural, portanto, impôs maiores exigências para este trabalho.

A inquietação que me move é refletir sobre processos de organização e ação coletiva de mulheres de classes populares e sua identificação com o feminismo. Ela nasce da atuação cotidiana, no interior dos movimentos sociais, e da busca por uma elaboração, conectada com o contexto latino-americano no qual estamos inseridas, que crie possibilidades de analisar criticamente essas experiências. Esta necessidade me suscita uma profunda inquietude epistemológica e metodológica. Tentei traba-

lhar com um método de conhecimento que se faça a partir das mulheres, numa relação sujeito-pesquisadora e sujeitos-pesquisados, sendo eu mesma parte do que quero conhecer.

Tomo como ponto de partida, para esta reflexão, a minha experiência pessoal. Sou uma mulher de família rural, resultado de um enlace de um português pobre com uma negra ex-escravizada, meus bisavôs, vista como morena e tendo vivido em cidades grandes durante toda a minha existência. Nasci no nordeste brasileiro e em situação de pobreza, e, a partir desta condição, tentei criar as condições para mudar o destino previsível e gerar outras possibilidades de vida. Construí uma trajetória de militância em distintos movimentos sociais no campo político de esquerda, de forma conjunta com o esforço de compreensão da realidade e de atuação sobre ela e isso me permitiu reflexões e me deu asas. Neste caminho, desde muito cedo, as interdições à participação política das mulheres, colocadas pelo patriarcado e o capitalismo, se impuseram. Às dificuldades materiais se somaram as lutas mais íntimas por construção de uma identidade não subjugada, uma subjetividade de resistência aos imperativos da ordem na vida cotidiana e nos espaços políticos de atuação. Esforço com o qual continuo, junto com outras mulheres, neste momento em que me dedico à construção do movimento feminista como um movimento social e, ao mesmo tempo, como uma perspectiva teórica que contribua para explicar o mundo e, também, para transformá-lo. Entendo que nós mulheres formamos um grupo social, que se distingue de outros, mas que é constituído por diferenças e desigualdades no seu interior. Além das relações sociais de sexo, que conformam este grupo social, as desigualdades produzidas pelas relações raciais e de classe têm fortes consequências sobre nós mulheres.

Atualmente, no Brasil, um conjunto diversificado de organizações de mulheres, articulado em redes, impulsiona ações coletivas a partir do enfrentamento a diferentes problemáticas existentes na sociedade ou frente ao Estado. Toda esta gama de coletivos, organizações e redes de mulheres se vê e é compreendida por muitos estudos como compondo o que chamamos movimento de mulheres e movimento feminista. Os sujeitos da minha pesquisa são mulheres populares que participam destes movimentos.

Os movimentos sociais constituem um campo com densa produção sociológica no Brasil, mas são poucas as pesquisas que se detêm sobre os

movimentos de mulheres e movimentos feministas a partir da categoria analítica de movimento social, pensando-os em relação à composição, marcos de referência política, identidade coletiva, diversidade de ações, ciclos de protestos e em sua relação conflitiva, no contexto brasileiro, com outros movimentos sociais e com o Estado.

É comum estudos sobre a situação social das mulheres e as propostas acerca dos direitos e da efetivação como políticas públicas desenvolvidas. O que não ocorre, na mesma frequência, com os processos organizativos, de participação política e de ação coletiva das mulheres, ou seja, os processos de resistência e as experiências de contraponto à dominação e à exploração das mulheres.

Donatella Della Porta e Mario Diani, buscando construir uma síntese de distintas teorias sobre os movimentos sociais, formulam o que considero uma pergunta chave para o estudo de movimentos sociais: "como as ideias, os indivíduos, os acontecimentos e as organizações se conectam entre si através de amplos processos de ação coletiva com certa continuidade no tempo?" (Della Porta; Diani, 2011, p. 25). Referenciando-se às elaborações de Melucci, eles conceituam movimentos sociais como processos sociais nos quais atores envolvidos na ação coletiva "se envolvem em relações conflitivas com oponentes claramente identificados, se vinculam em densas redes informais e compartilham uma identidade coletiva diferenciada" (Della Porta; Diani, 2011, p. 43). Este conceito dará base à minha reflexão. Como estou preocupada com a continuidade dos movimentos sociais de mulheres, tomarei este conceito para discutir tanto as organizações como as mobilizações sociais. Grande parte da sociologia dos movimentos sociais os vê a partir dos processos conflitivos que geram grandes ciclos de protestos, que podem ou não obter resultados, passando em seguida a uma certa desmobilização e/ou institucionalização. As teorias que me servem de referência trabalham com a dupla possibilidade: movimentos sociais como mobilizações e ciclos de protestos e também como estruturas organizativas que impulsionam essas mobilizações.

Nesta linha, entendo movimentos de mulheres como processos conflitivos que geram ações coletivas protagonizadas por mulheres em torno de defesa de suas causas, por elas delimitadas, e, ainda, incorporando, nesta noção, as organizações que elas constroem nesses processos de mobilização social e que garantem certa permanência ao longo do tempo.

O movimento feminista é uma parte do movimento de mulheres, ou seja, congrega as organizações e manifestações cujas participantes assim se identificam, como feministas, o que significa a adoção de uma perspectiva crítica radical à situação social das mulheres e uma agenda de enfrentamento à dominação e exploração às quais nós mulheres somos submetidas.

Na pesquisa utilizo o conceito de movimentos sociais como uma possibilidade analítica sobre movimentos de mulheres e movimentos feministas e também sobre o campo político dos movimentos sociais, tomados empiricamente. Esses movimentos – de mulheres e feministas – por sua vez, comportam estruturas organizativas e processos mobilizatórios, ambos articulados em torno de marcos interpretativos comuns que consubstanciam identidades coletivas. Diante da complexidade destas referências, para facilitar a comunicação, utilizarei o termo "articulações movimentalistas" para me referir a estas diversas expressões organizativas, entendendo que o movimento de mulheres (assim como o movimento feminista) as transcende e inclui os ciclos de protestos e outras formas de ação coletiva. Articulações Movimentalistas são, portanto, neste trabalho, as organizações nacionais de movimentos de mulheres e movimentos feministas, tomadas individualmente, ou seja, cada uma delas será tratada com seu nome próprio, por exemplo: Articulação de Mulheres Brasileiras, Marcha Mundial de Mulheres, Movimento de Mulheres Camponesas etc. Não posso nomeá-las simplesmente organizações porque, em geral, elas congregam, no seu interior, diversos tipos de organização de menor porte e também não as denomino redes, para evitar uma configuração prévia como um tipo de articulação mais horizontal.

O problema de pesquisa diz respeito a processos de construção de identidades coletivas por mulheres de classes populares participantes de movimentos sociais de mulheres e sua relação com o feminismo. Faço isto tendo como foco uma articulação movimentalista específica: a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, buscando contextualizá-la a partir da referência a outras articulações movimentalistas nacionais e ao campo dos movimentos sociais no Brasil. O intuito é o de discutir as interpelações recíprocas, ou seja, as influências mútuas entre movimento de mulheres e movimento feminista, a partir das mulheres populares.

A teoria dos movimentos sociais e o pensamento feminista têm aportado para a compreensão das experiências de organização e ação coletiva das mulheres. Existem, no Brasil, análises sobre o feminismo como movimento social considerando a chamada segunda onda, que teria iniciado na década de 1970[1]. Em alguns destes trabalhos, discute-se também as ações que as feministas realizavam junto a grupos populares de mulheres nos anos 1970 a 1990. Estudos, particularmente dos anos 1970 a 1990, mostram a composição do movimento feminista como sendo composto por mulheres de classe média, universitárias e profissionais liberais, já os poucos estudos sobre movimentos de mulheres apresentam estes como parte dos chamados movimentos populares[2]. Refletir sobre este processo, a partir de uma visão geral sobre o elemento classe, quando acionado como referência na construção de identidades coletivas, nestes movimentos, foi o desafio que me impus.

Discutir a relação entre mulheres de classes populares, movimentos de mulheres e movimentos feministas exigiu uma reflexão sobre como se articulam as dimensões de raça e classe social, que têm sido abordadas na teoria e na prática política dos movimentos de mulheres, uma vez que é sabido que as mulheres negras, majoritariamente, são também as mais pobres. Além disso, os movimentos feministas têm sido vistos historicamente como um movimento de classe média, de mulheres brancas e intelectuais, as quais realizam trabalhos sociais e educativos com as mulheres de classes populares, mobilizando-as para ação coletiva[3]. Seguindo esta linha de raciocínio, as respostas às minhas questões já estariam dadas *a priori*. Eu teria apenas que localizar os conflitos de classe entre as mulheres no interior do movimento. Mas isto me parecia muito simplificador da complexidade desse processo. Foi preciso, então, retomar a trajetória histórica do movimento de mulheres nos últimos anos, refletindo sobre suas dinâmicas, relações, lutas e desafios, bem como sobre sua inserção no campo político dos movimentos sociais e na conjuntura política à época. Não construí uma historiografia destes movimentos, porém se fez necessário recorrer a diversos trabalhos já realizados em torno do objeto em questão, para situar os elementos que conformam o problema de pesquisa.

---

[1] Ver SOARES, 1994; TELES, 1999; PEDRO, 2006; PINTO, 2003; SARTI, 2004a e 2004b.

[2] Ver SADER, 1988; DOIMO, 1995.

[3] Ver PEDRO, 2006, RAGO, 2003; SARTI, 2004.

Nesta pesquisa procuro verificar como a questão *classe social* é acionada politicamente na construção dos processos de organização e ação da AMB e nas identidades políticas individuais das mulheres de classes populares que participam desta articulação e se identificam como feministas. A intenção foi discutir em que medida isto incide para uma reconfiguração do movimento feminista hoje.

A questão racial é bastante discutida nos movimentos feministas, razão pela qual ela não será aprofundada neste trabalho, ou seja, será vista a partir de sua relação com o processo histórico de constituição do movimento de mulheres. Do ponto de vista teórico, esta questão tem sido colocada na pauta pelo feminismo negro. Do ponto de vista político, a questão racial tem contribuído para a organização de mulheres negras feministas em coletivos, organizações formalizadas e articulações movimentalistas próprias e tem conformado o que se chama movimentos de mulheres negras ou feminismo negro, dependendo da evocação ou não do feminismo como componente da identidade política.

O debate sobre classes sociais, que predominou nos anos 1970 e 1980, hoje tem sido mais desenvolvido nas articulações de mulheres vinculadas aos movimentos sindicais e rurais, muito possivelmente em função destes movimentos serem organizados em torno da identidade coletiva e da luta por direitos de classe trabalhadora e/ou camponesa. Entretanto, do ponto de vista teórico, a reflexão que articula classe e sexo tem um longo lastro nos estudos feministas sobre trabalho feminino e na sociologia do trabalho de forma mais geral.

A pesquisa me levou a problematizar a concepção predominante que classifica o movimento feminista como um movimento de classe média, formado por mulheres brancas e acadêmicas. O debate latino-americano sobre a existência de um feminismo hegemônico no continente que não considera a questão de raça e classe, relacionado à colonialidade do poder e do saber, não pode desconhecer feminismos contra-hegemônicos que foram se consolidando ao longo da história do movimento de mulheres feministas na experiência brasileira e, quiçá, latino-americana. Percebo que a presença ampla de mulheres populares e negras nas articulações movimentalistas de orientação feminista atualmente existentes, mais especificamente na AMB, demonstra um processo de reconfiguração deste movimento e impõe novos desafios à articulação política e à elaboração teórica. A própria identidade política de mulheres feministas das classes populares exige novas reflexões.

Ao longo deste livro discuto estas questões. No capítulo um, apresento uma síntese do marco teórico no qual me referencio. No capítulo dois, discuto o contexto da década de 1970 aos meados da década de 1990, situando os movimentos de mulheres e movimentos feministas no Brasil. Discuto, assim, as relações e tensões entre eles e como o elemento classe foi tomado como referência. Reflito também sobre as relações destes movimentos com o campo político dos movimentos sociais que se formou à época da redemocratização brasileira, igualmente chamado campo democrático e popular e/ou campo de esquerda, e especulo sobre a incidência deste processo político na minha questão de pesquisa. No capítulo três, analiso o contexto dos meados da década de 1990 até 2015 e enuncio, brevemente, as "novíssimas" expressões político-organizativas dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, refletindo sobre as relações que estabelecem. No capítulo quatro, discuto os dados construídos sobre as articulações nacionais do movimento feminista hoje, refletindo sobre manifestações públicas dos movimentos de mulheres. No capítulo cinco, apresento a investigação sobre a AMB e como sua identidade coletiva está enunciada atualmente no que diz respeito à seu método de auto-organização e sua ação política. Discuto a sua composição interna, especialmente no que diz respeito à classe social e às percepções da questão de classe no marco de referência e na prática política deste movimento. No capítulo seis, com base em entrevistas a mulheres integrantes da AMB, analiso a relação entre a identidade política feminista de mulheres de classes populares e a construção da identidade coletiva da AMB como articulação feminista, as tensões latentes e o lugar que a questão de classe ocupa nesta relação. Para finalizar, saliento a reconfiguração do movimento feminista e os desafios para novas pesquisa.

Minha preocupação dirige-se aos movimentos de mulheres e movimentos feministas com base no que vem sendo construído teoricamente como 'movimentos sociais', a partir dos conflitos que enfrentam com seus antagonistas, das mobilizações que promovem, das expressões organizativas que constroem e das referências com as quais interpretam a realidade das mulheres e seus processos de luta social. O ponto a partir do qual eu vou discutir este problema é a referência à classe social. Não vou fazer propriamente uma análise de classe, mas discutir como os movimentos de mulheres utilizam a referência à classe social na construção de seu projeto político e que implicações isto tem para a identificação feminista das mulheres de classes populares. É uma pesquisa no campo de estudo dos movimentos sociais e é também uma pesquisa feminista, uma vez que este é o horizonte utópico que me inspira na produção do conhecimento e na ação política.

1

Feminismo, mulheres e movimentos sociais

Movimentos de mulheres e movimentos feministas: trata-se do mesmo movimento social ou são diferentes? Mas, afinal, o que são movimentos sociais? As mulheres são uma categoria social válida para pensarmos sobre movimentos sociais? Se as mulheres vivem realidades desiguais, do ponto de vista socioeconômico e racial, entre outras, que implicações tem isto para pensar em termos de movimentos sociais de mulheres? É possível pensar nas mulheres de classes populares separadas deste conjunto? Que impacto tem esta separação para análise dos movimentos de mulheres? O que significa adotar uma perspectiva feminista para entender esses movimentos?

Comecei este trabalho de pesquisa com todas estas perguntas povoando meu pensamento. O percurso foi tumultuado e intrigante. Eu queria fazer um trabalho que colocasse em diálogo as experiências de movimentação feminista, os movimentos de mulheres, as mulheres de classes populares e as teorias de movimentos sociais. No transcorrer deste período fui deixando de lado a abrangência inicial com a qual eu sonhava. Não era possível, nas condições de possibilidade, penetrar nos meandros de articulações de movimentos nacionais sobre os quais eu tinha pouco conhecimento.

Eu pretendia saber a concepção que mulheres de classes populares, participantes de movimentos sociais de mulheres identificados com o feminismo, têm sobre sua identificação com o feminismo. Isto porque eu via que muitas feministas de classe média falavam e falam dessas mulheres

como aliadas, mesmo elas participando das mesmas ações coletivas. Por que elas não são consideradas feministas? Por que não estudaram a teoria feminista ou não escreveram sobre ela? Muitas mulheres de classe média também não são muito estudiosas ou intelectuais. Por que a vida de mulheres populares é vista como sendo mais submetida aos ditames do patriarcado? Quem pode garantir isto? Na convivência, no interior dos movimentos feministas, tive a oportunidade de conversar com muitas mulheres e comecei a perceber que ter ou não atitudes feministas, diante dos problemas da vida, não está dado *a priori* por você se declarar feminista, mas também não se estabelece pela sua situação de classe. Então, por que esta diferenciação? Quem está autorizada a dizer o que é ser feminista?

No decorrer da pesquisa percebi que, para analisar este problema, seria necessário discutir qual o lugar que a questão de classe social ocupou na trajetória da relação entre movimentos de mulheres e movimentos feministas no Brasil nas últimas décadas e qual lugar ocupa hoje. Diante de inúmeras contribuições relevantes nesta área para pensar os movimentos de mulheres, tive que fazer um recorte que se adequasse ao justo tamanho do meu problema de pesquisa. Na primeira parte deste capítulo, apresento a perspectiva feminista que adoto, e na segunda, discuto, de forma resumida, os conceitos fundamentais das teorias de movimentos sociais que considerei necessários para analisar os dados construídos e, por fim, apresento o caminho metodológico percorrido.

Movimentos de mulheres e movimentos feministas: iguais e diferentes

É comum em textos feministas, teóricos e políticos, a referência conjunta aos movimentos de mulheres e movimentos feministas sem, para isto, estabelecer as distinções necessárias que possibilitariam compreender as diferenças e a razão do uso das duas expressões, já que os movimentos feministas são também movimentos de mulheres. Presumo que a razão disso é a necessidade de distinguir a especificidade do movimento feminista no interior deste mais amplo movimento de mulheres. Mas, quais seriam os critérios para esta distinção? Em geral se afirma que "é feminista quem se considera", ou seja, que movimento feminista é relativo à articulação movimentalista de mulheres que declara a sua

identidade feminista publicamente. O mesmo servindo para distinguir 'mulheres feministas'. Será suficiente esta explicação? Penso que não. É comum, entre mulheres populares, e também entre recém-chegadas ao feminismo, jovens ou não, a crítica ao fato de não serem vistas pelas outras (as que são feministas há mais tempo) como feministas. Isto demonstra a importância que é dada à identidade feminista e também questiona o reconhecimento ou não desta identidade.

Utilizo movimento(s) de mulheres para fazer alusão ao processo constituído por um conjunto de formas organizativas e mobilizações sociais, sejam ciclos de protesto ou outras ações coletivas amplas de incidência pública, realizadas por mulheres. Utilizo a expressão "articulações movimentalistas" para distinguir as formas organizativas nacionais, enquanto unidade, que têm nome próprio, ou seja, organizações nacionais do movimento. Não as denomino organizações porque este termo também é utilizado para unidades menores que as compõem. Também não as denomino rede, dado o caráter mais voltado ao pluralismo e diversidade que este termo tomou no debate político e teórico. Chamo movimento(s) feminista(s) a um processo semelhante, mas cuja identificação política afirma o feminismo, o que não ocorre nas formas anteriores. Nesse sentido, a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB é uma articulação movimentalista que é parte do movimento de mulheres e também do movimento feminista. No entanto, existem articulações movimentalistas que são somente movimento de mulheres ou são um tipo de movimento de mulheres específico, a partir da referência a uma outra identidade política, como movimento de mulheres negras, camponesas, lésbicas etc., quando não se identificam com o feminismo.

O feminismo é, por sua vez, mais amplo que o movimento feminista, enquanto movimento social. É um pensamento crítico e também um movimento social[1]. Esta afirmação, tão presente no movimento do qual participo, significa, para mim, que a movimentação de mulheres em confronto com a ordem, para seguir existindo, exigiu um pensamento subversivo capaz de encontrar novas interpretações para si e para o mundo. Como movimento, ele pode ser compreendido pela sua longa trajetória de ações conflitivas ou pelas suas expressões particulares de organização, participação e ação pública em tempos e espaços determinados. Já como

[1] Ver ÁVILA, 2005.

pensamento, o feminismo apresenta-se em várias vertentes, vinculadas ou não às distintas correntes teóricas. Ele alimenta projetos profissionais de diferentes grupos e indivíduos que atuam em universidades, em governos, na mídia, em organizações não governamentais e em quaisquer espaços nos quais possa ser colocado em prática. Mas, além disso, ele é também uma referência para modos de vida particulares adotados por diferentes indivíduos. No discurso predominante, entre as ativistas feministas, tudo isso é chamado movimento feminista, mas, neste trabalho, eu denomino apenas feminismo.

O pensamento ou teoria feminista procura responder por que as pessoas do sexo feminino são subordinadas socialmente, que estruturas sociais e/ou processos de interação as mantêm numa situação desfavorável de poder em relação aos homens, em diferentes dimensões da vida social. Esta pergunta expressa duas grandes vertentes da teoria sociológica às quais correntes feministas se vinculam: aquela que se funda na análise das estruturas sociais e a que se baseia nas interações. As respostas articulam-se com uma compreensão geral sobre os processos sociais e sobre a produção do conhecimento. Articulam-se também com a ação do movimento, em suas diferentes prioridades políticas, estratégias e de modos de atuação.

A reflexão, sobre este problema, procura discutir quem e o que são as mulheres e o que caracteriza a situação social das mulheres. As formulações teóricas dão maior ou menor ênfase a uns ou outros elementos identificados como centrais nas análises sobre subordinação das mulheres: a relação de poder entre homens e mulheres; a divisão sexual do trabalho; o controle sobre o corpo e a sexualidade; a violência sexista, entre outros[2]. Na perspectiva que advogo, estes quatro elementos são centrais na explicação das relações entre o grupo social composto pelos homens e o grupo social composto por mulheres, ou seja, as relações sociais de sexo[3] que definem homens e mulheres e permitem compreender a situação de exploração e dominação à qual nós, mulheres, estamos submetidas, desde que associadas às relações sociais de classe e raça. Significa dizer que eu entendo as mulheres não como grupo definido pela biologia e sim pelas relações sociais. Utilizo relações sociais de sexo no sentido construído

[2] Ver CAMURÇA, 2007.
[3] Ver SAFFIOTTI, 1992; MATHIEU, 2014 , DEVREUX, 2011.

por Heleieth Saffioti e pelas feministas materialistas e marxistas no debate brasileiro. Entendo que sexo, assim como gênero, é uma construção social. O não uso do termo relações sociais de gênero tem o intuito de não estimular esta dissociação predominante que tende a restringir o sexo ao plano biológico, essencializando-o.

A adoção de mulher como uma categoria de análise é questionada no interior do feminismo acadêmico, imputando-lhe um caráter universalista e essencialista. A isto diversos movimentos feministas têm respondido com o uso da categoria mulheres, reconhecendo as desigualdades no seu interior e discutindo as contingências que os movem. Ao falar sobre o sujeito do movimento feminista, Judith Butler questiona a categoria mulher. Para ela

> É a unidade necessária para a ação política efetiva? Não será precisamente a insistência prematura no objetivo de unidade a causa da fragmentação cada vez maior e mais acirrada das fileiras? Certas formas aceitas de fragmentação podem facilitar a ação, e isso exatamente porque a unidade da categoria das mulheres não é nem pressuposta nem desejada. Não implica a unidade uma norma excludente de solidariedade no âmbito da identidade, excluindo a possibilidade de um conjunto de identidades, ou que busquem precisamente efetuar essa ruptura como um objetivo político específico? Sem a pressuposição ou o objetivo da unidade, sempre instituído no nível conceitual, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade (Butler, 2010, p. 36).

Na prática política cotidiana de movimentos de mulheres e movimentos feministas, a unidade vem sendo construída não em torno de uma suposta identidade pré-existente, essencialista, mas em razão de momentos conjunturais, formulações propositivas e estratégias de luta comuns entre diferentes articulações movimentalistas, que, por sua vez, reivindicam para si distintas identidades referidas às mulheres, motivo pelo qual se mobilizam como movimentos de mulheres e/ou feministas. Como Silvia Camurça, eu entendo que é preciso afastar tendências essencialistas sobre a mulher e o feminino universal, que seria apenas o outro lado do sujeito masculino universal da modernidade, e negar a validade de uma

identidade homogênea comum a todas as mulheres. No entanto, é preciso afirmar a categoria mulheres, como identidade política, razão de ser dos movimentos de mulheres que se definem pelo feminismo.

> Segue sendo necessário um movimento de mulheres, formado por mulheres com consciência feminista de sua opressão e exploração e, mais importante, tendo bem identificados os inimigos comuns que sustentam o sistema de dominação. Ou seja, compartilhando uma visão comum sobre a explicação de sua própria condição e compartilhando formas de lutas e articulação (Camurça, 2007, p. 16).

Vejamos brevemente como a teoria feminista relaciona mulheres com a questão de classe social, chave para este estudo.

A clássica distinção entre concepções teóricas feministas, que têm como marcadores o feminismo liberal, o feminismo radical e o feminismo marxista, se ampliou em função dos diálogos com a teoria crítica, a psicanálise freudiana e lacaniana, a fenomenologia, o pós-estruturalismo, a semiótica, os estudos culturais, o neomarxismo, a teoria queer e as teorias pós-coloniais. Entretanto, às várias correntes teóricas feministas não correspondem, necessariamente, diferentes expressões político-organizativas dos movimentos feministas e/ou dos movimentos de mulheres em geral, embora possam ter alguma relação. Na América Latina, estudos sobre a construção histórica desses movimentos apresentam imbricações de várias vertentes teóricas no interior das articulações e organizações políticas.

Não vou discutir estas distintas correntes do pensamento feminista, mas sim reconhecer que, diferente das outras, no feminismo marxista a questão de classe tem lugar preponderante, como não poderia deixar de ser pela força da explicação elaborada por Marx sobre a exploração capitalista. As relações sociais de classe, baseadas na exploração do trabalho, são estruturantes da vida social e, portanto, da situação social das mulheres. Entretanto, muitas feministas abandonaram ou nunca transitaram pelo pensamento marxista, mas hoje, o marxismo é julgado necessário, embora insuficiente, por muitas entre as quais me incluo. Para outras vinculadas ao pensamento pós-moderno, é visto como uma metanarrativa totalizadora, o que dificulta perceber suas contribuições e também suas lacunas de elaboração. Em especial, me são caras as contribuições do

método dialético e da explicação das relações de exploração que fundam o capitalismo e considero relevante reconhecer, entre outras, a pouca elaboração no pensamento de Marx sobre a dominação das mulheres.

Verônica Ferreira indica outro elemento relevante, a existência do sujeito, que assumo, no sentido que a autora se refere a uma dada corrente de pensamento feminista e não ao feminismo em geral. Esta autora afirma que:

> o mesmo pensamento pós-moderno que atinge em cheio o marxismo e afirma sua total superação, atinge, também, o coração do pensamento feminista, pois em seu cerne está a ideia de "morte dos sujeitos". Feminismo e marxismo encontram-se, na contemporaneidade, na defesa do "sujeito" e, portanto, da possibilidade de transformação das relações sociais existentes. (...). Ambas as teorias se dedicam à compreensão das relações sociais em sua historicidade, desnaturalizando-as, e em seu caráter antagônico, desvelando as desigualdades instituídas nestas relações. Assim, a ideia de múltiplas determinações do real e de síntese dialética são caras ao feminismo, na medida em que a realidade é apreendida como síntese dos antagonismos, contradições e antíteses das relações sociais (Ferreira, 2006, p. 20).

Discutir as lacunas do marxismo para explicar a situação das mulheres é afirmar que o feminismo marxista não é suficiente, embora necessário, neste debate sobre a questão das classes sociais na construção da identidade coletiva feminista. A perspectiva marxista é importante para desnaturalizar as relações sociais de classe e, neste sentido, contribui para realizar tarefa semelhante em relação às relações sociais de sexo e de raça. O debate sobre sujeito, importante no feminismo marxista, também é central para uma reflexão sobre movimentos sociais de mulheres e, dentre eles, os movimentos feministas, daí a assertiva de que a tarefa mais importante realizada pelo feminismo foi, justamente, instituir as mulheres como sujeito político[4]. Comungo com a visão de Judith Astelarra[5], para quem o feminismo, como movimento social, é um movimento político, no sentido de ter, como objetivo, alterar as relações

[4] Ver ÁVILA, 2005.

[5] Ver ASTELARRA, 1988.

de poder entre homens e mulheres e, neste sentido, redefinir o campo da política e transformar a sociedade.

Embora a teoria feminista tenha pouca elaboração sobre movimentos sociais, ela reúne condições para formular categorias que permitem analisar as dimensões feministas implicadas sempre que mulheres se organizam politicamente em torno das suas próprias causas e se envolvem em ações coletivas, ou seja, sempre que realizam lutas sociais e políticas, ainda que não autodeclaradas feministas. A teoria feminista pode também fornecer categorias que permitam analisar as atitudes feministas presentes em histórias de vida das mulheres. Neste sentido o feminismo é um pensamento crítico que, além de uma utopia, demarca uma concepção de luta política e de projeto de vida. As histórias de vida e as práticas políticas dos movimentos de mulheres são também tomadas como objeto de análise e podem alimentar as respostas que buscam explicar a situação das mulheres.

Segundo Josette Trat, o que caracteriza o feminismo como movimento social é sua duração. "Quaisquer que sejam as intermitências de mobilização, as mulheres não cessaram de lutar coletivamente desde a Revolução Francesa, ademais esse movimento se enraíza nas contradições fundamentais da sociedade"(Trat, 2009, p. 151). Nesse sentido, lutas coletivas das mulheres, baseadas nas contradições fundamentais, seriam lutas feministas. Mas quais são as contradições fundamentais? Ora, isto não está dado *a priori*, depende da definição do sujeito da luta, ou mais precisamente neste caso, depende de quem analisa a luta e a classifica como feminista ou não.

Embora a visão de Trat proceda em linhas gerais, se abraçarmos a ideia de que o feminismo é capaz de produzir referências para análise das lutas das mulheres ao longo da história, o propalado marco inicial da Revolução Francesa se perde, uma vez que poderiam existir mobilizações feministas e expressões de resistência à dominação bem antes da Revolução Francesa, e até mesmo anteriores ao estabelecimento da ordem burguesa.

Para Betânia Ávila, um marco histórico relevante ocorre nos anos 1960:

> Desde as revoluções do século XVIII que as mulheres vêm lutando por igualdade, mas apesar das conquistas importantes do

> século XIX e XX, como o direito à educação e ao voto, o modelo de igualdade aspirado estava referenciado na igualdade masculina. A questão do sujeito não estava colocada. É o feminismo que emerge nos anos sessenta que traz o questionamento radical da forma como as relações sociais estão estruturadas. As análises feministas, a partir daí, têm desconstruído a naturalização das relações hierárquicas entre os sexos e apontado caminhos e meios para sua superação (Ávila, 2000, p. 15).

Os anos 1960 são, no meu entendimento, um marco para o feminismo, enquanto teoria e enquanto um movimento social específico e para o caráter de sujeito político. Mas, podemos trabalhar, para a análise das ações coletivas de mulheres, com a noção de 'luta feminista', daí este tempo histórico será muito mais longo, e seguramente pode nos ajudar a compreender processos de mobilização e ação de mulheres ao longo de toda a história da humanidade, sejam como lutas políticas sejam como formas de resistência. A noção de luta feminista, com a qual tenho trabalhado, ajuda a elucidar esta dimensão.

> O que distingue uma determinada luta de um movimento social como luta feminista? A resposta simples é a capacidade que estes movimentos adquiriram ao falar, reivindicar e propor a partir da análise da situação das mulheres. E a resposta complexa pode estar na capacidade construída pelos movimentos de mulheres de desenvolver processos de lutas que contribuam com a desnaturalização do lugar instituído socialmente para as mulheres, lutas que desconstruam os ideais de feminilidade hegemônicos, que coloquem em cheque a divisão sexual do trabalho, que ampliem os espaços de poder para as mulheres, que 'descolonializem' os corpos e os modos de vida, ofereçam resistência cotidiana à violência e busquem construir uma nova subjetividade e uma nova visão de mundo, baseadas na autonomia e liberdade das mulheres (Silva, 2011, p. 110).

Tania Morin, no seu estudo sobre as mulheres das camadas populares na Revolução Francesa, demonstra sobejamente como se deu a sua participação nas mobilizações diante da crise de abastecimento de alimentos, nos embates com o parlamento pelo direito à participação e nos con-

flitos armados nas ruas. Entretanto, ficou registrado como nascedouro do movimento feminista, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, publicada por Olympe de Gouges, que, por este feito, foi condenada à guilhotina pelos jacobinos em 1793. O registro histórico de Morin, baseado em farta documentação, mostra a dimensão do engajamento das mulheres populares nas lutas revolucionárias, e também distingue a declaração de De Gouges como proposição feminista, por se basear no questionamento do lugar social instituído para as mulheres, ao afirmar "a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; tem que ter igualmente o direito de subir à tribuna" (Morin, 2013, p. 109).

Pensando a partir da noção de luta feminista, apresentada acima, é possível concluir que as lutas das mulheres populares pelo pão na Revolução Francesa não seriam lutas feministas, uma vez que nela as mulheres se mobilizam a partir de um lugar socialmente instituído de mães em defesa de alimentos para suas famílias. Ocorre que, apesar de os homens serem reconhecidos como provedores, eles se encontravam ausentes ou sem remuneração, deixando o desafio da manutenção dos lares para as mulheres. Esta situação em si, por um lado, já desloca o que é entendido como o lugar social das mulheres. Por outro lado, a radicalidade das formas de luta adotadas, desloca sobremaneira a noção de mulheres como seres pacíficos e submissos. Quero concluir, com isto, que se redirecionarmos o olhar para ver o movimento feminista para além do que ele consegue produzir por escrito, poderemos encontrar, na história da humanidade, vários outros episódios de lutas coletivas das mulheres que deslocam ou desconstroem a concepção hegemônica sobre o que são (e devem ser) as mulheres, ou seja, poderemos ver uma *longa duração* das lutas feministas. Isto é possível se tomarmos a noção de *luta feminista*, citada acima, para análise de lutas das mulheres, mas não seria possível se quisermos ver no passado identidades feministas nos termos nos quais se expressam hoje, pois não existia uma formulação de identidade feminista antes.

Michelle Perrot, precursora da história das mulheres, também narra as lutas sociais preconizadas por mulheres populares rebeldes na França, no século XIX, e enfatiza que

> as mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na

> cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (Perrot, 1988, p. 212).

Ela demonstra como, historicamente, as mulheres populares, em suas formas de resistência cotidiana, além de suas lutas, estão em desacordo com a visão hegemônica sobre as mulheres. Não quero com isto dizer que sempre e em qualquer circunstância as mulheres populares se revoltaram contra o padrão dominante de subordinação das mulheres, o que não seria sustentável. Afirmo apenas que, ao longo da história, há exemplos de situações nas quais as mulheres se movem contra a ordem patriarcal, mesmo quando não conhecem o feminismo. Esta mesma análise pode ser referência para as ações de resistências e lutas das mulheres negras ao longo da história.

Para estudar a história das lutas sociais das mulheres, a partir da noção de *luta feminista*, seria necessário considerar ciclos de lutas e conquistas que se deram no sentido da igualdade com os homens, ao longo de um largo período histórico. Esta concepção pode reduzir a invisibilização das mulheres populares ao longo da história dos movimentos sociais, inclusive do movimento feminista.

O feminismo clássico discute a história deste movimento com a noção de ondas, sendo a primeira a que se inicia com a presença feminista na Revolução Francesa, com os escritos de Olympe de Gouges sobre os direitos da mulher e da cidadã e se estende até o período de luta pela participação feminina no sufrágio universal, e que, para algumas, incorpora, ao mesmo tempo, as lutas pelo acesso à educação. A segunda onda é comumente entendida como aquela que se inicia a partir do chamado maio 68, marcado pelos protestos estudantis na França e pelas lutas nos Estados Unidos contra a guerra no Vietnam e por direitos civis para a população negra. Esta segunda onda teria dado início aos movimentos feministas como os conhecemos hoje e seguiria até os nossos dias. Mas há quem defenda que neste momento estaria sendo vivida uma terceira onda, em função das atuais conquistas das mulheres e/ou das novas formas de feminismo possibilitadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação e/ou pelas novas vertentes teóricas.

Doris L. Canavae critica, acertadamente, a concepção de história do feminismo desenhada a partir das ondas, uma vez que trabalhar com esta formulação gera uma história unificada e leva ao desconhecimento dos contextos geo-históricos em que o movimento se organiza, subordinando-o a uma perspectiva histórica centrada na Europa e Estados Unidos. Apesar disso, ela elabora argumentos contrários ao discurso que critica o eurocentrismo do feminismo latino-americano para chamar a atenção sobre as ilusões ou generalizações em que também esta visão incorre. Sem desconhecer as inegáveis origens europeias e americanas do pensamento feminista, ela faz questão de discorrer sobre as particularidades dos feminismos latino-americanos.

> Así pues, aunque generalmente en los recuentos académicos de esta historia, en América Latina se usa la genealogía construida en Europa y Norteamérica, es importante anotar que los contextos históricos y las características culturales, así como los procesos políticos de América Latina y el Caribe no sólo son distintos, sino que además, internamente, hay enormes diferencias entre países, lo que es ya un argumento aunque no el único. (...) Si bien los procesos que se registran bajo la denominada segunda ola parecen ser un punto de partida común, a lo largo de la segunda mitad del siglo XX estos países van a vivir, en lo político, procesos diferentes que definen ciertos énfasis en los feminismos. Es luego, en los años ochenta, y más exactamente en los noventa, con el capitalismo avanzado y el modelo neoliberal, que los feminismos latinoamericanos "se globalizan"; no obstante, ello no modifica una historia de luchas y resistencias contra hegemónicas nacionales (Canavae, 2009, p. 5).

É desejável, portanto, estudar realidades específicas centradas em contextos nacionais, ou em espaços locais, nos quais se pode analisar, com mais precisão os períodos, as correlações de forças, as lutas sociais, as formas organizativas e as conquistas obtidas, e o que tudo isto indica em termos analíticos sobre a conjuntura da época para os movimentos de mulheres e movimentos feministas.

No Brasil, os estudos históricos sobre movimento feminista consideram o período da luta sufragista, na primeira metade do século XX, e o período da redemocratização, a partir da década de 1970 do século

passado. Mas existem vários trabalhos de memória sobre mulheres na literatura, nas ciências e nas artes, que as consideram como feministas e/ou precursoras das feministas[6]. Alterando a direção do olhar, das mulheres burguesas para as camadas populares, é possível ver lutas coletivas de mulheres negras e de classes populares e/ou participação de inúmeras mulheres em lutas populares, razão pela qual elas também poderiam ser vistas como feministas, mas geralmente não o são. A história do feminismo brasileiro é rica em exemplos de como critérios de distinção de classe são acionados para a classificação de uma mulher (ou de uma luta) como feminista. Entre estes critérios está o acesso às letras, a possibilidade de escrever e publicar, o que, de certa forma, está em acordo com a classificação feminista predominante na história.

Ao invés de discutir as ondas, eu vejo o feminismo, como um processo de mudança social de *longa duração*, o que significa que ele comporta vários ciclos de movimentação e conflitos sociais e diversificados processos organizativos em determinados tempos e contextos específicos. A partir desta concepção, nego uma temporalidade segmentada e descontextualizada geo-historicamente e posso perceber que toda a sociedade é atingida pelas conquistas desse movimento, nessa longa trajetória, que tem períodos de latência e momentos de maior visibilidade.

Esta concepção, apresentada acima, não nega, entretanto, a possibilidade de adotar a ideia de movimento feminista vendo-o a partir da sua expressão atual, comportando os diferentes processos de luta feminista e formas organizativas que marcaram a sua história em fins da década de 1960 e se estende até os nossos dias. É possível ainda nos referirmos a um dado processo de ação coletiva, restrito no tempo e no espaço, como sendo 'um movimento feminista', no sentido de um ciclo de ação coletiva, como é o caso do movimento sufragista, nos anos 1930 no Brasil, ou da luta feminista na Constituinte na década de 1980. Outra possibilidade é ver movimento feminista a partir de suas expressões organizativas em articulações movimentalistas de mulheres, através da geração de ações coletivas de incidência política sobre os poderes constituídos no Estado e na sociedade. Separar estas diferentes possibilidades, para observação do movimento feminista, ajuda a elucidar possíveis tensões aparentes e investigar os níveis mais profundos de interpelações recíprocas com os movimentos de mulheres em geral, do qual eles são parte.

---

[6] Ver SCHUMAHER, 2000.

Chamo movimentos de mulheres o conjunto das articulações e mobilizações sociais protagonizadas pelas mulheres em torno de conflitos sociais, a partir dos quais elas formulam suas causas e enfrentam seus antagonistas. Dentre os movimentos de mulheres, entendo como movimentos feministas aquelas articulações e mobilizações que assim se designam, tomando como referência o pensamento feminista, cujo centro é a crítica à exploração e dominação das mulheres, podendo adotar diferentes ênfases, de acordo com suas escolhas teóricas e políticas.

Compreender as diferentes expressões dos movimentos de mulheres, dentre elas os movimentos feministas, à luz da sua composição de classe e da relação entre identificação coletiva e identidade política pessoal de suas integrantes, me parece um desafio relevante para a teoria feminista e para o estudo dos movimentos sociais.

A questão do feminismo hegemônico

O feminismo predominante na América Latina é visto como tendo nascido a partir de mulheres brancas, de classe média, e ter se articulado a partir de formulações oriundas do Norte global. Ao mesmo tempo, é possível identificar nas suas formulações divergências teóricas significativas que permitem aludir a interpretações feministas contraditórias entre si sobre a realidade das mulheres brasileiras, expresso, muitas vezes, na prática política realizada em organizações feministas junto a mulheres populares e mulheres trabalhadoras em geral, mas também nas análises teóricas críticas que deram sustentação a este movimento, como é o caso do feminismo negro e do feminismo socialista[7].

O caráter hegemônico do feminismo brasileiro, no sentido de colonizado em relação ao Norte global e colonizador interno em relação às mulheres negras, indígenas, trabalhadoras etc. é um ponto importante no debate neste estudo. Deparei-me com esta questão ao tentar compreender a relação entre mulheres populares e o movimento feminista no período recente, e isto exigiu uma retomada da trajetória histórica bem maior do que a que estava proposta inicialmente. Este debate colocou exigências também para a análise do contexto no qual os movimentos de mulheres

[7] Ver TELES; LEITE, 2013; LOBO, 1986; SAFFIOTI, 2013; ÁVILA, 2009.

estiveram inseridos, notadamente sua relação com o campo político dos movimentos sociais e sua referência à classe trabalhadora.

Para mim, aqui existe, majoritariamente, uma *teoria feminista sobre o Brasil*, ou seja, um feminismo que, tendo como referência as elaborações europeias e norte-americanas, toma-lhes os conceitos para interpretar as realidades das mulheres brasileiras a partir do contexto local, mas não é exatamente produzida a partir daqui. Esta forma de elaboração, por um lado, em uma vertente teórica mais próxima do feminismo liberal, teve dificuldades para perceber as desigualdades entre mulheres produzidas a partir de raça, etnia, classe, sexualidade e inclusive aquelas baseadas nos contextos de regionalidade interna ao país, que marcam a vida das mulheres brasileiras, e estabelecem diferenças entre norte-nordeste e sul-sudeste. Porém, numa vertente mais próxima do marxismo, este feminismo *sobre o Brasil* possibilitou a adoção de categorias como divisão social e divisão sexual do trabalho e, numa vertente advinda do movimento negro, discutiu racialização e resistência. Isto favoreceu a análise da situação social das mulheres e as desigualdades entre mulheres no Brasil, constituindo, neste processo teórico, um feminismo contra-hegemônico, portanto. Esta análise se confirma com a releitura da história recente dos movimentos feministas e movimentos de mulheres no Brasil.

Refletir sobre pensamento descolonial, a partir do contexto brasileiro, exige observar a história recente do movimento feminista no Brasil e de sua relação com os movimentos de mulheres, discutindo se ele pode ser considerado como *feminismo contra-hegemônico*. Para discutir esta questão é preciso situar o debate sobre feminismo descolonial e a própria visão sobre o feminismo europeu e norte-americano precisa ser objeto de reflexão, a partir da chave do feminismo negro e do feminismo materialista e socialista.

O feminismo descolonial critica a noção de *mulheres* como um grupo constituído e coerente, com interesses comuns, sem importar a classe social, a localização ou as contradições raciais ou étnicas, pois isto implicaria uma noção de patriarcado ou de gênero universal a todas as culturas. Para que um movimento feminista seja analisado como hegemônico, é preciso fazer uma análise específica de cada contexto concreto no qual ocorre um dado movimento feminista, sob pena de incorrer no mesmo erro das generalizações que este pensamento critica. A análise feminista descolonial exige historicizar e contextualizar as formas que assumem as relações de gênero, para evitar a visão universalista; considerar a cul-

tura como processo histórico para evitar os essencialismos culturais; e reconhecer a maneira como as lutas locais estão inseridas em processos globais de dominação capitalista[8].

Uma ideia forte no debate é a de que a epistemologia e a teoria feminista, estabelecida no interior da cultura europeia e norte americana, teriam apenas substituído o sujeito universal da modernidade – masculino, branco, proprietário – pela mulher, assim como o marxismo teria feito com o operário. A esta crítica o feminismo tem historicamente respondido com a noção de *mulheres* no plural, compreendida como grupo social no interior do qual subsistem diferenças e desigualdades. Mas isto parece ser insuficiente e, mais recentemente, muitas teóricas feministas têm trabalhado, a partir de premissas distintas, a noção de interseccionalidade ou de consubstancialidade entre as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade, como uma possibilidade de explicar a situação das mulheres. A noção de consubstancialidade pode ser integrada a esta perspectiva feminista que adoto porque ela se baseia no conceito de relações sociais, o que inclui conflito, contradições e antagonismos, vendo as mulheres como grupo social de sexo entrecruzado pelos antagonismos estruturadores da sociedade.

Também nos países europeus e nos Estados Unidos, pensamentos feministas que se contrapõem à ordem capitalista e colonial foram desenvolvidos. É o caso do feminismo materialista francês, baseado no materialismo dialético, e do feminismo negro americano, fontes nas quais bebo para esta elaboração, associando ao feminismo radical, para o qual a questão da autonomia das mulheres é o elemento central. Passo a descrevê-los brevemente, uma vez que eles dão base paras as reflexões que procuro desenvolver aqui, embora não sejam adotados em suas plenitudes.

O feminismo materialista, que teve força teórica e política na França dos anos 1970, nega a ideia de essência feminina baseada na materialidade do corpo sexuado de mulher. As feministas materialistas, presentes como militantes no movimento social feminista francês desde a década de 1960, publicam no primeiro período da revista *Questions Féministes* escritos fundacionais de um modo de pensamento materialista sobre as mulheres em franco contraponto com o naturalismo e essencialismo, tão fortes no debate atual que nega a categoria *mulheres*. Estas teses, ainda nos

[8] Ver CASTILLO, 2008.

anos 1970, já questionavam a naturalização do sexo e não apenas do gênero, assim como faz hoje Judith Butler. Para o pensamento feminista materialista francês, homens e mulheres não se definem pelo biológico e nem pela cultura, mas pelas relações sociais materiais, concretas e históricas que, na minha visão, reúnem economia, cultura e política. Não se trata, todavia, de uma teoria focada nos indivíduos, mas em grupos sociais com contradições entre si, o que sugere uma abordagem histórica dialética a partir de relações sociais. Têm amplo destaque neste pensamento as análises feministas a partir da divisão sexual do trabalho, as quais entendem que a divisão social do trabalho perpassa o grupo social mulheres.

Christine Delphy, autora ligada ao feminismo materialista francês, entende o grupo social mulheres como uma classe social construída no modo de produção doméstico, que existe em articulação com o modo de produção industrial e dá a base material para o sistema patriarcal. A classe das mulheres seria construída pela exploração do trabalho doméstico das esposas pelos maridos no interior das relações de casamento. Colette Guillaumim reflete sobre as *relações de sexagem*, nas quais se dá a apropriação das mulheres pelos homens e a consequente implicação deste mecanismo para o plano ideológico. O processo produtivo implicaria não apenas na mais valia, mas também na apropriação do corpo feminino e nos produtos do corpo. Ela discute a sexização e racialização e possibilita, deste modo, compreender como estas relações sociais de sexo e raça estão imbricadas. Ambos os debates, que se relacionam com a discussão de classe, não serão objeto de reflexão aqui. Tabet aborda o acesso diferenciado por sexo ao conhecimento, abrindo as veredas para as elaborações a partir das margens, em voga hoje com as teorias do ponto de vista feministas e as ideias de descolonialidade do saber e do poder. Fundamentalmente, neste feminismo, está em questão um modo de interpretar a realidade a partir da materialidade das relações sociais e não das relações intersubjetivas ou pessoalizadas, razão pela qual eu o exponho aqui em contraponto a um debate feminista muito presente hoje centrado em relações de interação individual e em uma suposta pós-materialidade[9].

A teoria feminista negra no Brasil teve grande difusão para o movimento feminista, em especial com os trabalhos de Sueli Carneiro.

[9] Ver MATHIEU, 2014; GULLAUMIN, 2005; FALQUET, 2015. Escritos fundacionais destas autoras foram compilados em FERREIRA et al, 2014.

Concordo com a sua assertiva de que "esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra" (Carneiro, 2005, p. 2).

O manifesto do grupo norte-americano *Combahee River Collective*, de 1977, apresenta críticas à uniformização da forma de opressão para todas as mulheres e, embrionariamente, aborda as experiências simultâneas com o racismo, sexismo e classe na vida das mulheres negras. No Brasil, Lelia Gonzalez, em 1988, critica a invisibilidade de raça na maioria dos estudos feministas: "o feminismo latino-americano perde muito de sua força ao fazer abstração de um dado da realidade da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região"(1988, p. 135). Para ela a perspectiva antirracista deve ser um princípio feminista, pois, se sexo, raça e classe colocam as mulheres negras no mais baixo nível de opressão, nenhum movimento de mulheres pode ser considerado realmente feminista se não tiver por premissa o enfrentamento destas estruturas. A feminista negra norte-americana Patricia Collins (1986) argumenta que o pensamento feminista negro seria um conjunto de experiências e ideias, compartilhadas por mulheres afro-americanas, que oferece um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade, que envolve interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem. Já bell hooks[10] (1984) afirma que as análises feministas, na sua grande maioria, tendem a se concentrar exclusivamente em gênero, mistificando a realidade das mulheres ao insistirem que este é o único ou o determinante central do destino das mulheres e que, deste modo, a teoria de gênero é transformada em ideologia e ampara o pensamento feminista hegemônico.

Sueli Carneiro, citando o poeta negro Aimé Cesaire, disse que "as duas maneiras de perder-se são: por segregação, sendo enquadrado na particularidade, ou por diluição no universal". Apresento o que, para mim, significa a síntese do feminismo negro nos termos nos quais ela o apresenta e com os quais tenho concordância. Ela afirma:

---

[10] O nome bell hooks, grafado em minúscula por decisão da autora, é o pseudônimo utilizado pela feminista negra e acadêmica norte-americana Gloria Jean Watkins, em várias de suas publicações. É uma escolha política da autora sobre como ser citada.

> A utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta (Carneiro, 2005, p. 4).

Os grupos do feminismo radical, fortes nos EUA na década de 1960 e 1970, questionaram as formas tradicionais de organização política e também a estrutura organizativa dos partidos políticos a que se filiavam as feministas. Propõem uma nova forma de organização política entre as mulheres, horizontalizada, rompendo com as hierarquias características das formas tradicionais, inclusive nos setores de esquerda. Neste momento, estes grupos negavam também qualquer relação com o Estado. O caminho fundamental para a transformação na vida das mulheres estava relacionado com a apropriação de seus corpos e, a partir dela, a conquista de autonomia. Parte destes grupos se caracterizam como grupos de autoconsciência (*consciousness-raising*)[11], que reúnem mulheres para discutir experiências de sua vida cotidiana, com grande ênfase na sexualidade, saúde e violência. Dentre essas três vertentes que apresentei, como alimentadoras da concepção que advogo, aquela que teve maior divulgação no Brasil foi o feminismo radical, porém não se manteve forte ao longo do período estudado como foi na década de 1970.

É sabido que, de acordo com o contexto histórico e a correlação de forças políticas no interior do próprio movimento, na academia ou mesmo na sociedade em geral, uma ou outra vertente feminista ganha maior relevância. Neste jogo de poder em torno do conhecimento, a elaboração de sujeitos políticos menos poderosos fica invisibilizada e muitas vezes correntes teóricas contra-hegemônicas são marginalizadas. O feminismo materialista e o feminismo negro se enquadram nesta análise e eles cres-

---

[11] Muito divulgados pela publicação, realizada em 1971, pelo Coletivo de Mulheres de Boston, intitulado Nuestros Cuerpos, Nuestras Vidas. Esta publicação tornou-se referência para os principais grupos feministas organizados no Brasil dedicados à saúde e sexualidade das mulheres. Ver também FERREIRA, 2006.

cem em importância no Brasil na medida em que um pensamento e uma prática feminista contra-hegemônica e antissistêmica ganham força. Entretanto, o feminismo radical não parece ter desfrutado de melhor sorte. Isto pode advir do fato de que, no movimento feminista brasileiro, as integrantes dificilmente se definem de forma pública por uma ou outra corrente teórica, ou seja, muitas se identificam com o feminismo radical, mas não entram no debate político sobre quais são as premissas que estão adotando para isto, o que enfraquece o debate e dificulta uma análise sobre qual corrente feminista predomina no Brasil.

Em termos de movimento de mulheres e movimento feminista, a crítica ao feminismo hegemônico tem sido colocada no debate teórico-político latino-americano pelos movimentos de mulheres negras, indígenas e lésbicas. Não tenho conhecimento sobre esta crítica ter sido colocada, nestes termos, pelas mulheres que se organizam a partir da classe social, em sindicatos ou movimentos classistas, ou pelas mulheres de classes populares que se organizam em movimentos populares de mulheres. Mais recentemente, entrou no debate latino-americano a formulação feminismo comunitário, mas ela coloca esta discussão mais no plano do projeto político frente aos governos de esquerda na região do que na composição do movimento, identificação coletiva ou marcos de referência próprios, razão pela qual não será desenvolvida aqui[12].

A teoria feminista que adoto é uma teoria crítica elaborada por mulheres, sobre a situação das mulheres, situação que vejo como sendo construída historicamente nas relações sociais de classe, raça e gênero. Esta teoria se vincula à perspectiva de transformação social, da qual entendo que os movimentos feministas são sujeitos políticos, e, neste devir histórico, possivelmente juntar-se-ão a outros sujeitos, contingencialmente. Ao mesmo tempo, esta teoria feminista é engajada em processos de auto-organização das mulheres, como grupo social subordinado à exploração e dominação do sistema patriarcal, racista e capitalista, forjado na modernidade, ou seja, trata-se de um feminismo comprometido com a construção de movimentos sociais de mulheres em luta por novas condições de igualdade e liberdade para todas. Daí o desafio de reflexão sobre os movimentos de mulheres e, neles, sobre os movimentos feministas, a partir da análise do lugar que a exploração do trabalho e a racialização

[12] Ver PAREDES; GUZMAN, 2014.

ocupam nesta relação. Como a questão racial já é bastante discutida e assumida no feminismo brasileiro, tomo a questão de classe social como ponto central desta análise, no intuito de colaborar com o aprofundamento do feminismo antissistêmico.

Para continuar a fundamentação teórica desta pesquisa, apresento a seguir a discussão sobre teoria de subjetividades coletivas e movimentos sociais, de cujos conceitos fundamentais me aproprio para análise dos dados sobre os movimentos de mulheres e sobre os processos de identificação feminista entre mulheres de classes populares participantes destes movimentos.

Movimentos sociais e subjetividades coletivas: caminhos para refletir

Para concluir este capítulo, apresento, de forma sintética, os conceitos centrais que contribuíram para a análise nesta pesquisa, buscando demonstrar as possibilidades de operacionalização e a perspectiva metodológica adotada. A noção de *mulheres, como subjetividade coletiva*, é fundamental para a discussão sobre processos organizativos e de mobilização, realizados por este grupo social, e que serão referidos à luz da categoria analítica *movimentos sociais*.

A teoria de subjetividades coletivas, de José Maurício Domingues, pode ser uma contribuição para a leitura dos movimentos sociais e da categoria social *mulheres*. A elaboração sobre subjetividades coletivas visa enfrentar o dilema clássico entre estrutura e ação e a questão do descentramento e/ou morte do sujeito cara ao pensamento pós-moderno. Nesta perspectiva, entende que as subjetividades coletivas exercem sua causalidade ao interagirem com outras coletividades na situação que ele considera como terceira modernidade.

Para Domingues, a causalidade ativa, possível com a individuação na modernidade, "é a faculdade de causar permanência ou mudança na vida social através da ação" (2004, p. 12). Isto é propriamente a subjetividade individual, a qual exige reflexividade. Mas as relações sociais e os sistemas condicionam esta causalidade. As estruturas, acrescenta, são tão somente modelos descritivos idealizados das relações sociais que constituem o sistema. "São apenas os sistemas sociais que têm propriedades e existência real" (p. 27), acrescenta. Neste sentido,

> a causalidade coletiva consiste em uma propriedade dos sistemas sociais, que não pode ser reduzida ao mero efeito agregado da causalidade ativa dos atores individuais, nem deve ser tratada como 'coisa', em sentido durkheiminiano. Ela se refere às relações sociais que constituem os sistemas de interação de que é feita a vida social (Domingues, 2004, p. 27).

Isto implica dizer que o impacto de uma coletividade não depende de seu caráter consciente, podendo ser este impacto completamente não intencional, e, inclusive, não reconhecido pelos membros deste sistema social. Segundo Domingues, "quanto maior a ideologia individualista na sociedade, maior a probabilidade que o aspecto coletivo da causalidade permaneça na sombra" (p. 28). Domingues está discutindo com base em uma noção de sistemas sociais como processos interativos com causalidade própria, coletiva, possuindo vários níveis de centramento.

A noção de uma subjetividade centrada – bem definida e delimitada, com uma identidade clara, dirigida por centros decisórios bem estabelecidos – não pode mais ser tomada como evidente[13]. Um sistema social pode ser e não ser bem definido, com identidade evidente, dirigido por núcleos decisórios estáveis, e seu nível de centramento depende dessas variáveis, e, derivado dele, seu nível de intencionalidade coletiva é igualmente variável e contingente. Os níveis de centramento e de intencionalidade, que implicam na capacidade de ação coletiva, variam de acordo com a identidade coletiva e com a organização, ou seja, quanto maiores os valores de identidade coletiva e organização, maiores os níveis de centramento e de intencionalidade. Para Domingues, a identidade expressa autopercepção e consciência, bem como a delimitação relativa dos sistemas sociais na medida em que eles são cientes de si e demarcados em relação a outros sistemas. A organização expressa a articulação dos sistemas sociais, que pode ser mais ou menos espontânea ou contar com centros decisórios de maior ou menor poder. Ele classifica os sistemas sociais por níveis de centramento, numa tipologia prática e aproximativa, na qual me aproprio de três tipos: categorias, movimentos sociais e organização.

---

[13] Ver DOMINGUES, 2004.

> Categorias – dentro das quais forças centrífugas e centrípetas operam, podendo atingir razoável nível de centramento. Podem alcançar mesmo grande identidade e subgrupos (sindicatos, movimentos, etc.) que trabalhem para sua organização podem surgir. Sua heterogeneidade tende, contudo, a prevenir maior nível de centramento. Classes, gêneros e raças devem ser incluídos neste tipo de sistema.
> Movimentos Sociais – com maior ou menor nível de centramento, frequentemente próximos a uma teia. Sua identidade e núcleos decisórios (organização) tendem a aumentar seu centramento e impacto intencional.
> Organização – são os sistemas sociais capazes de atingir o mais alto nível de centramento, em função de sua precisa delimitação, clara identidade e fortes núcleos decisórios (Domingues, 2004, p. 33).

Importa-me, especialmente, desta formulação, o tipo categorias para adotar o conceito de *mulheres* no sentido que lhes atribuo de grupo social, que tem uma forte identidade social, dificilmente declinável. O tipo movimentos sociais me permite pensar no maior ou menor nível de centramento dos movimentos de mulheres e seus níveis de intencionalidade; e a noção de organização para discutir a possibilidade de refletir sobre o sujeito – objeto específico desta pesquisa – AMB, a partir da relação entre centramento, identidade e organização.

Tomar as mulheres como uma categoria me permite estudar movimentos de mulheres como um objeto empírico a ser analisado a partir da noção analítica de movimentos sociais. Entendo *mulheres* como uma subjetividade coletiva com baixo grau de centramento, um grupo cuja identidade social, ou seja, a forma como predominantemente é vista por outros e que é incorporada pelo indivíduo, é estruturada pelas relações sociais de sexo, nas quais o grupo social *homens* detém maior poder. O nível de organização do grupo social mulheres não está dado *a priori*, ocorre contingencialmente pela sua agregação em movimentos sociais, pois ele, em si mesmo, tem uma baixa capacidade de ação. Pela força da identidade social estabelecida como norma consubstanciada pelas relações sociais de sexo, mas também, raciais e de classe, as mulheres tendem a adotar um comportamento coletivo adequado ao que é aceito socialmente como sendo o padrão de feminilidade de forma imbricada com os padroes de classe

e raça. Todavia, há entre nós mulheres, distintas formas de resistência que se contrapõem à ordem estabelecida, cujos exemplos podem ser vistos no cotidiano das que se excluem da heterossexualidade compulsória, que são provedoras de suas famílias, que assumem lideranças políticas, e, o que me interessa particularmente, as que se afirmam como mulheres populares fortes, ou como diria Angela Davis, sujeitos femininos fortes. A pesquisa realizada não toma as formas de resistências individuais das mulheres populares, uma vez que discute a partir de um sujeito coletivo já articulado politicamente, como uma articulação movimentalista, mas elas, as formas de resistência, veem à tona e iluminam esta reflexão.

Para alguns setores, como já afirmei antes, ao falar de mulher (ou mulheres) estaria se afirmando a substituição do sujeito universal da modernidade e desconhecendo as desigualdades existentes entre as mulheres. Para mim, a aceitação da categoria mulheres com uma unidade de análise é fundamental para refletir sobre os movimentos de mulheres realmente existentes. Ademais, tomar mulheres como uma identidade social, ou seja, como uma visão externa sobre o que deve ser uma mulher, que é estabelecida nas relações sociais de sexo, não nega a possibilidade de que os indivíduos femininos afirmem esta e outras identidades na sua ação política, as quais podem ser baseadas em elementos anteriores na constituição de cada indivíduo ou grupo social, como identidade herdada, ou em posições construídas no processo de organização de um movimento de mulheres específico, como identidade política. Entendo que os processos de identificação possibilitam múltiplas identidades, que têm caráter situacional e relacional.

Ao falar de identidades políticas coletivas, não estamos tratando de um objeto autônomo ou uma propriedade dos atores sociais, mas sim de um processo no qual os atores se reconhecem a si mesmo e são reconhecidos pelos outros como parte de agrupamentos sociais mais amplos e estabelecem conexões emocionais e práticas com eles. Segundo Donatela Della Porta e Mario Diani (2006), as identidades coletivas podem se basear em orientações, valores, atitudes, visões de mundo, estilos de vida compartilhados e experiências de vida comum, não precisando estar referidas a elementos como classe, raça, gênero, necessariamente. Em certas ocasiões as identidades podem ser exclusivas e descartar outras formas de identificação, em outras, que na realidade são a maioria, elas são inclusivas e múltiplas, e há indivíduos que se aproximam de diversas identidades coletivas ao mesmo tempo. Della Porta e Diani discutem a

complexidade da relação entre a dimensão individual e coletiva da identidade afirmando que ela conforma projetos pessoais e o pertencimento a projetos coletivos nos quais os atores participam, e a existência de múltiplas identidades, tomando como exemplo a identidade feminista. A identidade opera como um princípio organizador com relação à experiência individual e coletiva e ajuda os atores a localizarem aliados e oponentes. Sendo múltiplas, as identidades podem estar ou não em tensão.

Por que as pessoas se mobilizam? Será a partir de identidades? Como conseguem agregar outras para ação coletiva? O que querem com isto? Que resultados obtêm? Como as pessoas permanecem juntas depois de uma onda de mobilização? Posso nomear as organizações e os processos mobilizatórios como movimentos? A sociologia vem tentando responder estas perguntas a partir da categoria analítica *movimentos sociais* e, para isto, tem desenvolvido um conjunto de teorias e pesquisas que abarcam essas questões.

Na sua origem, a reflexão sobre movimentos sociais discute os processos de mobilização social como luta por garantia de direito da classe operária no início da era industrial, com base no marxismo. Também foram elaboradas teorias sobre comportamento coletivo centradas na noção de crenças comuns e de efeito de repetição. Mas é nos anos 1960 que começa a ser utilizada a expressão movimentos sociais como a entendemos hoje, a partir da eclosão dos protestos por direitos civis nos Estados Unidos e das mobilizações libertárias estudantis de 1968 na França. Estas mobilizações são vistas, em vários estudos, como tendo fomentado o surgimento dos movimentos negro, pacifista, ecológico e feminista. Neste processo se forjaram as primeiras teorizações sobre os chamados novos movimentos sociais. Seriam novos porque não mais eram os movimentos sociais tradicionais, organizados a partir da relação capital/trabalho. Para alguns, esta ideia de novo nomeou as suas elaborações teóricas, para outros não era na novidade que estava a relevância do fenômeno, daí rejeitavam a formulação novos movimentos sociais.

No Brasil, Maria da Gloria Gohn (1997; 2008) e Ângela Alonso (2009) analisam exaustivamente a constituição das distintas teorias sobre movimentos sociais, seus conflitos, revisões e desafios atuais. Marília Spósito, na apresentação de Melucci (2001), e Breno Bringel (2011) discorrem sobre as influências das distintas teorias no Brasil nas últimas décadas. Mais recentemente Bringel e Domingues (2012), a partir de um

programa de pesquisa sobre subjetividades coletivas, discutem a relação entre movimentos sociais e teoria crítica. Considero todas estas contribuições relevantes, mas vou me eximir de apresentar aqui uma síntese de suas elaborações, restringindo-me a discutir os conceitos que me ajudam a analisar os dados da pesquisa.

Considero os movimentos sociais como um tipo de ação coletiva, entre outras. Alain Touraine (1988) formulou um modelo analítico para entender as estruturas e formas de organização dos movimentos, numa tríade composta por: construção de identidade, contraposição a um adversário e definição de objetivos de ação. Neste sentido, e a partir da ampliação deste escopo por Melucci (2001), a categoria permite analisar processos sociais que guardem algumas características. "Um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura de compatibilidade de um sistema ao qual a ação se refere" (p. 33). Isto significa dizer que podemos analisar um processo, como movimento social, quando ele se baseia em solidariedade entre pessoas e grupos, em conflitos com adversários e cujas ações exigem, para ter os resultados desejáveis, objetivos de rupturas, em parte pelo menos, com o sistema social no qual este processo está inserido.

Todo movimento é também um sistema de ação no qual se compõe um "nós" a partir de três orientações, como explica Melucci (2001): os fins, ou seja, o sentido da ação; os meios, isto é, as possibilidades e limites da ação; e o ambiente, campo no qual a ação se realiza. "A forma organizativa é o modelo pelo qual um ator coletivo tenta dar uma unidade aceitável e durável a tal sistema, continuamente permeado por tensões" (p. 46). Neste sentido, entendo que a noção analítica de movimentos sociais me permite refletir tanto sobre processos mobilizatórios como sobre processos organizativos, guardados as características fundamentais.

Donatella Della Porta e Mário Diani (2011) elaboram uma síntese de distintas teorias que, no meu ponto de vista, enumera as questões centrais para o estudo dos movimentos sociais: - a relação movimentos sociais e conflito e quais são os principais conflitos abordados pelos movimentos sociais; - o papel das representações culturais nos conflitos sociais, a partir da identificação dos problemas (causas) como objetos potenciais de ação coletiva, do sentido de identificação e geração de um coletivo em torno deste problema, evocando valores próprios e percebendo distintos eventos como parte do mesmo processo conflituoso; e - o próprio processo

no qual valores, interesses e ideias transformam-se em ação coletiva, enfrentando os riscos e compreendendo o papel das identidades, símbolos, emoções, organizações e redes para explicar o início e a persistência da ação coletiva. Como ele e ela, considero importante estudar as formas organizativas para maximizar a força e os resultados dos movimentos, vendo como os contextos socioeconômicos, políticos, emocionais e culturais afetam as possibilidades de êxito.

Resumindo, entendo movimentos sociais como processos de organização e mobilização, envolvendo indivíduos e grupos sociais de forma solidária, em torno de um problema específico ou um conflito mais amplo – uma causa –, que as pessoas participantes considerem injusto e possível de ser enfrentado coletivamente no sentido do bem comum, mediante rupturas no sistema que o produz. Esta categoria de análise será utilizada para refletir sobre o objeto empírico movimentos de mulheres, movimentos feministas e suas formas organizativas, as articulações movimentalistas.

A ideia de que os movimentos, no percurso histórico, vivem momentos de latência e de maior visibilidade será utilizada para compreender os picos de mobilização na trajetória recente dos movimentos de mulheres no Brasil, observando os repertórios utilizados e os contextos nos quais se inserem e nos quais percebem os constrangimentos e as oportunidades. As formas de organização são vistas, ao mesmo tempo, como repertório e como recursos que potencializam as mobilizações. A contribuição de Sidney Tarrow a este debate diz respeito às suas reflexões sobre política contenciosa e a de Melluci a identidades coletivas.

A formação de identidades coletivas no movimento de mulheres e movimento feminista serão objeto de análise a partir das relações que estabelecem com as interpretações coletivas adotadas, os *frames*, ou seja, o discurso político que fornece uma interpretação coletiva da realidade e unifica o movimento para ação. O uso do dispositivo *classe social* no marco interpretativo de referência (*frames*) dos movimentos também será levado em conta para esta reflexão. Identidades coletivas, no meu entendimento, são compostas em processos nos quais se estabelecem orientações políticas em relação a seus objetivos, meios e campo de ação, que conformam os seus enquadramentos interpretativos para atuação em cada contexto e conjunturas específicas. Importa salientar a possibilidade de alinhamento dos quadros interpretativos neste processo, de forma contingente. Para analisar as identidades coletivas interessa também observar as relações

interpessoais e o investimento emocional das pessoas participantes dos movimentos, uma vez que interpretar as mobilizações apenas a partir da racionalidade é insuficiente. Com esta amplitude de reflexão tento analisar apenas a AMB.

Doravante quando eu me referir a movimentos de mulheres estarei estabelecendo um sentido geral que abrange os movimentos que recorrem ou não a outra identidade, além de identificarem-se como sendo de mulheres, para falarem de si mesmos, podendo ser movimentos mistos quanto à raça, etnia, origem de classe, orientação sexual, faixa etária etc. Quando eu utilizar o termo movimento de mulheres negras, movimento de mulheres trabalhadoras e/ou movimento de mulheres lésbicas etc., estarei indicando que este movimento lança mão de outra identidade socialmente construída para sua identificação política.

Para operacionalizar o debate teórico sobre classes sociais recorrerei à ideia de *mulheres de classe trabalhadora*, me referindo ao conjunto das mulheres que vivem do trabalho e que constituem, ou não, a partir disso uma identidade de classe, entendendo-as a partir de três segmentos: mulheres sindicalistas, mulheres de classes populares e mulheres dos setores médios. *Mulheres Sindicalistas* diz respeito àquele setor da classe trabalhadora que, na tradição brasileira, é assalariada, tem contrato de trabalho que lhes garante direitos e se organiza como classe no movimento sindical. Utilizarei a expressão *Mulheres de Classes Populares* para me referir àquelas que se encontram em situações de trabalho precário e/ou com níveis de rendimento irrisórios e residindo em bairros periféricos nas grandes e médias cidades e/ou em localidades rurais, e cujos *habitus* de classe estão mais distantes das classes médias. E farei referência a *Mulheres dos Setores Médios* ou segmentos médios, buscando construir um significado para esta expressão que diz respeito apenas à fração da classe trabalhadora que possui um nível de renda, salarial ou não, mais elevado e condições de vida mais confortáveis, sendo na maioria das vezes, profissionais de nível universitário. Esta operacionalização não diz respeito à sociedade em geral, será vista apenas para o estudo específico sobre o movimento de mulheres e movimento feminista[14].

No início do trabalho de pesquisa eu intuía que existiam diferenças significativas entre os extratos sociais (classes e/ou frações de classe)

[14] Para o debate sobre classes sociais me apoio em Thompsom, Bourdieu, Kergoat e Skeggs.

que compunham o movimento de mulheres e o movimento feminista na década de 1970 e 1980 e aqueles que o compõem na contemporaneidade, e que essa nova situação pode ter implicações para o que é socialmente reconhecido como sendo o feminismo, e também para a subjetividade de mulheres de classes populares que participam desses movimentos. O problema que me moveu é a relação entre mulheres de classes populares, os movimentos de mulheres e os movimentos feministas, e o uso de classe social em processos de construção de identidades coletivas feministas e de identificação das mulheres populares com o feminismo. Importa saber as interpelações recíprocas, ou seja, por um lado, as influências do feminismo nos movimentos de mulheres e, por outro lado, a influência de mulheres de classes populares e suas organizações e ações coletivas no feminismo. Trata-se de um exercício para compreender melhor os movimentos de mulheres e os movimentos feministas a partir da referência que fazem à noção de classe social, vista a partir da consubstancialidade das relações sociais.

Realizei uma pesquisa fundamentalmente qualitativa, embora tenha produzido alguns dados quantitativos sobre a composição da direção nacional da AMB. Utilizei como caminho para coleta de informações e construção de dados, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação participante, e, fundamentalmente, entrevista semiestruturada com informantes-chave e grupo focal.

Para discutir a configuração dos movimentos de mulheres e movimentos feministas na atualidade, recorri a minha experiência de participação política e a pesquisa documental na internet, verificando como estes movimentos se apresentam publicamente. A abordagem sobre algumas mobilizações específicas foi feita recorrendo a documentos elaborados por estes movimentos com circulação impressa que chegaram ao meu conhecimento a partir da participação em fóruns e mobilizações. Os dados produzidos a partir destes documentos têm um caráter diferenciado em relação a outros produzidos de forma direta, uma vez que os documentos selecionados foram produzidos pelos movimentos para um público externo estabelecido por eles, e capturados para a pesquisa através da busca ativa ou recepção espontânea.

Utilizei como critério para seleção das articulações movimentalistas e dos documentos o fato delas se considerarem (e serem consideradas por outros) como movimentos e/ou como sendo parte do movimento de

mulheres, serem organizadas em âmbito nacional e terem expressão pública com documentos publicados na internet. Além destas expressões organizativas nacionais, existem ainda diversas articulações regionais, não incluídas no *corpus* da pesquisa, mas consideradas na análise de contexto. O mesmo é válido para várias expressões organizativas novas no movimento de mulheres que, embora não se organizem nestes mesmos termos, têm forte expressão pública atualmente. A observação em atividades da AMB está circunstanciada pelo fato de que eu participo desta articulação, o que me exigiu maior rigor procedimental para controle de vieses que se apresentaram no processo. Notas referentes à observação foram tomadas em caderno de campo.

Com o intuito de aprofundar a análise sobre a AMB, recorri a uma pesquisa anterior, desenvolvida por mim, sobre esta articulação, na qual foi possível reconstituir a sua trajetória política, discutindo o seu processo interno de construção de um método próprio de organização e atuação pública[15]. Para construir os dados de perfil das militantes da AMB, coletei informações através de um formulário, respondido individualmente, aplicado, em maio de 2014, em encontro com 61 integrantes de sua direção nacional, chamada comitê político nacional, à época. Este formulário forneceu também informações, em questão aberta, que permitem analisar como as integrantes se situam em relação à identificação com o feminismo.

Através de 10 entrevistas semiestruturadas com participantes da AMB, de 10 estados brasileiros, procurei verificar qual o lugar que a questão de classe ocupa na tensão entre movimentos de mulheres e movimento feminista, e, como a auto identificação como mulheres de classes populares impacta ou não a construção particular da identidade feminista. Estas entrevistas foram constituídas a partir de questões sobre a trajetória de vida, a situação de classe, elementos sobre o engajamento em movimentos sociais, e, mais especificamente, na AMB e a identificação (ou não) com o feminismo.

Ao chegar aos últimos meses deste trabalho, me defrontei com uma exigência de utilizar outra técnica de pesquisa: grupos focais. A maior delimitação teórica e o conjunto dos dados produzidos exigiam questionar mulheres de classes populares militantes da AMB sobre a sua identidade de classe, identidade feminista, as tensões e interpelações percebidas no

---

[15] Ver SILVA, 2010a.

movimento que participam. Nesse momento, não era possível adotar este procedimento em uma escala nacional, como foram as entrevistas. Realizei, então, dois grupos focais em Recife. O primeiro grupo contou com 12 mulheres participantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco, que é o agrupamento local de militantes da AMB. O segundo grupo reuniu 6 participantes composto por mulheres jovens, que passaram a integrar o movimento feminista nos últimos quatro anos, e que participam de processos educativos e de mobilização feminista, mas não têm vínculo de pertencimento com a articulação movimentalista estudada. Esta diferença do perfil dos dois grupos foi uma estratégia metodológica com o intuito de confrontar percepções de militantes feministas com distintas trajetórias e também controlar as minhas próprias percepções pelo fato de ser integrante do mesmo agrupamento local.

O grupo focal, nesse caso baseado na metodologia de pesquisa-ação[16], foge um pouco dos parâmetros gerais para grupos focais enquanto procedimentos metodológicos. Por isto, proponho uma técnica que nomeio como grupos de discussão orientada por problemas[17]. São espécies de grupos focais, adequados à pesquisa-ação e/ou pesquisa participante, apropriados para a apreensão de percepções de um dado coletivo sobre si mesmo e sua trajetória em comum, além de facilitar um processo reflexivo para este coletivo a partir de problemas sentidos por ele. Esta perspectiva metodológica guarda proximidade com a elaboração sobre círculo de cultura de Paulo Freire para o âmbito da educação. Essa elaboração se deve à perspectiva epistemológica de construção de conhecimento sobre si mesmo que embasa a metodologia de pesquisa-ação e, em especial, para pesquisa feminista sobre movimentos de mulheres. Ou seja, o procedimento realizado não foi um grupo focal típico, mas um grupo interativo, com participantes previamente vinculadas entre si por serem participantes em um mesmo movimento, e discutindo problemas apresentados pela pesquisadora, mas que estão presentes em debates cotidianos entre elas.

Uma das questões fortes sobre o método de observação em pesquisa qualitativa diz respeito à relação entre o pesquisador-observador e o objeto observado. Jaccoud e Mayer (2008) explicitam três modelos nos quais

---

[16] Utilizo o termo pesquisa-ação no sentido dado por Thiollent (1986), mas poderia também utilizar a classificação de pesquisa participante de Brandão (2006) ou de Investigação-ação Participativa de Fals-Borda (2006), que têm sentidos assemelhados.

[17] Ver SILVA, 2015.

esta relação pode ser desenvolvida: o modelo de passividade ou retração, no qual a pesquisadora, reconhecendo a influência de sua subjetividade, desenvolve procedimentos para buscar controlar as interferências e vieses; o modelo de impregnação no qual se gera uma superposição entre sujeito e objeto; e o modelo de interação aonde se trabalha com a interação entre pesquisadora e pesquisada como necessária à produção e interpretação dos dados, sendo este último mais ligado à perspectiva epistemológica construtivista. A pesquisa em questão pode ser compreendida à luz desse terceiro modelo, muito embora eu tenha buscado nomear a relação como uma relação sujeito-sujeito, ao invés de sujeito -objeto, dada a perspectiva epistemológica da pesquisa feminista sobre movimentos de mulheres, que adoto.

Esse modelo me pareceu interessante para o meu objeto de pesquisa uma vez que estudei o movimento de mulheres e movimento feminista, sendo eu mesma integrante de uma articulação movimentalista que os compõem, a AMB, e, ao mesmo tempo, para efeito deste trabalho, tendo que me colocar na posição de pesquisadora. Me inquieta, todavia, o fato de que esses modelos me pareceram partir do pressuposto de que a pesquisadora não tem contato anterior com a pesquisada, ou seja, que essa relação começa no ato de início da pesquisa. Este não é o caso quando uma pesquisadora – no caso eu mesma – pesquisa algo do qual ela faz parte, em condições diferentes da que passa a assumir por ocasião da pesquisa. Esta nuance me parece colocar outras exigências para o método de observação. Em pesquisas anteriores pude constatar, na minha própria experiência, como essa questão se apresenta na prática e as emoções que provoca, sendo um grande esforço manter a vigilância sobre si mesma para não se posicionar baseada somente em percepções apriorísticas, mas também para não negar as potencialidades da análise que esta participação anterior gera.

Parto do pressuposto epistemológico de que a relação que se dá entre quem pesquisa e quem é pesquisado, na metodologia de pesquisa feminista que estou adotando como referencial, mas que é própria também da pesquisa-ação e pesquisa participante, é uma relação entre sujeitos na e da produção do conhecimento, embora a responsabilidade pelas escolhas e análises seja minha. Ao compreender os movimentos pesquisados como sujeitos políticos coletivos, entendo a pesquisa como uma possibilidade de potencializar no espaço público suas próprias narrativas sobre si mesmos, mas me propondo também a analisar criticamente a documentação levantada.

Para concluir trabalhei com duas modalidades de Análise de Conteúdo – análise de conteúdo temático e análise de enunciação, a primeira apoiada em materiais de caráter documental, nos dados do formulário, e a segunda foi utilizada para processar as informações extraídas das entrevistas e dos grupos focais e se apoia numa concepção de comunicação como processo e não como dado[18].

Ao longo da narrativa, que passo a desenvolver, procurei refletir sobre o contexto histórico, situando o problema de pesquisa em relação ao campo político dos movimentos sociais, no período da redemocratização brasileira. Posteriormente discuto a relação movimento de mulheres e movimento feminista no período mais recente e relacionando-o a um contexto mais próximo e às articulações movimentalistas que o compõem, seus momentos fortes de ação articulada, os marcos interpretativos que construíram e suas formas de organização. Na sequência discuto o processo de constituição da Articulação de Mulheres Brasileiras, com base em repertório de organização, marcos de referência, sua composição interna e a formação de sua identidade coletiva. A partir daí trago à luz as percepções das mulheres de classes populares que participam desta articulação sobre suas identidades feministas. E, por fim, reflito sobre as interpelações que esta nova configuração de classe de militantes feministas de classes populares evoca para o movimento feminista.

[18] Ver BARDIN, 1977.

2

As mulheres de classes populares no feminismo brasileiro

O tempo que vivemos do final da Ditadura até 2016 é o ciclo mais longo de democracia no país, ainda que não seja uma democracia substantiva. Vivíamos, do fim da ditadura até 2015, um período de estabilidade institucional, regido por eleições diretas e funcionamento dos poderes da República. Situação esta que foi colocada sob tensão com a radicalização dos confrontos entre esquerda e direita em 2015, e que gerou o golpe parlamentar travestido de impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

A formação social brasileira não tem uma grande trajetória democrática, pelo contrário, a nossa formação tem uma forte marca patriarcal e escravista, forjada no período da expansão colonial do capitalismo da Europa e uma história de mudanças de regimes políticos operadas pelas elites, conservando o seu poder, ou como diria Florestan Fernandes (1987), uma trajetória de "transições pelo alto" ou "mudança dentro da ordem". Neste momento que vivemos novo golpe vêm à tona os dramas vividos por inúmeras pessoas pós 1964: prisões, espancamentos, assassinatos, desaparecimentos, banimento, perda de emprego, torturas, estupros, tudo isto pelo exercício do direito inalienável de terem uma posição política contrária ao regime instalado.

Neste capítulo apresento elementos sobre o contexto brasileiro da década de 1970 a 1995, com destaque aos movimentos feministas e movimentos de mulheres e suas relações com o campo político dos movimentos sociais que

se formou à época da redemocratização. Procuro discorrer sobre os movimentos de mulheres e as tensões internas em relação ao feminismo, olhando mais detidamente para as diferentes formas organizativas e as capacidades de manifestação e protestos públicos. Apresento, ainda, reflexões sobre o debate teórico predominante, neste período, no Brasil, acerca dos movimentos sociais. A intenção é contextualizar historicamente e não desenvolver uma pesquisa histórica do período.

Tomo a ideia de contexto como uma noção teórico-metodológica relevante para este processo de pesquisa, no sentido apresentado por Betania Ávila, Veronica Ferreira e Rivane Arantes (2015), para quem o contexto não se confunde com o entorno ou com o território, mas define-se como "um espaço-tempo no qual as relações sociais tomam lugar e expressam suas particularidades através de práticas sociais concretas". É o registro de um processo histórico de conformação de um campo específico, que se forja como processo político reativo ao momento conjuntural dos sistemas que organizam a vida social, numa tentativa de expressar a dinâmica entre presente e passado, local e global. Estou tomando o Brasil e as décadas de 1975 a 2015 como referências de espaço-tempo e a organização e ação dos movimentos sociais como práxis que se desenvolve em contraposição às relações sociais capitalistas, patriarcais e racistas que configuram esta formação social.

Para refletir, a partir do movimento de mulheres, considerei o contexto no qual ele esteve inserido e adotei uma dada periodização, ainda que não rigorosa: o primeiro período vai do início da abertura política, durante a ditadura militar (1975), com o surgimento dos primeiros grupos feministas e o início das mobilizações de mulheres das classes populares, à participação dos movimentos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, na qual as entidades feministas organizaram o Planeta Fêmea; e o segundo, considera a década de 1990 até 2015, que será discutido no próximo capítulo, que vai do processo preparatório ao ciclo social de Conferências da ONU, ao governo Dilma, primeira mulher eleita presidente do Brasil, e às novas configurações do movimento feminista em 2015.

No debate atual sobre o caráter do movimento feminista, em especial naquele que circula nos canais da internet, mas também em alguns núcleos acadêmicos e organizações políticas, discute-se sobre o *feminismo hegemônico*, ou seja, aquele que se funda numa perspectiva do norte glo-

bal, entre mulheres brancas, intelectualizadas e de classe média, como sendo o que predominaria no Brasil até os dias atuais. No caso brasileiro, poder-se-ia falar em um 'feminismo hegemônico' nestes mesmos termos? Em que consiste isto? Qual a relação entre esta possibilidade e a composição de classe no movimento feminista historicamente e hoje? Como isso se relaciona com as escolhas e a prática política dos movimentos de mulheres e do movimento feminista? Vamos discutir isso ao longo do capítulo a partir da configuração que os movimentos tomaram no primeiro período acima referido.

Vários estudos sobre os movimentos de mulheres, que são na maioria sobre movimento feminista e alguns sobre movimento de mulheres negras (ou feminismo negro), tomam a afirmação sobre a existência de um feminismo hegemônico no Brasil como ponto de partida, mas não analisam como esta hegemonia ocorreu. Majoritariamente se situam a partir do que seria contra hegemônico para a realização de suas análises. Eu quero problematizar esta noção, não no sentido de recusá-la inicialmente, mas buscando retomar os estudos que remetem para as décadas iniciais do período, 1970 e 1980, e vê-los a contrapelo, a partir da inserção das mulheres de classes populares nesse processo histórico. O meu problema de pesquisa se localiza na fronteira – as interpelações mútuas entre os movimentos feministas, movimentos de mulheres e mulheres de classes populares – e vou buscar situá-lo no contexto dos movimentos sociais em um dado período histórico no Brasil.

A formação do campo de movimentos sociais

A primeira fase da Ditadura Militar foi marcada por forte resistência, com denúncias e manifestações públicas, ações culturais e lutas políticas, mas conforme o cerco foi se fechando, os militares, em articulação com as forças políticas e econômicas civis que os apoiavam, recrudesceram os instrumentos ditatoriais – a exemplo do Ato Institucional nº 5, em 1968 –, e deram fim a todas as salvaguardas políticas, restando aos opositores a dura opção entre o exílio e a busca por novas formas de lutas. O período final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 foi marcado pelo maior grau de fechamento do regime. Impossibilitados

[1] Ver REIS, 2014.

que estavam de impulsionar mobilizações massivas, organizações políticas de esquerda seguiram majoritariamente para a luta armada, como ações de expropriação e tentativas de organização de guerrilhas rurais[1], e setores minoritários optaram por iniciar ou retomar a trajetória de organização e educação popular em periferias das cidades, nas fábricas e nas áreas rurais, que havia sido interrompida com o golpe[2].

O mundo vivia os tempos da Guerra Fria, com a polarização entre capitalismo e socialismo, representados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA). Sob esta polarização e a política adotada pelo Regime Militar, o Brasil vivenciou o chamado milagre econômico[3] e o auge de um discurso patriótico em que a Copa do Mundo de Futebol, na qual o Brasil torna-se tricampeão, foi um dos elementos desta ideologia nacionalista.

Durante os anos do Regime Militar, várias foram as formas de resistência engendradas por setores que se opunham ao golpe. Sob a forma de lutas, pode-se encontrar desde as experiências de guerrilhas rurais e ações urbanas, protagonizadas pelas Organizações de Esquerda[4], até ações reivindicatórias e contestatórias organizadas por trabalhadores fabris ou de moradores de bairros periféricos. Na área de produção de bens culturais, além da atuação de artistas com espaço na mídia comercial, desenvolveu-se também uma ampla rede de grupos musicais e de teatro, chamados amadores, com temas ligados às questões sociais e proposições de modos de vida alternativos. Também nas universidades e nas igrejas, especialmente no setor progressista da Igreja Católica, encontrava-se espaço de acolhida para os descontentes com aquela situação. No cenário político-partidário, vários grupos desenvolveram uma ação de crítica e de oposição ao regime por dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a única oposição partidária consentida pela Ditadura.

Na segunda metade da década de 1970, a partir de dilemas entre os militares e as forças civis envolvidas no golpe e forte pressão social nacional e internacional, começa a distensão, também chamada de abertura lenta e gradual do regime. O final da década de 1970 é marcado pela

---

[2] Ver FISCHER, 1987.

[3] Ver SINGER, 2014.

[4] Por Organização de Esquerda, entendo os grupos organizados de caráter partidário que atuavam na clandestinidade contra a Ditadura Militar e que se identificavam com a teoria marxista (AARÃO; SÁ, 1985).

retomada de amplas mobilizações sociais contrárias à ditadura, em defesa da anistia aos exilados e presos políticos, por liberdades democráticas e por melhores condições de vida.

A política econômica da Ditadura, na década de 1970, reprimia a inflação com base no controle dos preços e salários. Este mecanismo passou a ser erodido quando o ritmo da demanda efetiva de consumidores e das empresas deixou de ser acompanhado pelo investimento em infraestrutura e pela oferta de força de trabalho. Neste momento, o governo já começava a distensão, dando limites à repressão política. A associação deste cenário com a crise do milagre econômico e o choque do petróleo agravaram as pressões inflacionárias. O governo, então, passou a subestimar a inflação, medindo-a pelos preços oficiais e não pelos realmente praticados pelos agentes econômicos[5].

Esta situação foi o estopim tanto para o movimento popular contra o aumento do custo de vida e suas manifestações, em 1978, como para os movimentos de desempregados e para as greves operárias do ABC paulista, em 1978 e 1979[6]. As mulheres eram majoritárias no movimento contra o custo de vida. Como responsáveis pelo abastecimento de seus domicílios, perceberam que a inflação era bem maior do que a divulgada pelo governo, o que gerou revoltas e grandes manifestações públicas. Já os metalúrgicos de São Bernardo do Campo se mobilizaram, sob a liderança do dirigente sindical Luís Inácio Lula da Silva, para exigir reposição das perdas salariais com base na denúncia da manipulação dos índices inflacionários feita pelo governo. Isso possibilitou uma onda crescente de movimentos sociais que ocorreu no final do período da Ditadura Militar.

Vários processos são ilustrativos da efervescência política dos movimentos sociais neste momento: as greves de metalúrgicos de São Bernardo do Campo e São Paulo, de canavieiros de Pernambuco e de professores em vários Estados; o Congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979; as mobilizações do movimento contra o custo de vida (em alguns lugares chamado movimento contra a carestia e em outros de panelas vazias); a expressão pública de Comunidades Eclesiais de Base e dos encontros de jovens da Igreja Católica, início do que veio a

[5] Ver SINGER, 2014.

[6] Ver EVERS, 1982; DOIMO, 1995; SADER, 1988; ANTUNES, 1992.

ser as Pastorais Sociais; os conflitos no campo se agravam com grilagens e expulsão de lavradores e assassinatos de lideranças; cresce também o debate da reforma sanitária em todo o país e movimento popular de saúde, em especial na zona leste de São Paulo; e, ainda, a chamada imprensa alternativa que publicava em vários Estados, na qual foram mais destacados os jornais *Movimento* e *Pasquim*, mas que também contava com os jornais de organizações de esquerda como *Companheiro*, *Em Tempo* e *Tribuna da Luta Operária* e os jornais feministas *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*. Estes são apenas alguns exemplos da onda de mobilização social nos finais da década de 1970 e início de 1980.

Muitos estudos que se referem a este período, de forma geral, concentram esta efervescência política em São Paulo, mais fortemente nas greves do ABC e no movimento de saúde da zona leste, entretanto, mobilizações ocorreram em todo Brasil, com manifestações massivas e de grande radicalidade. A título de exemplo, eu posso registrar a luta estudantil por meia passagem nos transportes públicos realizada em São Luís, Maranhão, em setembro de 1979, cujo slogan símbolo posterior foi "meia passagem ou meia cidade", dada a expressão radical das mobilizações de rua, com enfrentamentos entre manifestantes e tropas policiais, quebra-quebra generalizado de lojas do centro da capital, caminhadas com milhares de pessoas e assembleias realizadas em estádio de futebol, tal a dimensão do movimento. Este registro, um resgaste de minha memória, quer demonstrar como a historiografia não torna visível inúmeros acontecimentos relevantes, que poderiam favorecer outro olhar sobre o período e ampliar o espectro dos conflitos sociais.

Em 1979 esta movimentação política contra a Ditadura, associada aos conflitos políticos internos entre os partidários da chamada linha dura dos militares e as discordâncias também entre civis, com a crise do milagre econômico e os desgastes internacionais relativos à imagem do país, possibilita a aprovação da Lei da Anistia, da qual tanto os torturados como os torturadores foram beneficiados, fazendo com que a institucionalidade democrática brasileira fosse se recompondo "pelo alto" sem fazer rupturas radicais com o regime militar e nem tampouco garantir punição aos responsáveis por ele. Como parte do processo de abertura, tem fim o bipartidarismo e os grupos contrários à Ditadura passam a se organizar em partidos políticos legais diferentes e não apenas sob o guarda-chuva do PMDB, com destaque, no campo da esquerda, neste momento para o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido

Democrático Trabalhista (PDT). Posteriormente o Partido Comunista do Brasil retoma a legalidade, também se organiza, em 1988, o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Este espectro partidário, somado ao setor "autêntico" do PMDB e aos partidos de esquerda, então na clandestinidade, configura o amplo campo partidário de esquerda, à época.

Em 1983 inicia-se a campanha por eleições diretas para presidente da República, Movimento das Diretas Já, o que amplia a onda de grandes mobilizações públicas em todas as capitais e cidades de médio porte, tendo como ato de encerramento a reunião de um milhão e meio de pessoas no comício na Praça da Sé, na cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1984. A campanha *Diretas Já* – que vinha sendo discutida pelos setores oposicionistas no Congresso Nacional e iniciou como movimento de massa com a manifestação em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo, convocada pelo Partido dos Trabalhadores – reuniu todos os setores em oposição ao regime militar e que se manifestavam, das mais diferentes maneiras, exigindo a retomada da institucionalidade democrática, com eleições livres e diretas, proposta discutida no Congresso Nacional pela emenda apresentada pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB)[7]. Apesar de aprovada a emenda no Congresso, ela não alcançou o quórum de maioria absoluta, o que não permitiu que o movimento saísse vitorioso. O país viveu a saída da Ditadura Militar com uma transição conservadora, como nomeou Florestan Fernandes (1986), com a eleição, via colégio eleitoral, de Tancredo Neves para presidente, um nome liberal de oposição à ditadura, do antigo MDB, que, em função de sua morte, foi imediatamente substituído pelo então vice-presidente, José Sarney, que tinha sido um dos principais líderes políticos civis no campo de apoio aos militares como dirigente do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e rompeu ao final da Ditadura para fazer aliança com Tancredo Neves. Sarney assume em 1985. Ele foi fartamente denunciado durante o mandato pela política de compra de votos no Congresso Nacional através das concessões de rádio e TV para parlamentares e seus aliados, o que lhe garantia as condições de governabilidade. O período foi marcado pelo processo constituinte e as mudanças legislativas de-

[7] Há leituras divergentes sobre o processo político da campanha das Diretas que oscilam entre uma perspectiva mais institucionalista, com foco na aliança entre partidos, no debate no Congresso Nacional e nas divisões no interior do regime, e visões que são mais apoiadas no alargamento político que teria sido provocado pelo chamado comício do Pacaembu, que iniciou o movimento de massa.

correntes dos novos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, o que se estendeu até a década de 1990.

A década de 1980 inicia com a força das mobilizações de rua e o fim do bipartidarismo. A partir daí se organiza a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposições Sindicais (ANAMPOS) e são realizados os Encontros e Congressos da Classe Trabalhadora – ENCLATs e CONCLATs – que levam à fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, associada a três greves gerais no país, em 1983, 1986 e 1987, conseguindo fortes paralisações de milhões de trabalhadores, por um dia, contra a recessão e o desemprego.

Na oposição partidária, o PT é o partido que consegue amalgamar a expressão política advinda desta onda de mobilização. Raquel Meneguello (1989) demonstra o caráter de novidade política do Partido dos Trabalhadores. Ela destaca que, em torno do contexto institucional demonstrado, dos avanços e retrocessos políticos que caracterizavam o processo de 'abertura' e em torno do intenso período de articulação e mobilização social, o PT configurou-se como novidade político-institucional quanto à origem, organização e proposta.

No período de 1985 e 1986, o conjunto de organizações, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos de esquerda que se forjam nesse processo articulam-se em torno de uma nova campanha. Desta feita a bandeira levantada é por uma assembleia nacional constituinte exclusiva e soberana, com participação popular. Apesar da forte adesão, a campanha obteve vitória apenas parcial: o Congresso Nacional eleito em 1986 tomou poderes constituintes e acatou a participação através de propostas de emendas populares que contassem com 30 mil assinaturas de eleitores.

Todo o campo político articulado nessas ondas de movimentação mobiliza-se em torno das Emendas Populares para Constituinte que versavam sobre direitos sociais para os distintos segmentos envolvidos. Na Constituinte, o chamado bloco popular, composto pelos deputados que atuavam a partir do campo de luta pela redemocratização, sai vitorioso no capítulo sobre os direitos sociais e derrotado no capítulo sobre os direitos políticos, mantendo-se, com algumas alterações, o chamado, à época, entulho autoritário, ou seja, ficaram muitos dos mecanismos criados pela Ditadura contra as liberdades democráticas no nosso sistema político. A nova Constituição promulgada em 1988, chamada Constituição Cidadã, amplia os direitos sociais, mas a articulação do bloco de

deputados de centro-direita, que ficou conhecido como Centrão, impede maiores avanços. As mudanças constitucionais, todavia, abrem as possibilidades políticas para novas formas de participação social, reguladas posteriormente, e que geraram o que hoje conhecemos como mecanismos de controle social, ou mais especificamente, conselhos e conferências de políticas públicas.

O governo Sarney assumiu no meio da escalada inflacionária com ajustes livres de preços e reajustes semestrais de salários, o que colocava os trabalhadores em desvantagens econômicas e com muita propensão à reivindicações e greves. A solução governamental encontrada foi o Plano Cruzado, com o Estado arbitrando o conflito distributivo e paralisando todos os reajustes a partir de 28 de fevereiro de 1986, combinando esta medida com a troca da moeda nacional, de cruzeiro para cruzado, para simbolizar a troca de regime monetário. A resposta da população foi entusiástica e o governo atingiu altos índices de aprovação, levando ao desencanto aqueles militantes de movimentos sociais e partidos de esquerda que se posicionaram contra o plano. Mas os produtos baratos começaram a sumir das prateleiras, gerando a crise de desabastecimento. Antes que isso ocorresse, o então partido do presidente Sarney, PMDB, já havia eleito a ampla maioria do Congresso Constituinte de 1986. Nos anos seguintes, a inflação foi atacada pelas medidas do Plano Bresser, em 1987; Plano Verão, em 1989; e o Plano Collor, em 1990, o último em referência ao novo presidente eleito em 1989. Os dois primeiros combinaram congelamento de preços, corte de créditos, elevação de impostos e redução dos gastos públicos, ambos com efeitos muito reduzidos. O plano anti-inflacionário do presidente Collor de Melo, que assumiu o governo em março de 1990, congelou por dezoito meses todos os ativos financeiros da população, proibindo saques acima de 50 mil cruzados, ou seja, sequestrou a poupança, com o objetivo de impedir que a população fizesse gastos, com a finalidade de cortar a demanda para impor uma baixa dos preços. Isto gerou uma hiper-recessão, situação pior que a hiperinflação[8]. Esta situação econômica – associada a denúncias de corrupção e não credibilidade do presidente junto aos agentes econômicos e aos políticos tradicionais –, precipitou a sua queda em 1992, sendo substituído pelo vice, Itamar Franco. Collor havia sido eleito em 1989,

[8] Ver SINGER, 2014.

na primeira eleição direta para presidente da República.

Ainda em 1989 o mundo é sacudido pela queda do muro de Berlim, que dividia a Alemanha entre oriental e ocidental e simbolizava a guerra fria entre mundo capitalista e mundo socialista. É o começo do fim da bipolarização política que tem seu ponto culminante com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que já vinha flexibilizando sua política interna com a *glasnost* e sua economia, com a *perestroika*. É o tempo do debate sobre a crise de paradigmas que ganha força na sociedade. Na esquerda ampliam-se os questionamentos ao socialismo instalado a partir das experiências revolucionárias de caráter marxista leninista e também maoístas[9]. Neste mesmo período a revolução nicaraguense, que se organizou sobre bases vinculadas a um pensamento renovador no interior do marxismo e à teologia da libertação também é derrotada pela via eleitoral. Cresce a crise política no interior das organizações e partidos de esquerda e muitos buscam outras referências teóricas e políticas, ou mesmo, outros modos de vida. O pensamento acadêmico também sofre uma reviravolta a partir da chamada crise de paradigmas. No mundo se fortalecemas determinações do Consenso de Washington, o consequente crescimento do neoliberalismo o debate sobre fim da história e sobre globalização. A liberalização do comércio para além das barreiras nacionais e a destituição do lugar salvaguardado para o Estado-Nação entram na ordem do dia dos debates políticos.

A primeira eleição direta para presidente da República, na sequência da forte onda de mobilização, referida acima, é também um marco na história recente dos movimentos sociais. Em 1989, a campanha do candidato a presidente pelo Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, pela Frente Brasil Popular, que reunia PT, PCdoB e PSB[10], teve um sentido ímpar que foi muito além de uma simples campanha eleitoral, congregando várias articulações de movimentos sociais advindos do período da democratização. Configurou-se aí, de forma mais contundente, o campo político que ficou conhecido como campo democrático e popular.

---

[9] Referências ao pensamento e liderança política de Karl Marx, Vladimir I. Lenin e Mao Tsé Tung, respectivamente.

[10] PT – Partido dos Trabalhadores, PCdoB – Partido Comunista do Brasil e PSB – Partido Socialista Brasileiro.

Para alguns, este campo político era a união dos partidos no espectro político da esquerda, restrito à Frente Brasil Popular, ou indo um pouco além e incorporando o PDT e setores democráticos do PMDB[11], visão que considero, além de restrita, uma forma de renomear aquela Frente eleitoral para um período mais longo. Para outros, com os quais concordo, este campo era expressão das forças políticas em luta pela democratização e por direitos, o que incluía os diversos movimentos sociais mobilizados no período e também os partidos políticos, pastorais sociais e uma gama de organizações que se expressavam publicamente no mesmo sentido político. Portanto, vejo este campo político não como a soma de suas organizações, ou uma frente que as congregue, mas como uma expressão política perceptível pela sua ação na história e pela sua capacidade de constituir um quadro de referência amplo em torno da noção de direitos e de participação, e não por uma estrutura organizativa. Doravante farei referência ao 'campo democrático e popular' no sentido amplo de ação do conjunto de movimentos sociais, partidos, pastorais, organizações, setores acadêmicos e pessoas individualmente, vinculados ao processo de redemocratização a partir de um pensamento de esquerda[12]. E utilizarei o termo campo político dos movimentos sociais quando me referir apenas a eles, sem a amplitude de organizações do campo democrático e popular, porém orientado politicamente neste mesmo sentido.

Os dois candidatos, Lula, vinculado a este campo político de movimentos sociais e apresentado pelo PT, até aquele momento considerado um 'partido dos de baixo', e Collor, apresentado pelas forças políticas conservadoras e que haviam dado sustentação à Ditadura Militar, chegam às vésperas do segundo turno da eleição presidencial praticamente empatados. Diversos fatores geraram a derrota de Lula e a eleição do presidente Fernando Collor de Melo. Apesar de sua trajetória de direita, Collor apareceu na cena pública, às vésperas da campanha eleitoral com um político jovem, a favor dos ditos descamisados, comprometido com a luta contra a corrupção e contra os chamados marajás, aqueles funcionários públicos com altos salários. A isto se associou o forte preconceito das classes abastadas ao candidato metalúrgico, tido como analfabeto apesar de sua escolarização; a associação do PT ao sequestro do empre-

[11] Partido Democrático Trabalhista e Partido do Movimento Democrático Brasileiro, respectivamente.

[12] Ver PALUDO, 2001; VERAS DE OLIVEIRA, 2004 e 2006.

sário Abílio Diniz, produzida pela mídia; e a insegurança de Lula ao responder, no último debate na televisão, ao questionamento sobre um possível aborto que ele teria solicitado à mãe de sua primeira filha, e a manipulação deste episódio feita pela rede Globo de televisão e apresentada no Jornal Nacional no dia seguinte. Collor assume em 1990 e em 1992 ocorre o seu impedimento (*impeachment*) e assume o vice, Itamar Franco. O presidente eleito por proposição das forças conservadoras não gozava da total confiança dos principais quadros políticos da direita, e, além disso, o grau de corrupção que o seu grupo promoveu fugia ao controle de alguns políticos tradicionais.

No período do governo Sarney e Collor-Itamar, é forte o recurso às greves por parte de categorias de trabalhadores organizados na CUT, nos setores operários como metalúrgicos, químicos e petroleiros, mas também no setor de serviços, em especial bancários, professores e servidores públicos federais. A CUT se impõe como a principal central sindical e os seus movimentos de oposição conquistam as direções da maioria dos sindicatos que geram mobilizações da classe trabalhadora em defesa de direitos e/ou nas campanhas salariais. Eclode também uma forte onda de conflitos agrários calcados em movimentos de resistência de trabalhadores rurais (nomeados como lavradores, camponeses e agricultores familiares) para garantir a posse da terra, e também como movimentos de ocupação de terras devolutas, à qual os latifundiários e as forças policiais respondem com confronto policial, perseguição por jagunços contratados e assassinatos seletivos de lideranças.

Organizações de movimentos sociais, oriundas dos processos de reivindicações, manifestações e protestos populares do período da redemocratização, se consolidaram, isto é, passaram a ter estrutura administrativa e financeira, um conjunto de ativistas profissionalizados, uma direção nacional e/ou local eleita pelos seus participantes, e uma capacidade de interlocução pública razoável. Em alguns casos, a notabilidade pública ocorre através de uma forte organização unitária com realização de ações coletivas e, em outros, a força está na articulação de diversas organizações em redes, outras ainda na força política de seus argumentos e na forma como mobilizam apoio na sociedade.

Apesar destas formas organizativas, nomeadas como movimentos sociais pelos participantes, é preciso analisá-las a partir de diferentes patamares, considerando as suas especificidades, as articulações e a forma-

ção de redes e as ações coletivas desenvolvidas: Vejamos, como exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento de luta pela terra (ou movimento pela reforma agrária) ou também Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e o movimento por reforma urbana. Os dois primeiros do binômio, o MST e o MNLM, se configuram como organizações fortes, com direções políticas e estruturas específicas, que possuem capacidade de proposição e mobilização no enfrentamento de conflitos, dado o grau de centramento, com identidade coletiva demarcando o pertencimento de militantes e marcos de interpretação da realidade conformando não apenas consignas de mobilização, mas projetos políticos próprios. Os dois segundos são formas de interpretação de um campo de luta em torno de um conflito, que comporta referências comuns, e se expressa em momentos significativos de mobilização e pode reunir em torno desta identificação distintas formas organizativas e muitas pessoas individualmente. Neste sentido, estes só são visíveis na política quando conseguem se impulsionar como campo e produzir uma ação comum massiva e/ou quando se organizam num fórum mais amplo, a exemplo do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e o Fórum Nacional pela Reforma Urbana, e entram no debate público. Mas, independentemente de tomar este formado organizativo ampliado, o que os configura é a capacidade de produzir ações coletivas direcionadas a uma causa, o que ocorre contingencialmente. Apesar disso, os movimentos como estruturas organizativas próprias continuam existindo de forma permanente dentro dessa movimentação maior.

Estas mesmas reflexões são úteis para pensar cada um desses campos de movimentos que atuam em torno de problemáticas específicas e, de forma mais ampla, o campo político dos movimentos sociais como um todo. Elas também podem ser aplicadas para vermos cada movimento de mulheres, como uma estrutura organizativa particular, e o conjunto dos movimentos de mulheres, como realidades possíveis de análise a partir do conceito de movimentos sociais.

Este processo foi capaz de gerar um campo político de movimentos sociais com uma identidade coletiva com grande fluidez, mas que lhe permitia um sentido de unidade, demarcada por um processo de enquadramento em torno de um projeto político comum, ainda que fluido, que foi se configurando ao longo do curso da ação, e que tinha na capacidade de agir coletivamente a sua força. Ele se confrontou inicialmente com a Ditadura Militar, com os governos federais subsequentes e com

aquilo que era nomeado como a classe dominante, em especial empresários e latifundiários. A abordagem de movimentos sociais com a qual estou trabalhando permite analisar estas situações, vendo-as a partir de suas peculiaridades e de sua interação no contexto político. Melucci utiliza uma abordagem processual de identidade coletiva, derivada da ação que se constrói a partir da relação entre diversos atores, que compartilham uma visão de objetivos, possibilidades e limites e de caminhos para ativar as relações entre si e com os oponentes[13].

No início dos anos 1990, várias movimentações amplas tiveram importância no processo de congregação do campo político dos movimentos sociais que estamos discutindo: o Movimento pela Ética na Política, em 1992, que contribuiu para criar as condições de apoio popular para o *impeachment* do presidente Collor, em especial na juventude que ficou conhecida como os "caras pintadas"[14]; a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida (1993-1994)[15], que foi a base a partir da qual o posterior governo Lula criou o Programa Fome Zero, entre outras. O ciclo social de Conferências na Organização das Nações Unidas (ONU) também agregou diversos movimentos sociais para ações institucionalizadas nesta década, a exemplo da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, chamada Eco 92, realizada no Rio de Janeiro.

Com estas informações, quero salientar que o campo político dos movimentos sociais adotou diversas estratégias, mobilizando para isto diferentes tipos de recursos e utilizando diferentes repertórios de ação, estando em alguns momentos em estado de maior congregação, portanto com maior grau de centramento e capacidade de ação, e em outros adotando uma face mais dispersa, de acordo com os contextos e as estratégias adotadas pelos diferentes sujeitos que o compõem. Mas, sobretudo, esta época foi marcada por uma emoção em particular, um sentido de pertencimento a este campo, que mobilizava também emocionalmente inúmeros militantes.

Os centros de educação popular e entidades de assessoria tiveram forte influência na articulação dos movimentos populares na década de 1980. Estas entidades criam, em 1991, uma associação própria, a ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamen-

---

[13] Ver MELUCCI, 1995, 2001.

[14] Ver SCHERER-WARREM, 2012.

[15] Ver SANTOS, 2008; GOHN, 1997.

tais, e se definem não mais como entidades de assessoria, mas como um ator com voz própria no espaço político[16]. No caso das organizações feministas e das organizações de mulheres negras (feministas ou não), a situação era um pouco diferenciada, pois, embora as entidades tenham passado a ser nomeadas ONGs, elas se declaravam, como o fazem ainda hoje, como parte do movimento feminista e dos movimentos de mulheres e não apenas como assessoria a eles. Naquele período existiam, em alguns estados da federação, fóruns estaduais de mulheres, que congregavam a maior parte das entidades e núcleos acadêmicos, feministas com atuação partidária e sindical e grupos de mulheres dos bairros de periferia nas grandes cidades, muitos dos quais organizados a partir de trabalhos realizados por feministas, mas não todos.

Estas entidades feministas vivem um processo crescente de fortalecimento institucional, mantendo escritórios organizados e pessoas profissionalizadas, buscando financiar suas ações com o apoio de projetos de agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento. Com isto, muitas se notabilizaram como centros produtores de conhecimento e outras como realizadoras de experiência exemplares que viriam a alimentar a elaboração de políticas públicas especializadas. Algumas mantiveram a ação nas periferias e/ou categorias de trabalhadores no campo e na cidade, no entanto, nem todas vinculadas a processos organizativos e impulsionadores de movimentos e lutas locais ou nacionais. Na década de 1990 o trabalho de grande parte das ONGs volta-se também muito fortemente para o chamado trabalho social.

Entendo por trabalho social a ação desenvolvida por grupos com caráter profissional, sejam de ONGs, assessorias eclesiais ou extensionismo universitário, que realizam processos educativos com grupos populacionais de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social, seja para favorecer a sua saída de um ciclo de violência e/ou vulnerabilização ou fortalecê-los na busca de autonomia econômica e social. Estes processos de trabalho social geralmente são feitos associando ação educativa e/ou de assistência social a elementos artístico-culturais e ou de produção autônoma[17].

---

[16] Ver DOIMO, 1995; VIEIRA, 2001.

[17] Devo a formulação desta ideia a um profícuo debate travado com Silvia Camurça sobre a diferença entre trabalho social e luta social.

Este tipo de trabalho pode ocorrer em paralelo com processos de organização e luta dos movimentos sociais populares, porém nas décadas de 1990 e 2000, há registros de um certo distanciamento desta perspectiva por parte de várias entidades. Ao que tudo indica, isto se deveu a mudanças nas políticas das agências de cooperação, mas também podemos associar à crise de paradigmas de transformação social pós derrocada do socialismo real, às mudanças de referências teóricas nas assessorias e/ou à perda de referências utópicas entre a militância de esquerda, mas isto é objeto para outra investigação.

Não se pode esquecer o crescimento do neoliberalismo, não apenas como política econômica, mas especialmente como força cultural. Como política econômica, ele dirigiu a influência dos Estados sobre as agências de cooperação para o desenvolvimento que financiavam o trabalho de ONGs e também de entidades de movimentos sociais. Do ponto de vista cultural, impõe modos de vida individualistas que vão na contramão dos processos de sociabilidade mais coletivistas como os vivenciados na luta contra a Ditadura Militar. A força articuladora do campo político dos movimentos sociais começa a ser questionada, alguns falam de crise do campo do Movimento Popular no início da década[18], outros registram uma crise geral dos movimentos sociais, que teriam perdido sua força de mobilização.

Ilse Scherer-Warrem (1999), em reflexão sobre este processo, afirma que os movimentos passam a buscar resultados concretos e imediatos em termos de políticas públicas. Esta forma de analisar, e também de fazer movimento, gerou uma nova fase de movimentos sociais no Brasil, que abordarei no próximo capítulo. Por enquanto, sigo com o histórico sobre os movimentos de mulheres no período, procurando entendê-los dentro do campo político dos movimentos sociais e discutir como se configurou neste período a relação entre o movimento feminista e as mulheres de classes populares.

Dos grupos de reflexão ao planeta fêmea

O período da abertura política ao início da década de 1980, marcado pela eclosão de várias mobilizações e que pode ser entendido como

[18] Ver DOIMO, 1995.

um ciclo de protesto contra a Ditadura, vê surgir também, como parte deste campo, as organizações e manifestações específicas de mulheres, dentre as quais os coletivos feministas. Numa primeira fase surgem grupos bastante diversificados e durante o processo de redemocratização eles vão se agregando e formando articulações movimentalistas regionais e nacionais. Nesta parte, vou trazer informações sobre os processos organizativos e de ações coletivas públicas que ocorreram neste período, buscando explicitar como foram se conformando, neste contexto histórico, as organizações identificadas como movimentos feministas, movimentos de mulheres negras e movimentos de mulheres sindicalistas, ambos em diálogo com o recorte de raça e classe. Trarei também, sempre que o material bibliográfico me permitir, elementos sobre a nascente relação entre movimento feminista e mulheres de classes populares.

Vários grupos de mulheres de classes populares envolveram-se na luta pela redemocratização e por melhores condições de vida. Notabilizaram-se especialmente os grupos de saúde da zona leste de São Paulo, os comitês do movimento do custo de vida, majoritariamente femininos, os clubes de mães e a participação das mulheres nas comunidades eclesiais de base. O estudo de Eder Sader (1988), sobre os movimentos sociais à época, é uma demonstração desta relevância. A presença feminina também foi marcante na resistência à ditadura nas ações de organizações de esquerda. Como consequência, muitas foram presas políticas, torturadas e exiladas pelo regime e também muitas se tornaram militantes nos processos articulatórios a partir dos clubes de mães e grupos de saúde[19].

Há também registros da existência de grupos feministas de autorreflexão no Rio de Janeiro e em São Paulo, no início dos anos 1970, com distintas orientações políticas. Segundo Albertina Costa (1990), o grupo de São Paulo chamou atenção pela sua duração, pela sua capacidade de resistir ao desgaste, enquanto vários outros grupos desta natureza de que se tem notícia no período de formaram e desagregaram meteoricamente. As mulheres que o integravam se encontram quinzenalmente durante três anos, mantendo um núcleo central de presença relativamente estável. Algumas feministas foram influenciadas pelo feminismo norte-america-

[19] Ver COSTA, 1980 e SOUZA-LOBO, 1991.

no, em razão de estudos naquele país, outras pelo feminismo europeu, mais fortemente francês, motivadas pela participação no movimento neste país durante exílio político[20].

O Movimento Feminino pela Anistia teve uma expressão forte de atuação na década de 1970, e há polêmicas sobre sua articulação ou não com o movimento feminista na luta contra a Ditadura Militar. As alusões sobre este movimento ser ou não feminista são contraditórias, mas ele esteve envolvido na organização da primeira comemoração pós golpe militar do 8 de março em 1976, com grupos feministas, e também assinou conjuntamente manifesto de solidariedade às presas políticas em greve de fome, o que indica que guardava, pelo menos, uma proximidade tácita[21].

Não localizei registros relevantes da participação do movimento feminista e dos movimentos de mulheres, organizados enquanto tais, na campanha por eleições diretas para presidente da República, chamada Diretas Já, em 1983 e 1984, nem tampouco na movimentação em prol da Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, que foi articulada na frente ampla, adotando nomes diferentes, porém similares, nos vários Estados, mas que ficou mais conhecida como Plenário Pró-participação Popular na Constituinte, em 1985 e 1986. A exceção fica para o Movimento de Mulheres pelas Diretas Já, que parece ter congregado mulheres do PMDB e uma manifestação com cerca de seis mil mulheres em frente ao Congresso Nacional, com a presença de artistas, escritoras e feministas ligadas ao PMDB e ao PT[22]. Isto não significa que não tenha havido engajamento de feministas e/ou de grupos de mulheres em cada localidade, sem que isso signifique uma articulação nacional.

A abertura política favoreceu o retorno não apenas de quem sofreu exílio, mas também de quem se auto exilou ou simplesmente saiu para estudar em outros países e, nesta oportunidade, teve contato com ideias feministas. No final da década de 1970, com a conquista da Anistia em 1979, retornam do exílio muitas mulheres que haviam se envolvido com o feminismo na Europa, a exemplo das que compuseram o Círculo de Mulheres em Paris[23].

---

[20] Ver PINTO, 2003.

[21] Ver PINTO, 2003.

[22] Ver PINTO, 2003 e RODRIGUES, 2003.

[23] Ver BRITO, 2010.

Em 1975, declarado ano internacional da mulher pela ONU, realiza-se, no Brasil, um seminário na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), tido como um marco fundacional do movimento feminista no Brasil, de acordo com sua história oficial, como alerta Joana Pedro (2006). A partir desse evento, ampliam-se os grupos feministas em todo país. Muitos são grupos de estudos e de reflexão, organizados nos moldes dos grupos de conscientização surgidos no exterior. Outros são grupos de reflexão e ação, entre os quais o princípio da autonomia vai ser um dos pontos mais polêmicos no enfrentamento com outros grupos políticos, em particular com as organizações de esquerda. Este movimento feminista autônomo se organiza alinhado ideologicamente à esquerda quanto às propostas de mudanças na sociedade, mas a divergência é profunda no que tange à condução das lutas das mulheres. Firmes no princípio da autonomia do movimento, as feministas não aceitam a tutela dessas organizações.

> Sustentando a tese de que a opressão da mulher não é um simples efeito da economia, nem algo que seria naturalmente resolvido em uma fase posterior ao processo de mudança social, como apregoavam as feministas socialistas, recusam-se a relegar a luta da mulher a um segundo plano e vê-la diluída e pulverizada nas chamadas lutas gerais. Este será em período de acirrados debates dentro do movimento entre as correntes autônomas e as várias correntes partidárias, levando a diversos rachas e dissidências e ao surgimento de novos grupos (Costa, 1990, p. 4).

Os grupos feministas desse período eram majoritariamente compostos por mulheres profissionais autônomas, algumas com inserção nas universidades, o que levou a articulação destes grupos a partir de espaços universitários, a exemplo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e seminários ou congressos acadêmicos. Neste período, a Reunião Anual da SBPC configurava-se como um espaço forte de resistência à Ditadura Militar, que extrapolava a perspectiva acadêmica. Posteriormente as feministas passaram a organizar encontros independentes das reuniões anuais da SBPC ou de outra entidade, sob a responsabilidade organizativa dos vários grupos feministas da cidade que sediaria o evento. Assim os encontros feministas, no espaço das reuniões anuais da SBPC, ocorreram de 1975 a 1985, daí seguiram

sendo organizados como Encontros Nacionais Feministas e foram concomitantes à participação das feministas brasileiras nos Encontros Feministas Latino Americanos e do Caribe.

Na passagem de década de 1970 a 1980, foram criadas algumas organizações feministas, como registra Margareth Rago, as quais tinham relação com os movimentos sociais e com as organizações políticas de esquerda[24]. No Nordeste, os primeiros grupos feministas deste período se organizam em Recife, Ação Mulher, e em João Pessoa, Maria Mulher. Realizam, em articulação com outros grupos, quatro Encontros Feministas do Nordeste, sendo o primeiro em 1980. Do Ação Mulher emergem as primeiras organizações político-profissionais feministas: o SOS Corpo Grupo de Saúde da Mulher[25] e a Casa da Mulher do Nordeste, ambas sediadas no Recife. Do Maria Mulher surge a Cunhã Coletivo Feminista. Estes coletivos, além de atuarem politicamente como parte do movimento feminista, se voltam para a pesquisa e educação popular com mulheres nos bairros de periferia e na zona rural, em especial nas áreas de sexualidade, saúde e trabalho.

Paralelamente, há registros da organização de grupos de mulheres negras, em São Paulo, em 1983, onde mais tarde também iriam se formar organizações político-profissionais. Segundo Sueli Carneiro,

> Em 1983 surge, em São Paulo, o Coletivo de Mulheres Negras (...). O Coletivo se organiza em virtude da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, no qual não havia representação de mulheres negras no rol das conselheiras empossadas. Da denúncia empreendida primeiramente pela então radialista negra Marta Arruda e pela ação enérgica do Coletivo de Mulheres Negras, serão incluídas neste Conselho, as representantes das mulheres negras indicadas pelo Coletivo (Carneiro, 2004, p. 25).

Anteriormente, algumas feministas já vinham incidindo na constituição de conselhos da condição feminina nos Estados nos quais a

---

[23] Ver RAGO, 2003.

[24] Hoje chamado SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia.

oposição – PMDB – havia vencido as eleições. Em São Paulo, a partir de 1982, por influência das feministas do PMDB, o primeiro Conselho foi criado, porém sua composição foi majoritariamente deste partido. Lembrando que, com o fim do bipartidarismo em 1979, muitas feministas dividiram-se entre vários partidos no campo da oposição, sendo mais fortes o PT e o PMDB, com suas várias organizações de esquerda internas, mas em alguns lugares foram também para o PDT. Com esta informação quero salientar que muitos debates da época, que às vezes podem parecer visões diferentes internas sobre as estratégias do movimento, podem ser também influenciadas pelos fóruns partidários. Também podemos verificar como mulheres de classes populares se posicionavam nestes espaços:

> O Conselho Estadual da Condição Feminina (SP) tinha um caráter consultivo e propositivo, não possuía orçamento próprio e era composto por mulheres do partido vencedor. Desde sua criação enfrentou uma forte oposição de feministas ligadas ao PT e de grupos de mulheres das camadas populares que lutavam, entre outras coisas, por creches (Pinto, 2003, p. 70).

Segundo Ana Alice Costa e Cecilia Sardenberg, em 1985, o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga (SP), com a participação de mais de mil mulheres de diversos estados e países, será um fator determinante na nova forma de organização dos Encontros Nacionais Feministas, que deixam então de ser eventos restritos aos membros de grupos autônomos e passam a incorporar grande número de mulheres participantes de outros movimentos sociais. Elas afirmam que esta incorporação é resultante do trabalho constante de conscientização acerca da especificidade da *condição feminina* junto aos setores populares; da abertura para o feminismo de setores até então refratários, como os partidos, sindicatos etc., da popularização das reivindicações e das lutas feministas através dos meios de comunicação; e da legitimação e institucionalização do feminismo, com a criação de órgãos especiais de assessoria e atuação junto ao Estado, como os Conselhos[26]. Mas, há controvérsias.

[26] Ver COSTA; SARDENBERG, 1990.

Matilde Ribeiro narra um episódio que também pode ter sido relevante para essa ampliação dos Encontros Feministas. Embora haja registro da presença de mulheres negras em vários encontros e manifestações feministas anteriores, este episódio, ocorrido no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, é geralmente citado como um momento em que as mulheres negras confrontaram o feminismo existente no período e garantem a sua participação no movimento.

> Houve o episódio da chegada de um ônibus vindo do Rio de Janeiro com mulheres negras de movimentos de bairro (favelas e periferia) e demais setores como partidos políticos as quais não haviam feito inscrição no Encontro e alegavam não ter dinheiro para fazê-la. Estas alegavam ainda ter vindo para ficar. Instalou-se uma longa discussão entre o grupo organizador (composto em sua maioria de mulheres brancas) e as negras (as que estavam no ônibus e outras que se envolveram no problema). Os conflitos estabelecidos configuraram se pelas diferenças raciais, mas também pelas questões sociais (Ribeiro, 1995, p. 447).

O episódio de Bertioga também é citado no estudo de Claudia Pons Cardoso sobre o movimento de mulheres negras brasileiro, destacando três questões: "a capacidade de mobilização das mulheres pobres e negras; a divergência com o movimento feminista branco e classe média na definição da agenda política; e o distanciamento do feminismo hegemônico com mulheres pobres, trabalhadoras e negras, ou seja, da discussão de raça e classe" (Cardoso, 2012, p. 190). Como se observa, as mulheres eram também de classes populares (pobres), o que pode parecer óbvio em função da imbricação de classe e raça na realidade brasileira, que faz com que a maioria das mulheres negras vivam em situação de pobreza, porém convém salientar que o mesmo episódio pode ser utilizado para fortalecer a análise da presença negra ou popular, ou ambas, conforme o interesse político.

Num artigo coletivo de Sonia Alvarez e outras autoras, afirma-se que "os movimentos feministas da segunda onda na América Latina e no Caribe sempre viram as mulheres pobres e da classe trabalhadora como um alvo ou clientela-chave", e no mesmo artigo atenta-se para uma nova composição:

> Os anos 1980, marcados por uma opressão estatal brutal e um empobrecimento crescente, apresentaram novas oportunidades e desafios para a criação de um movimento feminista de bases mais amplas, à medida que milhares de mulheres começaram a se mobilizar politicamente – mesmo que não necessariamente como feministas – como resposta a crises econômicas, à repressão política e às violações dos direitos humanos. Em contraste à face branca/mestiça e de classe média do feminismo nos seus primeiros tempos, o movimento de mulheres dos anos 1980 floresceu com uma composição predominante de mulheres pobres, trabalhadoras, e/ou negras e indígenas (Alvarez et al, 2003, p. 547).

O estudo de Claudia Pons Cardoso (2012) demonstra as tensões ocorridas entre as mulheres nesse episódio que, a meu juízo, dizem respeito à raça e classe social, sendo impossível, sem um trabalho historiográfico, saber quais destes elementos derivados das relações sociais podem ser vistos como mais relevantes politicamente naquele momento, e isto, talvez, não seja necessário. Como a autora acredito que essas tensões desnudaram para o movimento feminista as diferenças entre as mulheres, marcadas pelas desigualdades raciais e de classe. Cardoso salienta que existem falas discordantes sobre os acontecimentos. Por exemplo, o artigo *Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos* contribui com dados elucidativos ao informar que várias bolsas tinham sido asseguradas pelas organizadoras brasileiras para contemplar mulheres de classes populares e que "muitas participantes suspeitaram que o incidente do ônibus foi orquestrado por partidos políticos em uma tentativa de desacreditar o feminismo"(Alvarez et al, 2003, p. 548).

Não tenho como formar uma visão própria sobre todos os aspectos que marcam este episódio, mas tudo indica que ele influenciou para a abertura do movimento feminista à questão racial e também contribuiu para a organização autônoma do movimento de mulheres negras. Segundo Costa e Sardenberg, ele teria levado a uma redefinição dos Encontros Nacionais. O primeiro a acontecer nesse novo modelo, foi o IX Encontro Nacional Feminista, que aconteceu em 1987, em Garanhuns-PE, organizado por feministas de Pernambuco. Estiveram presentes "cerca de mil mulheres, sendo 70% dos setores populares e 20% de 'feministas histori-

cas'", segundo o Relatório do Encontro[27]. O Grupo de Mulheres do Morro da Conceição, que congregava mulheres de um bairro de periferia de Recife, participou da coordenação do Encontro de Garanhuns.

Neste período mulheres negras passam a construir organizações e propostas próprias a partir da perspectiva teórica do feminismo negro, que posteriormente seria também objeto de questionamento, por feministas negras lésbicas. Em 1988, realizam o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença, Estado do Rio, antecedidos de encontros estaduais. Várias organizações feministas constroem a orientação antirracista a partir de sua atuação no processo articulatório para participação brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa, realizada em Durban em 2001, liderado pela então nascente Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, fundada em 2000, como veremos no capítulo seguinte.

Este período registra também o crescimento do feminismo nas Universidades, mais precisamente nas áreas humanas e sociais, com o surgimento de vários grupos e núcleos de pesquisa sobre a mulher e posteriormente núcleos de estudos de gênero. Segundo Celi Pinto, teriam chegado a 40 núcleos na década de 1990[28]. Esta presença na academia já existia na década de 1970. Albertina Costa registra um momento emblemático da configuração do feminismo no meio acadêmico, que demonstra as diferentes tradições que o informam, por um lado uma metodologia mais próxima da pedagogia popular dos movimentos sociais e, por outro lado, uma forma mais nitidamente consolidada no universo acadêmico.

> Em 1975, na SBPC realizada em Belo Horizonte, foram organizadas duas mesas sobre o tema mulher, no mesmo dia. Parece que houve uma tentativa de juntar as duas, foi malsucedida, na verdade, as duas sessões eram pensadas e transcorreram de modo muito diferente, embora à primeira vista, a composição das duas se assemelhasse muito; professoras universitárias de igual posição e idade, que circulavam por ambientes próximos. No entanto, as diferenças de forma expressavam diferenças de conteúdo. De manhã, não houve *papers*, as cadeiras estavam ar-

[27] Ver SOARES, 1994.

[28] Ver PINTO, 2003.

> rumadas em círculo, apagou-se a disposição física que acentua a diferença entre expositor e ouvinte (o que aliás viria a se tornar razoavelmente rotineiro em ambiente acadêmico), num gesto audacioso e de desafio. A tarde havia textos bem datilografados, distribuídos com antecedência, relativos a pesquisas em andamento, tendo a mulher como objeto, *papers* que constatavam e denunciavam, com provas empíricas, a discriminação a que estava sujeita. Havia palco e plateia. A reunião da manhã era de feministas que também eram especialistas, a da tarde de especialistas que também eram feministas. As da manhã quiseram desafiar o estilo acadêmico convencional, inquietar. "Fiquei chocada, era muito doméstico, pareciam mulheres em casa conversando", relata uma professora de psicologia que assistiu ao evento. As da tarde procuraram provar, segundo todas as regras, a importância de sua questão, reafirmando sua identidade de especialistas competentes. Na abertura da manhã, houve, segundo Maria Malta Campos – que pôde falar porque tinha fidelidades nos dois campos – uma alusão clara à distância que separava os grupos, qualquer coisa do gênero, estamos reunidas mulheres profissionais que refletimos sobre nossa condição de mulher e queremos compartilhar de nossas reflexões, mas não fazemos do assunto, profissão. Embutida nesta maneira de apresentar está uma concepção de separação de espaços, o da ciência e o da política...(Costa, 1990, p. 5).

Esta citação informa o processo de crescimento do feminismo no espaço acadêmico em sua relação com as caraterísticas que havia adotado nos espaços em que se configura como movimento social, marcado pelas experiências de grupos de reflexão, com reuniões em círculo e grande informalidade, e pelas experiências de educação popular comum aos movimentos sociais no período, construídas também a partir de processos pedagógicos que primavam pela participação e construção coletiva de saberes.

O movimento feminista neste período tem como marca a publicação dos jornais *Nós Mulheres* (1976-1978), *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Mulherio* (1981-1988). Os jornais eram publicados por grupos feministas, alguns dos quais tinham forte atuação junto a grupos de mulheres de classes populares, o que fazia destas publicações espaço para difusão do feminismo e também das lutas populares nas periferias das grandes cidades e de ações das mulheres em outros movimentos sociais, notadamente do movimento sindical. Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite

(2013) demonstram como as ideias feministas e as questões das mulheres das classes populares e das trabalhadoras fabris estavam imbricadas neste período, o que, aliás, fica patente com a visualização das capas de várias edições dos jornais apresentadas neste livro[29].

Segundo as autoras, uma diferença significativa entre as equipes dos dois jornais era a posição deles sobre questão da autonomia e da dupla militância no movimento feminista e em organizações partidárias. O Brasil Mulher priorizava a discussão por direitos iguais entre homens e mulheres, defendia a autonomia do movimento, mas sem deixar de acreditar na articulação das ações feministas a um projeto partidário anticapitalista. O Nós Mulheres surgiu um ano após o Brasil Mulher, afirmando-se como um veículo da imprensa alternativa, defendia um feminismo que priorizava a diferença entre homens e mulheres, autônomo e independente dos partidos políticos. Maria Lygia Quartim de Moraes afirma que o Nós Mulheres teria conseguido desenvolver um estilo original de pensamento feminista "respondendo de forma dialética às permanentes acusações que os setores conservadores da esquerda fazem (...) de que o feminismo vai dividir a luta dos trabalhadores" (Moraes, 1990, p. 79).

Independente dos vínculos partidários ou não das feministas que produziam os jornais, ambos trabalharam para dar voz às lutas dos movimentos populares de mulheres (como a luta por água, esgoto, creches, iluminação urbana etc.) ou que contavam com presença massiva de mulheres e também impulsionaram o debate sobre dupla jornada de trabalho, salário igual para trabalho igual, defesa da socialização do trabalho doméstico etc. Como observam Amelinha Teles e Rosalina Leite, havia "de forma mais tímida, porém presente nos jornais e nas pautas das reuniões, a abordagem de temas como a sexualidade, a violência doméstica, o aborto e o divórcio" (Teles; Leite, 2013, p. 280).

As equipes desses jornais tiveram presença marcante na organização dos Congressos da Mulher Paulista. O I Congresso, realizado em 1979, reuniu 900 mulheres "entre feministas, trabalhadoras e moradoras de periferia" e nele se discutiram reivindicações como creches, equiparação salarial, direitos da mulher optar por ter ou não filhos e críticas ao programa de prevenção da gravidez de alto risco e pelo direito ao

[29] Ver TELES; LEITE, 2013.

acesso a métodos contraceptivos com segurança e assistência à saúde. O II Congresso, em 1980, reuniu quatro mil mulheres, entre donas de casa, operárias, funcionárias públicas, bancárias, empregadas domésticas, professoras e estudantes, e também aprovou uma pauta ampla que incluía direitos das trabalhadoras, reivindicações das mulheres de periferia e lutas feministas[30].

Tem início, na década de 1980, mas se desenvolve mais fortemente na década de 1990, a constituição de organizações de trabalho político profissional que se intitulavam entidades ou centros feministas[31] e/ou organizações de mulheres negras, algumas se identificando como feministas negras, outras não[32]. Estas organizações, assim como as outras entidades do período, concorreram com projetos de financiamentos junto a agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento, o que lhes permitiu – umas mais, outras menos – a sobrevivência como grupos político-profissionais remunerados.

Algumas destas organizações tinham serviços de acolhimento de mulheres, notadamente de classes populares, mas não apenas, que haviam sofrido violência doméstica ou precisam aconselhar-se sobre situações de aborto. Muitas trabalhavam assessorando grupos populares de mulheres, seja no debate sobre temas feministas, seja nas lutas que elas realizam por melhores condições de vida nos seus bairros. Entre estas organizações havia divergências quanto ao caráter dos trabalhos realizados

---

[30] Ver TELES; LEITE, 2013.

[31] Criação de entidades feministas: A SOF – Serviço de Orientação Familiar, em SP (hoje chamado Sempre Viva Organização Feminista) já existia desde 1963; SOS Mulher, 1980, em SP; SOS Corpo Grupo de Saúde da Mulher (hoje chamado SOS Corpo - Instituto feminista para a Democracia), 1981, Recife, PE; Grupo de Mulheres da Ilha, 1981, São Luís/MA; Casa da Mulher do Nordeste, 1981, Recife, PE; Centro das Mulheres do Cabo, 1984, Cabo de Santo Agostinho, PE; CFEMEA, 1989, Brasília, DF; Cunhã Coletivo Feminista, 1990, PB; Centro da Mulher 8 de Março, 1990, PB; REDEH, 1990, RJ; THEMIS, 1993, RS; Instituto Patrícia Galvão, 2001, SP; Coletivo Leila Diniz, 2002, Natal, RN; Instituto Equit, 2003, RJ; entre outras.

[32] Coletivo de Mulheres Negras 1983; SP, Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, 1983, RJ; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada, 1986, Santos-SP; Grupo de Mulheres Negras Mãe Andrezza, 1986, MA; Geledés Instituto da Mulher Negra, 1988, SP; Coletivo/Casa de Mulheres Negras Laudelina de Campos, 1989, Campinas SP; Maria Mulher, 1987, RS. Na década de 1990 organizam-se: Nzinga Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, 1991; Criola, 1992, no RJ; Grupo de Mulheres Aloiye Yalodê, 1995, Salvador-BA; Casa da Mulher Catarina, SC; Instituto AMMA Psique e Negritude, 1995; Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, 1997; IMENA Instituto das Mulheres Negras do Amapá, 1999; Grupo de Mulheres Negras Malunga, 1999, GO; Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia do Piauí, 2000; Felipa de Sousa, 2001, RJ; Uiala Mukuaji Sociedade das Mulheres Negras, 2003, em Recife, PE; Akoni, 2004, MA; Rede de Mulheres Negras do Paraná, em 2006 (CARDOSO, 2012).

nos bairros periféricos e pequenas cidades ou zonas rurais, isto é, de serem ou não substitutivos às políticas que deveriam ser exigidas do Estado para efetivação de direitos, debate que perdura até hoje.

O movimento feminista teve forte atuação especialmente na área de violência e saúde, da qual resultaram, como mecanismos de políticas públicas, a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1984, e a criação das Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento à Mulher Vítima de Violência (DEAMs) –, sendo instituída a primeira em São Paulo, em 1985. Ambas conquistas das movimentações articuladas pelos grupos feministas e outros grupos de mulheres[33].

Neste período as ações de saúde dos grupos feministas voltam-se, então, para o reconhecimento e a valorização do corpo feminino. A desmistificação das doenças de mulher, a oferta de serviços ginecológicos e a recomendação de tratamentos alternativos, fora daqueles prescritos pela medicina e anteriormente do conhecimento das próprias mulheres, como a medicina natural, são estratégias adotadas pelos grupos em contraposição às práticas médicas.

> Os grupos feministas no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, no Brasil, baseadas nas experiências de grupos norte-americanos como os do *Boston Collective*, desenvolvem entre suas práticas grupos voltados para o autoconhecimento do corpo, nos quais as mulheres em conjunto, munidas de espelhinhos e espéculos, desvendam sua anatomia, suas genitálias, seu útero, desconstruindo, na experiência, concepções como a de intocabilidade, da sujeira e da morbidez arraigadas no senso comum. As concepções sobre o ciclo menstrual e as doenças dos órgãos reprodutivos e sexuais são desvendadas, bem como são discutidos temas até então velados na experiência cotidiana das mulheres, como o prazer (Ferreira, 2006, p. 88).

Paralelamente, desenvolvia-se no âmbito dos grupos populares de mulheres, um trabalho de organização para reivindicar melhor atendimento ou mesmo a implantação de serviços de saúde e a socialização de

[33] Ver MACHADO, 2010; FERREIRA, 2006.

formas alternativas de tratamento e/ou medicina popular. O trabalho nos grupos de autoconsciência e autoexame, até então frequentados por mulheres de classe média, se amplia para mulheres das classes populares, nas regiões de atuação de algumas destas entidades feministas. Também é direcionado o foco na relação das mulheres com os serviços ou, mais precisamente, com os profissionais de saúde. Segundo Veronica Ferreira, por meio dessa aproximação, alguns grupos feministas constroem uma intervenção mais incisiva na denúncia sobre a situação da saúde da mulher nos locais onde estavam sediados os grupos populares, realizando pesquisas e ampliando suas práticas educativas e de organização política, as quais vieram a influenciar a formulação do PAISM.

Alguns destes grupos feministas de autoconsciência, criados no Brasil já nos anos 1980, desenvolveram também a experiência de criação de serviços próprios de saúde para as mulheres, especialmente serviços ginecológicos, como é o caso do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, criado em São Paulo em 1985. Estas organizações fomentam grupos de autoexame entre as mulheres, e criam, também, ambulatórios especializados. Em Pernambuco, esta prática foi estimulada pelo SOS Corpo entre grupos populares de mulheres até o início dos anos 2000. O trecho a seguir, síntese das discussões feministas sobre saúde da mulher em um dos principais encontros feministas sobre o tema, o Encontro de Itapecerica da Serra (1984), é ilustrativo de como as práticas educativas de saúde e conhecimento do corpo mediaram as relações entre os grupos feministas e os grupos populares de mulheres:

> […] a dona de casa saudável que sofre de isolacionismo, que não consegue ou não pode sair de casa, participar, passear, "estar doente", precisamos de um espaço para a participação política, para a reflexão, para a nossa identidade e saúde mental. Acabamos precisando de massagem, porque a cultura que reprime a sexualidade, o erotismo, nos impede de nos tocar, de nos acariciar, acabamos com os nossos corpos doentes por falta dessas manifestações de carinhos e toques, em função da moral vigente (Relatório de Itapecerica da Serra, 1984, p. 2).

É esta concepção que encontramos em uma cartilha sobre o corpo da mulher e a saúde, elaborada pelo grupo feminista SOS Corpo Grupo de Saúde da Mulher, sediado em Recife, fundado em 1981, e com larga

utilização pelos grupos feministas e profissionais de saúde identificadas com o feminismo nos anos 1980:

> Uma das primeiras coisas que aprendemos foi a fazer autoexame, ou seja, cada uma aprendeu a examinar sua própria vagina e o colo do útero com a ajuda de um espéculo [...] uma lanterna e um espelho. Assim foi que observamos também uma a outra constatando as semelhanças e diferenças de cada corpo. É muito estimulante fazer o autoexame. Dá muita segurança saber que podemos nós mesmas observar as mudanças cíclicas do colo do útero e do interior da vagina para localizarmos com mais precisão o nosso período ovulatório, p. ex. esta prática nos ajuda não só a ter maior controle sobre nossa vagina, identificando as diferentes "doenças" vaginais e cervicais. No princípio, algumas ficaram inibidas e medrosas, mas quebrando as primeiras barreiras tudo se tornou mais fácil (SOS Corpo, 1982, p. 46).

Estas ações baseiam-se nas premissas do feminismo radical, qual seja, na retomada da experiência das mulheres, de seu corpo e suas subjetividades, apropriados pela ordem patriarcal. Elas estimulam "uma saúde e uma ginecologia não patriarcais, animando as mulheres a conhecer seu próprio corpo" (Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 1991, p. 37). Outras iniciativas foram a criação de centros de ajuda e cursos de defesa pessoal para o enfrentamento da violência contra as mulheres, que posteriormente influenciaram as políticas de atenção às mulheres vítimas de violência. Da ação de alguns grupos, desenvolvem-se atividades educativas sobre saúde e sexualidade, que bebem nas fontes da educação popular, e apoiam a organização política das mulheres[34].

Desde o início da década de 1970, há registros de manifestações em praças públicas em defesa do direito ao aborto. Luta que se estendeu durante todo o período com momentos mais fortes, do ponto de vista do protesto público, e outros menos expressivos. No campo do enfrentamento à violência contra as mulheres, as décadas de 1970 e de

[34] Ver FERREIRA, 2006.

1980 foram palco de inúmeros protestos. Ganharam maior relevância pública as vigílias por ocasião de julgamentos relativos ao assassinato de mulheres, como no caso Leila Diniz e Eliane de Gramont, porém estes protestos ocorreram na grande maioria dos estados com as consignas 'quem ama não mata' e 'o silêncio é cumplice da violência'. Esta última foi parte de uma campanha para incentivar as mulheres a denunciarem, lançada pelo SOS Mulher, entidade criada em São Paulo por feministas que também realizavam ações de acolhida às mulheres vítimas da violência[35].

No IX Encontro Nacional Feminista Brasileiro, realizado em Garanhuns, Pernambuco, em 1987, e já contando com mulheres de classe populares em sua coordenação, foram realizados inúmeros debates relativos à ausência das mulheres negras e da prioridade para a questão racial no movimento feminista. Nele foi definida a realização do I Encontro Nacional das Mulheres Negras, o qual aconteceu em 1988, em Valença – RJ, com 450 mulheres de 17 Estados, marco a partir do qual as mulheres negras se instituem como movimento[36]. O II Encontro foi realizado em 1991, em Salvador, e o III Encontro foi realizado em Belo Horizonte, em 2001, já no contexto preparatório da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Conferência de Durban). Conforme Cardoso, participaram do evento, aproximadamente, 300 mulheres, deliberando, entre outros pontos, "pela criação de um espaço para troca de informações, formação e interlocução, como estratégia para produzir autonomia do movimento de mulheres negras" (Cardoso, 2012, p. 134), que resultou no Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), criado em 2004. A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), outra instância política de representação nacional do movimento de mulheres negras, desde 2000, ano de sua criação, vem intervindo no cenário nacional e internacional na defesa dos direitos das mulheres negras. Esta última foi pensada inicialmente para desenhar uma perspectiva de ação política com as organizações já estruturadas de mulheres negras, tendo em vista a Conferência de Durban. Desta forma o movimento de mulheres negras ganha duas expressões organizativas nacionais neste período: o FNMN e a AMNB.

---

[35] Ver TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2010.

[36] Ver CARNEIRO, 2004.

Sueli Carneiro (2004) afirma que, embora a participação das mulheres negras fosse expressiva, ainda que minoritária, nos Encontros Feministas, estas consideravam suas temáticas secundarizadas nos temários destes Encontros. A partir dos encontros nacionais de mulheres negras é que "irão aflorando as novas questões que a ótica do feminismo negro introduzirá no pensamento e na ação do movimento feminista contemporâneo no Brasil, firmando o compromisso das mulheres negras com as proposições gerais do feminismo brasileiro" (Carneiro, 2004, p. 6). Ela chama atenção para a aliança que se deu no processo preparatório à Conferência de Durban como um ponto forte desta relação, o que também é ressaltado por Guacira Oliveira e Wânia Sant'anna (2002).

Também na década de 1980 são criadas as organizações de mulheres trabalhadoras que, assim como as de mulheres negras, demarcam identidades e/ou espaços de atuação próprios. Do ponto de vista da organização de mulheres no movimento sindical, destaca-se a criação, em 1986, da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), precedida por encontros de mulheres em sindicatos de várias categorias, a exemplo do Congresso das Mulheres Metalúrgicas, em 1988, em São Bernardo do Campo[37]. Na área rural, o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT cria, em 1990, a sua Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora Rural. Posteriormente, esta Comissão foi transformada em Secretaria, o que demonstra a ampliação de poder conquistada.

A Secretaria de Mulheres da CUT, como é conhecida, realizou vários processos de luta pela participação política das mulheres na Central que culminaram com a decisão de cotas de 30% para mulheres nos cargos de direção e, em 2015, a implantação da paridade entre homens e mulheres nas instâncias diretivas. Somam-se a isto as campanhas pelo direito ao aborto, a defesa das creches nos eventos sindicais e nos locais de trabalho, e as inúmeras pautas das mulheres em campanhas salariais de categoria que colocaram em questão não apenas o direito a creches e equiparação salarial com os homens, mas também a problemática do assédio sexual e moral, da saúde e do respeito à orientação sexual[38], o que demonstra a orientação feminista desta movimentação.

---

[37] Ver TELES 1993.

[38] Ver CUT, 2003; DELGADO, 2006.

Com estas informações, quero demonstrar que a ideia de constituir organizações de mulheres, seja de forma autônoma, seja no interior dos movimentos compostos por homens e mulheres, foi uma ideia-força na década de 1980, que viria a se consolidar, especialmente, no âmbito sindical, na década de 1990, demarcando um elemento importante na relação feminismo e mulheres negras e feminismo e mulheres da classe trabalhadora, especialmente no que diz respeito ao espaço sindical.

No período Constituinte, lideradas pelo recém-criado, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, as organizações feministas e outros movimentos de mulheres se articulam para pressionar os deputados pelos direitos das mulheres na nova carta constitucional. O *slogan* da época, 'constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher', marcou aquela movimentação, que foi divulgada pela imprensa como *lobby do batom*. Este momento de forte articulação no movimento de mulheres brasileiro não surge do acaso. Há uma ação intencionada de várias feministas, componentes do CNDM e sua assessoria, que viajaram por todo o país com o intuito de contribuir nesta construção e encontraram, nos estados, fóruns e organizações de mulheres dispostas a participar.

Há também uma conjuntura política imediatamente anterior que ajuda a explicar este processo. A década de 1980 foi, para o conjunto dos movimentos sociais brasileiros, um momento de grande crescimento e articulação. Não havia uma organização nacional dos movimentos de mulheres com capacidade de articulação geral de suas ativistas e suas propostas, daí as feministas, que neste momento estavam no Conselho, um órgão governamental de caráter consultivo com participação da sociedade civil, assumiram a liderança da articulação do movimento de mulheres em torno das emendas populares pelos direitos das mulheres na Constituição. Isto resultou nas conquistas que as mulheres brasileiras tiveram na Constituição de 1988. Inúmeros encontros e debates foram realizados em todos os estados, aliados a uma forte campanha midiática. Segundo Schuma Schumaher (2008), as propostas foram organizadas em um encontro nacional que congregou duas mil mulheres, vindas desses processos locais, e sistematizou a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes.

Muitos sindicatos atuaram no processo constituinte e as mulheres organizadas no interior deles, em várias situações, somaram esforços na defesa dos direitos das mulheres na Constituição. As trabalhadoras do-

mésticas, através da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), também atuaram no processo Constituinte em defesa de direitos para a categoria e tiveram apoio das organizações feministas e do CNDM. Lenira Carvalho, liderança das trabalhadoras domésticas neste momento, registra em uma entrevista que "(…) o movimento de mulheres botou na proposta as empregadas domésticas do Brasil, então estávamos concentradas lá. Nenhum outro movimento fez isso. Só o que se lembrou das domésticas foi o movimento de mulheres" (Carvalho, 2008, p. 130).

As feministas organizaram duas propostas de emendas populares para a Constituição, para as quais teriam que conseguir no mínimo 30 mil assinaturas para que fossem apreciadas. A primeira – em torno da qual conseguiram unificar todos os movimentos de mulheres, incluindo os setores progressistas das Igrejas, e ter adesão de outros movimentos sociais – tratava da questão trabalhista, violência e outros direitos com potencial de unificar todas. A segunda era especificamente sobre a legalização do aborto e teve adesão apenas do movimento feminista. Para esta segunda proposta, as feministas conseguiram 33 mil assinaturas, o que conquistou o direito de apresentação e defesa, embora ela não tenha sido aprovada, pois apenas a primeira conseguiu o apoio dos constituintes. Interessa ressaltar que as trabalhadoras domésticas foram um segmento central na coalizão que gerou a primeira emenda, conforme entrevista de Lenira Carvalho (2008). Este episódio demonstra a capacidade do movimento feminista de congregar os diversos movimentos de mulheres e elaborar estratégias que permitam que esta unidade não negue suas bandeiras radicais, a exemplo da legalização do aborto.

Em 1988, o CNDM, contando com a representação de mulheres negras, embora minoritária, define ações no processo da comemoração do centenário da abolição da escravatura, que, segundo Matilde Ribeiro (2014), foram importantes para a inserção da questão racial nas políticas públicas. Entre as atividades, destaco a realização do Tribunal Winnie Mandela, que, para Sueli Carneiro, conforme entrevista concedida a Ribeiro, se constituiu em

> um evento simbólico que teve o objetivo de julgar a Lei Áurea, considerando que ela não foi capaz de promover uma verdadeira libertação e inclusão. Com isso denunciamos a existência do racismo no Brasil e do Apartheid na África do Sul. Foi um marco

> de negociação com o governo federal. O Itamaraty foi acionado e tivemos que explicar que relação tinha este tribunal com a África do Sul e o Apartheid, ao que respondemos com críticas à desumanização dos negros. A pressão política com relação a esta atividade foi muito forte, e realmente só foi possível ser realizada porque houve uma firmeza muito grande por parte das conselheiras para sua realização (Ribeiro, 2014, p. 141).

Como parte do ciclo social de conferências da ONU acontece, em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - ECO 92. Organizações feministas do Brasil, lideradas pela Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), do Rio de Janeiro, organizam uma grande ação nesta Conferência, o Planeta Fêmea, que contou com cerca de cinco mil mulheres de vários países. Momento que teve uma extensa programação de debates, organizada como ação pública combinada com as articulações e incidência no Fórum oficial. Esta coalizão mundial foi possível a partir do Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável, realizado em Miami em 1991, liderado pela organização norte americana *Women's Foreign Policy Council*, que elaborou um plano de ação para incidir na Conferência do Rio de Janeiro.

A luta dos movimentos sociais, neste período, garantiu que a participação política nos processos de decisão pública fosse reconhecida como um direito. Na Constituição de 1988, foi possível aos movimentos sociais e ao campo de esquerda partidária garantir mecanismos de participação popular, reivindicação que emergiu e cresceu na década de 1980 a partir da retomada dos movimentos reivindicatórios e da crítica à ditadura militar. Lutar pela democracia, naquele período, ia além da defesa da reorganização do sistema partidário e eleitoral. Os movimentos sociais exigiam o direito de participação direta nas decisões políticas como forma de garantir a cidadania ativa. Por conta dessa luta, durante a década de 1990, se desenvolveu um conjunto de instrumentos de democracia participativa.

Concluindo esta leitura da trajetória dos movimentos sociais e da presença de movimentos de mulheres e feministas, posso afirmar que o movimento feminista surge com pequenos grupos de reflexão compostos por mulheres que podem ser entendidas como de classe média, por serem profissionais de nível superior, com empregos e/ou profissionais

liberais, e com acesso a bens culturais. Uma parte delas com trajetória de vida próxima ou dentro das organizações de esquerda, mas não todas. Vários grupos do período, em especial após 1975, realizam ações públicas e/ou participam, como feministas, de ações comuns na luta pelo fim da Ditadura. Algumas feministas voltam-se para o trabalho social no meio popular, ou seja, acompanham e mobilizam processos com os grupos de mulheres populares. Outras ainda, dedicam-se ao mesmo tempo, a construir a imprensa feminista. Algumas feministas, que se formam neste processo político, inserem-se no trabalho acadêmico e constroem núcleos de pesquisa sobre a mulher nas universidades, que posteriormente, são majoritariamente chamados núcleos de estudos de gênero. Outras, ainda, iniciam a entrada nos organismos de Estado, inicialmente, em 1982, com a formação do Conselho da Condição Feminina, no governo do PMDB, em São Paulo, e, em 1985, com a criação do CNDM, no Governo Federal sob a presidência de José Sarney. Houve, também, feministas que passam a se organizar como coletivos no interior dos partidos políticos e de outros movimentos sociais, sendo mais forte, nesta época, a presença no movimento sindical.

Analisando comparativamente o feminismo brasileiro com aquele que se desenvolvia nos países do Norte, Albertina Costa situa o feminismo brasileiro no campo político da esquerda:

> Este setor forma no campo da esquerda. É neste terreno que estão germinando as feministas, no campo da esquerda. Tomado aqui em sua acepção mais ampla e fluida de oposição ao regime. E como cabe fazer perguntas sobre o que não foi, mas poderia ter sido, um desafio que precisa ser enfrentado é o indagar por que no Brasil o novo feminismo não se apresentou em suas duas feições clássicas; a libertária radical e a igualitária liberal. A unanimidade oposicionista certamente contribuiu para tornar pardos todos os gatos. A luta contra a ditadura, mínimo denominador comum, agiu no sentido de diluir diferenças e impedir uma autonomização maior de diferentes tendências (Costa, 1990, p. 67).

Esta assertiva não significa afirmar que todas as feministas deste período foram ou mantiveram este perfil de esquerda, até porque, como informei, elas chegam ao feminismo a partir de diferentes matrizes polí-

ticas e orientações teóricas. Ao se identificarem como feministas, muitas destas mulheres de classe média, com formação universitária e majoritariamente brancas, presentes no início da movimentação feminista, assumem também perspectivas teóricas e práticas políticas distintas que não podem ser explicadas apenas pelo seu pertencimento de classe ou raça, sob risco desta explicação ficar reduzida ao essencialismo.

Com base nestes dados bibliográficos, rapidamente descritos, vejo que as indicações históricas me permitem inferir que o feminismo que surge no Brasil, entre aos 1970 e inícios dos anos 1990, situa-se, preponderantemente, no campo de esquerda, ou mais rigorosamente, em oposição à Ditadura Militar e como parte da luta pela redemocratização. A posição à esquerda foi garantida pelos vínculos de várias feministas com organizações de esquerda, apesar de muitas terem rompido estes laços orgânicos, mas mantinham compromissos com a mesma causa. Esta prática as distinguia do feminismo europeu e norte-americano, segundo Ana Alice Costa (2005), dando-lhes, como característica especial, o interesse em promover um projeto mais amplo de reforma social, dentro do qual se realizavam os direitos da mulher e formas organizativas que possibilitavam o envolvimento de setores populares. E, como vimos no capítulo anterior, também nos países do norte eclodiram feminismos contra-hegemônicos.

Conforme afirma Cintya Sarti, "as marcas de gênero na experiência da tortura, dada a forma específica de violência a que foram submetidas as mulheres militantes pela repressão, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos como vulnerabilidade feminina" (Sarti, 1998, p. 2) geraram revisões nas escolhas sobre formas de viver. Compreendo, como Cintya Sarti, que este processo político descrito incorpora também a efervescência cultural de 1968, os novos comportamentos afetivos e sexuais e o acesso ao recurso das terapias psicológicas e da psicanálise. Associando a estas mudanças a derrota da luta armada e o sentido da elaboração política e pessoal desta derrota para as mulheres, as novas experiências cotidianas delas entraram em conflito com o padrão tradicionalmente aceito sobre ser mulher. Este contexto, aliado ao debate feminista, que politizava a vida íntima e cotidiana, e buscava autonomia pessoal, ao mesmo tempo em que elas construíam autonomia para suas organizações políticas, gerou as condições de possibilidade para modos de vida mais abertos e flexíveis em relação às tradições patriarcais, e mesmo para um estilo de vida feminista entre mulheres de classe média.

É também possível afirmar que este movimento sempre contou com a presença de mulheres de classes trabalhadoras, incluindo os seus segmentos populares, embora estas últimas nem sempre vistas como feministas, e sim como aliadas. Ainda na década de 1980, o movimento feminista viu crescer, em seu interior e também fora dele, um forte movimento de mulheres negras, majoritariamente identificadas com o feminismo negro, conforme salientado por Matilde Ribeiro e Sueli Carneiro, mas não apenas, como veremos no próximo capítulo.

Há, neste período, muitos momentos de articulação dos vários grupos feministas com outros grupos de mulheres no país, a exemplo de congressos acadêmicos e seminários temáticos realizados pelas organizações, e mais destacadamente os Encontros Nacionais Feministas. A articulação impulsionada pelo CNDM para a defesa dos direitos das mulheres na Constituinte e a participação organizada na ECO 92, com a ação chamada Planeta Fêmea, me parecem ter sido os dois momentos fortes nacionais de mobilização feminista no período, que contaram com a articulação das organizações identificadas como movimento feminista, com outras organizações do movimento de mulheres negras, sindicalistas e de classes populares.

Merecem destaque também as lutas protagonizadas por estes movimentos, que foram mais fortes ou mais fracas, de acordo com o grau de organização e articulação em cada Estado do país, que viabilizaram significativas mudanças no que toca a direitos das mulheres, a exemplo da luta contra a esterilização em massa de mulheres em situação de pobreza, majoritariamente negras, a luta pela construção e implementação do PAISM, programa (e depois política) de atenção integral à saúde da mulher, e pela política pública de atendimento às mulheres vítimas de violência sexista.

O movimento de mulheres, mais amplo que o movimento feminista, não gerou, no período estudado, fortes espaços de organização autônoma no plano nacional e também nenhuma rede própria com esta conotação geral (mulheres), daí não ser possível falar da existência, enquanto estrutura organizativa, de uma organização enquanto tal e também não é possível inferir a existência de um movimento de mulheres de classes populares, no sentido empírico, como uma articulação movimentalista. Entretanto, esta não configuração organizativa não pode ser um fator de invisibilização da presença de mulheres de classes populares neste processo político descrito, como tentei demonstrar.

Tomando movimentos sociais, como uma noção analítica, posso entender que o movimento de mulheres de classes populares era composto inicialmente por clubes de mães, grupos de saúde, e pela presença ampla de mulheres nos movimentos populares urbanos e nas comunidades eclesiais de base, que realizaram encontros conjuntos em vários momentos. No período da mobilização para garantia dos direitos das mulheres na Constituinte em vários Estados, a mobilização feminista incluiu os inúmeros grupos de mulheres populares que existiam, trabalhadoras domésticas, mulheres rurais, de movimentos comunitários e/ou as mulheres integrantes do movimento sindical. Em alguns lugares, como é o caso de Recife, estes grupos já estavam articulados com os grupos feministas e criaram em conjunto o Fórum de Mulheres de Pernambuco, em 1988. Também o caso de São Paulo merece destaque, uma vez que lá foram realizados os Congressos da Mulher Paulista, agregando todos os grupos feministas e de mulheres existentes. Na década de 1990, a articulação entre grupos feministas e outros grupos de mulheres se manteve em vários Estados, a exemplo de Brasília[39], Espírito Santo e Pará, que já contavam com Fóruns de Mulheres organizados desde 1989, 1992, 1995, respectivamente[40].

Sobre este período, posso inferir também que o elemento potencializador das mobilizações de mulheres, ou seja, que possibilitou a sua capacidade de ação coletiva foi a luta por direitos específicos de mulheres e o debate sobre autonomia ou não dos seus processos organizativos. Isto gerou uma ampla identidade coletiva de movimentos de mulheres, capaz de agregar indivíduos, diferentes tipos de organização e diversos processos mobilizatórios e contestatórios, e duas outras identidades coletivas, a de movimento de mulheres negras (contendo feministas e não feministas), demarcada também pelo pertencimento racial negro, e a de movimento feminista, que não se diferenciava segundo critérios de raça ou classe, e sim de visão teórica e política. Não é possível precisar o grau de centramento destas distintas articulações movimentalistas, mas a reconstituição deste período tentou demonstrar que o movimento feminista, não tendo uma estrutura organizativa unitária nacional, teve capacidade de ação que lhe permitiu liderar vários processos políticos. Isto foi possível pela força de seu ideário

[39] O Fórum de Mulheres do Distrito Federal e entorno teve como precursor o Movimento Brasília Mulher, em ação desde o final da década de 1970.

[40] Ver SILVA, 2010a.

em torno de direitos, e pela estratégia de articulação com mulheres em geral, independentemente de sua adesão ao feminismo.

Discutindo a relação com o campo político dos movimentos sociais

Os movimentos de mulheres, feministas e de mulheres negras, nos anos 1970 e 1980, articulavam-se com base em diversos repertórios de ação e de organização, cujo foco foram os protestos contra as formas de opressão das mulheres na sociedade, reivindicando direitos e também em oposição à Ditadura Militar. Esta articulação se situava dentro de outra ainda mais ampla: os movimentos de luta pela redemocratização, que constituíram um campo político de movimentos sociais que se consubstanciou politicamente como campo democrático e popular.

O campo político, formado neste período e expresso nos momentos fortes de mobilização com repertórios de manifestações massivas nas ruas, notadamente a Campanha pela Anistia, as *Diretas Já* e a Constituinte, construiu também um ideário ético-político, uma espécie de marco interpretativo de largo alcance em torno de algumas ideias sobre si, que podem ser apresentadas de forma sintética com expressões no início da década de 1980 como: 'povo como sujeito de sua história' e 'política com p maiúsculo'. Estas expressões são associadas às proposições de cunho mobilizatório, a exemplo de 'abaixo a ditadura', 'anistia ampla, geral e irrestrita', 'constituinte exclusiva, soberana e com participação popular', entre outras. Esta unidade era fomentada pelas circunstâncias das lutas contra a Ditadura e se articulava em torno da noção de projeto popular e de classe trabalhadora, mas também era marcada por inúmeras divergências na condução dos processos políticos no interior deste campo. Apesar disso, diversos estudos salientaram a existência de um certo sentido de pertencimento ao movimento geral, como algo maior que cada campanha e cada organização particular. A isto estou chamando campo político dos movimentos sociais, reconhecendo que ele, em articulação com os partidos de esquerda e outras organizações, ganhou certa orientação política a partir da qual foi nomeado como campo democrático e popular, que teve como principal centro político o Partido dos Trabalhadores, mas não se reduzindo a ele, como é afirmado por muitos analistas[41].

[41] Ver PALUDO, 2001; VERAS DE OLIVEIRA, 2004, 2006; SINGER, 2012; FORTES, 2005.

Esta onda de movimentação social no período da redemocratização, apesar do fim da Ditadura ter ocorrido sem rupturas político-institucionais significativas e a transição ter sido feita pelo alto, isto é, reacomodando os representantes das classes dirigentes, colocou na cena pública a classe trabalhadora e os movimentos sociais de forma muito intensa. As inúmeras manifestações gerais e protestos localizados davam, a quem observava, uma visão de novidade e de um certo sentido geral para toda esta movimentação social. Talvez, em função disso, as análises recorrentes sobre este momento, durante e imediatamente após este momento, tenham discorrido muito sobre a base social dos movimentos, questão do sujeito da transformação social e projeto político, a partir da teoria dos Novos Movimentos Sociais, com forte influência de Touraine. Algumas elaborações versaram sobre este possível campo político e suas relações com o popular, alguns tratando da chamada base social e outros discutindo projeto político popular.

Passo a discutir, como a questão da relação do movimento feminista com as mulheres de classes populares se apresentou nos estudos sobre o período e apresento algumas reflexões sobre a relação do movimento de mulheres com o campo político dos movimentos sociais.

A presença feminina nos movimentos sociais de bairro, que caracterizaram a construção da onda de mobilização em fins de 1970 e nos anos 1980, foi amplamente comentada nos estudos a respeito, assim como a vinculação desse movimento com o mundo da reprodução, e não da produção, como tradicionalmente eram pensados os movimentos políticos[42]. O mesmo não aconteceu com o movimento feminista. O feminismo rompeu com esta noção restrita de política ao instituir as mulheres como sujeitos políticos e ao constatar a imbricação entre produção e reprodução através do conceito de divisão sexual do trabalho. O movimento feminista, deu uma grande contribuição ao movimento de mulheres, uma vez que a construção deste sujeito produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denominava condição feminina, trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítimas ou de protegidas e com a fixidez de uma identidade imposta por esta condição[43].

---

[42] Ver DURHAM, 1984; SADER, 1988.

[43] Ver ÁVILA, 2005.

Cynthia Sarti recupera a trajetória do movimento feminista brasileiro situando o marco inicial nos anos 1970 e apresenta sua composição com base na classe média e discutindo sua relação com as classes populares: Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava de movimento de mulheres, pela sua pluralidade, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se num movimento interclasses[44].

Sarti viu essa formação interclasses a partir das próprias dificuldades dessa formação. É dela a observação que demonstra um hiato na articulação do feminismo com as 'mulheres pobres':

> O feminismo teve que se enfrentar com o fato de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas, sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional. Pressupõe, assim, recursos de ordem simbólica não acessíveis a todas as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais (Sarti, 2004, p. 3).

Contrariando esta ideia, posso afirmar que as formas de relação entre organizações feministas e organizações de mulheres populares foram variadas. Diversas organizações feministas, o que inclui as equipes dos jornais, coletivos de ativistas, as entidades político-profissionais e alguns núcleos acadêmicos, tinham atuação em pesquisa, educação, comunicação e organização diretamente com os grupos populares de mulheres e atuavam conjuntamente em ações de incidência e mobilização. As feministas que se organizaram no nascente movimento de mulheres negras ou presentes nas várias comissões e secretarias da CUT e sindicatos tinham, também, essa linha de trabalho. Entretanto, isto não incluía todas as feministas, uma vez que existiram grupos e ativistas que nunca se dedicaram a essas práticas, restringindo sua atuação a um espaço profissional individual ou em pequenos grupos, em seminários de estilo acadêmico, articulações internacionais e/ou a atividades de *lobby* sobre os poderes

[44] Ver SARTI, 2004.

constituídos. Penso que esta perspectiva tem um peso considerável na história do feminismo brasileiro, no sentido de constituir o que ficou sendo visto como feminismo hegemônico.

Joana Pedro (2006) analisa, a partir de outro enfoque, a relação entre o feminismo e os grupos populares de mulheres. Segundo ela, o argumento que explicaria esta relação era de que a longa história de ditaduras e governos de exceção teria impedido que os brasileiros e as brasileiras tivessem uma prática democrática consolidada. Este era um dos argumentos usados para explicar o porquê do apoio popular aos governos militares – expresso no ufanismo nacionalista do período Médici – tempo do chamado milagre brasileiro. Para tanto, sugeria-se que as camadas médias esclarecidas deveriam se aproximar o máximo possível das camadas populares no sentido de conscientizá-las. Várias dessas ações resultaram de iniciativas de partidos políticos - muitos dos quais ainda estavam na clandestinidade (...), ou seja, o "movimento feminista tornou-se o passaporte para essa atuação" (Pedro, 2006, p. 5). Constato que isso também ocorreu, mas não apenas.

Tudo indica que os processos coletivos de organização, pesquisa para conhecimento da realidade, formação com intercâmbio de saberes, decisões compartilhadas sobre os rumos a seguir nos movimentos, foram uma marca constitutiva de um quadro interpretativo de referência, associado a um discurso ético sobre a ação política, de valorização do cotidiano e de solidariedade, comum às matrizes discursivas da Teologia da Libertação e da intelectualidade de esquerda marxista, ambas influenciadas também, conforme Sader, pela concepção pedagógica de Paulo Freire, cujo método de alfabetização havia sido proibido pelo governo militar. Guardadas as diferenças de nível de politização, de acordo com a matriz de pensamento de quem o usa, o recurso ao pensamento de Paulo Freire foi uma tônica. A este respeito, Sader faz a seguinte observação:

> De um lado, porque um meio dominante de 'ligar-se ao povo' foi através de processos educativos; a começar pela alfabetização. A demanda era grande, e a atividade – legal e aparentemente inocente – poderia ser bem desempenhada por estudantes avulsos ou por militantes organizados. Os novos educadores se debruçam sobre os livros de Paulo Freire – torceram o nariz para o seu idealismo filosófico e seu humanismo cristão – e procuraram absor-

> ver suas orientações metodológicas para a educação popular. De outro lado, porque através do método Paulo Freire abria-se um lugar para a elaboração crítica e coletiva das experiências da vida individual e coletiva dos educandos (…). Por tal método o aprendizado da leitura e da escrita é inseparável do uso que se faça deste instrumental na vida prática e, e postulando um despertar crítico do educando, ele se dá vinculado à tomada de consciência das condições de vida e à elaboração coletiva de projetos de auto -organização (Sader, 1988, p. 148).

A luta contra a ditadura e a busca por 'conscientização' das camadas populares tornaram o movimento feminista e de mulheres uma maneira menos arriscada de realizar esse projeto. Lutar no Brasil pela liberação das mulheres, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias e as propostas. Certamente foi esse cenário o principal responsável pelo marco fundador em 1975, sob os auspícios do ano da mulher estabelecido pela ONU. No período, a própria denominação 'feminista' foi alvo de intensas disputas[45].

Os grupos de mulheres das periferias das grandes cidades, nas décadas de 1970 e 1980, organizavam-se em torno de lutas referentes ao universo da reprodução social, a exemplo das lutas contra a carestia, por saúde e por creches. Nas palavras de Vera Soares (1994), mesmo que organizadas em suas ações de sobrevivência, mesmo tendo saído de seu encerramento doméstico, identificado interlocutores, aumentado seu sentimento de autoestima, "estas mulheres podem não modificar no essencial a profunda segregação sexual na sociedade, nem alterar a direção dos projetos sociais, mas elas se constituíram e ainda se constituem nas interlocutoras privilegiadas das feministas". Esta afirmativa denota uma concepção de alianças entre os movimentos de mulheres e feministas, guardando um peculiar distanciamento.

A mesma autora percebe uma mudança nesta relação a partir dos anos 1990, mas estou segura que ela tem origem no período imediatamen-

[45] Ver PEDRO, 2006.

te anterior. Soares afirma que os anos 1990 demonstram que o feminismo multiplicou os espaços e lugares em que atua e, consequentemente, onde circula o discurso feminista. As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas

> com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos. As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas (Soares, 1994, p. 46).

As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate. Elas introduziram a discussão do cotidiano do trabalho, da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência de infraestrutura de assistência à trabalhadora gestante, da violência no local de trabalho e também das práticas sindicais que as excluíam de uma participação mais ativa nos postos de decisão. As mulheres sindicalistas conseguem fazer uma reflexão própria, que articula uma luta contra a discriminação por sexo nos locais de trabalho, com uma demanda visando romper a assimetria nas relações de poder no interior das organizações sindicais. As trabalhadoras sindicalistas tratam também dos elos e impasses na articulação entre mercado de trabalho e família. No caso das trabalhadoras rurais a luta primeira é pelo próprio direito à sindicalização[46].

Tomo esta referência para reafirmar algumas distinções que venho fazendo ao longo do capítulo. Estes movimentos de mulheres, citados, têm um conteúdo relacionado à classe e à raça, para além de conteúdo propriamente feminista, conforme era disseminado à época. Os dados históricos apresentados demonstraram como o movimento de mulheres negras, composto por muitas feministas, mas sem renunciar a uma iden-

[46] Ver NEVES, 1994; DELGADO, 1996.

tidade coletiva própria, foi se organizando e impondo sua força política neste processo. Guardadas as diferenças, o mesmo pode ser dito tanto para as organizações de mulheres no movimento sindical, que criam suas próprias articulações e suas pautas políticas. Nesse sentido, falar genericamente, no singular, 'movimento de mulheres' pode contribuir para reificar e/ou generalizar algo cuja explicação exige muito mais investigação, embora eu mesma não o faça.

A unidade política e prática dos movimentos sociais, não obstante suas divergências constitutivas, na minha interpretação, constituiu um campo político em torno de referências comuns e gerou uma identidade coletiva ampla, da qual participava o movimento de mulheres. Entretanto, me parece correto afirmar que os vínculos dos distintos movimentos e organizações de mulheres com este campo político guardam sensíveis diferenças entre si, alguns mais próximos do seu centro, no sentido de compartilharem com maior compromisso os seus marcos de referência e outros com maior distanciamento, porém, atuando conjuntamente ou apoiando ações do campo em momentos específicos.

Sader refletiu sobre este ideário político, no qual o campo se referenciava, a partir das experiências populares na constituição de movimentos e do lugar que a construção e compartilhamento de ideias teve neste processo. Como observa Marilena Chauí, no prefácio da obra de Sader:

> Na linguagem da Igreja, falava-se em conscientização; na das esquerdas, em reflexão crítica; na do sindicalismo, em socialização do saber. Todavia, seja qual for a designação e seja qual for o pressuposto teórico de quem a formula, o importante é que está simplesmente a indicar que os movimentos sociais operam como fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento político que tendem a ser ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica (Chauí *in* Sader, 1988, p. 13).

No movimento de mulheres, a relação entre feministas e mulheres de classes populares parece ter sido demarcada por similaridades e diferenças em relação aos outros movimentos sociais. Similaridades porque várias organizações feministas adotaram atividades de comunicação, pesquisa e educação, como mediadoras desta relação, e diferenças por-

que sendo as organizações feministas parte do movimento feminista e, portanto, do movimento de mulheres, elas não poderiam ter o mesmo tipo de distanciamento que era possível para outros tipos de organizações político-profissionais de assessoria. Ademais, as ativistas de organizações feministas realizavam e participavam das mesmas ações coletivas e mobilizações sociais que as mulheres de outros segmentos, encontrando-se como militantes de movimentos de mulheres.

Dito desta forma parece que não havia, portanto, nenhuma diferença entre movimento feminista e movimento de mulheres. Os indicativos apresentados me exigem responder, por enquanto, de forma ambígua, sim e não. Não é por acaso que o movimento feminista brasileiro era publicamente visto como um movimento de mulheres de classe média, intelectualizadas e com um estilo de vida particular. Em parte, isto se deve às suas origens de classe e à organização nos pequenos grupos no início da década de 1970, nos quais predominava este perfil, ao que podemos adicionar a reflexão que colocava exigências pessoais a cerca do padrão sobre o que deve ser uma mulher. Deriva também do preconceito que existe na sociedade patriarcal que rejeita qualquer perspectiva feminista, procura ridicularizá-la e reduzir as suas potencialidades, o que neste período, no qual a questão de classe era um elemento muito valorizado, poderia ser feito pela esquerda ao classificar o feminismo como movimento de classe média, portanto, que não interessaria às mulheres populares.

Não obstante, as relações estabelecidas entre mulheres, no interior deste processo político, marcadas pelas relações sociais de classe e de raça, tem um peso substantivo neste problema. A composição de classe e de raça dos movimentos de mulheres, neste momento, já compreende uma escala diversificada, que poderia ser vista como estratificada em níveis de rendimento, ou de forma mais ampla em termos de *habitus* de classe, variando de segmentos médios até setores populares. Em termos de raça-cor, para utilizar o recurso dos institutos de pesquisa, a composição era diversificada também, incluindo de forma minoritária as mulheres negras que assumiam esta identidade política. Considero que este movimento já era composto, pelo que Sueli Carneiro chamou de escala cromática da população brasileira[47], mas entendendo que politicamente esta relação se configura entre brancas e negras.

[47] Ver CARNEIRO, 2011b.

Vários estudos sobre esta trajetória política invisibilizam o movimento de mulheres negras e das mulheres trabalhadoras. Também não reconhecem a presença das mulheres trabalhadoras de classes populares como uma participação feminista, no máximo como aliadas. Este fato decorre de dois fatores. Por um lado, a visão predominante de feminismo, como uma identidade proclamada, exige que cada mulher, individualmente, se declare feminista para ser vista como tal, o que não ocorria amplamente entre mulheres populares. Esta perspectiva só é aceitável se as análises se baseiam mais na posição pessoal dos indivíduos do que na análise dos processos políticos, das organizações, ações e propostas defendidas. Por outro lado, as relações interpessoais na convivência cotidiana entre mulheres de distintas frações de classe e de distintas configurações raciais são dadas a partir do padrão organizado na ordem burguesa branca, na qual as mulheres de classes populares e negras não têm as mesmas possibilidades de inserção que as mulheres brancas e com níveis de renda mais elevado. Por exemplo, o que é vivido como natural para uma mulher dos setores médios, como ir a restaurantes após as reuniões ou voltar para sua residência e encontrá-la arrumada, não ocorre com as mulheres de classes populares, embora ambas tenham participado da mesma reunião e decidido juntas a mesma estratégia de ação do movimento com o qual se identificam e ambas se filiem a um pensamento político de esquerda.

Os elementos apresentados até aqui indicam que o movimento feminista, neste período, organizou-se em pequenos grupos e, posteriormente, em ONGs, e atuou junto ao movimento de mulheres, organizado também em pequenos grupos nas periferias das grandes cidades e dentro das estruturas sindicais. Por ter participação de mulheres oriundas das organizações políticas de esquerda no interior do que veio se constituindo como o campo político dos movimentos sociais, parte deste movimento feminista preocupou-se em aproximar a relação com mulheres de classes trabalhadoras e, notadamente, com mulheres populares, mas, estas não eram vistas por aquelas como feministas. Neste sentido, ser considerada feminista tornou-se uma forma de legitimação no interior do movimento de mulheres. Eram vistas como feministas mulheres que assim se declaravam, mas isso se dava a partir de um corte de classe, eram mulheres de segmentos médios e com acesso ao nível superior de educação.

No interior do campo político dos movimentos sociais, a crítica à ideia da classe operária como o único sujeito político da transformação

social já havia ganhado força e a contribuição feminista a esta crítica foi bastante importante, assim como o debate a partir da questão racial e ambiental. Várias perspectivas teóricas postulavam a ideia de que as transformações sociais não estão pré-determinadas, são uma possibilidade, para a qual concorre a ação de múltiplos sujeitos em articulação. O feminismo, que surge questionando o sujeito universal do iluminismo, assume também a crítica ao sujeito único da transformação derivada do pensamento de esquerda. Neste ínterim, muitas correntes teóricas feministas, em associação com algumas perspectivas sociológicas, abandonam a reflexão sobre classes sociais e sobre que lugar elas podem ocupar nestes processos políticos.

No próximo capítulo discuto como a relação movimentos feministas e movimentos de mulheres se configurou no período imediatamente posterior – 1995 a 2015 – a partir das articulações movimentalistas que foram construídas e dos marcos de análise da realidade e de mobilização que conformaram suas identidades coletivas.

3

Articulações e manifestações de mulheres

O caminho trilhado pelo movimento de mulheres no período da redemocratização brasileira, como vimos no capítulo anterior, foi informado pelo feminismo e esteve influenciado pelo contexto de conformação do campo político dos movimentos sociais, que se configurava à época como campo democrático e popular. Este campo possuía um ideário comum, um marco de referência que promovia um sentido de pertencimento a uma identidade coletiva que transcendia as organizações, articulações e protestos, demarcado, entre outros elementos, pela identificação de classe trabalhadora. Por um lado, as articulações do movimento de mulheres, que surgiram no período, foram adotando perfis diferenciados de acordo com a sua relação mais próxima ou mais distante com a identidade coletiva deste campo e tambem consolidando identidades coletivas próprias. Por outro lado, o movimento feminista gerou suas próprias articulações, também divergentes entre si, mas com capacidade de ação conjunta em várias oportunidades políticas surgidas neste percurso. As estratégias feministas foram capazes de atrair os grupos de movimentos de mulheres existentes. Na década de 1990 e nos anos 2000, este processo se consolida, porém, as articulações movimentalistas de mulheres tornam-se estruturas mais fortes, como veremos a seguir.

Neste capítulo retomo o contexto político discutindo o período de 1990 a 2015, com ênfase no campo político dos movimentos sociais. Discorro também sobre as mobiliza-

ções, organizações e articulações que o movimento de mulheres gerou e suas relações com o feminismo. Por fim, no último item, trago algumas reflexões tentando articular o debate sobre a relação movimento feminista, movimento de mulheres, mulheres de classes populares e movimentos sociais. Discuto como a questão de classe, em particular a classe trabalhadora em sua fração mais popular, esteve ou não inserida nesse processo geral do campo e no movimento de mulheres.

Participação institucional e articulação internacional

Na década de 1990, os movimentos sociais, já com grandes articulações ou organizações nacionais, realizam ações próprias, utilizando-se de diversos repertórios, sejam de protestos, ocupações e mobilizações ou de incidência sobre as mudanças legislativas, de elaboração e monitoramento de políticas públicas no plano nacional e/ou de implantação de serviços públicos no plano local. Tem maior visibilidade, no período, a participação nos espaços institucionais para incidência sobre o Estado, seja no campo internacional ou nacional.

Os processos articulatórios gerais da década de 1980 entram em descenso e se consolidam as articulações por área de política pública e/ou por grandes demandas sociais, a exemplo das lutas por terra no campo, as lutas por moradia na cidade, o enfrentamento dos problemas dos transportes públicos, a defesa da saúde ou educação, os direitos de crianças e adolescentes, direitos humanos em geral, constituindo-se fóruns e/ou redes especializadas em cada área. As formas de expressão destes movimentos variam conforme o grau de institucionalização de suas organizações próprias e/ou de capacidade do Estado de construir espaços de interlocução específicos. Desta forma, pode-se verificar, como, ao longo da década, estas diferenças ocorrem. Por exemplo, os movimentos por transporte público seguem se expressando em protestos nas ruas por ocasião dos constantes aumentos de tarifas[1] e os movimentos por saúde se manifestam mais fortemente no interior das Conferências e Conselhos, adentrando a máquina pública na qualidade de profissionais da área[2]. Ambas as formas de atuação obtêm resultados no sentido de mudanças

[1] Ver LUDD, 2002.
[2] Ver DOWBOR, 2012.

nas políticas públicas, resta saber qual é mais efetiva em consolidar o referido movimento como força política contra a ordem, como um sujeito da luta antissistêmica, ou seja, capaz de promover fissuras no sistema.

Com as conquistas sociais decorrentes do processo constituinte, ganham proeminência as mudanças legislativas que normatizam os direitos sociais e organizam os mecanismos de participação social: especialmente conselhos e conferências de políticas públicas. Destes conselhos, compostos em geral por entes governamentais e da sociedade (em alguns casos por setores empresariais e usuários de serviços), passam a participar as organizações e redes de movimentos sociais construídas durante o processo anterior, e também as Pastorais Sociais, assim como as entidades de assessoria e apoio aos movimentos, que posteriormente ficaram conhecidas como Organizações Não Governamentais. Estas entidades, em sua maioria, se dedicavam a trabalhos de educação e organização dos movimentos populares e acompanhamento às suas lutas. A maioria tinha como referência de sua atuação a Educação Popular, concepção pedagógica desenvolvida por Paulo Freire, com forte influência nas ações educativas que eram desenvolvidas para e pelos movimentos[3]. Este conjunto de organizações sofrem mudanças na década de 1990, tanto as CEBs e Pastorais Sociais com o redirecionamento político, à direita, da Igreja Católica[4], como as entidades de assessoria, doravante nomeadas ONGs, que passam a atuar com voz própria em espaços públicos de participação social[5].

O ciclo social de conferências da ONU, que marcou a década de 1990, inicia-se com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, e segue, em 1993, com a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena, e com a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994. Em 1995, acontece em Beijing a Conferência Mundial sobre a Mulher e, em 2001, a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban. Em todo este processo a presença ativa do movimento feminista e de inúmeros grupos de mulheres, entre os quais os ligados ao movimento de mulheres negras, foi intensa, fossem as integrantes identificadas com o feminismo ou não. A incidência destes movimentos sociais – e também de outros como o

[3] Ver SILVA, 1996.
[4] Ver ANDRADE, 2012.
[5] Ver SOUTO; PAZ, 2012.

Movimento Negro e o Movimento de Direitos Humanos – foi central para criar as condições de possibilidades para o monitoramento no Brasil das Plataformas de Ação destas Conferências, das quais o país é signatário, e para a efetivação de direitos já conquistados e/ou a conquista de novos direitos através das políticas públicas. Deste processo derivou uma maior aproximação dos movimentos sociais com a ideia de controle social sobre as políticas públicas. Mas outras razões incidiram também para a ampliação de ênfase nos espaços institucionais, como veremos a seguir.

Com a queda do presidente Collor de Melo, em 1992, assume o seu vice, Itamar Franco, que leva para seu governo como Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, um renomado sociólogo, reconhecido como de centro esquerda, e com trajetória de vínculo à luta contra a Ditadura. Cardoso implanta o Plano Real, baseado na criação de uma nova unidade monetária que funcionou como indexador, que se alteraria cada vez que o Índice Geral de Preços subisse ou descesse, e com isto consegue combater a inflação. Para conter os gastos públicos, o governo fez aprovar um projeto de lei para a criação do Fundo Social de Emergência, que autorizava o governo a reduzir os gastos determinados pela Constituição[6]. A estabilidade econômica é o passaporte para a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente da República em 1994 e reeleição em 1998. Ele assume nos marcos da onda neoliberal que orienta o processo de globalização no mundo. Começa a ruir a chamada Constituição Cidadã.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, por dois mandatos seguidos, de 1994 a 2002, impõe uma forte reorganização do Estado, com a privatização de empresas públicas, reforma administrativa com criação de agências reguladoras e transferência de parte significativa da execução das políticas públicas para empresas e/ou para organizações sociais[7].

A situação política, no Brasil, nos governos FHC, é bastante contraditória. Por um lado, o processo de redemocratização gerou um alargamento da noção do público e uma maior institucionalidade democrática. Isto facilitou também um repensar da responsabilidade social que ampliou, na sociedade, as ações assistenciais. Por outro lado, o Estado brasileiro foi tomando medidas no sentido de desconstruir os direitos so-

[6] Ver SINGER, 2014.
[7] Ver REIS, 2014.

ciais estabelecidos na Constituição; de privatizar as empresas públicas e terceirizar a força de trabalho; de destituir o direito de expressão das organizações vinculadas às lutas populares; de enfraquecer o poder de decisão dos conselhos de gestão de políticas públicas que o possuíam; e, para concluir, de transferir o que era visto como obrigação do Estado para o setor privado e/ou para as chamadas organizações sociais, um ente de direito privado para fins públicos.

O período FHC gera uma "confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, e marca [...] o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira" (Dagnino, 2004, p. 95). O perverso reside no fato de que, apontando para direções conflitantes e antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa. Sobre este aparente valor da participação estiveram em conflito distintos projetos políticos, que assumem uma disputa de significados sob as referências comuns de democracia, cidadania, sociedade civil e participação.

> Por um lado, a constituição dos espaços públicos representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente – mas não só – pela Constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências (Dagnino, 2004, p. 97).

O governo Fernando Henrique Cardoso se encerra já em uma situação bastante desconfortável na economia. A política cambial de desvalorização do Real e a taxa de câmbio estava flutuando de acordo com a especulação financeira. Nas eleições de 2002, no primeiro turno concorrem seis candidatos, ficando para o segundo turno José Serra, do PSDB, como candidato da situação, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, como candidato da oposição. O PT já havia concorrido nos três pleitos anteriores e, em certo sentido, expressava o projeto político do campo democrático e popular, embora de forma difusa e já sem capacidade de mobilizar a mesma força emocional da militância que congregou em

1989, isto porque a sua composição e o grau de institucionalização era outro, assim também como a recomposição das várias expressões organizativas dos movimentos sociais.

Segundo Paul Singer, Lula poderia vencer as eleições com a proposta de controle da movimentação dos capitais especulativos, uma vez que era evidente que as crises sucessivas se deviam à vulnerabilidade externa da economia. No entanto, Lula divulgou a Carta aos Brasileiros em que prometia respeitar os compromissos assumidos por Cardoso, visando acalmar os setores conservadores e garantir que nenhuma política econômica que os prejudicasse seria adotada, o que foi confirmado com a indicação, quando eleito, de Henrique Meireles, do PSDB, para a presidência do Banco Central[8].

A eleição de Lula, em 2002, se dá a partir de um processo político muito distante do que havia sido a campanha eleitoral de 1989. Ele é eleito em um momento de vitória do neoliberalismo no que diz respeito à política, à economia e à cultura. O individualismo e o consumismo se exacerbam. Os movimentos sociais estão em um momento de pouca presença pública e pouca força política, vindos de um período de profundo desgaste nas relações com o governo FHC e, ao mesmo tempo, de investimento de energias coletivas na atuação nos mecanismos de participação social nas políticas públicas. O movimento de mulheres, na década de 1990, voltou-se fortemente para a participação no ciclo social de conferências da ONU e teve sua atuação no plano nacional voltada para a conquista de políticas que efetivassem direitos das mulheres, em especial no campo da saúde e do enfrentamento à violência. No âmbito do debate teórico feminista este é o período no qual se fortalecem os estudos de gênero.

As mudanças no PT e no campo político democrático e popular foram fortes na década de 1990, no que se refere a reduzir o discurso baseado na radicalidade e envolver-se cada vez mais com a integração ao sistema político existente. Em 1988, o PT conquistou 33 prefeituras, incluindo algumas capitais, como São Paulo. Em 1992, perdeu São Paulo, mas ganhou em Belém, Belo Horizonte, Goiânia, Rio Branco e mais 49 cidades. Em 1994, elegeu quatro senadores, 50 deputados federais e 92 estaduais, além de dois governadores. Em 1996, venceu as eleições municipais em 111 cidades e, em 1998, conquistou 3 governos estadu-

[8] Ver SINGER, 2014.

ais, 3 senadores, 59 deputados federais e 90 estaduais. A estes números some-se todo o contingente de secretários, assessores e outros petistas empregados em cargos comissionados. Este quadro altera não apenas as disputas no interior do partido, como modifica sobremaneira o espectro do que era o campo democrático e popular, que agora tem que ser visto para além de sua expressão em movimentos e partidos e incluir governos e parlamentares.

A relação dos movimentos sociais com os governos petistas, construída a partir da força do campo político democrático e popular, é ambígua. Militantes de organizações de movimentos sociais e outras comprometidas com eles assumem cargos em governos, o que as leva a um afastamento destes movimentos, ou a uma tentativa de sua substituição política, por se verem como portadoras das mesmas demandas e/ou do mesmo projeto político. Essa configuração cria as condições para que, em dadas circunstâncias, os movimentos manifestem-se em apoio aos governos e, em outras, realizem mobilizações para pressioná-los pelo cumprimento de demandas negociadas e não efetivadas[9]. Esta ambivalência aparece publicamente como uma paralisia dos movimentos sociais, ou no sentido de Melucci, um momento de imersão. Ademais, em razão do processo de formação deste campo político, muitos militantes de movimentos sociais sentem que comungam do mesmo projeto instalado no governo e, vivem momentos de perplexidade e conflito pessoal quando a realidade contradiz esta crença.

Apesar deste quadro, os anos 2000 veem nascer não apenas a chamada era Lula, mas também uma forte rearticulação dos movimentos sociais de forma coletiva com a construção do Fórum Social Mundial. Iniciara-se há alguns anos uma maior articulação entre a ação local e ação global, muito possivelmente como reação à mundialização e liberalização da economia e sua correlação com a política, que ficou conhecida como movimento antiglobalização ou altermundialista[10].

Várias coalizões internacionais de ONGs, sindicatos, movimentos camponeses, feministas, juvenis e outros se articulam em torno da exigência da democratização da tomada de decisões sobre os financiamentos

[9] Ver MUTZENBERG, 2010

[10] Ver BRINGEL; MUÑOZ, 2010.

multilaterais, contra a dívida externa dos países pobres e a liberalização do comércio internacional. Isso implica em novas bandeiras de luta que mobilizam distintos segmentos do movimento, como a quebra de patentes de medicamento antirretrovirais, usados contra a epidemia de Aids, contra a produção de organismos geneticamente modificados e o uso de agrotóxicos, é o chamado movimento antiglobalização. No Brasil, as organizações nacionais de movimentos sociais, as centrais sindicais e a associação de ONGs (ABONG) se articulam em torno da realização do Fórum Social Mundial e das campanhas contra dívida externa, contra a ALCA – Aliança do Livre Comércio das Américas e contra a implantação de uma base espacial em Alcântara, realizando plebiscitos populares. São momentos fortes de movimentação que rearticulam o campo político de movimentos sociais que vimos discutindo.

O advento do uso massivo das novas tecnologias de comunicação, em especial a internet, por este movimento, é uma de suas grandes novidades, que gera as condições de possibilidade de que ele ocorra em escala mundial, e que transcenda as estruturas tradicionais de organização, mobilizando para suas ações grupos e indivíduos sem vínculos fortes com organizações movimentalistas mais estruturadas[11]. Além da forma de articulação, também se constituíram numa novidade os repertórios de ação utilizados nas manifestações. O movimento antiglobalização levou às ruas muita criatividade e, ao mesmo tempo, combatividade e capacidade de enfrentamento do aparato policial.

O marco inicial do movimento é Chiapas, no México, em 1996, no Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, que já fora fortemente disseminado pela internet, como até hoje ocorre com os protestos zapatistas. A partir deste período, nas reuniões ministeriais de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC) ou por ocasião de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), ocorreram sempre, em diferentes países, manifestações contra a liberalização do comércio. Posteriormente os protestos antiglobalização passaram a ocorrer também quando de reuniões de cúpula de Chefes de Estado, seja na Europa ou nas Américas, ou mesmo em Cúpulas Mundiais do G-8. Na América Latina foram chamados Cúpulas dos Povos.

[11] Ver DELLA PORTA, 2007.

O fato mais marcante do início deste processo foi a chamada Batalha de Seattle, na qual milhares de manifestantes nas ruas impediram a realização da rodada de negociação da OMC, em 1998, e as manifestações em Gênova, em 2001, durante a reunião de cúpula do G-8, onde um manifestante foi baleado e, posteriormente, esmagado por um jipe da polícia. O atentado de 11 de setembro de 2001 ao *Word Trade Center*, nos Estados Unidos, é visto por alguns analistas, o elemento de conjuntura que reduziu a orientação das manifestações para o confronto, como Maria da Glória Gohn (2003). Entendo que eles podem ter se reduzido em número de adeptos, mas os confrontos continuaram ocorrendo, apesar das reuniões de cúpula serem cada vez mais fechadas e cercadas por forte aparato policial.

O Fórum Social Mundial (FSM) é construído como um processo no interior do movimento antiglobalização, em torno da consigna de que 'um outro mundo é possível', e, em paralelo ao Fórum Econômico Mundial que tradicionalmente reúne os Chefes de Estado em Davos, na Suíça. Em 2002, as 58 organizações e redes envolvidas na consolidação do FSM criam um Conselho Internacional que o lidera. A Carta de Princípios demonstra a diversidade de organizações, de causas e de correntes políticas que compõem o FSM. Mas, apesar disso, quando de sua organização inicial, que contou com algumas organizações centrais nas lutas antiglobalização, como a ATTAC[12], o Fórum foi criticado por ter supostamente um caráter reformista, em Porto Alegre, em 2002, por três articulações movimentalistas: a Ação Global dos Povos, o Black Block espanhol e a Federação Anarquista Gaúcha, mas não parece ser um pensamento amplo entre quem participa do FSM[13].

O debate em torno do FSM, na mídia, em 2002, versava se e até que ponto ele rejeitava o espírito de Seattle. O FSM apresentou-se como a possibilidade de construir outra forma de globalização, baseada na integração cultural e rejeitando a forma da mundialização da economia. É um processo político que culmina com um grande encontro no qual a maioria das atividades (exposições, seminários, oficinas etc.) são realizadas de forma autogestionária pelas organizações inscritas, ficando sob responsabilidade

---

[12] Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos, criada na França em 1998, que tinha como finalidade instituir um imposto sobre movimentações financeiras internacionais (a chamada Taxa Tobin).

[13] Ver GOHN, 2003.

do comitê internacional do FSM a passeata de abertura e as grandes conferências abertas a todos os e as participantes. A articulação do FSM funda-se na perspectiva da horizontalidade e autonomia dos movimentos sociais e que colocou em questão velhas formas de fazer política, fortemente hierarquizadas e já tradicionais, inclusive no campo da esquerda[14].

O surgimento do FSM, a partir do Brasil, foi possível em razão desse processo histórico de formação de um conjunto de articulações movimentalistas em torno de um ideário comum e com forte capacidade de ação coletiva, apesar de suas diferenças e divergências internas. No momento em que o projeto neoliberal impõe, no debate público, a ideia de fim da história, o FSM afirma: 'um outro mundo é possível'. Algo semelhante já havia sido dito por vários movimentos sociais internacionalistas, entretanto, neste caso, a proposta é gerar um espaço de articulação e confluências de fomento de pautas comuns, capazes de gerar ações coletivas antissistêmicas compartilhadas, mas sem uma direção única, centralizada e, portanto, como um processo de construção permanente de si mesmo, de sua ação e seu projeto político.

O processo FSM segue um curso crescente até o ano de 2015, impulsionando diversos fóruns sociais regionais e temáticos, e, em paralelo, organiza-se o Fórum das Alternativas, uma rede internacional de centros de pesquisa e de intelectuais militantes do sul e do norte[15]. O processo FSM se desdobra em Fóruns Sociais Regionais e Temáticos, a exemplo de: Fórum Social das Américas, Fórum Social Hemisférico, Fórum Social Panamazônico, Fórum Social Europeu, Fórum Social Mediterrâneo, Fórum Social Mundial da Saúde e Fórum Social Mundial da Educação. Também em alguns países ocorreram fóruns sociais temáticos como na Argentina, Colômbia e Palestina. No Brasil, aconteceram edições do Fórum Social Brasileiro, nordestino e potiguar, e também alguns de caráter temático (a exemplo do fórum sobre a palestina) e os voltados para avaliação de 10 anos e 15 anos do FSM. Neste período ocorrem também, no cenário mundial, as movimentações antiglobalização que ficaram conhecidas a partir de suas datas como o M19, seguidos do ciclo de protesto generalizado que foi chamado Primavera Árabe. Nos EUA e na Europa, os movimentos Ocupy e Indignados ganham força frente à crise econômica e política.

---

[14] Ver SANTOS, 2005.

[15] Ver em http://www.forumdesalternatives.org/pt-br/que-e-o-fma).

No contexto brasileiro, os governos federais petistas, até 2014, conseguiram evitar que o Brasil entrasse na crise financeira internacional e garantiram o enfrentamento à miséria extrema e à pobreza pelas políticas de distribuição de renda, elevação do salário mínimo e benefícios sociais correlatos e pelo financiamento do crédito popular que gerou tanto a inclusão no consumo de bens como o alargamento do chamado empreendedorismo individual. Ao mesmo tempo favoreceram maior nível de empregos formais e inserção nas universidades para jovens negros e de classes populares. Esta nova situação social impulsionou um maior contingente populacional em circulação nas cidades, sem que houvesse investimentos substantivos para enfrentar os problemas da mobilidade urbana[16]. A situação se agrava com a crise econômica, iniciada em 2008 com a situação das hipotecas habitacionais nos Estados Unidos, que provoca efeitos em todo o mundo. O nível de desemprego aumenta e, mais recentemente, vemos a Europa entrar na pior crise humanitária desde a Segunda Guerra com a segregação dos migrantes, em conjunto com a crise financeira. Esta situação está sendo enfrentada por mobilizações sociais no mundo inteiro.

O governo Lula em meio a suas alianças e acusado de corrupção, ou o lulismo, conforme analisado por André Singer (2012), é aprovado no teste eleitoral, apesar da crise política que foi cunhada na mídia como mensalão. Ele consegue eleger sua sucessora, a primeira mulher eleita como presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Lula e Dilma contaram com um arcabouço jurídico advindo da Constituição de 1988, que gerou condições de possibilidade para a grande ampliação dos espaços de participação ocorrida, em especial, no primeiro governo. Ao mesmo tempo, esse período de governos petistas foi marcado pela etapa imediatamente anterior e pela história de nossa formação social. Os governos Collor-Itamar e Fernando Henrique Cardoso inviabilizaram quaisquer diálogos com os movimentos sociais e apostaram na fragilização e criminalização das organizações populares. A formação social brasileira foi historicamente marcada por formas centralizadoras, patrimonialistas e clientelistas de fazer política, originadas na colonização, em seus mecanismos escravistas e patriarcais, e em sua economia voltada para sustentação das metrópoles portuguesa e inglesa. Ao herdar esta perspectiva histórica e a dos governos recentes, ainda que os governos petistas tivessem compromisso público com a participação e, de fato, tenham-na ampliado

[16] Ver SINGER, 2012.

quantitativamente, ela não significou uma revisão ampla dos procedimentos da ação política institucional tradicionais.

O período referente ao governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado pelo não reconhecimento dos movimentos sociais, ausência de diálogo e pelo crescimento da política de transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade, em especial na área de assistência social. O governo Lula fez crescer os espaços institucionais de diálogo entre governo e sociedade civil, ampliando o número de conferências e conselhos de políticas públicas, que discutiam prioridades e diretrizes para inúmeras áreas de atuação. Todavia a baixa efetividade das resoluções reduziu cada vez mais o caráter deliberativo dos espaços institucionais de participação, o que sequer é comum a todos eles, pois alguns têm caráter consultivo[17].

A aposta do PT na governabilidade baseada na relação com o Congresso Nacional, em detrimento da relação com os movimentos sociais que lhe deram origem, sustentou o que vem sendo chamado por alguns/mas estudiosos/as de presidencialismo de coalizão, ou de peemedebização ou ainda de blindagem política. O PT governou com uma articulação tão ampla com partidos e setores sociais que conseguiu reduzir muito a sua oposição pública declarada até 2013, o que mudou radicalmente em 2014 a 2016, com a crise política. Isto significa que, no espectro político geral, o governo petista se distancia muito da perspectiva de esquerda que havia no próprio Partido dos Trabalhadores e, mais ainda, no campo político dos movimentos sociais. Implica que, ao mesmo tempo em que ele constrói uma política pública de redução das desigualdades, baseada em programas sociais de enfrentamento à pobreza, o governo renuncia a compromissos históricos do PT com os movimentos sociais, como as reformas agrária e urbana, e reacende o clássico ideal desenvolvimentista das esquerdas, com grandes projetos capazes de fazer com que o país galgue um novo patamar econômico no mundo globalizado. Apesar da ampliação dos espaços de participação social, nestes últimos anos, isso não foi capaz de canalizar e processar as insatisfações com a política e as demandas por direitos, como tão bem demonstram as jornadas de junho de 2013.

Esta fragilidade dos canais de democracia participativa somou-se ao já fortemente enraizado descrédito com a política representativa, calcada nas vicissitudes do nosso sistema político, que além de distorcer as

[17] Ver SOUTO; PAZ, 2012.

representações regionais com o voto majoritário para o Senado, impõe a sub-representação a enormes parcelas da população, em especial às mulheres, às pessoas negras e das classes populares, uma vez que o processo eleitoral baseia-se fundamentalmente no poder econômico e na estrutura de mídia dos candidatos, o que cria condições para a corrupção historicamente estabelecida no Estado brasileiro. As escolhas políticas feitas pelo Partido dos Trabalhadores, ao tentar garantir a governabilidade através do apoio no Congresso Nacional em detrimento da sua opção inicial pelos processos de mobilização dos movimentos sociais, geraram um sentimento forte de decepção na geração que esteve envolvida com a sua construção como partido de novo tipo, como foi nomeado por vários pensadores da política[18] e no campo democrático e popular.

Não é possível, sem uma análise mais acurada, remeter a onda de manifestações de 2013, para a mesma análise dos momentos fortes de aparição do campo político dos movimentos sociais que vim fazendo até aqui, dado que ela não tem a mesma composição de forças políticas e estruturas organizativas dos movimentos sociais tradicionais. Em estudo recente[19], analisei que as manifestações indicaram distintas insatisfações porque delas participaram setores sociais com diferentes necessidades, interesses e visões de mundo.

Para além da ambiguidade presente neste ciclo com a presença de forças de esquerda e de direita, vejo as jornadas de junho como uma expressão de movimentos sociais, um ciclo de protestos que se relaciona com o ideário construído ao longo do período histórico recente, mas que, ao mesmo tempo, não está organicamente vinculado ao campo político construído, uma vez que não contou com suas estruturas organizativas já tradicionais e nem tampouco as manifestações indicavam se sentir representadas por elas. Muito pelo contrário. As manifestações de 2013 aprofundaram a crise de representatividade em curso na sociedade brasileira.

A nova geração de jovens viveu a vida inteira no processo pós-redemocratização do Brasil, ou seja, no período correspondente aos governos Fernando Henrique, Lula e Dilma, e, nele, construiu suas possibilidades de atuação política. Na minha compreensão a forma dos protestos,

---

[18] Ver MENEGUELLO, 1989; OLIVEIRA, 2010.
[19] Ver SILVA, 2014.

seus repertórios de ação e sua estética própria, foi produzida a partir de manifestações semelhantes, mas que ocorreram em menor escala. Refiro-me à irreverência e criatividade presente nas passeatas de abertura do Fórum Social Mundial, em suas várias edições, com destaque para as ocorridas em Porto Alegre e Belém, bem como nos vários momentos da Marcha das Vadias, da Marcha da Maconha, nos movimentos Occupy e Indignados, ocorridos em vários continentes, que ficaram conhecidos pela internet. Também percebo ecos, nas recentes manifestações no Brasil, dos protestos ocorridos em vários pontos do mundo por ocasião das reuniões de cúpula dos presidentes, e em especial da Organização Mundial do Comércio. No Brasil, por ocasião da Rio +20, isto é, o encontro de movimentos sociais paralelo à Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, que ocorre 20 anos após a ECO 92, aconteceram vários confrontos de rua e várias expressões contra-culturais, embora a cena mais forte tenha sido a passeata sem confronto que reuniu 80 mil pessoas, segundo os jornais da cidade.

Em 2014, a direita política cresceu em expressão na sociedade brasileira, não obstante a rearticulação de uma grande parte do campo político dos movimentos sociais em torno da realização do plebiscito popular em apoio à realização de uma assembleia constituinte exclusiva, para redefinição do sistema político brasileiro, realizado em setembro, obteve a expressiva participação de 7.873 milhões de votantes. O confronto, no segundo turno da eleição presidencial, entre a candidatura Dilma Rousseff, pelo PT e aliados, e a candidatura Aécio Neves, pelo PSDB e aliados, conformou-se como um enfrentamento de grande envergadura entre campos políticos mais à direita e mais à esquerda, o que incidiu fortemente na crise político-institucional. O ano de 2015 viu reacender a chama das mobilizações massivas nas ruas, desta vez tanto como expressão da direita que defendia o da presidente Dilma Rousseff, como da esquerda contra o golpe na institucionalidade democrática. O campo político dos movimentos sociais, todavia, se divide entre aqueles que se mobilizam em defesa do governo e os que defendem sua continuidade, mas criticam as suas políticas. Em 2016, o golpe parlamentar se configurou travestido de *impeachment* da presidente. Até o final desta elaboração são imprevisíveis os rumos que esta conjuntura tomará, mas a regressão de direitos conquistados na luta política do campo de movimentos sociais já se verifica.

Da conferência de Beijing à primavera feminista

Nesta parte vou descrever os processos de articulação e mobilização presentes no movimento de mulheres e movimento feminista no período de meados da década de 1990 aos dias atuais, procurando refletir o que estes dados indicam sobre a relação e as interpelações das mulheres trabalhadoras de classes populares. Pretendo demonstrar como o movimento de mulheres e movimento feminista foram se misturando, se retroalimentando e construindo referências comuns para ação. Também quero discutir qual relação desenvolveram com o campo político dos movimentos sociais, elemento que entendo como relevante para a adoção da referência à classe social no marco de referência destes movimentos analisados.

No movimento de mulheres, a década de 1990 foi marcada pelo ciclo das conferências sociais da ONU, conforme descrito acima, associado aos processos correlatos de postulação de novas legislações e políticas públicas no plano nacional. É também um período importante para o fluxo organizativo das articulações movimentalistas, para a atuação nos espaços de participação social e para as relações que se desenvolvem no campo político dos movimentos sociais, com destaque para a presença feminista nas jornadas de luta contra a ALCA e OMC e no Fórum Social Mundial. Nesse itinerário, a seguir tentarei demonstrar como este processo se deu, com ênfase na presença e nos sentidos que vão sendo dados à participação de mulheres de classes populares.

A atuação do movimento feminista, neste período, embora tenha sido fortemente marcada pelos processos das conferências da ONU, não pode ser vista apenas por este prisma. No plano nacional as mobilizações feitas em torno de mudanças legislativas e de implantação de políticas públicas galgaram conquistas relevantes, em especial no campo da saúde, aborto e enfrentamento à violência[20]. Também me parece bastante importante a capacidade de ação conjunta de vários movimentos feministas que gerou a Plataforma Política Feminista, em 2002. Ademais o movimento manteve-se articulado em fóruns permanentes em vários Estados da federação, conduzindo diversos processos de lutas locais contra a violência, em defesa da descriminalização do aborto, pela implantação de serviços

[20] Ver MACHADO, 2010.

de saúde etc.; os movimentos sindicais de mulheres conquistaram vários direitos específicos nas negociações por ocasião de campanhas salariais de suas categorias e grandes mobilizações nacionais.

No início da década de 1990, a imprensa feminista já havia reduzido sua força: o jornal *Nós Mulheres* funcionou só até 1978; *Brasil Mulher* foi encerrado em 1980, e o Mulherio, em 1988. Uma entidade que se constituiu pós-processo Constituinte, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), em Brasília, mantém a atuação junto ao Congresso Nacional, e posteriormente ao Executivo, no sentido de incidir para efetivação de novas legislações e políticas públicas que garantam os direitos das mulheres, a partir da mobilização do movimento. Esta organização produziu o *Jornal Fêmea*[21] de 1989, quando foi criada, até 2014, totalizando 178 edições. O jornal era enviado para mulheres ativistas em todo o país, como instrumento de divulgação e mobilização.

A partir da década de 1990 verifica-se o crescimento da atuação nos conselhos gestores das políticas públicas, em especial nas Conferências e Conselhos de Saúde, assim como ocorre com outros movimentos sociais[22]. Neste período cresce a participação de organizações de mulheres de classes populares nos conselhos gestores no plano municipal e nos processos de Orçamento Participativo. As experiências de Orçamento Participativo somam-se à atuação nas Conferências e Conselhos como forma prática de participação social.

O Orçamento Participativo (OP) é uma experiência sem base legal em âmbito nacional, que se notabilizou a partir das prefeituras do PT, e que se desenvolve com a realização de assembleias populares para discussão de investimentos públicos dos governos municipais, que variam de 1 a 2% do orçamento público, na maioria das vezes, em seu espaço de realização territorial e temático. Estas assembleias, chamadas plenárias em algumas cidades, além de discutirem prioridades, elegem representantes (delegados/as) para o conselho municipal de orçamento, no qual se define a proposta orçamentária da Prefeitura a ser enviada à Câmara de Vereadores, que tem a prerrogativa de decisão legal sobre o orçamento público anual em cada município[23].

---

[21] Disponível em www.cfemea.org.br.
[22] Ver MACHADO, 2010.
[23] Ver SILVA, 2014.

Sobre a participação das mulheres nos processos de orçamento participativo na cidade de Recife, concordo com a afirmação de Betânia Ávila e Verônica Ferreira, entendendo que na maioria da vezes a participação não se dá desta maneira desejada.

> O orçamento participativo é a esfera do encontro político de negociação entre movimentos, organizações e governo. Dessa maneira, não é no interior do OP que as mulheres constituem sua identidade política como sujeito coletivo. Ao contrário, para terem poder de interferir nos recursos e políticas, e decidir sobre eles, as mulheres devem chegar a esse espaço como portadoras de uma identidade política autônoma e forte. Em outras palavras, precisam estar conscientes de quem são, da situação de desigualdade que enfrentam e do que querem construir e transformar (Ávila; Ferreira, 2006, p. 10).

Esta afirmação pode ser estendida para outros âmbitos da participação social. Isto significa que a atuação direta das mulheres nos canais institucionais de participação social nos diversos níveis – municipal, estadual e federal –, apesar de relevantes para a democratização das políticas públicas, gera um repertório de ação que prescinde dos processos organizativos e de formação próprios dos movimentos sociais. Desta forma, cresce, de maneira exponencial, a participação de mulheres neste período, mas isso não significa, necessariamente, uma ampliação de seus movimentos sociais locais como movimentos autônomos.

É também na década de 1990 que os estudos de gênero crescem no ambiente das ONGs e movimentos sociais e nas universidades. Ao mesmo tempo foi uma pauta trazida à tona pelo movimento feminista e uma imposição das agências internacionais de financiamento do desenvolvimento, elas próprias também podendo ter sido influenciadas pela ação feminista. Neste cenário, várias ONGs não feministas passam a desenvolver trabalho social com mulheres de periferia, formando grupos específicos, e algumas ONGs feministas se envolvem fortemente na disseminação da perspectiva de gênero a partir de distintas concepções[24]. No feminismo acadêmico crescem os grupos de pesquisa e, em algumas

[24] Ver BUARQUE, 2002; CISNE, 2014.

universidades, disciplinas específicas[25]. Em 1992 são criados os periódicos acadêmicos *Revista de Estudos Feministas*, na UFRJ, e posteriormente na UFSC, em 1992, e os *Cadernos Pagu*, na Unicamp, em 1993. As revistas feministas são um marco no crescimento do feminismo acadêmico.

A partir da atuação do movimento feminista na década de 1980, em torno das questões de saúde, em 1991, é organizada, como uma articulação nacional, a Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, conhecida como Rede Saúde. A Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos é uma articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracista, fundada em 1991. É integrada por organizações não governamentais, grupos feministas, pesquisadoras e grupos acadêmicos de pesquisa, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, além de ativistas do movimento de mulheres e feministas, profissionais da saúde e outras que atuam no campo da saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Está presente em cerca de 30 instâncias nacionais, governamentais e não-governamentais, que incidem sobre as políticas públicas de saúde. Integra relatorias nacionais e internacionais de saúde e direitos humanos das mulheres. Esta articulação mobilizou diversos grupos do movimento de mulheres em todo o país em preparação à Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, na qual teve forte incidência.

Em 1994, o início dos preparativos para a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada na China (Beijing/Pequim), em 1995, proporcionou uma oportunidade para o fortalecimento dos movimentos feminista e demais movimentos de mulheres. Inúmeros grupos feministas e centenas de outros grupos de mulheres construíram uma diversa e complexa rede de cooperação para a preparação da Conferência, com proporções nacionais. Estavam incluídas as organizações de mulheres negras, movimentos de mulheres urbanos e rurais, grupos das periferias das cidades, trabalhadoras das centrais sindicais, organizações de lésbicas, sindicatos de empregadas domésticas, feministas acadêmicas, associações de prostitutas, entre outras[26]. Com o objetivo de fortalecer e unificar o movimento de mulheres, independente das diferenças ideológicas e políticas, foi organizada a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing-95, que posteriormente veio a ser chamada apenas AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras.

---

[25] Ver MATOS, 2008; PISCITELI, 2002.
[26] Ver SOARES, 1994.

Após dez anos, fazendo o balanço dos resultados obtidos para a vida cotidiana das mulheres pós Conferência de Beijing, Silvia Camurça, à época secretária executiva da AMB, afirma que os resultados do ciclo social de conferências da ONU e a própria Plataforma de Beijing significam uma derrota, ainda que parcial, dos discursos conservadores, e, em certa medida, questionam a doutrina neoliberal, entretanto, afirma, eles não foram adotados integralmente como marco para a formulação de programas e políticas, nem pelos Estados nacionais e nem pelos programas multilaterais. Ao contrário, a maioria dos governos capitulou à ordem neoliberal em suas políticas domésticas contra a expansão dos direitos econômicos, sociais e culturais. Conforme salientado por Camurça, "os países ricos fortaleceram a Organização Mundial do Comércio, constituída no ano da Conferência de Beijing, em detrimento da ONU e do direito ao desenvolvimento para os países de periferia do capitalismo"(Camurça, 2005, p. 67).

Este é outro exemplo da confluência perversa da qual falou Evelina Dagnino (2004). Ao mesmo tempo em que o processo, imediatamente anterior, possibilitou a ampliação da participação política das mulheres através dos movimentos sociais e que gerou condições de possibilidade para a incidência sobre a Conferência da ONU (e mais adiante veremos que isto se alarga para as políticas nacionais), a subserviência dos países periféricos à mundialização do capital e à política neoliberal faz com que os resultados obtidos percam lugar no cenário público. As rodadas de negociação na OMC geram novos desafios para o conjunto dos movimentos sociais e para o movimento feminista em particular, que se engaja no seu enfrentamento.

Na volta da China, a AMB assume a tarefa de monitorar o cumprimento pelo Estado brasileiro da Plataforma de Ação aprovada na Conferência de Beijing, que implicaria em efetivação de políticas públicas para mulheres. Ela enfrenta inúmeras dificuldades para manter-se articulada nacionalmente, com todos os grupos que participaram, em torno deste objetivo, apesar da proliferação de grupos de mulheres de classes populares que vinha ocorrendo.

> No início dos anos 1990, se multiplicaram as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos de-partamentos femininos

> de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista (Costa, 2005, p. 19).

Os indicativos apontam para o fato de que o movimento feminista e o movimento de mulheres negras, à época, tinham uma grande capacidade de articulação, mas pouca experiência organizativa e enfrentavam grandes dificuldades estruturais para consolidar suas articulações nacionais. Não é possível, aqui, analisar se a intencionalidade organizativa existia entre aquelas mulheres que lideravam estes processos de articulação, mas os resultados organizativos são reduzidos após tão grande investimento intelectual e emocional em processos articulatórios e de elaboração propositiva.

Em 2000, envolvendo as organizações feministas que estiveram integradas na preparação da Conferência de Beijing, ocorre a marcha mundial de mulheres. A marcha foi, inicialmente, uma ação internacional mobilizada a partir da experiência ocorrida em Quebec, Canadá, quando, em 1995, 850 mulheres andaram 200 quilômetros contra a violência e a pobreza, com o slogan 'Pão e Rosas'. No Brasil, a ação internacional começou a ser organizada em 1998 e aconteceu em 2000, com passeatas em vários Estados. Só posteriormente a Marcha Mundial de Mulheres viria a ser organizada como uma articulação movimentalista mundial e também no Brasil.

Neste mesmo período algumas feministas, que estiveram comprometidas com a articula-ção pró Beijing, mobilizam uma reunião nacional para reestruturar a AMB e decidem organizar uma conferência nacional, congregando para isso todos os outros movimentos e organizações de mulheres que existiam no momento. Realiza-se, em 2002, a Conferência Nacional dos Movi-mentos de Mulheres, organizada por dez redes nacionais, que formula a Plataforma Política Feminista, congregando, em Brasília, 1.408 mulheres de 25 Estados e do Distrito Federal. As dez redes que compuseram a Comissão Organizadora Nacional foram: Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (hoje MMC), Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, Secretaria para Assuntos da Mulher

Trabalhadora da CONTEE, Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (hoje Secretaria), Secreta-ria Nacional de Mulheres do PSB, Rede de Mulheres no Rádio, Rede Nacional de Parteiras Tradicionais, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e União Brasileira de Mulheres. O processo de organização desta Conferência se dá de forma autônoma, pelas próprias articulações existentes, com encontros preparatórios nos Estados, os quais discutem propostas para compor a Plataforma. 5.212 mulheres participaram nas conferências estaduais preparatórias, realizadas de março a maio de 2002.

Em função de divergências políticas, um setor do movimento feminista não participou do processo, o mesmo setor que havia se dedicado à construção da Marcha Mundial de Mulheres, não mais como uma ação, mas como um movimento social mundial. A partir de debates e conversas com várias mulheres que participaram ativamente deste processo, formei uma problematização sobre este conflito. Há indicativos que ele teve por centro a questão da autonomia do movimento, mas também há informações que derivou de disputas de posições políticas partidárias, o que, obviamente, pode ter se misturado. Parece que, para algumas feministas, que se retiraram do processo, a Conferência deveria dar demonstração de apoio à candidatura Lula para a presidência da República, cuja eleição ocorreria naquele mesmo ano, o que poderia se dar de diferentes formas, mas entendendo que ela representava politicamente o campo político dos movimentos sociais. Para outras feministas a Conferência deveria manter o perfil autônomo do movimento em relação aos partidos e não manifestar adesão a nenhuma candidatura presidencial, apresentando a todas as candidaturas seu projeto político e reivindicatório, que foi formulado na Plataforma. Na ocasião o setor que não participou, aparentemente, desconfiava da intencionalidade política do setor que se manteve, alertando para a possibilidade de que isso viesse a significar um apoio velado à candidatura do PSDB, José Serra, uma vez que várias das chamadas 'feministas históricas' eram oriundas do antigo PMDB. Havia também entre as feministas organizadoras da Conferência, outra posição, a daquelas que tinham na Conferência uma forma de fortalecer o movimento feminista autônomo, dando maior força a sua estrutura organizativa e ao seu projeto político, que se consubstanciaria na Plataforma.

Este conflito não foi objeto de pesquisa neste momento, porém, importa salientá-lo porque acredito que ele tem incidência sobre a re-

lação movimento feminista e campo político dos movimentos sociais. Ou seja, os movimentos sociais que estavam mais próximos do centro de poder no campo democrático e popular (PT e CUT) tenderiam para uma posição mais definida de adesão à candidatura Lula, diferentemente dos movimentos que tinham uma perspectiva mais autônoma. É possível que tenham existido também setores feministas que, na impossibilidade de assumir publicamente a defesa de candidaturas mais à direita no espectro político, tenham se posicionado junto aos setores mais autônomos. A proximidade com o centro de poder no campo significa também manter um vínculo mais forte com as referências políticas que colocam a centralidade dos conflitos na relação capital-trabalho, mas isso não significa que o lado que se manteve na construção da plataforma não considerasse este conflito importante, como se pode verificar no documento produzido.

Não é possível checar esta interpretação do episódio, mas é possível afirmar que ele facilitou uma fratura política no movimento de mulheres que, até então, vinha se organizado de forma mais unitária. Do lado de dentro da Conferência ficaram as dez redes de movimentos de mulheres que assinam a convocação, entre as quais a AMB, AMNB e várias articulações sindicais. Não participaram da Conferência a Marcha Mundial de Mulheres, a Secretaria Nacional de Mulheres da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a Secretaria de Mulheres do PT.

A Plataforma Política Feminista[27], documento aprovado na Conferência Nacional dos Movimentos de Mulheres, realizada de 6 a 7 de junho de 2002, em Brasília, analisa a sociedade brasileira com base na crítica a nossa formação social e afirma o movimento de mulheres – com seus vários segmentos e expressões organizativas – como sujeito da luta pela transformação social. No item 210, a Plataforma afirma

> Os mitos da democracia racial brasileira e da harmonia entre dominantes e dominadas/os são uma construção histórica que remonta às origens da colonização do país. Estes mitos cumprem uma função importante no processo de manutenção e reprodução da desigualdade social, raci-al/étnica e de gênero, na medida em que se tornam um elemento de sus-tentação dos privilégios daqueles que exercem a dominação. Na história brasileira,

[27] Ver CNMB-PPF, 2002.

> a dominação patriarcal foi um sistema de poder estratégico, que esteve diretamente vinculado ao escravismo e à escravidão da população negra (CNMB-PPF, 2002, item 210).

Esta não é uma assertiva isolada na Plataforma, pelo contrário, é uma síntese dos funda-mentos da análise geral e das proposições apresentadas neste documento. Ela está presente tanto no diagnóstico que as articulações movimentalistas fizeram da realidade brasileira como nos desafios que apresentam para o Estado e a sociedade, constituindo-se como um marco de refe-rência. Ela afirma que nas últimas décadas o movimento de mulheres vem se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização e de mudança de mentalidades. A partir deste lugar de fala, a Conferência se dirige à sociedade brasileira defendendo a articulação entre as perspectivas de gênero, raça e classe na constituição da justiça social: "Convidamos toda a sociedade para debater os entraves que, ainda neste início de milênio, dificultam em nosso país o estabelecimento da justiça social de gênero, de raça/etnia e de classe, para todas as pessoas em todos os aspectos de suas vidas"(CNMB-PPF, 2002, p. 14).

O reconhecimento das desigualdades existentes entre as mulheres é outro elemento definidor da Plataforma, como está nítido na abertura do documento, do item 3 ao 6, como apresento a seguir:

> (...) o movimento feminista provocou uma profunda revolução cultural no ambiente doméstico e no espaço público. O movimento de mulheres tem tido um importante papel no debate sobre a democracia como regime político e como forma de vida. Para o feminismo, a democracia precisa abranger as instituições e a vida cotidiana, garantindo o direito à liberda-de e à diversidade. As mulheres negras contribuíram de forma inquestio-nável para a construção socioeconômica e cultural do nosso país e foram decisivas para as conquistas dos direitos das mulheres brasileiras. Sua luta contra o racismo e pelo desmascaramento do mito da democracia racial tem conquistado o envolvimento e o comprometimento de outros setores da sociedade civil organizada e do Estado. As mulheres indígenas continuam lutando pelo reconhecimento de sua especificidade cultural e social e por seu di-

> reito de inserção plena na sociedade nacional, exigindo respeito às diferenças e tradições milenares de seus povos. As mulheres lés-bicas vêm lutando por seu direito de amar outras mulheres, pelo reconhe-cimento legal de suas relações (parceria civil e união estável) e pelo direi-to das mulheres ao seu próprio corpo e à livre orientação sexual. As lés-bicas têm estado presentes também em várias outras frentes de trabalho e de luta – contra o racismo, contra as desigualdades sociais e pela saúde das mulheres, entre outras (CNMB-PPF, 2002, p. 14).

A Plataforma Política Feminista é o resultado de um processo histórico que gerou uma confluência entre movimento feminista e outros movimentos de mulheres, nitidamente demarca-do por um marco interpretativo que considera o capitalismo, racismo e patriarcado como siste-mas que estruturam a vida social. Embora a perspectiva anticapitalista não estivesse estabelecida como uma linha geral do documento, é expressiva a sua crítica ao neoliberalismo e ao ajuste estrutural. Conforme está expresso na Plataforma, os movimentos de mulheres brasileiros opõem-se às políticas neoliberais e de ajuste estrutural e reafirmam a necessidade de que o Estado desenvolva políticas públicas e afirmativas para a superação da pobreza, a geração de renda e emprego e a garantia de bem-estar. Ela defende a superação da injustiça e da desigualdade social em um projeto nacional autônomo, não subordinado e democrático, que vise garantir o atendi-mento às necessidades estabelecidas no marco dos direitos humanos universais e considere os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Entende-se como parte desses direitos a autodeterminação do povo brasileiro, os direitos reprodutivos e os direitos sexuais, na perspec-tiva da igualdade nas relações de gênero, raça/etnia e classe[28].

Esta perspectiva política presente na Plataforma, não obstante um setor político do mo-vimento de mulheres tenha se ausentado desta Conferência, é significativa do movimento de mulheres brasileiro e demonstra a sua orientação feminista. Afirmo isto baseada na informação, por um lado, de que o setor que se retirou do processo o fez por uma análise política conjuntu-ral, mas seguiu atuando em conjunto em várias frentes de luta e processos mobilizatórios, ainda que com divergências pontuais,

[28] Ver CNMB-PPF, 2002.

como veremos a seguir ao tratar da luta pela previdência social universal, pela legalização do aborto e na Marcha das Margaridas. Por outro lado, ainda que alguns setores feministas possam não se sentir representados na Plataforma e no processo que a gerou, por adotarem uma perspectiva política mais próxima do feminismo liberal, esta posição não tem tido grande repercussão na cena pública de movimentos sociais, restringindo-se a ações especializadas na arena internacional do sistema ONU ou a espaços acadêmicos e governamentais.

Nos anos 2000, são muitas as lutas por direitos das mulheres no âmbito local, em geral em torno de serviços públicos, e também em segmentos de mulheres organizados nacionalmente, a exemplo das conquistas sobre assédio sexual na categoria bancária e o crédito para produção agrícola específico para mulheres rurais. Todavia, de forma geral, dois processos se sobressaem pelo impacto que obtiveram na realidade das mulheres: a criação da Lei Maria da Penha e a configuração de Políticas para as Mulheres em um plano nacional, a partir das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, que tiveram início em 2004.

A aprovação da Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006, que cria mecanismos para prevenir, coibir e punir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, foi fruto de um processo de articulação, elaboração e mobilização do movimento feminista. Um grupo de seis organizações feministas com atuação na área do direito elaborou um estudo e um projeto de lei. Em 2004, a Secretaria de Política para Mulheres (SPM) instala um Grupo Interministerial com o mesmo fim, que utiliza o documento-base produzido pelas ONGs como referência, elabora e encaminha o projeto de lei para o Congresso Nacional. Para a sua aprovação, todavia, concorreram muitas articulações políticas no âmbito do parlamento e uma forte pressão dos movimentos de mulheres, em especial da AMB.

Inspirada na iniciativa do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) – que realizou, mensalmente e por dois anos, vigílias de protesto contra o crescimento de assassinatos de mulheres no Estado –, a AMB organiza uma vigília nacional com manifestação de mulheres organizadas, ao mesmo tempo em quase todos os estados que, de forma criativa, portando apitos, fazem muito barulho, protestando contra a violência e pressionando pela aprovação da lei[29]. A mobilização que ficou conheci-

[29] Ver TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2010; BIANCARELLI, 2006.

da como Apitaço Nacional Contra a Violência, organizada pela AMB, em 2006, levou às ruas, na maioria das capitais e em algumas cidades do interior, mulheres participantes de grupos e fóruns, protestando contra a violência sexista. A mobilização foi fundamental como forma de pressão sobre o Congresso Nacional para aprovação da Lei Maria da Penha.

No campo das Políticas para Mulheres, termo estabelecido a partir dos movimentos de mulheres e que se institucionalizou durante o governo Lula, a participação nos processos de Conferência e nos Conselhos parece ter sido fundamental. Somam-se a isto o acompanhamento e incidência sobre os mecanismos legislativos e governamentais de execução da política, como é o caso do monitoramento do orçamento público por grupos feministas[30].

Em 2002, pela pressão das redes nacionais dos movimentos feministas e de mulheres, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, subordinada à pasta da Justiça, sem, no entanto, competência e estrutura claramente definidas. Em 2003, no primeiro dia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada ao gabinete da presidência, tendo a Secretária *status* de Ministra. Em 2015, no seio da crise política institucional, a SPM é destituída e passa a ser inserida dentro do Ministério das Mulheres, dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial.

Em 2004, acontece a I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres (CNPM), convocada pelo Governo Federal. O movimento de mulheres se organizou conjuntamente para atuar neste processo, que implicou também em conferências municipais e estaduais, onde são tomadas decisões sobre as políticas nestas esferas e elegem representação (delegadas) para o nível imediatamente subsequente. Esta atuação foi organizada em uma reunião entre a coordenação da AMB e as coordenações de outras organizações nacionais do movimento de mulheres.

A AMB produziu um caderno de textos *Articulando a luta feminista nas políticas públicas*, que subsidiou o debate dos Fóruns estaduais de mulheres. Neste caderno havia propostas de Diretrizes de Políticas Públicas (de caráter nacional) e orientações estratégicas sobre a organização das conferências[31]. De posse deste material, os Fóruns estaduais realizaram seus

[30] Ver CABRAL, 2011.
[31] Ver AMB, 2004.

próprios processos preparatórios, agregando o debate sobre a situação nos seus Estados, articularam-se com outros movimentos e participaram ativamente das Conferências Municipais e Estaduais. O *Boletim Articulando Eletronicamente*, da AMB, em três edições, orientou e noticiou o desenvolvimento desta ação de incidência nos Estados e na Conferência Nacional.

As principais questões levantadas pelo movimento de mulheres incluíram: a perspectiva de universalidade das políticas públicas; uma visão integrada de políticas para mulheres, ou seja, intersetorialidade e não confinamento da política a um único ministério; o princípio constitucional do Estado laico, ou seja, não subordinado a religiões. Entre as propostas aprovadas no plenário da Conferência, destacou-se o capítulo sobre 'Natureza, princípios e diretrizes da Política Nacional de Mulheres' e a própria ideia de uma política de Estado. Esta era uma ideia e concepção ausente da proposta inicial e que foi construída no processo, pela intervenção dos movimentos. A abertura deste capítulo afirma que uma Política Nacional implica reconhecer que a organização do Estado interfere na vida das mulheres determinando, reproduzindo ou sancionando padrões de desigualdade de gênero e raça (I CNPM).

O texto aprovado afirma a responsabilidade do Estado pela universalidade dos direitos e afirma gênero e raça como componentes estruturais das relações sociais e econômicas. As diretrizes gerais, também ausentes da proposta inicial, afirmam o reconhecimento da violência em sua dimensão estrutural e histórica, a responsabilidade do Estado na alteração da divisão sexual do trabalho; o caráter redistributivo e desconcentrador de renda que deve marcar políticas que efetivamente combatam a pobreza entre as mulheres. Destaca-se, no âmbito da promoção da autonomia das mulheres, a indicação de revisão da legislação que criminaliza o aborto, questão que passou a ser tratada pelo Plano Nacional de Política para Mulheres, elaborado pela Secretaria de Política para Mulheres em resposta a I CNPM.

Em 2007, por ocasião da II CNPM, esta estratégia foi reeditada. Desta vez, os processos políticos ganharam maior complexidade, uma vez que era necessário fazer uma avaliação do Plano Nacional de Política para as Mulheres, resultante da I CNPM. Apesar dos enfrentamentos no processo à perspectiva de organização do governo que tomou por base o número de mulheres nos municípios, desconhecendo a maior ou menor presença dos movimentos, as articulações movimentalistas nacionais de

mulheres conseguiram ter uma forte atuação conjunta na Conferência. Ademais, contrariando a posição oficial da SPM, foi aprovada a proposta do movimento que demarca a obrigação do governo de enviar para o parlamento um projeto de lei pela descriminalização do aborto. Também foram alterados e acrescidos eixos ao Plano Nacional de Política para Mulheres, cuja perspectiva é de mudanças nas condições de vida das mulheres trabalhadoras, a exemplo do eixo trabalho e desenvolvimento. Outro registro relevante deste momento é a respeito da articulação entre mulheres negras e indígenas presentes na Conferência que produziram e lançaram um documento chamado Aliança de Parentesco, no qual se comprometem com causas comuns e em solidariedade mútua.

Em 2011, na III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres e a própria existência da Secretaria Nacional de Política para Mulheres estiveram sob ameaça. A atuação coletiva do movimento de mulheres, a partir da orientação das articulações feministas, conseguiu pressionar publicamente a presidenta Dilma, que se decidiu pela manutenção da SPM e também garantiu a manutenção do Plano Nacional, sem recuar nas questões raciais, como estava inicialmente previsto. Esta Conferência foi marcada também por uma votação acirrada em torno da legalização do aborto, na qual se enfrentaram as que defendiam que o Governo Federal deveria assumir a questão e as que entendiam que não havia condições políticas para isto. Esta votação dividiu as feministas e outras mulheres participantes, independentemente de estarem no momento em cargos do governo, núcleos acadêmicos, em ONGs e/ou em movimentos sociais. Este histórico busca demonstrar como a articulação do movimento de mulheres, com a diversidade de segmentos que o constitui, consegue incidir sobre a política de governo, mas também demonstra como as articulações movimentalistas, apesar de não subordinadas, eram permeáveis às visões governistas.

Esta rápida incursão nesse processo que construiu, nos governos petistas, as Políticas para Mulheres, demonstra também a alteração de rumos que estes governos foram adotando ao longo dos anos e seu afastamento dos elementos do ideário e das propostas construídas no campo político dos movimentos sociais. Em parte, isto se deve às mudanças conjunturais e à política de garantia de governabilidade e, em parte, às mudanças que aconteceram nos próprios movimentos sociais a partir das revisões teórico-políticas ocorridas neste período.

Além deste tipo de atuação, mais calcada no plano institucional, o movimento de mulheres se destacou pela capacidade de realização de manifestações públicas conjuntas, congregando todas as articulações existentes, em especial por ocasião do dia 8 de março, dia internacional da mulher, e em momentos de lutas específicas, com ênfase nas mobilizações contra a violência e pela legalização do aborto. Nestas ações coletivas são marcantes a criatividade e a irreverência nas formas de expressão. Este estilo adotado vem se construindo na contramão do que se forjou em outras demonstrações públicas bem-comportadas de vários movimentos sociais nos últimos anos. Merece referência especial a mobilização em 2003, na qual estes movimentos participaram ativamente da ação global contra a guerra do Iraque, definida no processo do Fórum Social Mundial, em articulação com o conjunto do campo político dos movimentos sociais.

Parte das mobilizações do movimento de mulheres, em especial do movimento feminista, nos anos 2000, ocorre em paralelo com o ciclo voltado para o enfrentamento dos tratados internacionais de comércio, desta forma ele compartilha com outros movimentos sociais a Campanha Contra a Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA) e as manifestações por ocasião das rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Concorre para esta nova forma de internacionalização a participação ativa do movimento feminista, em suas várias expressões organizativas, no processo Fórum Social Mundial.

A criação da OMC, em 1995, em paralelo ao ciclo social de Conferências da ONU, completou a arquitetura das instituições multilaterais previstas nos acordos de Bretton Woods, pós Segunda Guerra Mundial. O seu fortalecimento é parte do processo de mundialização do capital que marca a globalização na atualidade. É também uma disputa política que reduz os impactos e os resultados conquistados nas Conferências das Nações Unidas, uma vez que os Estados não as adotam plenamente como referência para as políticas públicas internas, mas as submetem aos mecanismos financeiros e comerciais próprios da forma neoliberal que o sistema capitalista tomou.

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e Marcha Mundial de Mulheres (MMM) são as três articulações movimentalistas que mais mantiveram presença pública constante no processo do Fórum Social Mundial (FSM), sendo a MMM membra do seu Comitê Internacional. De alguma forma,

a AMB e AMNB também estão representadas no Comitê Internacional através de suas articulações latino-americanas. O contexto desta década esteve marcado por mudanças políticas substantivas na região latino-americana, com a chegada aos governos de frentes políticas caracterizadas por um discurso antineoliberal que via o Estado como um ator chave para o desenvolvimento e defendiam a participação social como forma de ampliação da democracia.

Nalu Faria e Miriam Nobre (2003) fazem uma comparação entre o desenvolvimento do processo Fórum Social Mundial e a Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. Segundo elas, o Fórum teve uma enorme contribuição para historicizar a globalização capitalista e mudar os termos do debate, assim como o feminismo tem um grande potencial para desnaturalizar o discurso sobre a globalização e a economia neoliberal. Mostram as relações construídas entre os movimentos sociais e suas agendas em comum que vêm se expressando no conjunto das ações do movimento antiglobalização.

> Nós, da Marcha Mundial das Mulheres, desde o início nos constituímos como parte do movimento antiglobalização e nos colocávamos o desafio de como fortalecer a presença e a agenda feminista neste movimento de movimentos. O Fórum Social Mundial e a Rede de Movimentos Sociais que nele se criou têm sido nosso terreno privilegiado para construir análises e agendas e para exercitar novas abordagens e formas de organização (Faria; Nobre, 2003, p. 625).

O FSM é um processo político que se confrontou com a perspectiva neoliberal, o pensamento único e sua proposição de fim da história. O FSM foi possível porque existiam movimentos sociais em todo mundo resistindo aos ditames do Estado mínimo, da financeirização da economia e à ideia de que a globalização traria benefícios para todas as pessoas. O resultado político da década de 1990, no campo dos movimentos sociais, era contraditório: por um lado, se mantinham e começavam a se internacionalizar as expressões de resistência a este modelo e, por outro, a redução drástica do debate sobre os conflitos sociais cedia lugar ao ideário participacionista nos espaços institucionais, além do que muitas entidades do tipo ONG, outrora fomentadoras de movimentos sociais locais, passaram

a desenvolver ações substitutivas ao estado na realização de programas e serviços públicos. Este fato, inserido no contexto de governos de esquerda latino-americanos do período, traz para dentro do FSM os debates sobre como articular estes movimentos como um campo político e qual a capacidade de gerar alternativas.

Conway examina duas expressões distintas do feminismo transnacional no FSM, os Diálogos Feministas e a rede que os lidera – a Articulação Feminista Marcosul (AFM) – e a Marcha Mundial de Mulheres e "seus esforços aliados para tornar o Fórum feminista"[32]. Segundo ela, a partir de comentários feministas sobre o Fórum e das ações realizadas, é possível perceber diferentes posicionamentos feministas que implicam em conflitos sobre o caráter do próprio feminismo.

No FSM 2002, a AFM[33] lança uma importante campanha contra os fundamentalismos, estabelecendo uma conexão entre o fundamentalismo econômico do neoliberalismo com o crescimento dos fundamentalismos étnicos e religiosos. Máscaras de papelão em forma de bocas gigantes foram usadas por milhares de participantes em várias manifestações de rua do FSM. O slogan que acompanhava a manifestação era "sua boca é fundamental contra os fundamentalismos". Com um único símbolo, as máscaras capturaram a realidade de povos silenciados pelos fundamentalismos, pessoas que poderiam se pronunciar, mas têm medo, e pessoas que levantaram suas vozes em protesto. Essa mobilização reapareceu em 2003 e 2005, em Porto Alegre, e em 2007, em Nairóbi. A MMM, no Fórum de 2002, incluía mulheres de 20 países. Suas bandeiras lilases e camisetas estavam em todo lugar, especialmente nas massivas manifestações públicas nas ruas durante o FSM. Nos encontros dos movimentos sociais, a Marcha incidiu para garantir alguns conteúdos feministas nas declarações finais dessas assembleias. Seu slogan 'o mundo não mudará sem o feminismo; e feministas não podem mudar a vida das mulheres a não ser que mudemos o mundo' encontrou exclamações de aprovação na cerimônia de encerramento do FSM 2002.

> Ao focar algumas práticas específicas do feminismo transnacional, tornou-se evidente que feministas encontram no e em torno ao FSM contestações envolvendo não somente o FSM bem

[32] Ver CONWAY, 2007.
[33] A Articulação de Mulheres Brasileiras integra a *Articulación Feminista Marcosur* (AFM).

> como o caráter do próprio feminismo. Emerge desse estudo uma questão central sobre o futuro do feminismo: quão abertos, plurais, dialógicos e capazes de coalizões serão os movimentos feministas, não apenas frente a eles mesmos, mas também em relação aos movimentos que são reconhecidos como amplamente emancipatórios, mas em outros termos que não os feministas. Isso inclui movimentos "populares" de mulheres que fogem ao rótulo feminista assim como o conjunto de movimentos sociais em todo o mundo que convergem contra a globalização neoliberal. Há diferentes posicionamentos feministas perante o FSM e os movimentos que o constituem, que sofrem alterações ao longo do tempo em relação a eles mesmos e em relação aos processos do FSM (Conway, 2007, p. 11).

Esta consideração demonstra como o debate sobre o movimento popular de mulheres ou as mulheres de classes populares perpassa os espaços políticos de articulação dos movimentos sociais e do movimento feminista. Significa, de certa forma, que a posição que as diferentes articulações movimentalistas de mulheres assumem, no interior do campo político dos movimentos sociais, se relaciona com a sua concepção de feminismo, com suas alianças no interior do campo e com o seu projeto político de transformação. Neste percurso, as diferentes expressões do feminismo posicionaram-se de forma distinta no interior deste campo, e isto lhes conferiu maior ou menor poder e capacidade de ação, na medida em que estivessem mais próximas ou mais distantes do centro de poder no campo, ou seja, dos movimentos e partidos políticos que se articulam apenas a partir da classe e, portanto, conferindo menor ou nenhuma relevância políticas às dimensões das relações raciais e da dominação patriarcal.

A partir desta rápida síntese com informações sobre os movimentos de mulheres nas décadas de 1990 e 2000, posso inferir que foi um período forte em organização, mobilização e atuação propositiva. Em termos organizativos é importante registrar que surgem nesta década quatro expressões nacionais dos movimentos de mulheres, que se constroem de forma independente de outros movimentos sociais: A Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, em 1991; a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, em 1994; a Articulação de Mulheres Brasileiras, em 1994-1995; e a Marcha Mundial das Mulheres

a partir de 2000, como mobilização e posteriormente como organização. A década de 1990 também marca a consolidação de expressivas articulações de mulheres no movimento sindical, com destaque para as Mulheres da CUT e de federações sindicais cutistas, entre elas as mulheres da CONTAG (que posteriormente vão organizar a Marcha das Margaridas) e da Federação Nacional de Bancários. Majoritariamente, estas articulações autonomeadas movimentos de mulheres tinham e têm orientação feminista nas suas propostas e ações, conforme se pode constatar em seus materiais de divulgação, registro de encontros e publicações. Também é expressivo o grande crescimento de grupos de trabalho de mulheres (ou sobre gênero) no interior de movimentos sociais mistos, a exemplo do GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agreocologia, e GT de Gênero da ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro. Somam, para demonstrar esta expansão do movimento de mulheres e do feminismo dentro dele, as deliberações por mudanças nas instâncias de decisão na Central Única dos Trabalhadores, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e na Confederação de Trabalhores/as na Agricultura Familiar, por constituírem direções políticas paritárias, compostas por 50% de membros de cada sexo.

Os resultados da movimentação social das mulheres, neste período, foram importantes para as mulheres da classe trabalhadora. A partir das campanhas das trabalhadoras sindicalistas, poderia enumerar diversas conquistas específicas que dizem respeito à condição de mulheres no ambiente de trabalho e à articulação entre trabalho produtivo e doméstico, mas este não é objeto preciso dessa pesquisa. No que diz respeito às mulheres trabalhadoras de classes populares, das periferias das grandes cidades, posso afirmar que o fato dos movimentos de mulheres, articulados pelo movimento feminista, terem criado a noção e impulsionado a efetivação de *políticas públicas para mulheres* alterou as condições de possibilidade para a participação social e a realização de lutas locais para implementação dos serviços públicos derivados destas políticas.

A existência de políticas para mulheres, bem como das políticas para promoção da igualdade racial, significa o reconhecimento do Estado brasileiro da situação de desigualdade na qual vivem as mulheres, como categoria social, e as pessoas negras, igualmente. Em si, isto é uma conquista frente a um Estado marcado pela formação social patriarcal e racista. O estabelecimento das Conferências, como espaço de interlocução entre Estado e sociedade sobre as políticas públicas, também

indica o reconhecimento dos sujeitos que as vocalizam, o movimento de mulheres, o movimento negro e o movimento de mulheres negras.

A escolha feita pelo movimento feminista de investir sua energia nos espaços de participação social sobre as políticas públicas, a meu juízo, deve-se, em parte, ao seu vínculo com os grupos de mulheres de classes populares. Na década de 1980 e 1990, as entidades feministas e de mulheres negras (feministas ou não) desenvolveram um tipo de trabalho educativo e de pesquisa que permitiu analisar coletivamente os problemas da situação de vida das mulheres, reconhecer suas ações de resistência individual e coletiva e suas mobilizações locais em torno da implantação e funcionamento de serviços públicos e outros direitos. Além disso, em vários estados, as entidades feministas estiveram articuladas com os grupos de mulheres de classes populares, participando dos mesmos espaços organizativos. Constatando tudo isso, percebo que este direcionamento da ação para os espaços institucionais de participação pode ter tido o sentido de garantia de direitos para as mulheres, em especial aquelas que vivem em situação de pobreza.

Outra linha de raciocínio sobre este direcionamento da ação política do movimento feminista, no interior do movimento de mulheres, é a que trata da influência que ele pode ter sofrido de uma concepção mais institucionalista presente nos movimentos sociais na década de 1990, em especial naqueles que atuaram no processo do ciclo social de Conferências da ONU. Neste modo de pensar, a força do neoliberalismo, por meio das políticas do Banco Mundial e outros agentes do sistema financeiro, interferiu sobre as políticas da ONU, das agências de financiamento e dos estados, gerando uma conformação geral em torno da política de Estado Mínimo e da transferência dos serviços públicos para a iniciativa privada e organizações sociais.

Este cenário teria consolidado uma ideia de ONGs como entidades para-governamentais, voltadas para a execução de serviços públicos no atendimento direto à população e para a participação institucional. Esta nova orientação, associada à crise de paradigmas, e o questionamento à ideia de sujeitos políticos e de perspectiva de transformação social que se instalou com ela, teria gerado uma visão teórica e política de integração ao sistema. É também deste período a proeminência de um debate, na área social, sobre setores excluídos, que remete para a necessidade de políticas de inclusão social e enfraquece a discussão sobre classes sociais, a qual ficou relegada a análises especializadas e/

ou à sociologia do trabalho. Esta nova forma de pensamento teria tido incidência também sobre as entidades feministas.

Entendo que as duas perspectivas analíticas se complementam. O processo de defesa de direitos e de incidência sobre as políticas públicas foi imprescindível para o movimento feminista construir pautas conjuntas com os movimentos de mulheres, e neste sentido, possibilitou a presença de mulheres de classes populares nestas articulações, influenciando com suas causas e, ao mesmo tempo, sendo influenciadas pela perspectiva feminista. Mas, a forma de luta por políticas públicas adotada, de viés mais participacionista e institucionalista do que de manifestações de protesto e ações direta, pode ter gerado uma baixa capacidade de radicalização deste movimento em torno dos conflitos que enfrenta, apesar de alguns momentos excepcionais como os referidos aqui.

4

A força das mulheres e a crise no campo político

Para ampliar a discussão sobre a ação política dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, neste período mais recente, apresento a seguir, de forma breve, alguns processos mobilizatórios que expressam momentos de grande visibilidade desta ação, no sentido dado por Melucci, quando articula as ondas de visibilidade aos momentos de imersão, como partes constitutivas dos processos dos movimentos sociais. A escolha destas mobilizações deve-se à necessidade de discutir como a constituição do movimento de mulheres se relacionou com o feminismo e com as classes trabalhadoras em seus segmentos populares, tanto no sentido da presença de mulheres de classes populares em sua composição, como no esboço de possível projeto político que se gesta.

Trago, como exemplos, episódios que dizem respeito a algumas articulações movimentalistas específicas e outros que congregaram o conjunto (ou a maior parte) do movimento de mulheres: a ação do MMC contra a Aracruz Celulose; o fórum pela previdência social universal; a luta pela legalização do aborto; e a articulação em torno do Plano Nacional de Direitos Humanos. Em seguida, discuto momentos fortes de manifestação de mulheres em 2015: Marcha das Margaridas, Marcha das Mulheres Negras, Primavera Feminista e comento a pujança das campanhas e outras ações que ocorrem na internet.

Na última parte deste capítulo discuto a crise do campo político dos movimentos sociais, a construção do processo Fórum Social Mundial no bojo do movimento antigloba-

lização e sua relação com o movimento feminista. Por fim, adentro a crise política atual no campo, discutindo a relação entre movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores na experiência recente.

Feminismo em fortes mobilizações

Em março de 2006, 1.800 mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas e da Via Campesina realizaram uma ação direta contra o monocultivo de eucalipto no Rio Grande do Sul. Elas ocuparam o viveiro horto florestal da empresa Aracruz Celulose, no município de Barra do Ribeiro, destruíram materiais de pesquisa como estufas e bandejas de mudas de eucalipto. A repercussão do protesto ampliou o debate sobre a monocultura de eucalipto e chamou a atenção da sociedade sobre os problemas sociais, ambientais e econômicos causados por este tipo de investimento. Na ocasião, ocorria em Porto Alegre o Encontro Internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), entidade ligada à ONU que discute a Reforma Agrária e o desenvolvimento rural.

As mulheres envolvidas na ação foram criminalizadas pela Justiça e pela mídia corpora-tiva por seu ato político em defesa da luta pela terra, pela reforma agrária e pela soberania e se-gurança alimentar. A ação foi contra infraestruturas centrais das atividades da empresa, caracte-rizando uma nítida oposição à expansão da monocultura do eucalipto. Como suas raízes são muito profundas, o eucalipto reduz drasticamente a água em várzeas, poços artesianos e verten-tes, trazendo o ressecamento da terra de superfície na região e alterando o regime de chuvas. A falta de umidade torna mais difícil a entrada de frentes frias e ocorrem mais estiagens, como as registradas na região sul do Rio Grande do Sul, onde se planta muito eucalipto.

Esta ação ocorreu em um período que o governo Lula havia flexibilizado a legislação ambiental e liberado o cultivo de organismos geneticamente modificados. Um contexto que deu maior repercussão ao conflito assumido pelas camponesas. Ao descrever esta ação, duas mili-tantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Daiane dos Santos Carlos e Isaura Isabel Conte, assim se referem aos conflitos gerados no protesto contra a monocultura do euca-lipto: “Se o enfrentamento ao capital feito pelas mulheres camponesas foi um ato violento,

ele foi gerado por uma situação violentadora silenciada, legalizada e institucionalizada, tida como normal" (Conte; Santos, 2009, p. 155).

A mobilização do movimento de mulheres e movimentos feministas pelos direitos previdenciários, de 2007 a 2010, congregou nacionalmente suas várias expressões organizativas no Fórum Itinerante e Paralelo pela Previdência Social (FIPPS). Desde a Constituição de 1988, a previdência, junto com assistência e saúde, constitui o que o Estado brasileiro formula como Política de Seguridade Social. Esta formulação foi uma conquista dos movimentos sociais no processo constituinte. Até este período, a política assistencial do Brasil se desenvolvia baseada na lógica do assistencialismo e do seguro (aposentadoria). A partir da Constituição políticas de saúde, previdência e assistência, ou seja, seguridade social, se tornam dever do Estado e direitos de cidadania, baseada na solidariedade entre gerações. As reformas na previdência social (1998 e 2003) reduziram seu sentido público e ampliaram o seu caráter de seguro. Isto fez com que só tenha direito à aposentadoria quem contribui financeiramente para o sistema durante um certo número de anos. Esta concepção é um empecilho para inclusão dos segmentos que não têm em-prego formal com direitos trabalhistas.

Como as mulheres e a população negra são maioria no mercado informal de trabalho, elas são majoritariamente excluídas dos direitos da previdência. A proposta de reforma da previ-dência social, apresentada em 2007 pelo Governo Federal, argumentava pela sua necessidade baseada no déficit das contas, e constituiu um fórum oficial com representação do movimento sindical de trabalhadores e de empresários para participar deste debate. Em contrapartida o mo-vimento de mulheres organizou um fórum paralelo – o Fórum Itinerante Paralelo de Previdência Social (FIPPS). Fizeram parte do FIPPS, processo que durou de 2007 a 2010, as seguintes arti-culações movimentalistas e organizações feministas: Articulação de Mulheres Brasileiras, Arti-culação de Mulheres Negras Brasileiras, Articulação de Mulheres Pescadoras, Campanha Naci-onal pelo Direito à Aposentadoria das Donas de Casa, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Marcha Mundial de Mulheres, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e as organizações: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA).

O objetivo, neste processo, foi: "visibilizar as desigualdades vividas no mundo do trabalho, denunciar a situação de desproteção social a que estamos submetidas e defender um sistema universal, público, solidário e redistributivo de Previdência e Seguridade Social" (Freitas, 2010). Em torno desta proposta, as várias articulações do movimento de mulheres realizaram diversas mobilizações de pressão sobre o Governo Federal, culminando com um acampamento na esplanada dos Ministérios, em Brasília, na qual entregaram documento de posição[1] à ministra da SPM e aos ministros do Trabalho e da Previdência, o qual abriu um processo paralelo de negociação com o movimento de mulheres.

As mulheres organizadas no movimento sindical não participaram deste fórum paralelo. Elas estiveram presentes no fórum oficial sobre a previdência, criado pelo Governo Federal, através da representação da CUT e da CONTAG. Esta informação demonstra uma outra fissura na unidade do movimento de mulheres, em função das posições diferenciadas dentro do campo político dos movimentos sociais frente ao Governo Lula. Entretanto, no decorrer do processo, a aliança feminista entre segmentos que estavam fora do fórum oficial e os que estavam dentro foi fundamental para ampliar o poder de negociação do movimento feminista e barrar a reforma da previdência.

O enfrentamento do movimento feminista ao contexto de crescimento do conservadorismo, nos últimos anos, e sua presença no Congresso Nacional atuando para impor retrocessos aos direitos conquistados pelas mulheres e população homoafetiva gerou também alguns processos de articulação de movimentos para atuação conjunta. Exemplo disso é a Frente Nacional Contra a Criminalização de Mulheres pela Legalização do Aborto. que congrega movimentos feministas e outros movimentos sociais que contam com a presença de feministas organizadas no seu interior. A Frente existe desde 2008 e luta pelo direito ao aborto legal para todas as mulheres brasileiras, pelo tratamento do problema do aborto na esfera da saúde pública ao invés da esfera penal, que criminaliza e mata principalmente as mulheres pobres e negras e deixa todas as mulheres em situação de vulnerabilidade. Seu lema é: 'Educação sexual para prevenir, contraceptivos para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer!'.

[1] Ver FIPPS, 2008.

Um caso de criminalização das mulheres que teve maior visibilidade ocorreu no Mato Grosso do Sul. Após invasão de uma clínica que supostamente fazia abortos, dez mil mulheres tiveram suas fichas médicas violadas e duas mil mulheres ficaram sob ameaça de indiciamento. Quatro profissionais que trabalhavam na clínica foram a júri popular e condenadas sem nenhu-ma prova. Além disso, outras mulheres, que supostamente realizaram aborto nesta clínica, foram condenadas sem provas a trabalhos comunitários. Este caso é um dos que revela o crescimento da onda conservadora contra os direitos das mulheres, mas ele foi também o estopim para que a luta feminista pela legalização do aborto se fortalecesse nos últimos anos.

A Frente reúne pessoas, organizações, movimentos sociais e parlamentares comprome-tidos, ao mesmo tempo, com a defesa das mulheres criminalizadas em função de aborto e com a luta pela legalização do aborto, focada na estratégia de conquistar adesões na sociedade. Em 2008, quando do surgimento da Frente, quatro frentes parlamentares antiaborto atuaram de for-ma extremamente organizada no Congresso Nacional. No final de 2008, estes setores propuse-ram uma CPI sobre o aborto que não foi implementada, mas parlamentares seguem se articulan-do para sua efetivação. Paralelamente, projetos de lei retrógrados, contrários aos direitos das mulheres, que foram propostos entre 2007 e 2009, tramitam no Congresso sob forte pressão para votação. Entre eles, há dois projetos orientados para aumentar a criminalização das mulhe-res: o Estatuto do Nascituro, que, se aprovado, impedirá a realização de abortos até em casos de estupro e criminalizará o debate e a luta pela legalização; e o projeto que defende a obrigatorie-dade do cadastramento de gestante no momento da constatação da gravidez, uma forma de man-ter a vida reprodutiva das mulheres sob vigilância, caracterizando as mulheres, de uma forma geral, como criminosas em potencial.

Com a constituição da nova legislatura no Congresso Nacional, após as eleições de 2014, a força conservadora foi ampliada, contando com o apoio do presidente da casa. Neste sentido, a Plataforma pela Legalização do Aborto, lançada em 2009 por esta frente feminista, permitiu ao movimento de mulheres ampliar a sua atuação e ter argumentos para pressão sobre o Parlamento e para a difusão nas redes sociais sempre que uma nova investida, em forma de pro-jetos ou sugestão legislativa, ocorria na Câmara dos Deputados. A Plataforma previa a efetiva-ção da proposta de legalização elaborada pela Comissão Tripartite, instituída em

2005 pela Se-cretaria de Políticas para as Mulheres, e que foi aprovada na II Conferência Nacional de Políti-cas para Mulheres como a proposta a ser levada ao Congresso, o que não ocorreu.

A Frente adota uma forte preocupação com as relações sociais de raça e de classe que estruturam a realidade das mulheres. A denúncia assume que quem morre por ter feito aborto no Brasil são as mulheres pobres, que são majoritariamente negras, e não podem pagar os altos custos das clínicas especializadas clandestinas.

> Nenhuma mulher faz aborto porque gosta. Um aborto acontece porque, naquele momento da vida, é a única saída frente a uma gravidez indesejada. Todo mundo conhece uma pessoa que já precisou fazer aborto, seja parente, colega de trabalho, vizinha ou amiga. O aborto é uma realidade na vida das mulheres. No Brasil, o aborto é considerado crime (de acordo com nosso Código Penal, de 1940), exceto quando a gravidez é resultado de estupro, causa risco de vida à mulher ou quando o feto tem má-formação que não o deixa sobreviver depois que nasce (anencefalia). Por isto, muitos abortos são feitos de forma clandestina. As mulheres que têm dinheiro tomam a decisão e fazem de forma tranquila, segura e sem risco a sua saúde. As mulheres pobres e negras, do campo e das periferias das cidades, fazem o aborto com métodos mais perigosos, o que pode afetar sua saúde e levá-las à morte. Muitas morrem à espera de atendimento de urgência nas longas filas dos serviços de saúde, onde são tratadas como criminosas. O Estado é negligente em ações efetivas que combatam essas mortes, que poderiam ser evitadas. A clandestinidade do aborto alimenta o mercado das clínicas que realizam de forma segura o procedimento mediante o pagamento de valores altos (Frente Nacional pela Legalização do Aborto, 2015).

Esta articulação feminista vem tentando fazer a luta pela legalização do aborto incidindo sobre o Congresso Nacional e tentando ganhar adesões na sociedade. Mais recentemente, com as manifestações de enfrentamento ao golpe perpetrado sob liderança de Cunha e Temer, a defesa da legalização do aborto ganhou forte apoio de outros movimentos sociais.

Outro momento relevante da luta feminista em conjunto com outros movimentos sociais foi a defesa do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), que trata dos Direitos Humanos em uma abordagem geral. Foi possível ao movimento feminista uma articulação forte desta resistência com outros movimentos sociais que defendiam a causa da reforma agrária, democratização da comunicação e abertura dos arquivos da Ditadura. Contra os movi-mentos defensores do PNDH3, que contava com apoio de setores do Governo, uma vez que fora elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos, que tinha *status* de Ministério, formou-se um adversário comum – articulando latifundiários, militares, proprietários dos meios de comunicação e fundamentalistas religiosos –, que impôs ao Governo Federal e aos movimentos sociais a derrubada do Plano.

Estes processos de articulação no movimento de mulheres e movimento feminista, ao longo dos anos, e as ações de mobilização realizadas em conjunto exigiram elaboração coletiva sobre seus marcos interpretativos de referência ou apoio solidário entre as articulações movimentalistas. Esta descrição rápida me permite a inferência de que estes processos, aqui citados como exemplos, foram capazes de amalgamar uma identidade coletiva ampla no movimento de mulheres e, ao mesmo tempo, de feministas. Os documentos de apresentação de várias articulações movimentalistas envolvidas nestes processos confirmam esta inferência.

Além destes processos de articulação e mobilização a que me referi acima, importa salientar as mobilizações de 2015, pela envergadura que tiveram. Refiro-me à Marcha das Margaridas, Marcha das Mulheres Negras, e ao ciclo de protestos "Fora Cunha e Contra o PL 5069", que ficou conhecido como Primavera Feminista ou Primavera das Mulheres. O ano de 2015 foi marcado pela presença dos movimentos de mulheres nas ruas, no contexto da retomada de manifestações públicas frente à crise político-institucional e tentativa de rearticulação do campo político dos movimentos sociais. A Marcha das Margaridas, em agosto, reuniu 70 mil participantes, na maioria trabalhadoras rurais. A Marcha de Mulheres Negras congregou 20 mil, em dezembro. O número de participantes das duas Marchas está sendo citado a partir das informações das organizações que coordenaram o processo. Eles podem diferir dos dados divulgados pela mídia corporativa, em função da disputa de construção de significados sobre os movimentos sociais.

Ambas ocorreram em Brasília, em paralelo ao ciclo de protestos "Fora Cunha", que levou milhares de manifestantes às ruas, na grande maioria das capitais. Os dois primeiros eventos podem ser lidos a partir da formulação de Tarrow, como protestos contidos, uma vez que foram ambos resultados de processos preparatórios, que ocorreram nos estados, com ciclos de debates, construção de pautas e negociações com os poderes públicos. Já o ciclo de protestos "Fora Cunha" eclode em função das exigências da conjuntura, ou seja, uma oportunidade política, e se torna possível a partir da articulação local de vários coletivos e movimentos e mais amplamente nas redes sociais na internet, sem contar para isso com um largo processo preparatório e sem uma definição muito precisa de sua pauta.

Conforme o *Caderno de Textos para Estudos e Debates*, publicação da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, a Marcha das Margaridas "é uma ação estratégica das mulheres do campo, das florestas e das águas que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas do Brasil". Os objetivos da Marcha, descritos neste documento, assim como os textos de subsídios e a pauta de reivindicações apresentada ao Governo demonstram a orientação feminista deste movimento.

Além de pleitear políticas públicas específicas para as trabalhadoras rurais, denunciar e lutar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação contra mulheres, a marcha visa também contribuir com a democratização das relações sociais no interior do MSTTR e nos demais espaços políticos, visando superar as desigualdades de gênero e étnico-raciais. Um dos objetivos é "apresentar, por meio de proposições, nossa crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista", e outro é "ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais". Na sua pauta de reivindicações a Marcha das Margaridas assume várias das propostas que estão em curso na agenda feminista, a exemplo da paridade nas instâncias de poder, legalização do aborto, combate ao racismo e lesbofobia, enfrentamento à violência sexista, entre outras. Embora deva reconhecer que os marcos interpretativos de referência, que são mais fortes no seu processo mobilizatório, são aqueles ligados às políticas para mulheres rurais e aos direitos do trabalho, à produção e comercialização agrícola. Estes extratos do documento da Marcha das Margaridas demonstram que ela articula sua orientação política entre sindicalismo e feminismo, enquanto expressões de movimentos sociais.

Esta mobilização teve início em 2000, e a partir daí realiza-se a cada três anos, sempre agregando mulheres rurais em torno de uma pauta de reivindicações construída por elas mesmas, envolvendo o plano local, estadual e nacional. Às mulheres da CONTAG, somam-se hoje, na coordenação da Marcha das Margaridas, várias articulações regionais e nacionais que se identificam como movimentos de mulheres e como movimentos feministas. Percebo que a Marcha das Margaridas teve sua relevância enquanto influência na conjuntura política do período, o que foi destacado por vários articulistas da grande mídia. Ela foi um reforço na luta contra o impedimento da presidenta Dilma, no período.

A Marcha das Margaridas é uma promoção da Confederação, Federações e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em parceria com: Central Única dos Trabalhadores (CUT); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS); Marcha Mundial de Mulheres (MMM); Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA); Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); União Brasileira de Mulheres (UBM); Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA); Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Campesinos e Indígenas do Mercosul Ampliado (COPROFAM); Rede de Trabalhadoras Rurais da América Latina e do Caribe (RedeLac). Esta lista demonstra que a Marcha das Margaridas é coordenada por movimentos sindicais e movimentos feministas.

Pesquisa sobre o perfil socioeconômico das mulheres trabalhadoras rurais participantes da Marcha das Margaridas, realizada pelo IPEA em 2012, mostrou também as diferentes motivações que as mobilizaram, entretanto, as razões para participar se situam no marco de referência construído historicamente pelo movimento de mulheres no que diz respeito aos direitos, ao trabalho, à violência contra mulheres, entre outros elementos significativos do cotidiano das mulheres. Em resposta à pergunta 'porque a senhora veio para a Marcha das Margaridas', a pesquisa registrou estes exemplos de respostas:

> "Vim para mudar a realidade do campo e não ser forçada a ir para a cidade". "Vim para reivindicar terra, água e direitos, a

gente sofre muito com a seca, não tem água nem pra plantar nem pra beber". "Vim para lutar pela permanência da lei de aposentadoria para a trabalhadora rural". "Vim em busca de uma proposta da presidenta para pessoas do campo que vivem da reforma agrária". "Vendemos muitas coisas para poder pa-gar o ônibus e vir atrás dos nossos direitos". "Vim para conhecer outros movimentos, expor meus produtos e fortalecer a luta". "Vim para lutar pelo reconhecimento do trabalho das agricultoras". "Vim para representar meu acampamento, estou há sete anos acampada". "Vim porque fui escolhida dentro do movimento social das ribeirinhas". "Vim porque não quero mais continuar chorando por ver tanta violência". "Vim porque é preciso ter coragem, aqui é bonito, mas nada chega à base". "Vim porque uma só andorinha não faz verão". "Vim porque anseio ver as mulheres terem liberdade, justiça e dignidade". "Vim para lutar pelas margaridas que sofrem agressão". "Vim para gritar pelos direitos de todas aquelas que não puderam vir". "Vim para prestigiar uma mulher que deu a vida pela nossa luta". "Vim porque, se a gente não se manifestar, quem vai interferir por nós? Os homens?". "Vim porque onde moro as mulheres não têm os mesmos direitos que os homens". "Minha mãe veio nas marchas anteriores e me incentivou a vir nesta". "Vim porque achei importante, não é para mim, é para meus netos". "Vim para conhecer o movimento Margarida; eu sabia que era uma flor, e não uma mulher batalhadora". "Essa marcha é história, aqui me sinto forte". "A gente luta pela vida" (Mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, entrevistadas na Marcha das Margaridas, IPEA, 2013, p. 7).

Apesar da expressão pública da Marcha das Margaridas, ao longo dos últimos 15 anos, e de várias conquistas no campo do trabalho e produção, a pauta sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres continua sem muita efetividade. Segundo a pesquisa do IPEA, no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), contata-se a presença de ações específicas para a população do campo e da floresta. Tais políticas, porém, demandam articulação com outros setores envolvidos no problema, como da saúde, da justiça, da segurança pública, da educação, da

assistência social etc. Apesar das delegacias especializadas móveis, em ônibus e barcos, conquistadas na penúltima marcha, para a população rural fe-minina do país, não estão consolidados programas e políticas nestes diferentes setores capazes de abarcar as especificidades do mundo rural[2]. A Marcha das Margaridas reúne majoritariamen-te mulheres trabalhadoras rurais que vivem em distintos contextos, o que informa sobre a sua identidade de classe. Elas se denominam Margaridas do campo, da floresta e das águas e no documento preparatório fazem referência a mulheres de diferentes regiões do país, todas as ida-des, contexto territorial como floresta e águas, situação de trabalho como assalariadas rurais, outras identidades como quilombolas e indígenas, e as que estão em luta pela terra, água, agroe-cologia e segurança alimentar.

A Marcha tem demarcado, historicamente, a sua identidade de gênero, por ser uma mobilização de mulheres e, ao ter em sua coordenação, além da CONTAG, a presença de diversas articulações movimentalistas feministas e de outros movimentos de mulheres, declara também sua identidade feminista, consciente de que a perspectiva do coletivo que a organiza não é a mesma das 70 mil participantes. Embora em suas edições tenha discutido a identidade racial das trabalhadoras rurais e ampliado suas reivindicações adotando a perspectiva de enfrentamento ao racismo, esta pauta ainda não é um elemento forte de sua identidade coletiva e não se constitui em uma referência para a mobilização.

A Marcha de Mulheres Negras reuniu 20 mil manifestantes contra o racismo, a violência e pelo bem viver. Eram, majoritariamente, mulheres negras, mas também participaram homens negros e mulheres brancas. O Comitê Impulsor Nacional da Marcha de Mulheres Negras[3] foi composto com representação de articulações e organizações de mulheres negras e do movimento negro em geral. O Comitê Impulsor Nacional, em 2015, congregou, segundo o Boletim Informativo nº 1, de agosto de 2015, as seguintes articulações: Associação dos Agentes de Pastoral Negros, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas, Coordenação Nacional de Entidades Negras, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Fórum Nacional de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado e União de Negros e Negras pela Igualdade.

[3] Ver www.marchadasmulheresnegras.com. Acesso em: 15 ago. 2015.

Esta ação não foi coordenada por um conjunto das articulações movimentalistas feministas, participaram apenas as articulações de mulheres negras em parceria com o movimento negro. Não é possível analisar o que isto significa em termos de unidade ou não do movimento de mulheres, mas a ausência de várias articulações identificadas como movimentos feministas na coordenação da Marcha de Mulheres Negras parece significativo de um certo afastamento, ainda que reconhecendo a presença de ativistas vinculadas ao feminismo negro neste espaço de coordenação. Não obstante, todos os movimentos feministas que não estiveram no Comitê Impulsor participaram ativamente no dia da mobilização e alguns, como é o caso da AMB, estiveram muito presentes no processo preparatório nos Estados, conforme ficou demonstrado nas postagens no seu site e páginas de *Facebook*.

O lema geral da Marcha de Mulheres Negras demonstra seu posicionamento inequívoco contra o racismo que é estruturante na formação social brasileira, associando a ele a denúncia da violência e a proposição pelo bem viver, o que pode indicar uma crítica ao modelo de desenvolvimento em curso, que tem sido feita também por alguns movimentos feministas no Brasil. Um elemento que se pode desprender do quadro de referência utilizado nesta mobilização e que não se assemelha ao que vem sendo discutido em outras articulações movimentalistas se expressa no slogan "uma sobe e puxa a outra", que pode demonstrar indício de uma certa capitulação à cultura política hegemônica, mas que também é lido por várias integrantes como tendo o sentido de apoio mútuo entre mulheres negras. Todavia, muitos grupos que se somaram no processo preparatório em nível local utilizaram com mais força uma antiga consigna do movimento de mulheres negras – nossos passos vêm de longe – a qual traz indicações fortes sobre a ancestralidade associada à memória de resistência.

A Marcha de Mulheres Negras ocorre, também, no mesmo período do ciclo de protesto que exigia 'Fora Cunha' e se posicionava politicamente em defesa da institucionalidade democrática frente à crise política em curso em 2015 e, portanto, contra o golpe civil que pairava como ameaça no debate público a partir da ação comandada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Com o clima de tensão entre direita e esquerda na sociedade brasileira, que foi a marca das manifestações de rua em 2015, a Marcha de Mulheres Negras chegou ao fim entrando em um conflito acirrado com um grupo de acampados que se manifestavam contra a presidenta Dilma Rousseff, o qual pedia o seu *impeachment*. Esta situação

posicionou a Marcha neste outro conflito político e fez com que ela simbolizasse a perspectiva do campo democrático e popular naquela conjuntura.

Uma novidade dos últimos cinco anos no movimento de mulheres, tanto no que diz respeito a processos organizativos como a mobilizações de mulheres, é o crescimento na ação feminista da internet, seja em redes sociais, seja em uso da internet para mobilizações presenciais. Este é um fenômeno que atinge não apenas o movimento feminista, mas neste caso merece destaque pela possibilidade de ampliação e de renovação geracional que ele produz. São incontáveis os sites, blogs e páginas de *Facebook* sobre os temas feministas, o que tem gerado a articulação de várias ações na rede e também a criação de coletivos locais, majoritariamente compostos por mulheres jovens. Desconfio que este processo em rede teve forte influência sobre o que ficou conhecido, em 2015, como 'primavera feminista' ou 'primavera das mulheres', variando o termo a ser empregado de acordo com a mídia que o utilizou no período. A referência nomeia o ciclo de protesto organizado por movimentos e coletivos feministas, majoritariamente compostos por mulheres jovens, que tomou as ruas das principais capitais do país, nos três últimos meses de 2015, em torno da consigna 'Fora Cunha' e 'Contra o PL 5069', manifestando-se contra as ações do presidente da Câmara dos Deputados em detrimento dos direitos das mulheres e, em especial, ao projeto de lei 5069 apresentado por ele, que pretendia restringir o direito ao que se chama 'aborto legal', ou seja, quando há risco de morte para a gestante ou em casos da gravidez resultar de violência sexual.

Blogueiras Feministas, desde 2010, e o *Blogueiras Negras*, desde 2013, são dois coletivos que atuam na internet e merecem referência especial, pela amplitude de sua ação e pela articulação com outros movimentos feministas mais tradicionais. Outra iniciativa é a Universidade Livre Feminista[4], uma ação virtual colaborativa de educação à distância desenvolvida de forma compartilhada por três organizações feministas: SOS Corpo, CFEMEA e Cunhã Coletivo Feminista. Este portal tem grande procura na internet, atingindo cinco mil acessos por mês aos cursos, vídeos e publicações. A estas experiências feministas se somam uma enorme variedade de coletivos feministas autônomos organizados nas principais cidades do país, a maioria compostos por mulheres jovens.

[4] Site da Universidade Livre Feminista: www.feminismo.org.br.

Para além dessas iniciativas, as páginas feministas na internet são inúmeras e elas realizam projetos coletivos na rede virtual e, eventualmente, estas ações migram para as ruas. A revista *Cult*, na sua edição 282, destacou algumas. Além do *Blogueiras Negras* e *Blogueiras Feministas,* existem outros projetos coletivos, mas nem todos assim se definem. A revista destacou *Think Olga*, que fez campanha 'chega de fiu fiu', contra o assédio nas ruas; *Vamos Juntas*, que tem mais de 80 mil curtidas em sua página no *Facebook*; *Capitolina*, uma revista criada em 2014, para público 'mais jovem'; *Lugar de Mulher*, que aborda a aceitação do corpo, entre outros temas. Nos últimos meses de 2015, as redes sociais na internet foram ocupadas por três grandes campanhas feministas, *#primeiroassédio*, *#meuamigosecreto* e *#seráqueéracismo?*, sendo que as duas primeiras tiveram maior divulgação na mídia convencional e a primeira recebeu 82 mil *tweets* sobre violências sofridas por mulheres.

O surgimento da Marcha das Vadias, há cinco anos, também derivou de articulações feitas pela internet. Teve variações em cada localidade onde se desenvolveu no Brasil, podendo ter contado ou não com o apoio e a presença de movimentos feministas locais[5]. Apesar de ter sido alvo de críticas de setores do movimento feminista, a Marcha das Vadias, em suas várias edições, demonstra a sua identificação com o feminismo e a adesão às suas pautas.

É possível que esta grande difusão do feminismo na internet seja um dos vetores explicativos do ciclo de protestos que foi chamado primavera feminista no final de 2015. Também é possível que este ciclo altere o perfil político da identidade coletiva feminista que vinha sendo construída neste processo histórico que estou analisando, uma vez que ele teve forte presença de jovens dos segmentos médios da sociedade, embora também tenha mobilizado jovens de classes populares. Este, porém, é um desafio para outra pesquisa.

No que diz respeito às dimensões de raça, gênero e orientação sexual, a expansão atual do movimento feminista parece seguir uma linha de aproximação com a história recente, focando na imbricação das relações sociais de classe, raça e sexo, mas a partir de diferentes linhas teórico-políticas de abordagem. É perceptível que alguns coletivos têm aproximação também

[5] Ver ATHAYDE, 2015; HERMIDA, 2014.

com a perspectiva teórico-política mais próxima da teoria *queer* e/ou do transfeminismo[6]. A respeito da questão de classe social, é muito cedo para dizer que rumo este crescimento do movimento feminista adotará, mas é um fato significativo ele não ter se afastado radicalmente de articulações mais tradicionais dos movimentos de mulheres.

A capacidade de ação do movimento feminista, apesar de seu baixo grau de centramento, se deveu à força de sua atuação conjunta com as diversas articulações dos movimentos de mulheres, como tentei demonstrar ao trazer os dados históricos sobre as mobilizações desenvolvidas. Neste processo, foi gerada uma identidade coletiva fluida, que reconhece o feminismo como um movimento central no enfrentamento da questão das condições de vida das mulheres de classes populares e, por isto, compartilha das formulações com as quais ele enquadra a sua atuação, seja no que diz respeito ao debate legislativo, seja na ação do poder executivo, atuando em conselhos e conferências e incidindo sobre as políticas e o orçamento público, seja mais amplamente nas mobilizações nacionais em torno de pautas específicas. As razões porque este processo histórico se deu assim estão para além das possibilidades desta pesquisa, embora eu entenda que os elementos acima se completam para explicar este período histórico, e até questionar os repertórios de ação adotados e prioridades estratégicas, mas considero relevante ressaltar que isso permitiu ampliar e consolidar a relação do movimento feminista com os outros movimentos de mulheres, o que já vinha acontecendo desde a década de 1970.

O projeto econômico em curso no país, baseado na superação da pobreza absoluta sem confrontar a acumulação de riquezas, tem buscado inserir as mulheres de classes populares a partir dos programas assistenciais, reiterando-as no lugar que lhes é socialmente atribuído, e sem preocupação com os impactos dos projetos de desenvolvimento na vida cotidiana das mulheres que têm essas responsabilidades familiares. Os movimentos de mulheres têm colocado em questão este modelo de desenvolvimento a partir de lutas locais, de articulação com o debate internacional dos distintos movimentos sociais de resistência à mundialização do capital, e, ao mesmo tempo, elaborado paulatinamente a crítica feminista ao desenvolvimento, no âmbito das formulações sobre descolonização e de transformação social na América Latina[7]. Porém, cada articulação movimentalista no interior

[6] Ver JESUS, 2014.
[7] Ver SILVA, 2014.

deste movimento adota uma perspectiva, algumas a partir da crítica ao neoliberalismo e outras nitidamente anticapitalistas, mas há também aquelas que não se posicionam sobre esta questão.

Articulações movimentalistas: unindo forças

Os dados – apresentados no item anterior sobre processos mobilizatórios – indicam que as distintas articulações movimentalistas de mulheres e do movimento feminista vão, a cada momento, se misturando mais, ficando quase impossível uma distinção pura do que seria movimento de mulheres e movimento feminista. Muitas articulações de movimentos de mulheres participam de processos organizativos compartilhados com redes feministas, atuam coletivamente se orientando pelo feminismo, e algumas se declaram feministas. Esta imbricação entre movimento feminista e movimento de mulheres, resultante desse processo histórico, ocorreu sem que fossem negadas especificidades existentes a partir de identidades sociais, capazes de criar condições de possibilidades para identidades políticas, a exemplo do movimento de mulheres negras e de camponesas.

A atuação dos movimentos de mulheres que se orientam pelo feminismo foi forte em mobilizações de rua, majoritariamente rotinizadas, mas foi mais forte ainda enquanto atuação nos espaços de participação social, ampliados nos governos Lula e Dilma, isto é, os conselhos e conferências de políticas públicas para mulheres, de promoção de igualdade racial e de saúde.

Para melhor compreensão da classificação, com a qual estou trabalhando, enumero alguns tipos destas organizações com as quais já estou lidando neste percurso. Em seguida vou discutir como as articulações movimentalistas do movimento de mulheres se expressam hoje em relação às mulheres de classes populares e ao feminismo, para refletir sobre as interpelações recíprocas e no interior do campo político dos movimentos sociais.

Tipos de organização no movimento de mulheres

- Grupos de mulheres de pequeno e médio porte, com vínculos de atuação local, regional, nacional ou internacional;
- Grupos e coletivos de mulheres que se definem pelo local de atuação, em geral em bairros de periferia ou pequenas cidades;

- Grupos, coletivos ou movimentos de mulheres que se definem também a partir de uma outra identidade a exemplo de mulheres negras, lésbicas, jovens, camponesas ou ligadas a um tipo de trabalho: catadoras de material reciclável, pescadoras, mulheres que trabalham com agroecologia etc.;
- Coletivos político-profissionais feministas, também chamadas entidades ou organizações não governamentais (ONGs), formados por mulheres ou mistas quanto ao sexo, podendo ser também formada por mulheres negras ou mistas quanta à raça;
- Núcleos de estudos e/ou pesquisa nas universidades compostos por mulheres e/ou mistos quanto ao sexo que se compreendem vinculados ao movimento feminista;
- Organismos setoriais (comissões, secretarias, núcleos) de mulheres de organizações ou movimentos mistos quanto ao sexo, a exemplo de Mulheres da Via Campesina.
- Comissões e secretarias de mulheres sindicalistas, a exemplo de SNMT-CUT – Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da Central única dos Trabalhadores; CMTR-CONTAG – Comissão da Mulher Trabalhadora da Confederação de Trabalhadores da Agricultura, ou as secretarias existentes nas federações e confederações sindicais;
- Associações e Sindicatos de Trabalhadoras Domésticas e de outras categorias profissionais femininas;
- Comissões e secretarias de partidos políticos. Neste caso, os que guardam proximidade com os movimentos de mulheres são aqueles ligados a partidos ou correntes políticas de esquerda, a exemplo de secretaria de mulheres do PT ou do PSOL, coletivo de mulheres anarquistas, mulheres da Consulta Popular, cujas militantes, muitas vezes, participam também de alguma articulação específica de movimento social;
- Grupos acadêmicos e ONGs não feministas, formadas por homens e mulheres, que realizam trabalhos voltados para questão de gênero em pesquisa ou extensão;
- Equipes feministas em cargos públicos nos governos municipais, estaduais e federal, tanto nas secretarias de políticas para mulheres como em áreas de trabalho ligadas a estas políticas;
- Coletivos de mulheres que atuam na internet através de blogs, sites e/ou páginas de *Facebook*.

Esta tipologia de organizações de mulheres feministas não pode ser totalmente entendida como compondo o movimento de mulheres, mas as fronteiras são tênues, dado a capacidade de interinfluência e a circulação de pessoas entre os vários tipos expressos. O feminismo nas universidades, que ficou conhecido como feminismo acadêmico, e o feminismo que se se expressa nos governos, especialmente na condução das políticas para mulheres, têm sido também objetos de estudos relevantes[8], mas não é o caso de refletir sobre eles neste trabalho, que trata especificamente de movimento sociais. Entretanto, convém salientar que ambos têm influência sobre a formação feminista, incidindo sobre modos de pensar, formas organizacionais e prioridades de atuação política dos movimentos. Para pensar o movimento de mulheres propriamente dito, tomarei as outras expressões organizativas.

Muitas organizações, de diferentes tipos, atuam publicamente de forma articulada em redes e fóruns, no plano estadual, regional e nacional, a exemplo dos agrupamentos estaduais que compõem, no plano nacional, a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB[9]. Além da AMB, sobre a qual me dedicarei no próximo capítulo, existem outras articulações com atuação em âmbito nacional que já foram citadas como a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Marcha Mundial de Mulheres, Fórum Nacional de Mulheres Negras, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, entre outras.

Têm forte expressão, no movimento de mulheres, outras articulações que não foram citadas no percurso que fiz até aqui que também são composições nacionais, como a Liga Brasileira de Lésbicas. Existem ainda diversas organizações que se identificam como movimentos autônomos de mulheres, que têm atuação no plano regional como, por exemplo: Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Movimento Ibiapabano de Mulheres, Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense, Articulação de Mulheres da Mata Sul de Pernambuco, entre outras.

---

[8] Ver ADRIÃO, 2008.
[9] Ver SILVA, 2010a.

Estas articulações regionais e as articulações de mulheres no interior dos movimentos sociais mistos quanto ao sexo, se constituem como um importante indicativo do crescimento do movimento de mulheres neste período. A forma organizacional do movimento de mulheres não adota os parâmetros de outros movimentos sociais que se organizam de forma mais centralizada, com direção política única e adotando critérios federativos e hierárquicos. O movimento de mulheres tem distintas expressões organizativas, com diferentes capacidades de ação em seus espaços próprios, sejam regiões, categorias profissionais ou categorias sociais.

A partir da pesquisa documental foi possível sistematizar as informações sobre as articulações movimentalistas nacionais, o que demonstra como a questão racial e de classe foram sendo articuladas às desigualdades entre os sexos no marco de referência que constituiu o movimento de mulheres neste período. Os dados documentais, construídos apenas a partir dos materiais de apresentação destas articulações, são insuficientes para falar de suas práticas políticas, entretanto eles são importantes para discutir como este processo histórico, de construção deste movimento, foi capaz de considerar a consubstancialidade das relações sociais no qual a vida das mulheres se insere. As ênfases de cada articulação movimentalista são diferenciadas. Há um conjunto que tende a considerar mais gênero e raça e outro conjunto que tende a se ater mais profundamente a gênero e classe, como elementos chave deste movimento, sendo em número menor aquelas articulações que, na sua apresentação pública, articulam estes três elementos como constitutivos do seu projeto político. Passo a apresentar alguns exemplos registrados nesse quadro que demonstram esta afirmação.

A Articulação de Mulheres Negras Brasileiras congrega organizações de mulheres negras, ou seja, não reúne em suas hostes mulheres negras que não estejam vinculadas a estas organizações integrantes, configurando-se mais como uma articulação de ONGs do que uma articulação de movimento. Tem priorizado, em sua atuação, a presença ativa em fóruns internacionais do sistema da ONU e nos espaços institucionais do Estado brasileiro, buscando incidir sobre as políticas públicas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Sua missão institucional é assim apresentada em seu site:

> promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando

> o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e a todas as formas de discriminação, a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil (AMNB, 2014).

Apesar de sua missão fazer referência à opressão de classe e a realidade das mulheres negras no Brasil ser intrinsecamente relacionada à situação de pobreza, a AMNB prioriza a identidade política racial, como seu nome diz, atuando como 'mulheres negras'. Esta perspectiva, longe de ser um problema para o movimento de mulheres brasileiro adotar uma perspectiva política a partir da consubstancialidade das relações sociais, ou da interseccionalidade como é defendido neste campo, contribuiu para que a questão do enfrentamento ao racismo penetrasse neste movimento, inclusive no feminismo, construindo várias inter-relações nas propostas e na ação política, como tentei demonstrar ao longo deste trabalho[10]. As organizações que fazem parte da AMNB, a partir desta prioridade, atuam com mulheres negras de classes populares em seus projetos sociais, mas isso não tem construído processos mobilizatórios de protestos publicamente relevantes em âmbito local, adotando, como principal repertório, a presença propositiva nos espaços de participação institucional. Esta perspectiva sofreu alteração em 2015, com a Marcha de Mulheres Negras. Deste processo de mobilização resultou a organização de redes de mulheres negras em âmbito da região nordeste e em alguns estados, a exemplo de Pernambuco.

Mudando a direção do olhar para perceber como a questão classe social compõe a identidade coletiva do movimento de mulheres, encontramos situação semelhante à descrita acima no Movimento de Mulheres Camponesas, na Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT e da CONTAG. No MMC e nas secretarias sindicais citadas, apesar de existirem referências à questão racial, a identidade de classe é mais fortemente demarcada, desde o nome até as suas prioridades gerais.

No caso da SNMT-CUT, o feminismo tem um lugar preponderante desde a sua origem, pois a primeira secretária nacional de mulheres

[10] Faço esta afirmação sem desconhecer que, entre as integrantes da AMNB, há quem afirme o vínculo com o feminismo negro e há quem prescinda dele, como salientado por Claudia Pons Cardoso (2012).

da CUT era reconhecidamente feminista[11], o que não significa que todas as secretarias de mulheres das CUTs estaduais e dos ramos de atividades (federações e confederações cutistas) possam ser vistas por este prisma, não obstante a secretaria nacional realize diversos processos de formação e publicações nesta perspectiva. O feminismo das mulheres da CUT pode ser verificado nas suas pautas de reivindicação e nas conquistas que têm obtido para as mulheres trabalhadoras nas várias categorias profissionais, por ocasião das campanhas salariais e/ou de forma mais permanente em suas mesas de negociação, associadas a processos de mobilização geral das categorias e quase nunca especificamente de mulheres. No 11º Congresso da CUT, elas conseguiram fazer aprovar a paridade entre homens e mulheres nas instâncias de direção da Central, decisão que foi efetivada no 12º Congresso Nacional, em 2015. No documento preparatório ao 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT, que aconteceu em março de 2015, em Brasília, um dos objetivos identifica com nitidez a perspectiva feminista desta articulação: "Fortalecer a organização e mobilização das mulheres para avançar em direitos e ampliar a luta feminista" (CUT, 2015, p. 5).

A mesma análise se aplica para a Secretaria Nacional das Mulheres Trabalhadoras Ru-rais da CONTAG, como foi visto ao discorrer sobre a Marcha das Margaridas. A Marcha das Margaridas, como expressão nacional, pode ser lida a partir da noção de protesto contido ou convencional, de Sidney Tarrow (2009), mas esta forma rotinizada não tem implicado na não obtenção de resultados. Os documentos preparatórios da Marcha apresentam como ela tem tido impacto, ao longo do período de realização, para a elaboração, aprovação e efetivação de políticas e programas específicos para mulheres rurais, na perspectiva da autonomia econômica e pessoal. O documento da Marcha das Margaridas de 2011 registra várias conquistas nas áreas de: 1. Documentação, acesso à terra, apoio às mulheres assentadas e políticas de apoio à produção na agricultura familiar; 2. Trabalho e previdência social; 3. Saúde; 4. Educação; 5. Enfrentamento à violência.

Uma vitória importante das trabalhadoras rurais foi a aprovação, no último congresso da CONTAG, da constituição da paridade entre os sexos

[11] Maria Berenice Delgado (Didice) foi a primeira secretária da mulher trabalhadora da CUT. Não tenho informações se todas as secretárias que a sucederam identificavam-se como feministas, todavia todas desenvolveram uma relação muito próxima e articulada com o movimento feminista.

na nova direção nacional. Não quero afirmar que estes resultados transformaram a vida das mulheres rurais, mas apenas que eles só se realizam a partir da atuação delas na cena pública como sujeitos que atuam politicamente reivindicando seus direitos, ou seja, a partir de suas lutas feministas.

O Movimento de Mulheres Camponesas se destaca neste quadro pela perspectiva de formulação de um feminismo camponês. Enquanto organização, este movimento nasce como movimento de mulheres trabalhadoras rurais, que tinham denominações diferentes em vários estados. No Rio Grande do Sul, o MMTR-RS e a Organização de Mulheres da Roça (OMR) tinham uma presença forte. Em 2004, as diversas organizações autônomas de mulheres rurais criam o MMC, em um Congresso realizado em Brasília.

> Depois de várias atividades nos grupos de base, municípios e estados e com a realização do Curso Nacional (de 21 à 24 de setembro/2003), que contou com a presença de 50 mulheres, vindas de 14 estados, representando os Movimentos Autônomos, apontamos os rumos concretos do movimento como também decidimos que terá o nome de: Movimento de Mulheres Camponesas.
>
> (...) Toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores. Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero Essa mística se expressa em símbolos do movimento e, ao mesmo tempo na práxis coletiva do movimento, quanto das mulheres camponesas inseridas nele (CUT, 2015, p. 5).

Para o MMC, a categoria 'camponesa' compreende o vínculo com a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar, o qual, por um lado, se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e, por

outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Conforme as informações disponibilizadas, mulher camponesa é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, pescadora artesanal, quebradeira de coco, extrativista, arrendatária, meeira, ribeirinha, posseira, boia-fria, diarista, parceira, sem-terra, acampada e assentada, assalariada rural e indígena. "A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legitima e confirma no Brasil o nome de Movimento de Mulheres Camponesas"(MMC, 2014).

O caráter feminista deste movimento é declarado no jornal do seu Encontro Nacional. Elas afirmam que o MMC "é o primeiro movimento feminista e camponês no Brasil", o que as desafia a lutar pela valorização do trabalho da mulher camponesa e contra as formas de violência praticada contra as mulheres. "Nossa organização contribui para mostrar à sociedade a nossa trajetória de luta, que, somada a milhares de mulheres, nos torna protagonistas de nossa história". A ação direta do Movimento de Mulheres Camponesas, em 2006, contra a Aracruz Celulose, já descrita, foi um notável exemplo da radicalidade anticapitalista assumida por este movimento.

A Marcha Mundial de Mulheres é uma articulação movimentalista feminista internacional, que surgiu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência, comentada aqui anteriormente. A terceira ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil foi estruturada no formato de uma marcha que percorreu o trajeto entre as cidades de Campinas e São Paulo. Cerca de três mil mulheres, organizadas em delegações de todos os estados em que a MMM está presente, reuniram-se em uma grande atividade de denúncia, reivindicação e formação, dando visibilidade à luta feminista contra o capitalismo e a favor da solidariedade internacional, buscando transformações reais para a vida das mulheres brasileiras. Foram dez dias de caminhada, com marchas pela manhã e atividades de formação durante a tarde. Conforme o site da MMM "reunindo mulheres rurais, urbanas, indígenas, negras, brancas, jovens, adultas, lésbicas, bissexuais e heterossexuais auto organizadas, a 3ª Ação da Marcha Mundial das Mulheres representou um marco definitivo para o movimento feminista no Brasil"(MMM, 2014).

Tem sido mais forte na ação política da Marcha Mundial, além do feminismo, a sua aliança com os movimentos sociais que se definem a partir da classe social como trabalhadores e camponeses, daí a sua proximidade com a Via Campesina, em especial, nos espaços do Fórum Social Mundial. Em 2014, por ocasião do dia 8 de março de 2014, em material de divulgação, a MMM ampliou este escopo político, adotando a bandeira do enfrentamento ao racismo.

> Reafirmamos, com nossa presença nas ruas, que o feminismo é um movimento popular que está e continuará em luta denunciando a opressão vivida por nós nesse sistema que combina o patriarcado com o capitalismo, a desigualdade, o racismo, a lesbofobia e a destruição da natureza. Conclamamos às mulheres para a auto-organização e afirmamos nossa estratégia de fortalecimento como sujeito político que constrói uma força mundial em aliança com os movimentos sociais. Nesse 8 de março de 2014 renovamos nosso compromisso na luta por um mundo anticapitalista, antirracista e antilesbofóbico, por uma sociedade baseada nos valores de liberdade, igualdade, justiça, paz e solidariedade (MMM, 2014).

A Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) apresenta-se como uma expressão do movimento social de mulheres e feminista, de âmbito nacional, que se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política, anticapitalista, antirracista, não lesbofóbica e não homofóbica e de articulação de mulheres lésbicas e bissexuais pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual. A LBL é uma articulação de grupos, entidades, movimentos, e também de lésbicas e bissexuais independentes que dela participem.

> A LBL foi criada e inspirada por mulheres lésbicas que ousaram e ousam falar do amor entre mulheres e da lesbianidade como uma das formas de orientação, expressão e identidade sexual e desta como um direito sexual e, portanto, um direito humano. A LBL foi fundada no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, na cidade de Porto Alegre, durante a realização do Planeta Arco-Íris, na Usina do Gasômetro, em uma Oficina de

> Visibilidade Lésbica, que contou com a participação de dezenas de mulheres lésbicas e bissexuais vindas de vários estados do Brasil e com a presença de companheiras de outras partes do Mundo. No V SENALE, que aconteceu em junho de 2003, em São Paulo, foram realizadas reuniões e uma plenária da LBL, no dia 22 de junho, em que construímos alguns princípios e escolhemos uma representante de cada região do Brasil, para compor a primeira coordenação executiva provisória, até o XIV Encontro Nacional Feminista, que foi realizado entre 13 e 16 de novembro de 2003, em Porto Alegre, quando a Liga realizou uma plenária em que ficou definida sua primeira coordenação e responsabilizou algumas regiões pelo estabelecimento de contato nas regiões do país em que a LBL não estava articulada (LBL, 2014).

Tendo sido criada no espaço do Fórum Social Mundial, a LBL assume seus princípios e busca articulação com outros movimentos sociais em torno da ideia de que 'um outro mundo é possível'. A Liga Brasileira de Lésbicas adota uma perspectiva anticapitalista que, segundo seu site, significa a presença entre as participantes de posições socialistas, comunistas, libertárias e anarquistas. A LBL defende o fim da acumulação do capital e da mercantilização das relações e dos corpos das mulheres. Defende a construção de uma sociabilidade humanista e emancipada, sem exploração de classe e nenhuma forma de opressão; em que seja garantida a produção e a distribuição igualitária da riqueza e dos bens socialmente produzidos pela humanidade, respeitando o meio ambiente e valorizando as práticas justas e solidárias, em que todas as pessoas sejam livres, autônomas, autodeterminadas. Defende o trabalho enquanto espaço de realização e desenvolvimento das potencialidades e criação humanas.

A apresentação de informações sobre estas articulações movimentalistas nacionais do movimento de mulheres, todas se identificando como feministas, não quis ser exaustiva. Existem outras, a exemplo de União Brasileira de Mulheres, inclusive algumas para as quais o posicionamento político sobre classe não está definido, pelo menos não em sua apresentação na internet. O meu interesse foi demonstrar como o processo histórico de construção do movimento de mulheres e do movimento feminista, na experiência brasileira, ocorreu de forma entrelaçada, tornando-se im-

possível fazer distinções que os separem com nitidez. Entendendo como válida a concepção de que é feminista quem assume publicamente esta perspectiva política, ou seja, quem se declara, as articulações movimentalistas de mulheres no Brasil são majoritariamente feministas. E isso dá ao movimento feminista brasileiro uma perspectiva contra hegemônica, como tentei demonstrar.

O que isso significa para as mulheres de classes populares? Esta é a questão que buscamos responder na sequência. Inicialmente interessa salientar que este movimento de mulheres que se gerou neste percurso histórico define-se predominantemente como feminista e constrói um feminismo antipatriarcal, antirracista e anticapitalista. Certamente esta afirmação pode ser contestada, já que ao longo do percurso, organizações, ações e mulheres feministas, com atuação individualizada, foram ficando ao largo da história, uma vez que fui dando prioridade àquilo que sustenta esta tese. Além disso, tentei deixar nítido que as ênfases dadas a cada um dos elementos desta tríade – sexo, raça e classe - são diferenciadas nas articulações e nas mobilizações que foram constituídas. Ocorre que eu estou tomando movimentos sociais como uma categoria de análise, como uma subjetividade coletiva de longa duração histórica, e não cada articulação movimentalista em particular. Nesta perspectiva, o movimento de mulheres feministas no Brasil abrange todos estes processos políticos, ações coletivas e articulações, constituindo-se como um campo feminista com uma identidade coletiva própria e um certo grau de articulação, o que lhe garante um singular nível de centramento no interior do campo político dos movimentos sociais. E, neste sentido, o movimento feminista no Brasil foi assumindo, cada vez mais, um caráter antissistêmico.

Entendo que outras dimensões políticas incidem sobre o campo dos movimentos sociais, o que faz com que o campo feminista no seu interior, dada a sua fluidez e flexibilidade, seja 'repuxado' para vários lados. Por um lado, o próprio esgarçamento do campo político dos movimentos sociais, no último período, impacta no fortalecimento ou na fragilização de distintas práticas políticas no interior deste movimento feminista. Por outro lado, as reflexões que emergem das identidades coletivas organizadoras de articulações movimentalistas, não são necessariamente posicionadas a partir de uma corrente teórica feminista ou outra, podendo se apresentar como mais ou menos definidas teoricamente por uma ou outra perspectiva.

Neste período se fortaleceram expressões organizativas compostas por mulheres que, em si, apresentam elementos novos para a teoria e o movimento feminista brasileiro. Refiro-me ao feminismo negro[12] e ao feminismo lésbico[13]. A lacuna que percebo em relação à dimensão de classe no marco de referência predominante no conjunto do movimento feminista talvez se deva ao fato de que o feminismo sindical[14] e o feminismo camponês[15] não têm reivindicado o mesmo estatuto teórico que os anteriores. Mais recentemente, vários movimentos sociais mistos quanto ao sexo, do campo político da Via Campesina, vêm também debatendo como referência o *feminismo popular* e, no campo da CONTAG, há debates sobre o feminismo rural.

Vale destacar que no movimento de mulheres negras há ativistas que se posicionam teórica e politicamente como parte do feminismo negro e outras que o recusam, algumas formulando alternativas a ele, a exemplo da formulação sobre ialodês, de Jurema Werneck (2005), como uma categoria de análise para discutir sujeitos femininos fortes. Citaria também, como exemplo, o conceito de '*womanismo*' (mulherismo), popularizado por Alice Walker[16], que me parece bastante influente em outros contextos geopolíticos, mas que tem menor penetração no Brasil.

A crise dos movimentos sociais e o feminismo

O contexto de crise do campo político dos movimentos sociais, orientado politicamente como campo democrático e popular, que, segundo Ana Maria Doimo, inicia ainda nos anos 1990, se altera positivamente com a articulação do processo Fórum Social Mundial, fomentado originalmente a partir do Brasil, em 2000, mas que rapidamente notabilizou-se pela capacidade de articular movimentos sociais do mundo inteiro – sejam organizados em redes transnacionais, como o feminismo, o sindicalismo, e a Via Campesina, sejam em expressões locais em distintos países. A isto se associa a emergência do desenvolvimentismo na ação

[12] Ver CARNEIRO, 2005; BAIRROS, 1995; RIBEIRO, 2014; CARDOSO, 2012.
[13] Ver FALQUET, 2006; CURIEL, 2003.
[14] Ver SNMT-CUT, 2003.
[15] Ver PALUDO, 2009.
[16] Ver SUDBURY, 2003.

dos governos de centro-esquerda latinoamericanos, vistos como pós-neoliberais, e os debates que a estes se seguiram no campo dos movimentos sociais em relação a comungarem ou não do mesmo projeto político.

O FSM, principal articulação de movimento social construída nesse período, no interior de uma mais ampla movimentação antiglobalização, não tem a pretensão de ser um representante ou de amalgamar toda esta movimentação. Segundo a sua Carta de Princípios, ele não representa e nem é representado, ou seja, nenhuma das organizações e pessoas envolvidas em sua articulação pode fazer declarações públicas em nome do Fórum. Como processo de intercâmbio e articulação entre distintos movimentos sociais, o Fórum Social Mundial, vocaliza diferentes causas relacionadas à justiça e à igualdade, e já foi objeto de vários estudos[17].

Boaventura de Sousa Santos (2005) celebra a diversidade social, cultural e política do Fórum, e o entende como um terreno de encontro entre organizações e movimentos de mais de uma centena de países, os quais podem interagir livremente, formando novas redes e coalizões e definindo iniciativas comuns. Ele não tem um fim estratégico além de manifestar-se contra a globalização, mas não traça coletivamente qualquer estratégia para conduzir esta luta. O FSM nasceu no Brasil "valendo-se da cultura política híbrida que emerge dos movimentos de base, das experiências com a democracia participativa, da teologia da libertação, das lutas contra a Ditadura, bem como da política de esquerda (velha e nova) de tradição ocidental"(Santos, 2005, p. 39). O FSM confronta a nova face internacional dos movimentos sociais com o antigo internacionalismo proletário.

> O internacionalismo promovido pelo FSM representa um afastamento drástico da velha forma de internacionalismo que dominou a política anticapitalista ao longo do século XX. Esta forma baseava-se em quatro premissas principais: um ator social privilegiado (operários ou operários e camponeses); um tipo privilegiado de organização (sindicatos e partidos operários conjuntamente com as suas federações internacionais); uma política originada no Norte e formulada de acordo com os princípios políticos prevalecentes no Norte anticapitalista. A ênfase era colocada na homogeneidade social e política, como condição

[17] Ver SANTOS, 2005; WHITAKER, 2005; HOUTART, POLET, 2002.

> para a unidade e solidariedade, e em trajetória de vida e culturas semelhantes como condição para o desenvolvimento de laços fortes e duradouros (Santos, 2005, p. 38).

Neste sentido, a experiência histórica do movimento feminista brasileiro e o quadro de referência antissistêmico, adotado por algumas de suas articulações, são um importante contraponto à visão criticada por Santos. Em especial o feminismo autônomo tem atuado no processo FSM a partir da ideia de articulação da diversidade de sujeitos da transformação, com base na capacidade de fomento à lutas comuns.

No decorrer dos anos, o FSM recebeu críticas em torno de que a sua ênfase na diversidade organizativa e política, embora no campo da esquerda, e a não diretividade das lutas dificultaram a ação coletiva do movimento antiglobalização. Não obstante esta possibilidade, o FSM mobilizou protestos mundiais, a exemplo do que ocorreu em todos os países por ocasião da deflagração da guerra dos EUA contra o Iraque, assim como criou condições para inúmeras articulações, a exemplos dos Diálogos Feministas, das ações internacionais da Marcha Mundial de Mulheres, das assembleias da Via Campesina, do Acampamento Mundial da Juventude, além de potencializar os fóruns temáticos, que articulam grande número de movimentos e organizações do mundo naquela área de atuação, a exemplo do Fórum Mundial da Saúde.

Wallerstein (2003), um dos intelectuais que participam dos debates do FSM, aborda os movimentos sociais a partir da perspectiva antissistêmica, dentro do debate realizado por ele sobre sistema-mundo. Nesta linha de pensamento, os movimentos antissistêmicos tradicionais, do final do século XIX até meados do século XX, teriam sido os movimentos nacionais e os movimentos sociais, entendidos como sindicatos e partidos socialistas. Ele apresenta como renovação dos movimentos antissistêmicos o crescimento dos grupos maoístas[18], após a revolução política e cultural de 1968, mas vendo como uma possibilidade que não vingou. Ele apresenta ainda três possibilidades do que ele chama de aspirantes ao *status* de antissistêmicos: os movimentos feministas, negros e ecológicos, na década de 1970 e 1980; os movimentos de direitos humanos, na década

[18] Seguidores de Mao Tsé Tung, líder comunista chinês.

de 1980; e o Fórum Social Mundial, no início dos anos 2000, como resultante das lutas antissistêmicas da década de 1990 contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o processo de globalização neoliberal, que instituiu a liberalização dos mercados e redução dos Estados. Para Wallerstein,

> el FSM intenta agrupar a todos los tipos previos de movimiento – vieja izquierda, nuevos movimientos, grupos pro derechos humanos y otras agrupaciones no fácilmente clasificables en estas categorías – e incluye grupos organizados de modo estrictamente local, regional, nacional y transnacional. La base de participación es un objetivo común – la lucha contra los males sociales derivados del neoliberalismo – y un respeto compartido por las prioridades inmediatas de cada uno de los demás participantes. Reviste su importancia el hecho de que el FSM intente agrupar a movimientos provenientes del Norte y del Sur en un único marco. El único eslogan hasta la fecha es "otro mundo es posible" (Wallerstein, 2003, p. 103).

Obviamente, para que o FSM ocorresse e fosse visto como um novo movimento antissistêmico, foi necessária a confluência de todos esses movimentos referidos por Wallerstein como aspirantes a movimentos antissistêmicos, ou seja, retomando o que vim discutindo até aqui, foi necessário o campo político dos movimentos sociais no Brasil para que o FSM pudesse se constituir, bem como o movimento feminista no seu interior. Parece-me correta a sua análise quando ele fala que os movimentos negros, ecológicos e feministas teriam correntes internas distintas, mais ou menos antissistêmicas, todavia ele parece não perceber o fato de que algumas destas correntes colaboraram para ampliar a própria noção de luta antissistêmica, para além da luta anticapitalista, fato que favoreceu a existência do Fórum Social Mundial. No caso do feminismo mais autonomista, algumas articulações afirmam-se com a identificação com a luta antipatriarcal, antirracista e também anticapitalista, como é o caso da Articulação de Mulheres Brasileiras, e este movimento, assim como a Marcha Mundial de Mulheres e outros, esteve presente nas articulações contra o livre comércio, na campanha contra a ALCA e OMC, no movimentto anti-globalização e na organização do processo FSM.

Fica claro que Wallerstein está identificando o sistema-mundo com o sistema capitalista, sem se colocar a questão de como o racismo e o patriarcado, de forma sistêmica, estão historicamente imbricados com ele, o que é fortemente demarcado pela herança colonial. Parece também não haver uma preocupação se há outras formas de existência que poderiam estar ao largo do capitalismo. E ainda, que ele compreende a economia como o centro do sistema-mundo, o que implica em que a agência, seja de manutenção ou de contestação à ordem, estaria referida a sujeitos diretamente produzidos por e produtores da economia. Todavia, seja sistema -mundo, ou seja, sistema-capitalista, a noção de sistema de Wallerstein me parece suficientemente aberta, pois comporta a possibilidade de resistências e de lutas antissistêmicas, ou seja, assume o conflito com o sistema como constitutivo dos processos de movimentos sociais, pensamento com o qual me afino e é caro à teoria que venho discutindo.

Como a noção de sistema-mundo me é muito cara, meu pensamento segue no sentido de compreendê-lo numa perspectiva mais ampla, que inclui o sistema capitalista, mas vai além dele. A perspectiva descolonial, para a qual a produção de Wallerstein colabora, vê o capitalismo como intrinsecamente relacionado ao colonialismo e ao racismo[19]. Mais precisamente, o capitalismo não seria o que é hoje sem ter galgado o seu potencial expansionista por meio da colonização do 'resto do mundo', possibilitada pelos mecanismos econômicos das trocas, mas também, e sobretudo, pela força da ideologia racista e patriarcalista e a sua autorização política do escravismo e da dominação dos povos originários dos países colonizados. A colonização criou as condições favoráveis para a exportação pela Europa do seu modo de vida patriarcal que, associado ao escravismo e ao domínio das terras e da produção, formou o que hoje é entendido como as sociedades latino-americanas. Neste entendimento, a identificação de movimentos antissistêmicos, ou alternativos aos sistemas hegemônicos, ou seja, contra-hegemônicos, precisa incorporar outras expressões das lutas sociais, como, por exemplo, o antirracismo, o feminismo, as redes de economia alternativas, e as formas de resistências locais na defesa de modos de vida e de territórios.

Esta reflexão sobre movimentos sociais antissistêmicos e FSM, no debate sobre campo político de movimentos sociais, interessa a esta

[19] Ver QUIJANO, 2005.

pesquisa para contextualizar a mudança que ocorreu no movimento de mulheres no Brasil. O processo que descrevi até aqui procurou deixar nítido como o movimento de mulheres e movimento feminista, do ponto de vista da composição de classe, imbricaram-se em articulações e mobilizações de mulheres feministas, amplamente compostas por mulheres de classes trabalhadoras, incluindo seus segmentos populares. Do ponto de vista dos marcos interpretativos de referência, esta movimentação de mulheres feministas construiu ideias comuns, em torno de direitos, que lhes permitiram unidade de ação, apesar da diversidade de articulações e de identidades coletivas.

A forte referência à classe social, que marca este campo de movimentos sociais na década de 1970 e 1980, se dissipou na década de 1990, porém ela está sendo retomada no debate político, e teórico, a partir de outra demarcação, que não a antiga ideia de sujeito histórico, e único, da transformação. As mobilizações e articulações altermundialistas, os ciclos de protestos contemporâneos e a retomada do debate de alternativas ao capitalismo têm contribuído para esta revisão. No campo feminista, a elaboração a partir da experiência latino-americana e a integração das noções de consubstancialidade das relações sociais de sexo, raça e classe, tem fomentado novas reflexões teóricas e alimentado a perspectiva antissistêmica no interior de suas articulações. Discute-se a ideia de múltiplos sujeitos da transformação e a transformação como um devir histórico, contingente, mas uma utopia possível.

As elaborações no Brasil referentes ao campo político dos movimentos sociais advindos da luta pela democratização discutiam esta perspectiva, mas de forma periférica. O centro do debate deste campo político manteve-se na relação capital-trabalho, articulando ao polo trabalho apenas o debate sobre classe (divisão social do trabalho), e não a divisão sexual e racial do trabalho. O feminismo, como um pensamento que se constrói a partir das mulheres e que se desafia a pensar o mundo, as relações sociais e um projeto de sociedade baseada na justiça e na democracia, vem refletindo sobre isto.

Por ocasião da ECO-92, o movimento feminista se colocava no debate sobre desenvolvimento, fazendo denúncias e avaliações críticas sobre a questão ambiental e seus impactos sobre a vida das mulheres, o que implicava agregar à problemática da exploração do trabalho, a questão das relações sociais de sexo e as relações entre os seres humanos e a natu-

reza. Vinte anos depois, em 2012, a economia está sob domínio do capital financeiro e a situação ambiental se agrava com a crise climática. A mundialização do capital ganha novos contornos com os esforços atuais dos grandes conglomerados econômicos de dominar todos os territórios para garantir o controle sobre as riquezas materiais, petróleo, minérios e, o que é mais grave, água e produção de alimentos. Este novo momento recoloca em questão a disputa internacional em torno dos territórios das nações que possuem este tipo de riquezas e que, hoje, ainda são submetidas à primarização da economia.

No Brasil, o Governo Lula-Dilma, não obstante sua origem no campo democrático e popular e suas realizações no campo das políticas sociais, insistiu em dar continuidade a um projeto desenvolvimentista cuja preocupação central é superar a miséria sem entrar em confronto com a ordem e até ampliando as condições de acumulação capitalista.

Nos últimos anos, as reações a esta política, no interior do campo dos movimentos sociais, são bastante contraditórias. As posições públicas assumidas pelas várias articulações movimentalistas, ao longo desses anos de governos petistas, foram majoritariamente condescendentes com as alternativas políticas adotadas tanto no que diz respeito ao modelo desenvolvimentista, como na participação social, ou seja, na economia e na política. Apesar de movimentos (incluindo o movimento feminista) permanecerem identificados com as lutas por direitos, as formas de luta adotadas restringiram-se amplamente a processos de participação e a diferentes formas de negociação nacional (nem sempre nos espaços públicos dos conselhos e conferências), embora, no âmbito local alguns conflitos e processos mobilizatórios continuassem ocorrendo.

No movimento feminista, ao final do segundo governo Lula, a AMB apresentou um balanço do período. Nele se afirma que:

> o governo liderado por Lula foi marcado pelas contradições. Por um lado, desenvolveu políticas que se encaminham para o rumo de romper com o modelo neoliberal, de inverter as tradicionais prioridades dos governos anteriores e garantir maior transparência na coisa pública. Por outro lado, deixou intocado o sistema político excludente – patrimonialista, patriarcal, racista – que temos hoje no país e não garantiu instrumentos para o exercício efetivo do poder popular no processo de participação.

> (...) A política de distribuição de renda, pelo Bolsa Família, e a política de redistribuição de renda, pela previdência social e pelo aumento do salário mínimo, foram efetivas em reduzir a pobreza e permitir o acesso a bens de consumo essenciais para um amplo conjunto da população. Mas a orientação da política econômica, alinhada com os preceitos do capitalismo financeiro, foi, em muitos momentos, priorizada, em detrimento das políticas sociais (AMB, 2011, p. 66).

Para entender esta situação, Dagnino confere peso explicativo à noção de projeto político e investiga distintos projetos políticos em disputa neste período na América Latina. Seu intuito é o de reduzir a opacidade construída por supostas referências comuns, no que se refere à democracia, à participação e à cidadania. Concordo com ela, quando define projeto político

> como um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orienta a ação política dos diferentes sujeitos (...) eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas, no que se refere à relação Estado-sociedade civil, sem incorrer na clivagem simplista de considerar a sociedade civil como 'polo de virtudes democratizantes', e o Estado visto como 'encarnação do mal' (Dagnino, 2004, p. 98).

Ela delimita a existência de três tipos de projetos em disputa no período aqui estudado: projeto autoritário, projeto neoliberal e projeto democrático participativo. Como tentamos demonstrar, até aqui, a constituição do campo político de movimentos sociais orientado politicamente como campo democrático e popular, pressupõe a construção de um ideário comum, um projeto político, que vai no mesmo sentido deste delineamento feito por Dagnino como projeto democrático e participativo, faltando apenas à autora, a referência ao popular, como delimitação de uma perspectiva de classe. Isto não significa que todos os movimentos deste campo político apoiassem o PT, por este ser o partido que mais conquistou adesões no período. Também havia movimentos que se refe-

renciavam no PSB, PC do B, PSTU e mais recentemente no PSOL e na REDE. A ideia de projeto político de um campo de movimentos sociais, aqui apresentada, não toma uma conotação simplesmente eleitoral, ela diz respeito a um processo de elaboração de referências comuns de atuação, o que se constata neste período histórico.

Roberto Veras analisa este processo de constituição do campo a partir de sua heterogeneidade e contradições, visão da qual compartilho ao discorrer sobre este percurso,

> O CDP nasceu e se constituiu, assim, demarcando posições com outras forças sociais e políticas, à direita (práticas políticas tradicionais, a exemplo do clientelismo, patrimonialismo, populismo, liberalismo etc.) e à esquerda (forças políticas constituídas historicamente sob as bandeiras do anarquismo, socialismo, comunismo). Especialmente, buscou delimitar diferenças com as práticas mais tradicionais. Releituras passaram a ser produzidas sobre vários aspectos do passado. Entretanto, seu surgimento não pode ser compreendido sem que se leve em conta os pontos de continuidade e de passagem frente aos processos históricos anteriores. O que veio a compor o CDP (apesar do peso que teve esse esforço de demarcação com o passado, de inovação) sempre guardou um caráter constitutivamente heterogêneo, politicamente contraditório e socialmente diverso (Veras de Oliveira, 2015, p. 3).

O ideário do campo político dos movimentos sociais, no interior do qual localizo o movimento de mulheres e o movimento feminista, é uma corrente cultural no processo de democratização brasileira que culmina no Fórum Social Mundial, baseado na crítica às velhas formas de fazer política tanto à direita quanto à esquerda. Chamo velhas formas de ação política àquelas que se configuraram na formação social brasileira, em dois grandes blocos: o primeiro bloco dizendo respeito à apropriação do que é público pelo privado, ou seja, os grupos privados se apropriam do Estado e se apresentam no que costumamos chamar de patrimonialismo e clientelismo, fenômenos que marcam a nossa cultura política. Outro bloco de questões diz respeito à hierarquização das relações sociais, quer dizer, à estrutura de poder que hierarquiza as relações na sociedade. Isto

tem a ver com outros elementos sistêmicos que também perpassam a nossa formação social como o racismo e o patriarcado. Outro exemplo desta forma de organização social é a crise ambiental, que é uma expressão da relação de domínio e exploração estabelecida entre os seres humanos e a natureza, que traz inúmeros prejuízos para a grande maioria da humanidade.

Estas relações sociais, que expressam conflitos, estabelecem hierarquias e contradições na sociedade brasileira, alimentam ideias e modos de pensar que compõem a nossa cultura política. Estas ideias não estão apenas nos partidos de direita e nem só quem é dominante no poder econômico, elas penetram também nos partidos de esquerda, perpassam os movimentos sociais, fazem com que entremos em conflitos pessoais e dominam também a vida cotidiana. São estes elementos da cultura política que alimentam o que eu chamo de velhas formas de fazer política.

Em contraponto a esta política, surgiram vários movimentos sociais e partidos de esquerda de tradição anarquista, comunista e trabalhista. Ao longo da história do Brasil ocorreram vários levantes populares, calcados em contradições regionais e/ou em conflitos com a metrópole colonizadora, na resistência quilombola e indígena e um processo de construção do movimento de trabalhadores que marcaram fortemente a primeira metade do século XX até desembocar no trabalhismo da era Vargas. No campo, além das lutas de resistência, o Brasil viveu várias rebeliões localizadas e a organização das ligas camponesas. Apesar disso a nossa história foi marcada por ditaduras, com poucos períodos de democracia formal. Estas formas de fazer política voltadas para mudança social, tinham vínculos fortes com a perspectiva comunista e/ou trabalhista. Para os comunistas, o sujeito político da transformação é a classe trabalhadora (ou mais precisamente, a classe operária), que se organiza em um partido político capaz de dirigir a luta por transformação social, o que, numa perspectiva leninista[20], gera uma visão de movimentos (ou frentes de massa) como correia de transmissão dos partidos, sobre os quais estes deveriam exercer controle e, através deles, influência. Análises históricas demonstraram que esta era muito mais uma crença que estruturava o discurso da esquerda do que uma realidade na forma de atuação dos movimentos de trabalhadores[21].

---

[20] Referência a um dos principais líderes da Revolução Russa, Wladimir I. Lenin, e suas elaborações sobre a concepção de organização comunista.

[21] Ver COSTA, 1995.

O período descrito ao longo deste trabalho é o maior período de vigência democrática na sociedade brasileira – 1985 a 2015 – ainda que não seja democracia social, econômica e política radical, da forma como os movimentos sociais defendiam, mas o exercício dos procedimentos da democracia representativa no Brasil tem o seu maior tempo de existência, nestes 30 anos. E neste tempo se configurou um campo de movimentos sociais como campo democrático e popular, afirmando proposições de uma nova forma de fazer política. O campo forjou-se com um ideário que perpassa os partidos de esquerda, mas não se restringe a eles.

O ideário, ou projeto político, deste campo de movimentos sociais influenciou os movimentos de mulheres e o movimento feminista, ao mesmo tempo que foi por ele influenciado. Ele tem vários elementos, os quais destaco, sintetizando as referências que fui apresentando ao longo dos capítulos e discutindo como os vejo no movimento feminista. Faço esta reflexão tomando por base os dados apresentados aqui, a partir dos documentos e referências bibliográficas, mas, especialmente a partir da reflexão que venho construindo com base na observação sistemática destes movimentos nestes 30 anos.

O primeiro elemento é a democracia. A democracia radical que este campo propugnava que deveria existir na sociedade deveria também existir nas formas de organização dos movimentos sociais. No debate teórico e político, esta premissa era constantemente afirmada. Na prática, a luta por democracia submeteu-se ao sistema político existente, alargando-o com mecanismos de participação social. Sobre a democracia que deveria existir na organização dos movimentos, havia uma luta constante entre a ideia de movimento de massa com quadros dirigentes versus a proposição de movimento organizado a partir da base, gerando capacidade desta base tomar decisões democráticas sobre seu projeto político. Esta definição é fundamental para o tipo de inserção que será possível para os grupos de classes populares.

No caso do movimento feminista, não é possível, nesta pesquisa falar de quais procedimentos democráticos eram efetivados nos distintos processos organizativos e mobilizatórios, tentarei fazer isto no próximo capítulo, especificamente sobre a AMB. Mas, por um lado, a capacidade de atuação articulada em momentos fortes de conjunturas políticas, demonstra que foi possível construir elementos estratégicos comuns capazes de amalgamar um campo político feminista incluindo mulheres de

classes populares, por dentro do campo dos movimentos sociais, e, às vezes, extrapolando as suas bordas. Por outro lado, o movimento feminista tem como um dos seus elementos fortes a tentativa de organização interna com base no princípio da horizontalidade, sem uma direção política centralizadora, o que também tentei demonstrar ao falar das diferentes articulações movimentalistas. Esta forma de proceder gerou referências difusas e pouco elaboradas, porém nitidamente demarcadas pela perspectiva antissistêmica e profundamente envolvidas com a construção da democracia e dos direitos.

O feminismo é um dos poucos movimentos sociais que propõe a democracia para além do Estado, para atingir a sociedade como um todo, entendendo-a como possível na vida cotidiana e como fundamentação de projetos de vida. A articulação fluida dos movimentos de mulheres e a capacidade de mobilização em torno de pautas comuns, influenciadas por distintas articulações movimentalistas que se formam em torno de diversas identidades coletivas, possibilitaram a este movimento procedimentos mais democráticos na sua ação, o que fomentou a sua ampliação e inclusão dos segmentos populares.

Outro elemento importante do ideário deste campo político é a autonomia. Para os movimentos sociais na década de 1970 e 1980, a autonomia dizia respeito à não subordinação orgânica a partidos, a credos religiosos e ao Estado. Na prática, isto tinha também uma dualidade. Por um lado, algumas forças políticas afirmavam não ter nenhuma subordinação orgânica, porém, politicamente mantinham uma relação de muita proximidade com partidos ou com organizações de esquerda no interior de partidos, aderiam a um projeto político em curso que não era baseado na autonomia dos movimentos. Por outro lado, havia também movimentos que mantinham relação com partidos e/ou credos religiosos a partir de uma voz própria e da ideia do movimento como sujeito político na sociedade.

O debate intenso, neste âmbito, era em torno da existência de um sujeito único da transformação, a classe trabalhadora, representada através de um partido, versus a ideia de múltiplos sujeitos da transformação, no campo dos dominados e explorados, que se articulam a partir das situações de conflito na qual os movimentos sociais vão se constituindo enquanto sujeito político, a partir da luta por suas causas, e forjando um projeto de um campo político e não apenas de um partido político. À época da redemocratização, este debate gerava muitas

divergências, as quais continuaram na experiência cotidiana de relação entre os movimentos sociais e partidos políticos, durante a chamada era Lula, e perpassa também os movimentos de mulheres que se orientam pelo feminismo.

A questão da autonomia é um elemento central para o movimento feminista, tanto no que diz respeito à autonomia do movimento frente ao Estado, às igrejas e a outras instituições políticas, quanto no tocante à autonomia pessoal das mulheres. No sentido do projeto político geral, esta posição remete tanto para a defesa do Estado laico, no sentido da autonomia do Estado frente às religiões, como para o enfrentamento ao capitalismo, no sentido de um projeto de autonomia econômica e política para as mulheres. Em referência à auto-organização das mulheres como sujeito, o feminismo defende a autonomia política de seus movimentos, para que eles mesmos decidam seus rumos, em relação com outros entes políticos, mas sem estarem submetidos a eles.

Um terceiro elemento do ideário do campo, que quero destacar, é o saber popular. Este elemento tem a ver com o reconhecimento do valor da experiência popular como algo capaz de construir conhecimentos e estratégia política. Esta orientação teve muita força no início deste período estudado em função da influência da pedagogia desenvolvida na formação e organização dos movimentos populares, inspiradas na elaboração de Paulo Freire. Na prática, neste debate também existiram muitas divergências. Por um lado, isto significava que os grupos populares podiam se encontrar, trocar experiências, mas tendo, do ponto de vista teórico-político, um rumo, que em geral era dado pela liderança do projeto político-partidário ou pela tradução prática dessa liderança através da 'assessoria' dos centros de educação popular, das igrejas, dos intelectuais comprometidos, e posteriormente das ONGs. Por outro lado, a partir desses mesmos setores, existiam também organizações que assessoravam grupos populares buscando construir conhecimentos e estratégias coletivamente nos movimentos populares. Esta diferença, que perpassou o campo da educação popular, é uma marca nesta relação com o saber popular.

Entendo que, no feminismo, o debate sobre o saber popular não foi suficientemente aprofundado, excetuando a parcela deste movimento que se dedica à formação/educação feminista. Todavia, a experiência, reflexão e conhecimentos das mulheres são o ponto de partida que possibilitou historicamente a própria formulação do feminismo. Ao longo deste

trabalho, apresentei vários momentos em que os saberes das mulheres participantes das atividades feministas foram construtores do seu ideário, de suas proposições políticas e de seus conhecimentos. Importa salientar que as influências mútuas entre movimento de mulheres e movimento feminista se relacionam diretamente com este método educativo e de organização política, sem o qual não teria se construído um amplo movimento de mulheres feministas, incluindo as mulheres populares.

Outra questão desse ideário é a própria ideia do que vem a ser o popular, ou mais precisamente, como a questão de classe era colocada neste projeto político do campo dos movimentos sociais. Como já me referi antes, na década de 1980, havia um debate teórico sobre o que constituiria este setor popular ou as classes populares e mesmo quem seria o sujeito de um projeto popular. Para alguns era a classe trabalhadora, já se tratando aqui de uma visão mais ampla que classe operária, buscando o alargamento da tradição do pensamento de esquerda. Para outros o conceito adequado seria o de classes populares, incluindo não só quem estivesse na situação social desprivilegiada economicamente, por conta da relação de trabalho baseada na exploração, mas também quem não tivesse vínculo de trabalho e/ou morasse nas periferias dos grandes centros urbanos ou na zona rural. Este termo, classes populares, era muito usado por quem trabalhava com grupos de bairros de periferia, nas chamadas comunidades, que se diferenciava de quem atuava no movimento sindical, para os quais se continuava a usar a expressão classe trabalhadora. Também alguns setores acadêmicos utilizavam a expressão classes subalternas, e só depois, entrou no debate a noção, bastante questionável, de 'excluídos'. Conceito questionável porque afinal a desigualdade não é uma anomalia, ela faz parte do sistema, está perfeitamente incluída na sustentação do sistema capitalista.

No feminismo este debate não ocorreu nestes mesmos termos. Entretanto, a proximidade política de articulações feministas com o setor com maior poder político no interior do campo, aquele que manteve fixa a ideia da classe trabalhadora como sujeito único da transformação, conferiu poder a este setor no interior deste campo e na relação com o Governo oriundo dele. A distância política deste centro, por sua vez, gerou dificuldades para algumas articulações (e/ou para algumas feministas) perceberem a imbricação que vinha sendo construída historicamente entre feminismo e movimento de mulheres, incluindo as de classes populares.

Para outras feministas, que atuam de forma individualizada ou em pequenos grupos distanciados dos movimentos de mulheres ou em governos e universidades, ou mesmo numa perspectiva política liberal, não está sequer colocado debate sobre a questão do campo político dos movimentos sociais, sua composição, seu ideário e seu esgarçamento, uma vez que estas estão fora da construção política deste campo.

Estas divergências teóricas e políticas, que estou aqui simplificando, sempre significaram muito na constituição do projeto deste campo político dos movimentos, em especial na composição das alianças no seu interior, que conformam as disputas de poder interno. Exemplo disso são as disputas na hora de decidir quem subiria no palanque na campanha das Diretas Já, na mesa do seminário pela Assembleia Constituinte, ou estaria na principal conferência do Fórum Social Mundial. Em vários momentos de mobilização, ao longo deste período, sempre foi debatido qual é a luta principal e a luta secundária ou qual é a luta geral e a luta específica, quais são as entidades gerais e as setoriais, e, com isso, se excluía setores e movimentos da fala pública nestes momentos fortes de mobilização conjunta do campo.

No movimento feminista isto também ocorre, não obstante em várias localidades e em várias ocasiões este movimento consiga construir unidade para ação coletiva. As diferenças políticas, todavia, são em geral disputas em torno de qual articulação feminista é mais à esquerda, mais institucional e/ou é mais horizontal, ou seja, dizem respeito aos marcos de referência construídos coletivamente nesse percurso, que conformam as identidades coletivas das articulações movimentalistas.

Este debate tem a ver com a questão do sujeito e ruptura revolucionária. Ou seja, com a ideia de que o sujeito da transformação é a classe trabalhadora, e apenas ela, e a proposta de que haverá um momento de ruptura revolucionária na qual ela tomará a direção da sociedade. Por um lado, isto subordinava outros movimentos que não construíssem sua identidade coletiva a partir da relação capital-trabalho apenas. Por outro lado, existiam movimentos sociais, como o movimento feminista, discutindo que o processo de transformação não ocorreria em um momento apenas, mas em vários, e é conduzido por diversos sujeitos antissistêmicos, em processos capazes de gerar múltiplas transformações. Para estes movimentos, a noção de luta por direitos faz sentido a partir do entendimento de que reformas no sistema podem gerar novas con-

tradições que impulsionem outras lutas[22]. Nesta perspectiva os sujeitos deste campo político de transformação podem se articular em um projeto político comum, mas isto não está dado *a priori*, é parte das contingências da história dos próprios movimentos e de suas escolhas políticas.

Um último aspecto deste ideário que quero destacar é exatamente como este projeto se expressou na identidade coletiva dos movimentos sociais. Isto significa vislumbrar elementos que consolidaram este campo político com uma expressão pública, suas pautas, seus discursos, sua forma de atuar, seus símbolos. Em um determinado momento, mais incisivo na década de 1980, isto significou um sentido de pertencimento a O Movimento. As pessoas que participavam se sentiam companheiras do mesmo Movimento, mesmo quando participavam de diferentes expressões organizativas, lutando por diferentes causas. E, a partir de outro momento, mais forte na década de 1990, foi-se construindo uma certa especialização, e as pessoas passaram a ser de um movimento e não de "o" movimento, e um certo nível de profissionalização e institucionalização. Hoje, a cultura política de muitos movimentos é marcada pela indiferença frente às causas de outros movimentos e isso dificulta reconhecimentos e alianças. É também marcada por diferentes relações com os partidos e organizações de esquerda (incluindo, além dos partidos formalizados, a Consulta Popular e os vários grupos anarquistas) e com os governos do PT, PSB, PDT e PCdoB, algumas se sentindo plenamente partícipes destes projetos políticos nos governos e outras estabelecendo distinção entre Governo e movimentos sociais.

O Partido dos Trabalhadores quis representar a movimentação geral daquela época. Ser partido, na tradição da esquerda, é ser uma parte que tem um projeto político para o todo, a sociedade. Ocorre que há uma contradição quase irresolvível, quase uma antinomia, entre ser uma parte que representa o todo, e o todo que se articula politicamente vendo-se como múltiplos sujeitos da transformação, muitas partes. Nesta perspectiva, só é possível uma situação na qual uma unidade, um *todo*, ocorre, em alguns momentos, quando assume um valor simbólico muito forte. Um desses momentos foi a Constituinte de 1988, quando da defesa de uma constituinte livre, democrática, soberana, com participação popular. Naquele momento este discurso mobilizou diversos movimentos, porque

[22] Ver ÁVILA, 2001.

queriam isto a partir das suas pautas próprias, mas aderindo a esta pauta ampla. Este momento consegue ser um exemplo que articula o todo e as partes, mas, como Marx, entendo que o todo é muito mais que a soma das partes. Mas é sobre este "muito mais" que as divergências se apresentam. Muitas vezes, no debate político entre os movimentos sociais, reduz-se a ideia de 'campo democrático e popular' à soma das suas organizações, ou menos ainda, a sua expressão eleitoral, ao PT e/ou ao seu campo de aliança eleitoral inicial[23], e não se discute a movimentação social que o campo consegue produzir (e ser) em um determinado momento, que é mais rica que suas organizações, e tem ampliada a sua capacidade de enfrentamento nos conflitos sociais.

Estas concepções e práticas foram conformando este projeto político dos movimentos sociais que estavam em contraponto com as velhas formas de fazer política, e esta foi uma das razões de ter vigorado no Brasil a expressão Novos Movimentos Sociais, porque eram movimentos que articulavam outros setores sociais que não os setores tradicionalmente organizados em partidos e sindicatos, e também porque propunham novas formas de fazer política, não obstante, do ponto de vista acadêmico, esta expressão tenha a ver com a influência da Teoria dos Novos Movimentos Sociais sobre o debate brasileiro. Eles faziam contraponto à velha política, mas estavam também perpassados pela cultura política predominante na sociedade brasileira, portanto, pelas relações hierarquizadas, pela apropriação do Estado pelos grupos privados, pela cultura patriarcal e racista. Por isto, em cada elemento deste ideário, foi preciso situar o debate político que já existia na época, e que hoje é possível ser visto com um certo distanciamento, que eu fui apresentando como dualidades, embora entre um lado e outro tenha um *continuum* de diferenciadas posições.

Há expressões que já estavam perpassando o campo nos anos 1980 e permanecem até hoje, por exemplo, a ideia de lutas hierarquizadas, ou seja, as lutas vinculadas à relação capital-trabalho, sejam sindicais ou pela terra, são vistas como mais importantes do que as lutas de mulheres, as lutas ecológicas, as lutas do movimento negro, do movimento LGBT ou pelo direito à cidade. Mesmo quando, na década de 1990, o campo

[23] Em 1989, o PT concorre às eleições presidenciais em aliança com PCdoB e PSB formando a Frente Brasil Popular.

dos movimentos sociais sofre um declínio político, a noção de direitos, e do direito a ter direitos, se amplia como uma referência mobilizadora, em torno da noção de cidadania; isso apenas reduz a hierarquização das lutas, mas não a elimina.

Na década de 1990, a forma de fazer política dos movimentos sociais, teve seus problemas agravados pela forte penetração do neoliberalismo na economia, na política e na cultura. Na economia porque deixou a todos e todas nós com menos direitos sociais. Na política porque a destituiu do seu lugar no mundo, despolitizou os debates dos problemas sociais e a própria relação Estado e Sociedade. E na cultura porque fez predominar o consumismo e o individualismo como modo de vida. Tudo isso – aliado ao fenômeno da mundialização do capital, ao crescimento do fundamentalismo religioso, às tecnologias da informação e às novas formas de sociabilidade que se impuseram – alterou sobremaneira as concepções de ação política, cristalizando métodos mais despolitizadores no âmbito das ONGs e dos movimentos sociais, colocando em cheque o ideário proclamado deste campo político. Penso que inicia aí o esgarçamento deste campo político que se estende até a atual crise de institucionalidade cuja marca é o golpe contra o governo Dilma.

No que se refere à relação entre o PT e os movimentos sociais, remeto à interpretação de Alexandre Fortes, com a qual concordo. Ele afirma que o vínculo originário entre o PT e a classe trabalhadora demarca uma singularidade do contexto político. Ele salienta a importância do PT para a ampliação da presença de trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, negros, feministas, líderes comunitários etc. no Legislativo e no Executivo. Este perfil dos petistas eleitos coroa uma mudança na densidade social e política brasileira que emerge com a ação dos novos movimentos sociais, nos anos 1970 e 1980. O PT, a partir dos anos 1980, contribui para reduzir "a interdição do acesso ao espaço público pelos subalternos na sociedade brasileira e para quebrar as relações de hierarquia e deferência que caracterizam o padrão autoritário dominante nas nossas relações sociais" (Fortes, 2005, p. 200). A forte evocação ao racismo e ao preconceito de classe que emergiram na atual crise política demonstram como as classes dominantes reagiram a esta mudança.

Fortes problematiza a ideia predominante sobre a crise do PT, de que houve um distanciamento entre estrutura partidária e base social, que o projeto originário do PT teria sido desviado em função de

uma prioridade pela ação institucional em detrimento dos movimentos sociais. Embora eu considere este desvio um elemento importante na análise da crise, concordo com a sua leitura na qual ressalta que os fatores determinantes na ascensão ou no declínio de movimentos sociais se localizam num plano muito mais profundo da estrutura social do que o reservado à ação partidária. Ele entende que a análise sobre a crise dos movimentos sociais que deram origem ao partido, "deve começar pela desestruturação do mundo do trabalho, que colocou nosso sindicalismo em posição de heroica, porém defensiva, resistência e pelo cerco à Teologia da Libertação, enfrentando um Vaticano conservador, o movimento carismático e ascensão do pentecostalismo" (Fortes, 2005, p. 202).

Outro argumento de Fortes, que assumo, identifica a drenagem de lideranças tanto para o partido como para as posições que ele passou a ocupar na estrutura do Estado, que teve de fato, um inegável impacto nas organizações e movimentos sociais, inclusive no movimento feminista. No entanto, pondera que isto também possibilitou que algumas demandas vindas dos movimentos fossem atendidas, como também permitiu que canais mais democráticos para sua expressão e negociação fossem criados. Um último argumento remete ao que o autor entende ser um erro, que é subestimar o papel da política eleitoral e prender-se aos postulados do século XIX, que diante da realidade do voto censitário, viam nela apenas uma democracia formal. Concordo com sua afirmação de que se deve evitar qualquer purismo numa análise sobre a política de massas no Brasil atual. A política continua a expressar uma complexa representação de interesses, que nos processos eleitorais tem seu caráter ideológico mascarado pelo uso de estratégias de mídia, o que se apresenta de forma cada vez mais contundente na política brasileira.

A ideia de campo democrático popular, como campo político dos movimentos sociais, expressa o seu direcionamento (em relação a fins). No meu entendimento, o campo é muito mais do que a soma das possíveis áreas de atuação ou organizações que o compõem. O campo é a articulação política, baseada em uma identidade coletiva fluida ancorada em seu quadro interpretativo da realidade, com capacidade de gerar movimentação social que altera a relação de poder na sociedade. Entendo que nesse período foi construído um campo político, e este campo não está representado apenas em um projeto eleitoral vitorioso em nível de Governo, embora a eleição de Lula, em 2002, tenha um valor simbólico muito grande.

Este campo, pela própria expressão que o nomeia – de movimentos sociais –, não pode ser analisado apenas na relação com o Estado. Ele precisa ser visto também do ponto de vista da relação com a sociedade, o que implica na sua capacidade de defender a democracia econômica e política, mas implica também em democratizar as relações sociais e a vida cotidiana, ou seja, exige alterações culturais. Isto tem consequências internas aos movimentos, para as formas de organização e de atuação e as formas com as quais eles pensam sobre si mesmos.

Repensar este ideário político, neste momento de desalento com as notícias do imperativo categórico das velhíssimas formas de fazer política sobre o Partido dos Trabalhadores e o governo Lula e Dilma, pode ser um impulso para refletir sobre o esgarçamento desse campo. Abre-se a possibilidade de retomar, pelo menos em alguns setores do campo, um sentido de pertencimento a uma luta comum, uma utopia, que se expressa na articulação de múltiplos e distintos sujeitos da transformação e na inter-relação entre suas causas, no sentido da vivência comum de um projeto de mundo e um projeto pessoal de existência. O movimento feminista, pela sua elaboração teórica e por sua história distinta no interior do campo, segue sendo uma possibilidade utópica ao contribuir com esta articulação do campo político dos movimentos sociais.

Apesar de compreender a dinâmica partidária, escolho situar o debate sobre a crise atual tanto no esgarçamento do campo político dos movimentos sociais, provocado pelo seu próprio processo de constituição e pelas escolhas políticas que foram sendo feitas ao longo desta história recente, quanto na tradição da formação política brasileira e em suas impossibilidades de lidar com ações políticas radicais e com mudanças promovidas a partir dos 'de baixo'. Também é necessário ver a crise do campo dos movimentos sociais a partir da correlação de forças na sociedade, nacional e mundial, e na forma como ela perpassa o Estado. As forças políticas assentadas no poder econômico mundializado têm ação determinante no cenário da crise atual e precisam ser vistas a partir daí.

Roberto Veras de Oliveira, refletindo sobre as mudanças ocorridas no Campo Democrático e Popular, apresenta um questionamento que tomo para concluir esta reflexão:

> percorridas quase quatro décadas, no entanto, não só o país passou por importantes transformações, como o próprio CDP

> sofreu os impactos do tempo e dos acontecimentos. No contexto atual, no qual afloram fortes tensões sociais e um cenário de acirradas disputas políticas, em meio a uma clara ofensiva das forças conservadoras e de certa confusão prático-discursiva entre as forças progressistas e de esquerda, cabe a questão: em que medida o horizonte de construção de um CDP continua capaz de balizar o debate público e as disputas políticas no processo democrático brasileiro? (Veras de Oliveira, 2015, p. 1).

No tocante ao movimento feminista, convém salientar que as informações levantadas sobre esta trajetória histórica me permitem inferir que ele, no caso brasileiro e no período estudado, esteve vinculado ao campo da esquerda, entendida na amplitude aqui demarcada a partir da luta pela redemocratização, o campo político dos movimentos sociais. No sentido mais restrito das articulações movimentalistas de mulheres, que foram se constituindo nestes últimos anos, é possível afirmar que algumas delas ocuparam posições mais centrais neste campo dos movimentos sociais – o que significa mais próximas do núcleo político impulsor, o Partido dos Trabalhadores e/ou as organizações sindicais e de luta pela terra, fortemente pautadas pela relação capital/trabalho –, e outras, dentre estas articulações movimentalistas, estiveram em um ponto mais periférico impulsionando o campo para um perfil de maior autonomia dos movimentos sociais em relação aos partidos políticos e, portanto, mais aproximadas politicamente do que veio a se configurar como o processo Fórum Social Mundial.

Refletir sobre o movimento feminista, a partir deste contexto brasileiro, exige, portanto, a discussão de um paradoxo. O feminismo surge como um movimento e uma teoria contra-hegemônica, na Europa e Estados Unidos, em relação ao conhecimento androcêntrico predominante na modernidade baseado na ideia do universal e chega às regiões colonizadas e subalternizadas do mundo a partir deste lugar geopolítico de poder. Como movimento social, ele adota distintas configurações a partir dos contextos e das estratégias políticas que desenvolve. Neste sentido, o feminismo brasileiro deve ser entendido como sendo o chamado feminismo hegemônico, apesar de situado no contexto da experiência de nossa formação social, marcada pela colonização capitalista, patriarcal e racista? Tentei demonstrar que não.

Embora possam existir (e acredito que existam) setores feministas, no Brasil, que se situem neste lugar de um feminismo racialmente branco e economicamente burguês, formado a partir das influências euro-americanas liberais sobre indivíduos, ele não é majoritário. Pelo menos, não o é no sentido geral que podemos abstrair do processo político de formação do amplo movimento brasileiro de mulheres feministas, entendido como um movimento social, que se constitui com diversas articulações movimentalistas em torno de distintas identidades coletivas e com capacidade de gerar vários tipos de mobilização, enfrentando diversos conflitos e antagonistas. Porém, a ação de feministas não orgânicas a estas articulações, também tem peso político na sociedade brasileira e frente ao Estado, a partir de lugares de poder que, por ventura, ocupem.

Até aqui procurei demonstrar que o feminismo brasileiro, nas últimas quatro décadas, encontra-se entrelaçado com o movimento de mulheres negras e das classes trabalhadoras em geral e das classes populares em particular, embora estas últimas, diferentes das outras, não tenham se configurado com articulações movimentalistas específicas, com este tipo de identidade política. Do ponto de vista da ação pública, ambos, movimentos de mulheres e movimentos feministas, influenciaram-se mutuamente, não sendo possível distinguir rigorosamente momentos fortes de mobilização nos quais seja possível vê-los separados.

Embora alguns grupos feministas de classe média mantenham atuação particular, e alguns não vejam a realidade do movimento como eu a discuto aqui, entendo que a força política feminista neste processo histórico foi dada pela capacidade de se manter em articulação com os movimentos de mulheres. Isto fez com que o amplo movimento de mulheres feministas, oriundo deste processo, ora defenda reivindicações que são vistas como caras às mulheres populares, como a luta por creches, por crédito e por aposentadoria universal, ora mobilize-se por bandeiras que são vistas como mais tradicionalmente feministas como a legalização do aborto e o enfrentamento à violência contra as mulheres. Os esforços foram somados na constituição de um amplo movimento de mulheres feministas que defendeu, na política brasileira, os direitos das mulheres, considerando as diferenças e desigualdades, e conquistou a instituição de políticas públicas para as mulheres, que, neste momento de conjuntura política, encontra-se em forte declínio.

5

A AMB e a constituição de um feminismo popular

Nos capítulos anteriores, procurei reconstituir a trajetória do campo político dos movimentos sociais no contexto da redemocratização brasileira pós Ditadura Militar. Nele situei a constituição do movimento de mulheres e movimento feminista, com suas relações políticas, buscando analisar o lugar que foi ocupado, nesse processo, por mulheres populares que dele participaram. Constatei que hoje há uma imbricação entre estes dois tipos de movimento de tal monta que sugere a existência de um amplo movimento de mulheres feministas, no qual se localizam articulações movimentalistas que congregam mulheres em geral e articulações em torno do feminismo negro, feminismo camponês, feminismo sindical, feminismo lésbico, entre outras expressões possíveis. Estas articulações movimentalistas denotam identidades sociais 'herdadas' e congregam identidades políticas pessoais enquanto mulheres negras, lésbicas, trabalhadoras etc., que interagem entre si e comungam algumas referências de interpretação da realidade a exemplo da ideia de direitos das mulheres. Isto não significa, necessariamente, dizer que todas aquelas que assumem tais identificações pessoais se enquadrem em uma organização, ou articulação, supostamente correspondente.

Neste capítulo, vou analisar os resultados da pesquisa realizada sobre uma destas articulações movimentalistas: a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). A AMB surge com um caráter amplo de articulação da diversidade de organizações e articulações preexistentes. Isto ocorre a partir

de um processo articulatório de preparação à participação do movimento brasileiro na Conferência de Beijing. As suas referências iniciais são aquelas construídas para o documento do movimento feminista brasileiro, que deu base para a sua atuação na Conferência. Posteriormente, em 2002, ela alinha este marco de referência a partir de outro processo articulatório que gerou a Plataforma Política Feminista, já referida no capítulo anterior. Neste último período, a AMB promove um novo alinhamento e define-se como um movimento feminista antissistêmico, entendido como antipatriarcal, anticapitalista e antirracista. Nesta trajetória, a sua composição interna vai sofrendo alterações, nas quais se registra um grande crescimento do número de mulheres de classes populares[1].

Descrevo rapidamente a trajetória desta articulação até 2014, discutindo como o modo de organização e de ação política adotados favoreceram a presença de mulheres populares no seu interior. Farei isto a partir de documentos levantados nesta pesquisa e também trazendo para este momento uma sistematização realizada por mim mesma, em 2010[2], com base em entrevistas, documentos e grupos de discussão com as, então, integrantes de coordenação nacional e de alguns fóruns locais que compõem a articulação. Pretendo apresentar os marcos de referências interpretativos, a partir do alinhamento produzido, nos fóruns de discussão da AMB, que, a meu ver, geram um tipo de feminismo próprio.

Em seguida apresento a composição da instância diretiva da AMB que, à época da pesquisa, em maio de 2014, denominava-se Comitê Político Nacional e hoje, Plenária Nacional. Os dados para construir este perfil foram obtidos por meio de formulário aplicado na reunião desta instância, em maio de 2014. Apesar de ter construído estes dados quantitativos, a pesquisa que estou apresentando é fundamentalmente qualitativa. Estes dados, portanto, não compõem uma amostra, e sim a totalidade das mulheres presentes na reunião. Mas, não posso deixar de perceber, à luz da minha própria experiência de participação neste movimento, que os dados são indicativos da composição geral da AMB. Ainda com informações obtidas, nesta reunião nacional, discuto como as mulheres participantes se situam em relação à identidade coletiva da AMB, a partir do seu marco de referência.

---

[1] Ver SNOW, 1986.
[2] Ver SILVA, 2010a.

Trajetória da AMB

A Articulação de Mulheres Brasileiras é uma articulação política, não partidária, cuja origem está no esforço de articulação do movimento de mulheres brasileiro, vivenciado no processo de preparação para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, organizada pela ONU e realizada em Pequim (Beijing), em 1995, como descrito no capítulo anterior. A AMB tem, entre seus princípios, a definição de sua identidade feminista e o respeito à autonomia organizativa e política dos espaços organizativos que a constituem. Estes espaços são articulações em cada unidade da federação, chamados redes, fóruns, núcleos ou articulações mesmo, que congregam coletivos e grupos autônomos de mulheres, secretarias de mulheres de sindicatos e outros movimentos mistos quanto ao sexo, ONGs feministas e mulheres não vinculadas a organizações. Doravante usaremos o termo 'Fórum' ao nos referirmos a todos estes tipos de espaço, a fim de facilitar a compreensão. Na AMB estes espaços são chamados agrupamentos estaduais.

Inicialmente a AMB foi constituída como Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing, isto é, como um processo que visava a elaboração de um documento do movimento feminista no Brasil e preparação das representantes do país para a Conferência nas Nações Unidas. Começou com algumas feministas do Rio de Janeiro e São Paulo articulando uma reunião com feministas de outros Estados (em alguns, já existiam fóruns de mulheres) para discutir um documento próprio do movimento de mulheres e/ou para influenciar o documento oficial do governo brasileiro a ser enviado a Beijing.

Neste processo inicial, dois conflitos marcaram o debate: primeiro, as divergências sobre forma de financiamento do processo. Para umas a participação brasileira deveria ser autofinanciada e para outras não havia problemas em receber qualquer tipo de apoio. Neste ínterim ocorreu a oferta da USAID[3] de financiar a delegação brasileira. Em função do papel que este organismo norte-americano teve

[3] *United States Agency for International Development* (USAID). A agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional foi bastante questionada pelos movimentos sociais, no período da redemocratização brasileira, pelo apoio financeiro que forneceu às políticas da Ditadura Militar, em especial na área de educação, tendo-as influenciado fortemente.

durante a Ditadura Militar no Brasil, a posição negativa foi consensual mas tensionada, alargando o debate para reflexão sobre critérios políticos para discussão de qualquer apoio financeiro.

O segundo conflito fundamental, neste início da Articulação, foi sobre o documento que deveria ser elaborado com as posições do movimento feminista brasileiro. Sobre este documento havia duas visões: a primeira, que considerava necessário ser um documento com grande fundamentação e feito por especialistas e a segunda, que achava imprescindível ser um documento que tomasse por base os debates preparatórios no movimento de mulheres a serem realizados em todos os estados da federação. A decisão sobre este conflito começa a constituir um modo de ação próprio da AMB. Decidiu-se por criar um grupo de especialistas que trabalhasse no documento, mas também articular um processo de debate nacional, com reuniões e encontros em todos os lugares possíveis para construir as propostas do movimento de mulheres brasileiro que deveriam constar neste documento. Além disso, decidiu-se também que a delegação brasileira seria composta por representantes eleitas nestes espaços organizativos em cada Estado. E assim foi feito. O encontro nacional que finalizou este processo, reuniu 800 mulheres no Rio de Janeiro e elaborou um documento que expressa os debates ocorridos em todos os recantos do país. Com este documento, a delegação brasileira, composta por 300 mulheres, foi à Conferência da ONU em Beijing, em 1995. Nesse início da AMB, a mesma se articulou com participantes desta Conferência de outros países latino-americanos, de onde surgiu a Articulación Feminista Marcosur (AFM), da qual a AMB é uma das fundadoras.

Descrevi rapidamente esses conflitos, no período inicial da organização da AMB, para demonstrar como este processo se deu com base numa articulação de posições distintas entre os movimentos feministas e de mulheres e, ao mesmo tempo, para registrar que, sendo um processo orientado politicamente pelo feminismo, esteve também, desde o nascedouro, vinculado ao movimento de mulheres de forma mais ampla, com suas distintas expressões locais e nacionais, o que já incluía mulheres de classes populares.

Deste processo resultou, também, a criação de espaços organizativos do movimento de mulheres, com o caráter de fórum, em vários estados, nos quais ainda não existiam. Estes Fóruns congregaram diversos tipos de organizações de mulheres, variando de um lugar para outro,

como ONGs feministas, grupos populares de mulheres, organizações de mulheres negras, organizações de mulheres de sindicatos urbanos e rurais, núcleos de estudos acadêmicos, movimentos autônomos de mulheres, grupos setoriais de mulheres de movimentos mistos quanto ao sexo, feministas de ONGs mistas e feministas sem atuação em nenhum destes tipos de organização, que participam diretamente da ação dos Fóruns de Mulheres.

O feminismo, por princípio, é contrário à centralização e a estruturas verticalizadas nos movimentos sociais, em função de sua defesa de radicalização da democracia em todos os espaços. As estruturas organizativas verticais são comuns em organizações de outros movimentos sociais nacionais. Então, como foi aceita esta ideia de uma articulação nacional com este poder de congregação de diferentes organizações? Seria possível congregar tanta diversidade sem hierarquização? Segundo algumas feministas entrevistadas por mim em pesquisa anterior, já havia várias iniciativas para a constituição de um espaço nacional que congregasse diferentes organizações. A preparação para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher criou condições, a oportunidade política, para que isso fosse possível, porque a AMB era datada, tinha um tempo e um objetivo determinado: até Beijing! A AMB endossou, também, os interesses de inúmeras instâncias do movimento de mulheres no âmbito local para articularem-se entre si e valeu-se da disposição de feministas dispersas em diferentes lugares. Isto constituiu uma importante contribuição que viabilizou a própria AMB.

Inicialmente a AMB se organizava através do Comitê Político Nacional, o que equivale em outros movimentos à direção nacional, no qual se reuniam representantes dos Fóruns Estaduais de Mulheres com a Coordenação Executiva Nacional e Secretaria Executiva Nacional e onde tinham assento também as redes, movimentos e articulações nacionais de mulheres existentes à época. A primeira Secretaria Executiva Nacional (que era uma espécie de coordenação) foi composta por sete mulheres. Hoje, não existe mais a figura da Secretaria Executiva, continua existindo a Coordenação Executiva Nacional com sete membras, e o espaço nacional de direção do movimento foi reorganizado como Plenária Nacional, aberta a todas que puderem estar presentes. Posteriormente, realizaram-se dois Encontros Nacionais, que congregaram ativistas de todos os espaços organizativos da AMB, em 2006 em Goiânia e em 2011, em Brasília. Neste último, participaram 800 mulheres de 27 Estados.

O processo de articulação, criado para a participação das mulheres brasileiras na Conferência de Beijing, em 1995, tinha como experiência anterior, que favoreceu a sua criação, a grande mobilização nacional pela coleta de assinaturas e pressão sobre os/as deputados/as constituintes em função dos direitos das mulheres e a mobilização para a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento da ONU realizada no Cairo, em 1994. Isto não nega a força da intencionalidade das feministas que estavam à frente deste novo momento de mobilização, pelo contrário, ela própria pode ser vista no bojo deste momento forte de atuação dos movimentos sociais como um todo, e se articulou também com o ideário feminista de favorecer a ampla participação do movimento de mulheres. 'Dar voz às mulheres' parece ter sido o elemento central que se expressou no método adotado neste início da AMB, como salientado por esta entrevistada:

> Tem a ver com a discussão do poder e a não aceitação de representação como delegação, mas também tem a ver com a compreensão de que o enfrentamento das mulheres ao sistema passa pela elaboração sobre a nossa própria condição, isso como um exercício libertador. No Brasil tem uma tradição muito forte, vinda de diferentes caminhos, de que fazer as coisas em roda, facilitar a fala, a participação, mexer com o corpo, dialogar, produzir conhecimento junto, isso liberta. (Entrevista citada em Silva, 2010, p. 16).

É com base nestas referências de participação, próprias do campo político dos movimentos sociais, que se elabora o documento para Beijing, tomando por base os debates feitos nos espaços estaduais, os quais também escolhem as suas representantes. Aquele momento histórico foi caudatário do período imediatamente anterior no qual a participação e a construção coletiva demarcavam as elaborações próprias dos movimentos sociais. O trecho da entrevista a seguir mostra o vínculo deste processo com o ideário do campo político dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, apresenta como, a partir desta origem, foi se gestando um método próprio de organização, que possibilitou à AMB articular a participação de grupos populares de mulheres. Obviamente, esta é uma das visões sobre o processo, podendo existir outras.

> Beijing era um pretexto que a gente tinha que aproveitar para mobilizar as mulheres e daí a decisão de que para ir a Beijing era preciso ser escolhida em um espaço estadual que articulasse os grupos e movimentos de mulheres existentes naquele local (…) Um outro instrumento adotado foi o roteiro de discussão, então você tinha que organizar rodas de conversas, fóruns de debates nos estados... na época a gente chamava assim... foi um método que voltou a ser adotado depois, na preparação da conferência de mulheres brasileiras, e isso não foi feito para produzir documento não, isso realmente foi feito para aproveitar... vamos aproveitar para discutir com as mulheres a situação das mulheres. (Entrevista citada em Silva, 2010, p. 17).

Ao voltar da Conferência de Beijing, em uma nova reunião nacional, a posição majoritária entre as mulheres presentes foi pela continuidade da AMB. Em seguida decidiu-se que a AMB teria como objetivo fazer o monitoramento, no Brasil, da Plataforma de Ação de Beijing. A ideia de monitoramento das plataformas resultantes das conferências do ciclo social da ONU era forte na década de 1990 no Brasil. Para algumas se tratava de acompanhar o que seria feito para implantação das deliberações da ONU no país, para outras seria necessário um intenso processo de mobilização para exigir do Estado brasileiro o estabelecimento de direitos e as políticas públicas necessárias para cumprir a Plataforma de Beijing. A noção de monitoramento de políticas públicas – que se torna forte nas ONGs e nos movimentos sociais na década de 1990 – tem por trás de si o ciclo social da ONU, mas também as políticas do Banco Mundial de ajuste estrutural e o advento do neoliberalismo que reduz a ação do Estado na área social, e entende os movimentos sociais como agentes de execução ou controle de políticas públicas. No Brasil vivíamos as contradições entre uma Constituição Cidadã e leis que estabelecem vários direitos e, ao mesmo tempo, a redução do Estado e das políticas que seriam necessárias para efetivar estes direitos, que foi parte da reflexão sobre contexto apresentada no capítulo anterior.

Os últimos anos da década de 1990 são, para a AMB, um momento difícil de articulação. São feitas algumas reuniões nacionais, momentos de debates sobre as pautas feministas nas políticas públicas, mas não há uma grande participação e mobilização dos Fóruns Estaduais, alguns dos quais se fragilizaram, funcionando esporadicamente por ocasião das atividades

do dia internacional da mulher, 8 de março, e outros seguiam construindo suas lutas locais e organizando-se de forma autônoma, distanciados do movimento em âmbito nacional. Havia feministas ligadas à AMB atuando no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e em espaços internacionais do movimento, e também construindo diversas elaborações sobre os direitos e as políticas para mulheres. Este momento de baixa capacidade de articulação nacional constitui-se como uma crise na AMB, que passa a ser superada a partir de 2000.

A AMB promoveu um balanço nacional das políticas públicas federais, em 2000, e, dentro da luta feminista pela qualificação do debate sobre democracia no Brasil, definiu entre suas prioridades a luta contra o racismo, demarcando relação especial com o movimento de mulheres negras, entre as alianças com outros movimentos. A partir daí, a AMB se engajou no processo preparatório à Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância[4], e passou a visibilizar, cada vez mais, seu compromisso e identidade com a luta feminista antirracista.

No bojo da crise de articulação, uma reunião nacional da AMB – convocada inicialmente para organizar a interlocução com o Estado brasileiro, na época com o Governo de Fernando Henrique Cardoso, no sentido do monitoramento da Plataforma de Beijing e da exigência de políticas públicas para mulheres – possibilita dar uma guinada na história. A AMB decide articular uma grande aliança do movimento feminista e do movimento de mulheres, com o intuito de construir uma plataforma própria das mulheres brasileiras, a partir da qual poderia se dirigir autonomamente frente ao Governo e à sociedade em defesa dos direitos.

Nascia ali uma nova estratégia e com ela criou-se uma nova onda de mobilização que resultou na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Esta conferência elaborou a Plataforma Política Feminista, a referência geral de projeto político, com a qual a AMB fez seu primeiro realinhamento de referências interpretativas da realidade das mulheres. O procedimento adotado foi o mesmo: articularam-se reuniões nacionais amplas, com representações de todos os Estados e de todas as articulações movimentalistas de mulheres que desejassem participar; construiu-se uma carta de princípios e um roteiro básico que subsidiaram o proces-

[4] Ver ONU, Durban, 2001.

so de debates em todos os cantos do país; e realizaram-se conferências estaduais em 25 dos 26 Estados da federação e no Distrito Federal, totalizando uma participação de 5.212 mulheres, muitas das quais eram participantes de grupos populares locais. Da conferência nacional participaram 1.395 mulheres escolhidas nas conferências estaduais. Além da AMB, estiveram envolvidas na comissão organizadora nacional nove articulações movimentalistas nacionais. Esta Conferência, organizada autonomamente pelo movimento, anterior às Conferências organizadas pelo governo para discutir políticas públicas, é um marco importante na história do feminismo no país.

A partir de 2000, a AMB vem atuando também no processo do Fórum Social Mundial, sintonizada com a *Articulación Feminista Marcosur*, com a qual constrói os Diálogos Feministas, uma ação que articulou 12 redes de diferentes países e diversas expressões do feminismo, em nível mundial, antecedendo os eventos do Fórum Social Mundial. Realizou também diversas atividades em conjunto com outros movimentos sociais, os chamados "debates intermovimentos". Paralelamente a AMB esteve envolvida nos processos de resistência à globalização, com foco nas ações contra a ALCA e a OMC. Esta participação nas lutas globais, embora pequena, se deu por ocasião das manifestações paralelas às reuniões de cúpulas dos presidentes, nas chamadas Cúpulas dos Povos, e também nas oportunidades das rodadas de negociação da OMC. Quando os eventos ocorreram no Brasil foi possível à AMB atuar com um número maior de militantes, o que ampliou a presença de mulheres populares; quando ocorreu em outros países, esta participação foi reduzida, o que restringiu a presença deste segmento.

A conjuntura brasileira é marcada, nesse período, pela eleição em 2002 do presidente Luís Inácio Lula da Silva. O Governo Lula cria a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com *status* de ministério, e instala a I Conferência Nacional de Política para as Mulheres, em 2004, mecanismo similar aos existentes em outras áreas de políticas públicas, a exemplo da saúde, direitos de crianças e adolescentes etc., com participação dos órgãos de Governo e das organizações da sociedade civil. A AMB, em reunião com outras organizações nacionais do movimento de mulheres, traça uma estratégia para atuar neste processo que implica na mobilização e formação de opinião junto às delegadas que seriam eleitas nos Estados e estratégias de atuação na comissão organizadora

nacional. Neste momento, a AMB toma como referência a Plataforma Política Feminista e publica a revista *Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas*, na qual pontua as diferenças entre esta Conferência e a que foi organizada de forma autônoma pelo movimento, e propõe à Conferência Nacional que estabeleça Diretrizes de Políticas para as Mulheres. Situação semelhante ocorreu em 2007, no processo da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

A AMB segue incentivando os fóruns de mulheres nas suas lutas no plano local, e articulando algumas pautas feministas no plano nacional. Destaca-se, neste período, o enfrentamento da violência contra as mulheres; a luta pela legalização do aborto; a mobilização crítica da reforma da previdência social, a incidência sobre o orçamento público federal e a elaboração do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal; a crítica ao modelo de desenvolvimento e ao livre comércio, além da participação ativa nas Conferências de Políticas Públicas para Promoção de Igualdade Racial, na Conferência de Direitos Humanos e na Conferência de Saúde.

Paralelamente, mantém a presença nas mobilizações contra a ALCA e OMC com as Cúpulas dos Povos e as campanhas nacionais que realizam plebiscitos populares e a presença ativa no processo Fórum Social Mundial. A AMB participou de forma articulada nos processos Fórum Social Mundial, tendo sido mais forte no que foi realizado em Belém em 2009. Nestes espaços, tem apresentado suas pautas de forma articulada com outros movimentos, como é o caso da sequência de atividades chamada Aborto na Agenda Democrática ou da série de debates sobre a Democratização da Democracia, que contribuiu para a elaboração da proposta de reforma do sistema político brasileiro, para citar dois exemplos. Isto não significa, em absoluto, que a participação se dê com forte participação dos fóruns de mulheres, o que incluiria as mulheres de classes populares em maior número, pelo contrário, avaliações feitas, pela coordenação nacional, destacam a necessidade de investir na articulação de maior presença das mulheres organizadas na AMB nos espaços internacionais de atuação feminista.

A partir deste breve histórico da AMB, passo a discorrer sobre o seu repertório de organização e ação de forma mais detalhada, buscando identificar elementos que possam ser entendidos como propícios ou não à participação de mulheres das classes populares.

Modo de organização e participação interna

Interessa-me discutir a relação entre o modo de organização da AMB e a participação de mulheres de classes populares que compõem os fóruns locais. Isto pode permitir inferências sobre a relação entre as mulheres de classes populares e o feminismo, e as interpelações decorrentes. A partir dos documentos analisados, posso afirmar que, enquanto intenção, o modo de organização da AMB está imbricado com o seu modo de ação política, ela se organiza para ação, e constrói diálogo e relação de compromisso para dentro, com a adesão dos fóruns às questões que propõe, e pra fora, construindo parcerias e alianças com outras articulações feministas, de movimentos de mulheres e com outros movimentos sociais.

Segundo a Carta de Princípios da AMB, aprovada em 2008, na reunião do Comitê Político Nacional, em Itaparica, na Bahia, são princípios organizativos da AMB:

- Unidade na diversidade, princípio concretizado no compromisso com a autonomia organizativa e política dos fóruns, redes e articulações estaduais que integram a AMB, e com o debate democrático das perspectivas teórico-políticas que orientam sua prática;
- Democracia interna pautada numa institucionalidade não burocrática; relações e processos decisórios horizontais e participativos marcados pela produção de consensos na ação; tomada de decisão por consenso com base em ampla maioria (2/3) e respeito ao direito de minoria de modo a tornar sempre possível rever decisões majoritárias;
- Diálogo, articulação e livre adesão como método de organização das lutas feministas na AMB e nas lutas coletivas organizadas com outras redes e articulações do feminismo e do movimento de mulheres brasileiro e internacional (AMB, 2008, p. 2).

A partir destes princípios é definida a forma de participação das mulheres na AMB, o seu modo de funcionamento e o seu engajamento no campo político dos movimentos sociais:

> A AMB reúne, articula e é integrada por mulheres feministas que atuam, em seus diferentes espaços de participação, em nome próprio ou por meio da representação de organizações e movimentos feministas, setoriais de mulheres de movimentos sociais e/ou setoriais de mulheres de partidos políticos. Toda ação e modo de funcionamento da AMB orienta-se pelo fortalecimento do movimento de mulheres e feminista. Isto significa atuar de modo a garantir apoio à auto-organização das mulheres por todo o país, em especial o fortalecimento das instâncias estaduais do movimento de mulheres vinculadas à AMB, nos contextos de suas intervenções, locais e regionais; AMB orienta-se para o fortalecimento do campo democrático popular dos movimentos sociais, buscando de forma permanente estabelecer alianças e engajamento nas lutas sociais da América Latina, aprofundar os laços entre mulheres feministas de distintos movimentos sociais e fortalecer o caráter contra hegemônico da luta feminista (AMB, 2008, p. 2).

O processo de autoconstituição da AMB, por ser aberto, sem filiação formal e funcionando por adesão conjuntural, estimulou a adesão dos fóruns locais de mulheres às pautas propostas. Todavia, durante muito tempo, talvez pela fragilidade das instâncias nacionais e o tempo largo entre suas reuniões, a AMB não parece ter uma presença constante no cotidiano destes fóruns. Esta limitação, muitas vezes, pode estar relacionada ao repasse de informações por parte da representante de cada Fórum nas reuniões nacionais e à articulação conjuntural para assinatura de algum documento ou participação de algum momento de pressão sobre o Governo e/ou Congresso Nacional. A partir desta análise, a AMB decidiu ter outros espaços organizativos nacionais, que não apenas a reunião Plenária, isto é, Coletivas de Comunicação e Formação e Grupos de Referência e Mobilização por Frente de Luta. As Frentes de Luta indicam as lutas prioritárias e são organizadas em âmbito nacional por um grupo de militantes de vários estados. Atualmente são nove: Legalização do aborto, Democratização do poder; Trabalho e previdência, Políticas públicas para mulheres; Contra o racismo e o etnocentrismo; Enfrentamento à violência contra as mulheres, Por justiça socioambiental; Contra a lesbofobia; Por lutas globais. Mais recentemente a Frente por Lutas Globais e a Frente por Justiça socioambiental foram unificadas.

Os grupos nacionais por Frentes de Luta e Coletivas Nacionais de Comunicação e Formação foram organizados para facilitar o aprofundamento e o encaminhamento das prioridades políticas nacionais da AMB e partir da ampliação da participação das mulheres. No entanto, conforme os registros de avaliação da coordenação nacional, eles não conseguem funcionar satisfatoriamente, articulam-se de forma virtual, não possuem recursos para reuniões e atuam mais quando a causa, na qual se vinculam, está numa situação conjuntural mais exigente. O sentido de pertencimento das integrantes dos fóruns à AMB não é, portanto, generalizado em todos os estados, embora pareça ter aumentado com a presença de muitas mulheres destes espaços nos Encontros Nacionais, conforme registro da coordenação nacional.

Estão integradas à AMB mulheres dos 27 Estados brasileiros, incluindo aí o Distrito Federal, embora os Fóruns estejam organizados apenas em 12 a 16 Estados. Este número varia de acordo com o momento conjuntural e com a diversidade de tipos de organizações que participam em âmbito local. As relações entre mulheres de classes populares e dos segmentos médios, no interior destas articulações, parecem ser bastante variadas. Há estados do Brasil onde não há ONG feminista atuando e presença feminista nas Universidades com pouco engajamento, o que faz com que mulheres de setores médios sejam minoria ou não participem destes fóruns. Há casos em que as mulheres do movimento sindical participam ativamente dos fóruns, há outros em que há certo distanciamento. Feministas vinculadas às universidades, que, muitas vezes, contribuem nos momentos fortes de debate sobre um problema em seminários, não atuam politicamente no cotidiano da maioria dos Fóruns.

O modo de organização dos fóruns também é diversificado. Há aqueles que estão articulados em grande parte do território do Estado e outros que se restringem às capitais e áreas metropolitanas. Há fóruns que congregam poucas pessoas e organizações e outros que têm mais de 50 grupos participantes. Alguns têm funcionamento permanente, com um encontro periódico de planejamento e avaliação e reuniões periódicas para reflexão e organização das ações do movimento, mas há também os que funcionam em momentos de pique do movimento nacional, como o dia 8 de março ou na preparação das Conferências Nacionais de Políticas Públicas, por exemplo.

Existem fóruns fortemente articulados em torno de prioridades locais, como o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), outros com

presença local articulada ao seu contexto próprio, constituindo-se com debates de um projeto político para região, como é o caso do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP). Alguns tomam para si o debate sobre violência, muitos atuam mais na área de saúde, outros enfrentam as questões de desenvolvimento e as consequências sobre a situação das mulheres. Estas informações, que se baseiam na observação, em reuniões nacionais, e em informações das entrevistadas, sugerem uma diversidade de prioridades locais que, considerando as conjunturas específicas, podem facilitar ou dificultar a adesão às pautas nacionais propostas pela AMB, e, ao mesmo tempo, facilitar ou dificultar a participação ativa de mulheres de classes populares.

Desde o início, a AMB não tinha uma linha política única e nem um rumo finalístico previamente estabelecido, estes rumos foram se constituindo ao longo do percurso. A ideia era garantir a presença do movimento de mulheres brasileiro em Beijing, depois monitorar os resultados e/ou lutar pela implementação de políticas para mulheres, em seguida juntar todos os movimentos na Conferência de elaboração da Plataforma Política Feminista, posteriormente articular todos os movimentos novamente para incidir nas Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres, convocadas pelo Governo Federal. Para estes processos, a coordenação nacional adota procedimentos similares: organiza documentos preparatórios, roteiros de debate e incentiva discussões em todos os Estados para construir sua presença política nacional. É claro que, em alguns fóruns, isto era feito e enriquecido com os debates locais e, em outros, a reflexão nacional não é tão presente assim. Esta situação diferenciada, em muitos momentos, enfraqueceu a atuação nacional da AMB.

> Na AMB as formas de participação são fluidas, a forma de mobilização é propositiva, não normativa e se dá pelo exercício da comunicação, interação e ação das mulheres feministas que dela participam. As prioridades de ação são construídas nas relações e processos decisórios participativos e estão marcadas pela produção de consensos na ação. O diálogo, a articulação e a livre adesão são compreendidos como método de relacionamento interno e método de relacionamento com outras organizações do movimento de mulheres brasileiro e internacional (AMB, 2006, p. 3).

Esta afirmação da AMB demonstra uma intencionalidade no modo de se organizar e de construir as ações políticas. A ideia de adesão autônoma dos fóruns locais às pautas políticas nacionais, para gerar autonomamente um consenso na ação, é um elemento forte na metodologia que vem sendo construída na trajetória da AMB. A partir da observação feita, em momentos do processo decisório, compreendo que esta metodologia é o elemento responsável pelo grau de integração entre mulheres de diferentes origens raciais e de classe e de distintas orientações sexuais e faixas etárias. O grau de diversidade interna, demonstrado até aqui, não seria possível se não houvesse um método de condução política capaz de absorvê-lo e dar tratamento aos conflitos que ele potencializa e favorecer a ampliação da presença de mulheres populares no seu interior.

Este método gestado consiste em alguns passos, que podem ser analisados a partir da constituição de marcos interpretativos de referências em movimentos sociais. Vejamos o que os documentos indicam como sendo os passos constitutivos deste modo de organização, o que não significa que eles se encontrem nesta forma pura, sistematizada, em todas as ocasiões referidas no material pesquisado:

- Formulação do problema e o estabelecimento dele como prioridade para ação política da AMB. Os relatórios de reuniões do Comitê Político e/ou na Coordenação demonstram como esta decisão é tomada, indicando que, algumas vezes, a problemática é indicada por alguma participante e, noutras vezes, por proposição da Coordenação;
- Fundamentação do problema a partir da análise crítica e da construção de posições políticas, argumentos e estratégias para seu enfrentamento. As entrevistas indicaram que este debate é feito em reuniões e seminários e/ou com textos subsídios elaborados por feministas da Coordenação, dos Grupos das Frentes de Luta e/ou colaboradoras e integrantes de organizações feministas ou parceiras do movimento de mulheres;
- 'Consulta Nacional', se for o caso, ou circulação da 'Agenda Política Feminista'. A Consulta Nacional ocorre quando é necessária uma tomada de posição nacional sobre determinada estratégia política; para isto cada Fórum deve debater e encaminhar a posição adotada para os outros, daí vai sendo construída uma posição majoritária ou consensual, ao final

do tempo estipulado para o debate. A Agenda consiste na produção de material com subsídios teórico-políticos, estratégias de ação nacional e orientações para debates e/ou ações públicas no plano local sobre aquele problema, como uma apostila, que circula por meio eletrônico. Neste item inserem-se também outros materiais de orientação das militantes como as publicações impressas, a exemplo da revista específica para Conferências chamada Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas;

- 'Articulando Assinaturas'[5] é um instrumento que circula nacionalmente quando é o caso de coleta de assinaturas para alguma proposição. Isto ocorre ao mesmo tempo em que os Fóruns estaduais realizam ações políticas de articulação, comunicação ou mobilização nas capitais e principais cidades dos Estados, variando em função da situação do movimento de mulheres no Estado. Também pode ser o caso deste momento consistir em envio de mensagens de pressão para o Congresso Nacional ou algum órgão do Poder Executivo ou um 'abaixo-assinado' em papel que percorre todos os grupos e é usado nas ações de ruas para angariar adesões;
- Ações locais nacionalmente articuladas. Esta é uma modalidade de ação que foi realizada poucas vezes fora de datas previamente estabelecidas e consiste em estabelecer um dia nacional de mobilização em torno de um problema, no qual são realizados diferentes tipos de mobilização e ações de divulgação pelos Fóruns Estaduais, em cada local. Nestes momentos são elaborados materiais de divulgação em cada local que consideram mais ou menos as orientações nacionais: faixas, panfletos, bandeiras, CDs de música, falas para gravações que circulam em carros ou bicicletas de som etc. Estas ações são mais comuns em dias pré-determinados, o que é chamado calendário feminista, a exemplo das ações nacionais por ocasião do dia internacional da mulher (8 de março), pela descriminalização do aborto (28 de setembro), ações pelo fim da violência contra as mulheres (25 de novembro), participação no Grito dos/as Excluídos/as (7 de setembro), entre outras;

[8] Este elemento do método de ação da AMB parece ter sido abandonado nos últimos tempos. É possível que isto tenha ocorrido em função das novas formas de coleta de assinaturas e apoios possibilitados pela internet.

- Ação nacional - consiste em ações desenvolvidas a partir dos processos nacionais e que envolvem a Coordenação da AMB e a participação dos Fóruns Estaduais, variando de acordo com o grau de adesão dos fóruns àquela luta ou processo político em causa. São exemplos a participação da AMB nos processos FSM, nas Conferências de Políticas Públicas, no processo de participação social para elaboração do PPA – Plano Plurianual do Governo Federal, na construção e mobilizações em Brasília do Fórum Paralelo sobre a Previdência ou da Plataforma de Reforma do Sistema Político, entre outras (Silva, 2011).

Esta sistematização do método de ação, que se apresenta de forma dispersa nos documentos analisados, foi necessária para analisar até que ponto ela favorece ou não a participação das mulheres de classes populares. Entendo que esta metodologia guarda semelhança com os princípios e metodologias que orientavam o trabalho de educação popular que contribuiu para impulsionar os movimentos sociais nos finais da década de 1970 e início de 1980[6]. Considerando a diversidade dos fóruns locais, apresentada anteriormente, e os elementos constitutivos deste método, posso inferir que há dificuldades para a participação de mulheres populares em função de que ele se baseia, em grande medida, em articulação eletrônica realizada via rede de computadores, o que não é suficientemente acessível para este segmento social, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Percebo uma mudança, que pode vir a ser significativa para esta análise, a partir da redução do uso de correio eletrônico (e-mail) e sua substituição pelo sistema de mensagens por *WhatsApp*, mas ainda não é possível confirmar esta possibilidade. O uso de *Facebook*, que teve grande repercussão no movimento feminista em geral, não foi impactante no interior da AMB, no sentido de ampliar a participação cotidiana nos debates virtuais.

Também é possível inferir que a AMB não funciona nos estados a partir de execução de deliberações nacionais, o que a torna mais democrática internamente, porém com menor nível de centramento, o que,

[6] Conforme referido em Sader (1988), guardadas as diferenças de escala, uma vez que este autor analisou processos locais e aqui se trata de um processo nacional.

provavelmente, gera impactos negativos na sua identidade coletiva e na sua capacidade de ação em âmbito local, o que, a princípio, deveria interferir na identificação feminista pessoal das mulheres populares que dela participam. Isto pode ocorrer ou não, em função do grau de identificação do Fórum local com o marco de referência da AMB. Esta hipótese foi formulada ao longo do tratamento dos dados da pesquisa documental, o que me permitiu checá-la a partir dos dados oriundos do formulário aplicado com as militantes da AMB na reunião nacional, os quais apresentarei mais adiante. Por enquanto, importa salientar que, embora se confirmem as dificuldades para as mulheres de classes populares participarem nas decisões nacionais, isto não parece interferir em sua identificação com o feminismo da AMB, ainda que mediado pela elaboração do Fórum local. Os indicativos apontam que o grau de participação das mulheres populares, que compõem os fóruns locais, está relacionado com o grau de funcionamento permanente deles e com a capacidade de encaminhar as discussões de caráter nacional em reuniões locais, que, a rigor, contariam com a presença de mulheres deste segmento.

A AMB fez um intenso debate interno para constituir uma identidade visual que não a configurasse como um movimento centralizador da ação de suas participantes. É comum, em várias redes de movimentos sociais, a adoção de uma cor e uma logomarca padrão que identifica seus participantes nas ações coletivas, como nas manifestações de rua que congregam outros movimentos. Neste período foi discutida, também, a crítica de expressões comuns na experiência brasileira de manifestações nas ruas, a exemplo do uso de grandes carros-de-som com revezamento de oradores ao microfone, camisetas e bandeiras iguais, em alguns casos também filas indianas. A AMB optou pela adoção, como símbolo, três cores (roxo, verde e laranja) e um chapéu de malha de algodão e arame, cujo formato permite que ele seja adequado a várias formas, permitindo um estilo próprio de uso e, posteriormente, um estandarte a ser usado em manifestações, mas apenas um por localidade. Estes elementos visuais e os repertórios de ação adotados foram constituindo a base material da estética feminista da articulação.

A partir de 2005, percebeu-se a necessidade de constituir um espaço mais amplo de engajamento da militância que se afinava com o seu modo de atuação e suas pautas políticas, daí a criação do Encontro Nacional. Ocorreram dois encontros nacionais: em 2006, em Goiânia, e, em 2011, em Brasília. Os documentos preparatórios e os relatórios dos Encontros

Nacionais indicam como a AMB foi elaborando um projeto político como movimento antissistêmico, conforme indicado desde 2008, na sua Carta de Princípios, onde afirma o seu caráter antirracista e anticapitalista.

> A AMB estabeleceu e mantém compromisso com a luta antirracista, com o reconhecimento e fortalecimento do feminismo negro, o respeito à diversidade étnica e a luta contra o etnocentrismo, defendendo a autodeterminação dos povos. A AMB posiciona-se como articulação feminista anticapitalista, por compreender que dentro deste sistema, especialmente em seu estágio atual de mundialização do capital e hegemonia da sociedade de consumo, é impossível conquistas significativas na direção da igualdade e autonomia para todas as mulheres, uma vez que este sistema concentra riqueza, provoca crescente exclusão com aumento do empobrecimento e crises socioambientais. Sendo uma organização antipatriarcal, a AMB defende a liberdade afetiva e sexual de todas a pessoas, contrapondo-se à norma patriarcal da heterossexualidade e à prática da lesbofobia. A AMB defende o direito à autodeterminação reprodutiva para as mulheres e o direito ao aborto. Condena a exploração e mercantilização de nosso corpo e sexualidade (AMB, 2008, p. 1).

Estes elementos, relativos ao caráter político do movimento, como antipatriarcal, anticapitalista e antirracista, associados às suas frentes de lutas prioritárias, constituem um marco de referência para as escolhas estratégicas, as articulações com outros movimentos e os repertórios de ação a serem adotados em cada contexto. As frentes de lutas sofrem variação em cada conjuntura, podendo funcionar de modo mais ou menos intenso como elementos mobilizadores da militância. Nos momentos em que uma das frentes está mais forte, outras sofrem uma imersão. Por exemplo, no contexto de 2014, a frente de luta pela democratização do poder, que tem como prioridade a reforma do sistema político, esteve em um momento forte de visibilidade em função do conjunto de ações realizadas, como a participação no plebiscito popular pela realização de uma assembleia constituinte para reforma política. Já em 2015, a aparição maior foi da frente de luta pela legalização do aborto, o que entendo que se deve ao confronto com os sucessivos debates na Câmara dos Deputados, que tinham a intenção de reduzir direitos já conquistados nesta área.

A Carta de Princípios do Encontro Nacional da AMB de 2006 estabelece qual o caráter que a coordenação deu ao Encontro e como entendia a relação com as mulheres populares, ou seja:

> O Encontro Nacional da AMB é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário. Sua metodologia de construção e realização orienta-se pelo respeito à diversidade das práticas e expressões políticas do feminismo, o respeito à necessária articulação entre os saberes populares e acadêmicos presentes entre as mulheres, e também pelo compromisso com a reflexão crítica feminista e a construção coletiva do conhecimento (AMB, 2006).

Os registros feitos, neste momento, demonstram como o Encontro conseguiu ser uma expressão da grande diversidade de mulheres, organizações e de pautas políticas que animam o dia-a-dia dos fóruns locais. A configuração estética de um repertório de ação próprio e a metodologia participativa possibilita o diálogo entre experiências e saberes diversos e com grande participação de mulheres de grupos populares, que são maioria nos fóruns que funcionam permanentemente.

Esta configuração faz da AMB um movimento social de mulheres que congrega diferentes expressões organizativas no seu interior – demarcadoras de distintas identidades políticas, entre as quais as identidades negra e popular – e que tem capacidade de ação nacional no enfrentamento de conflitos. Sua ação, portanto, varia de acordo com as conjunturas específicas e os problemas que decide enfrentar, contando para isto com o grau de adesão dos fóruns de mulheres dos estados que dela participam. Esta análise leva a afirmar que a AMB possui um baixo nível de centramento. Com os dados apresentados até aqui, entendo que isso se deve a uma identidade coletiva fluida e a um método de organização que prima pela democracia interna e construção coletiva de referências interpretativas dos problemas e da formulação de estratégias. Ou seja, a sua criatividade, em termos de busca de caminhos para desenvolver o princípio feminista de horizontalidade, viabilizou a sua capacidade de articular diversos segmentos do movimento de mulheres, incluindo mulheres populares, mas dificultou a sua capacidade de ação unitária nos moldes de outros movimentos nacionais mais centralizados politicamente. Insisto

no caráter nacional porque intuo que esta dimensão geopolítica é um elemento de tensão na articulação entre o princípio da horizontalidade e seu desdobramento em instrumentos de democracia interna e a necessária capacidade de ação comum em torno de um problema específico e contra adversários estabelecidos em cada conjuntura.

Tendo discutido o modo de organização da AMB e sua contribuição para a participação das mulheres de classes populares, passo a analisar, no próximo item, como foram construídos e, posteriormente, alinhados, os seus marcos interpretativos da realidade das mulheres e como eles passaram a gerar elementos propositivos de agregação e mobilização da militância, incluindo as mulheres populares.

Modo de atuação e marcos de referência

A AMB posicionou-se criticamente, ao término do Governo Lula, fazendo um balanço das políticas públicas para a igualdade, que havia sido um compromisso assumido por este Governo a partir da sua relação com o campo político dos movimentos sociais. Isso indica que esta articulação movimentalista tem capacidade de definição política própria, não subordinada ao centro político do então campo democrático e popular. A avaliação apresentada pela AMB foi formulada com base em um intenso processo de debate interno, como pode ser observado na seguinte documento:

> Ao longo do período 2003-2010, viemos sistematicamente revendo e avaliando o resultado de nossas lutas nas políticas públicas, valendo-nos de nossa própria reflexão e das análises produzidas por organizações parceiras e aliadas. As análises aqui sistematizadas são produtos desta reflexão realizada (...) nos seminários nacionais "As Mulheres na Democratização da gestão Pública" (2009 e 2010), em duas reuniões do Comitê Político Nacional da AMB (BH em 2010 e SP em 2011) e em vários momentos de discussão sobre os desafios de nossas lutas no campo da legalização do aborto, fim da violência, proteção às mulheres no mundo do trabalho, (in)justiça socioambiental e reforma do sistema político brasileiro. Por fim, incorporam muito do que foi refletido no II Encontro Nacional da AMB (AMB, 2011, p. 6).

Esta forma de produzir a avaliação do Governo Federal demonstra como a estratégia deste movimento baseia-se em elaboração coletiva, procedimento caro à cultura política originária do campo político dos movimentos sociais. No balanço, a AMB assume uma perspectiva crítica e propositiva. Ao mesmo tempo, aponta os limites do Governo Lula e indica desafios para o Governo Dilma, analisando a importância para o feminismo e o valor simbólico da eleição de uma mulher para a presidência da República. O documento situa o governo petista na correlação de forças políticas na sociedade brasileira, e o avalia criticamente.

> A experiência democrática recente e incipiente ainda não foi suficiente para superar seu caráter marcadamente patriarcal, racista e capitalista. Isso porque o Estado brasileiro é continuamente gerado pela própria sociedade brasileira, por meio das disputas colocadas nas relações sociais de classe, gênero e raça tal qual se colocam em cada conjuntura. (...) Não estando acima das circunstâncias do presente o governo operou dentro do quadro da formação social brasileira, já apontado. O programa de governo foi vencedor na medida em que reviu e recuou de muitas das posições do projeto eleitoral de 1989, no qual Lula saiu derrotado e negociou muitas concessões ao liberalismo e mesmo à direita formando uma ampla coalizão de forças que iam do centro à centro-direita (AMB, 2011, p. 16).
>
> O governo liderado por Lula foi marcado pelas contradições. Por um lado, desenvolveu políticas que se encaminham para o rumo de romper com modelo neoliberal, de inverter as tradicionais prioridades dos governos anteriores e garantir maior transparência da coisa pública e participação popular. Por outro lado, deixou intocado o sistema político excludente – patrimonialista, patriarcal e racista – que temos hoje no país e não garantiu instrumentos para o exercício efetivo do poder popular no processo de participação (AMB, 2011a, p. 65).

Nesse balanço, a AMB criticou a ausência de esforços do governo no sentido de mudanças no sistema político e na democratização da comunicação, a orientação da política econômica e as opções de projetos de desenvolvimento, baseados na infraestrutura para garantir empreen-

dimentos empresariais em detrimentos do enfrentamento das injustiças socioambientais; reconhece a importância das políticas de transferência de renda como medida emergencial para a redução da pobreza extrema do país, mas crítica o uso que estas políticas fazem do tempo e do trabalho das mulheres pobres.

No Encontro Nacional da AMB, realizado em Brasília em 2011, as militantes formularam uma posição sobre o governo da presidenta Dilma, então recém-eleita, e as políticas de enfrentamento da pobreza. Esta política, afirma o documento, não pode ser limitada ao combate à pobreza dos pobres sem questionar a riqueza que continua sendo acumulada e concentrada nas mãos de poucos. A crítica à 'política familista' de transferência de renda, o bolsa-família, foi reafirmada, no sentido de que sua orientação sobrecarrega ainda mais as mulheres pobres e gera uma apropriação do seu tempo de trabalho pelo Estado. O relatório do Encontro registra o caráter geral que as lutas da AMB assumem neste novo período, a partir do alinhamento interno do seu quadro de referência, o que amplia sua capacidade de amalgamar as demandas oriundas das mulheres da classe trabalhadora, tanto em seus segmentos médios como as de classes populares:

> Queremos políticas que enfrentem a pobreza de nós mulheres, favoreçam nossa autonomia econômica e redistribuam a riqueza que também produzimos. Precisamos lutar por políticas redistributivas; pela taxação de grandes fortunas e garantia da ampliação e efetivação de nossos direitos e por uma outra orientação da política econômica, contra a de superávit primário e contra as políticas que favorecem o capital financeiro; pela reforma, elaborando propostas a partir da perspectiva das mulheres; fortalecer nossa luta por políticas sociais universais, como a política de previdência social para todas e que enfrentem a situação de desproteção social em que se encontram principalmente as mulheres negras; por políticas que enfrentem a divisão sexual do trabalho, como as creches públicas, as lavanderias coletivas, os restaurantes comunitários; lutar por políticas de educação, qualificação e inserção no trabalho remunerado com salário digno, direitos e proteção social; lutar por reforma agrária, incluindo terra para mulheres camponesas, quilombolas e indígenas; e criticar e denunciar os programas de "capacitação" das mulhe-

> res para sua inserção no trabalho mais precário; apoiar a luta por direitos plenos das trabalhadoras domésticas; fazer o debate sobre valorização do salário mínimo e sua importância para a autonomia econômica das mulheres; lutar por políticas públicas integradas que enfrentem as desigualdades de gênero, classe e raça (AMB, 2011b, p. 18-19).

Na nova conjuntura que se iniciava, as militantes da AMB definem que precisam manter a autonomia, defender as políticas que enfrentem as desigualdades, combater a política econômica desenvolvimentista, que aprofunda a crise socioambiental e, ao mesmo tempo, "reconhecer o valor simbólico da ocupação da presidência por uma mulher com projeto político do campo democrático e popular"(AMB, 2011b, p. 3). O documento afirma, ainda:

> Como movimento feminista, reconhecemos a importância deste momento histórico e queremos fazer dele um espaço de oportunidades para que a questão da dominação e exploração das mulheres seja tomada como um problema público a ser enfrentado pelo governo e pela sociedade (AMB, 2011b, p.10).

Esta formulação demonstra que o quadro de referência da AMB, capaz de unificar e mobilizar as suas integrantes, permanecia na linha de movimento social autônomo e crítico como fora o movimento feminista na década anterior, porém afirmando-se como identificado com um campo político, o campo democrático e popular, mas de maneira crítica. De forma mais consistente, o documento deste encontro nacional demonstra que a AMB, politicamente, desprende-se da elaboração constante na Plataforma Política Feminista resultante da Conferência conjunta dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, e afirma-se como um movimento feminista anticapitalista, além de antipatriarcal e antirracista, promovendo um alinhamento de suas referências. A Plataforma adotava uma perspectiva antineoliberal, mas não se propunha diretamente o enfrentamento ao capitalismo enquanto sistema de exploração. Adotar esta perspectiva utópica, anticapitalista, coloca a relevância do debate sobre as classes sociais no campo teórico e

político feminista, no que diz respeito à questão das classes sociais. No documento do Encontro, fica patente como as demandas das mulheres de classes populares são assumidas por esta articulação.

Mais adiante, o relatório do Encontro Nacional especifica lutas antipatriarcais, anticapitalistas e antirracistas separadamente e afirma como elas precisam ocorrer de forma articulada, com o devido reconhecimento dos sujeitos políticos que as vocalizam dentro e fora da AMB. Para chegar a esta conclusão foi necessário que o encontro identificasse cada um destes sistemas, a fim de que esta articulação movimentalista pudesse se afirmar numa perspectiva antissistêmica, o que me leva a confirmá-la como um movimento social, cuja utopia reside em promover rupturas com o sistema de poder. Assim é que a AMB entende que:

> O racismo é o sistema de poder que cria, justifica e legitima a dominação e opressão das pessoas brancas sobre as negras e que, para se manter, renova-se continuamente, ordenando todas as dimensões da vida em sociedade e se expandindo por todo o corpo social – econômico, político, jurídico, cultural, religioso, etc.
>
> O patriarcado é o sistema de dominação dos homens sobre as mulheres em todos os âmbitos da vida, instituindo normas, valores e bases materiais da dominação e exploração das mulheres. A divisão sexual do trabalho, o uso da violência como instrumento de dominação, o controle do corpo e sexualidade femininos, a heteronormatividade e os obstáculos à participação política das mulheres são alguns dos seus instrumentos.
>
> O capitalismo é o sistema que se organiza através da exploração da força de trabalho e da apropriação, por uma minoria, das riquezas produzidas pelo trabalho da maioria. Uma das principais características do capitalismo é seu caráter expansionista marcado pela apropriação privada dos bens naturais para exploração, geração de lucro, negação e dizimação das diversidades culturais.
>
> O Estado brasileiro tende a favorecer a acumulação e concentração de riquezas e apenas compensar os efeitos negativos que ela produz. Muitas políticas e projetos governamentais se voltam pra isso, é o caso dos benefícios fiscais para empreendimentos empresariais; projetos de desenvolvimento que causam danos sociais e ambientais; e arrecadação de impostos que favorece aos ricos (AMB, 2011b, p. 21).

O histórico da AMB, o detalhamento do seu modo de organização e de ação política, seus posicionamentos, em relação aos sistemas de dominação e exploração das mulheres e frente às políticas dos governos federais recentes, apresentados acima, me permitem fazer algumas inferências. Há indícios de um processo de constituição de uma metodologia própria, visto a posteriori, pois não parece que ela tenha sido previamente estabelecida como uma decisão consciente da Coordenação ou do Comitê Político, e nem que ela possa ser vista como uma proposição já pronta e estabelecida. Os dados documentais demonstram que, ao longo da sua história, por tomar decisões político-organizativas baseadas nos mesmos princípios, a AMB construiu um jeito de fazer política que buscarei expor sinteticamente aqui.

Alguns princípios adotados, desde o início da construção da Articulação de Mulheres Brasileiras, estão na base de suas decisões sobre seu modo de funcionamento e de atuação: dar espaço para a voz das mulheres; reforçar a autonomia e auto-organização; garantir a participação de mulheres com distintas identidades; fazer a análise crítica dos problemas e a elaboração de estratégias de enfrentamento de forma coletiva; conceber a ação coletiva nacional a partir do grau de adesão local; investimento no trabalho constante de comunicação e mobilização interna e a formação política feminista[7].

Refletindo sobre estas premissas, posso perceber que elas são muito próximas daquilo que foi identificado por Sader (1988) na sua análise sobre o processo de constituição dos movimentos sociais na década de 1980. Percebo aqui uma forte influência do método pedagógico inspirado em Paulo Freire, que ficou conhecido como Educação Popular, e que teve influência nos movimentos sociais no período da redemocratização e que alimentou a utopia do campo político dos movimentos sociais à época. Esta concepção alimenta processos pedagógicos, mas também processos políticos e organizativos. Esta linha de pensamento informou os trabalhos de formação que foram desenvolvidos em diversos movimentos sociais. Os processos de formação política que são realizados para e pela AMB não compuseram esta pesquisa, mas posso afirmar, com base na experiência, que ela tem forte incidência sobre a socialização feminista de mulheres de classes populares.

---

[7] Ver SILVA, 2010b.

Para dar espaço à voz das mulheres, nas suas diferentes expressões organizativas e/ou identidades coletivas (grupos populares, ONGs, núcleos acadêmicos, mulheres não vinculadas à nenhuma organização, mulheres organizadas em diversos movimentos sociais) a AMB adota procedimentos adequados para este objetivo. A posição da articulação em relação a este repertório organizativo vai do estímulo à auto-organização dos fóruns até roteiros de debates de temas e de sistematização de propostas surgidas em cada local para que possam circular nacionalmente. O reforço à autonomia e auto-organização das mulheres considera as diferenças e especificidades das organizações locais. Para o feminismo, autonomia não significa voluntarismo ou individualismo, mas uma crítica ao modo de organização centralizadora e hierarquizada, que gera grande capacidade de ação, mas reduzida capacidade de reflexão. Em função desta premissa, a capacidade de realizar ação coletiva da AMB depende do grau de adesão e mobilização dos fóruns locais, o que pode incluir um número maior ou menor de grupos populares de mulheres, de acordo com o grau de integração desses grupos a estes fóruns.

A dinâmica desta articulação movimentalista permite interpretá-la como uma rede de movimento social no sentido desenvolvido por Mario Diani, segundo o qual o movimento é formado por

> Atores formalmente independentes que estão situados em contextos locais específicos (...), produzem identidades específicas, valores e orientações, e perseguem metas e objetivos, estando ao mesmo tempo ligados através de formas de cooperação concreta e/ou reconhecimento mútuo em processos que vão além da ação de protesto específico (Diani, 2003, p. 301).

A AMB pode ser entendida como uma rede de movimento social a partir da sua metodologia de organização e funcionamento. Isto não significa dizer que ela seja uma articulação completamente horizontal e com igual poder político para todos os coletivos que dela participam ou mesmo para os distintos grupos identitários. A participação da diversidade de mulheres organizadas, a partir de diferentes identidades políticas (negras, lésbicas, jovens, da cidade e do campo etc.) é uma intenção manifesta, mas

[8] Ver TARROW, 2000.

a presença de organização de mulheres na AMB ainda é majoritariamente urbana e a referência de organizações que a constituem não é a de organizações políticas de cada segmento de mulheres que se organizem a partir destas identidades prévias e sim os fóruns gerais de mulheres. Entretanto, estes fóruns, por sua vez, congregam uma diversidade de mulheres que constroem sua subjetividade a partir destas situações específicas, ou seja, de identidades sociais herdadas[8] e reelaboradas como identidades políticas, que conferem sentido a sua atuação militante. A AMB atua baseada na ideia de que existe uma experiência comum em ser mulher que pode, contingencialmente, unificar as mulheres que se veem a partir de distintas identidades sociais em ações políticas conjuntas e por isso busca propor pautas que possam interferir na situação de vida da maioria das mulheres e, a partir daí, conseguiu constituir uma identidade política, ou seja, um movimento feminista próprio.

A análise crítica feminista dos problemas das mulheres, realizada de forma coletiva, é um elemento metodológico presente desde a escolha de prioridades baseadas em discussões sobre a conjuntura econômica e política, passando pela construção dos problemas e os argumentos necessários para o debate público sobre eles, até a forma de atuação frente ao Estado e à sociedade em torno daquele problema. Este é o processo de constituição dos seus quadros de referência. Todavia, esta capacidade crítica parece não ser tão constante no conjunto da militância da AMB, mas algo que é continuamente subsidiado pela Coordenação e por feministas convidadas a contribuir sobre alguns temas prioritários, tanto em nível nacional como nos estados.

O processo de produção dos quadros interpretativos de ação coletiva, no interior da referência geral que identifica a AMB como movimento antissistêmico, não é apenas um exercício intelectual. O comentário de Tarrow (2009) sobre processos semelhantes, explica a amplitude: a maior parte do trabalho de "enquadramento interpretativo" é cognitiva e avaliadora, isto é, ela identifica descontentamentos e os traduz em reivindicações mais amplas dirigidas a outros que sejam significativos, mas "nenhuma transformação significativa de reivindicações em ação pode ocorrer sem que se estimule ou se crie energia emocional" (Tarrow, 2009, p. 145).

A adesão dos Fóruns locais às pautas políticas propostas pela AMB gera consenso na ação e isso inclui decisão racional e energia emocional. Esta perspectiva política faz com que as decisões nacionais, embora

tomadas pelo antigo Comitê Político com representação de todos os fóruns estaduais ou atualmente na Plenária Nacional, não sejam tomadas como 'obrigação de fazer' pelos fóruns locais e/ou pelos grupos que os compõem. A adesão é decidida nos debates dos fóruns, que estabelecem também o grau de empenho que colocará naquela mobilização. Isto possibilita uma participação engajada na construção dos processos nacionais, mas também causa dificuldades quando um tema ou problema proposto é novo e não há debates acumulados nos fóruns e organizações locais. Em um momento de fragilidade da coordenação nacional, este método pode também fazer com que não haja um forte engajamento nacional da militância no enfrentamento dos conflitos tomados como prioritários pela AMB.

A articulação política feita pela AMB é baseada em proposição e argumentação sobre problemas, tendo como mecanismo impulsionador os instrumentos de comunicação, majoritariamente eletrônicos, em função dos parcos recursos financeiros, mas, sempre que possível, com publicações impressas. A comunicação da AMB tem um caráter de comunicação política, movimentalista e estimuladora da adesão e da diversidade de realização de formas locais de ação. Ao mesmo tempo ela é um espaço de difusão de argumentos e de elaborações feministas com os subsídios que coloca em circulação. A isto se soma a formação política feminista que a AMB realiza ou a participação de suas militantes em espaços pedagógicos de ONGs feministas parceiras. As diversas entrevistas realizadas ressaltam a importância dos espaços de formação baseados no intercâmbio de experiência, na reflexão, análise, e na elaboração de estratégias para ação. Entretanto, os registros feitos em reuniões nacionais, indicam que a realização efetiva de uma política de formação de militantes, propriamente e especificamente da AMB, é uma lacuna.

Esta forma de organização e de ação política têm sido fundamentais para a construção da AMB como uma articulação nacional feminista com crescente poder de incidência sobre as políticas públicas do Estado brasileiro, para concretização dos direitos das mulheres. Este método tem possibilitado o engajamento dos Fóruns locais de inúmeros grupos populares de mulheres e a adesão ao feminismo.

O feminismo da AMB tem também inovado nas questões que apresenta para a sociedade brasileira, tanto do ponto de vista da luta simbólica quanto das condições materiais de existência. Exemplo disso é ter pautado a desproteção ao trabalho, na luta pela providência universal,

com base em argumentos sobre o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres, ao mesmo tempo em que exige o direito à aposentadoria para mulheres que não estão no trabalho formal. Este movimento põe em questão a legitimação social da divisão sexual do trabalho.

Este padrão que vem sendo construído deve-se, conforme os documentos analisados, aos princípios feministas de auto-organização, de autonomia e horizontalidade que estabelecem o modo de articulação, para dentro e para fora, como uma relação entre sujeitos políticos. Penso que este método de organização tem sido responsável por construir unidade frente à diversidade de composição dessa articulação. A contradição entre autonomia organizativa e liberdade de ação política, por um lado, e a necessidade de ações e decisões nacionalmente articuladas, em um país com as proporções geográficas do Brasil, por outro, parece ser uma tensão produtiva no sentido de evitar o risco da centralização política autoritária, ou seja, de maior hierarquização interna.

Lutas nacionais: políticas públicas, violência e aborto

Buscarei exemplificar como, em experiências concretas, se expressa este modo de articular a ação política característico da AMB, em lutas prioritárias, tais como: a defesa das políticas públicas para mulheres; o enfrentamento da violência contra as mulheres; e a articulação pela legalização do aborto. A descrição a seguir demonstra rapidamente elementos comuns, mas também diferentes procedimentos e diferentes resultados. Obviamente que as conquistas não se devem apenas ao modo de organizar a luta de um dado movimento; há fatores conjunturais intervenientes que favorecem ou dificultam os resultados de um processo, mas como nosso objetivo é discutir a existência ou não de um método, e como ele incide na relação com as mulheres populares, faz-se necessário apresentar estas informações.

A I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres (CNPM), convocada pelo Governo Federal, ocorreu em 2004. A AMB se organizou para atuar neste processo, que implicou, também, em conferências municipais e estaduais, onde foram tomadas decisões sobre as políticas nestas esferas e elegeram sua representação (delegadas) para o nível imediatamente subsequente. Esta atuação foi organizada em uma reunião entre a coordenação da AMB e as coordenações de outras organizações nacionais do movimento de mulheres.

A atuação iniciou com a produção de um caderno de textos *Articulando a luta feminista nas políticas públicas*, que subsidiou o debate dos fóruns locais. Estes, por sua vez, congregaram muitos grupos populares de mulheres que priorizam, na sua ação, a presença em conferências de políticas públicas. Nesse caderno estavam propostas Diretrizes de Políticas Públicas de caráter nacional e orientações estratégicas sobre a organização das conferências. De posse deste material, os fóruns estaduais realizaram seus próprios processos preparatórios, aos quais agregaram o debate sobre a situação nos seus Estados, articularam-se com outros movimentos e participaram ativamente das Conferências Municipais e Estaduais. O Boletim da AMB, *Articulando Eletronicamente*, em três edições, orientou e noticiou o desenvolvimento desta ação nos Estados e na Conferência Nacional. A AMB atuou, também, de forma decisiva na comissão organizadora nacional e na relatoria da Conferência.

As principais questões levantadas pela AMB, e adensadas nos debates estaduais, incluíram os seguintes pontos: a perspectiva de universalidade nas políticas públicas; a visão integrada de políticas para mulheres, ou seja, intersetorialidade na ação dos vários ministérios; e o princípio constitucional da laicidade do Estado. Entre as propostas aprovadas no plenário da Conferência destacou-se o capítulo sobre a natureza, os princípios e diretrizes da Política Nacional de Mulheres. A própria ideia de uma política de Estado era uma concepção ausente da proposta inicial e que foi construída ao longo do processo pela intervenção das várias articulações movimentalistas do movimento de mulheres, através das falas de suas militantes, e para a qual concorreu o projeto da AMB. A abertura deste capítulo afirma que uma Política Nacional implica reconhecer que a organização do Estado interfere na vida das mulheres determinando, reproduzindo ou sancionando padrões de desigualdade de gênero e raça. O texto aprovado afirma a responsabilidade do Estado pela universalidade dos direitos e afirma o gênero e a raça como componentes estruturais das relações sociais e econômicas. As diretrizes gerais, também ausentes da proposta inicial, afirmam o reconhecimento da violência em sua dimensão estrutural e histórica; a responsabilidade do Estado na alteração da divisão sexual do trabalho; o caráter redistributivo e desconcentrador de renda que deve marcar políticas que efetivamente combatam a pobreza entre as mulheres. Destaca-se, no âmbito da promoção da autonomia das mulheres, a indicação de revisão da legislação que criminaliza o aborto, questão que foi enfrentada pela Secretaria de Política para Mulheres

com a proposição de uma comissão de trabalho com esta tarefa, que seria posteriormente submetida ao Congresso Nacional.

Em 2007, por ocasião da II CNPM, esta estratégia de congregar num mesmo quadro de referência as diversas articulações movimentalistas a partir de reuniões que antecederam a Conferência foi reeditada. Desta vez os processos políticos ganharam maior complexidade, uma vez que era necessário fazer uma avaliação do Plano Nacional de Política para as Mulheres, resultante da I CNPM. Apesar dos enfrentamentos durante o processo de organização da Conferência proposta pelo Governo, que tomou por base o número de mulheres nos municípios, desconhecendo a maior ou menor presença dos movimentos, a AMB e outras articulações nacionais de mulheres conseguiram ter uma forte atuação conjunta na Conferência. Ademais, contrariando a posição oficial do Governo, foi aprovada a proposta do movimento que demarca a obrigação do Governo de enviar para o Parlamento um projeto de lei pela descriminalização do aborto. Também foram alterados e acrescidos eixos ao Plano Nacional de Política para Mulheres, cuja perspectiva é de mudanças nas condições de vida, a exemplo dos temas sobre e desenvolvimento.

Na III CNPM, em 2011, a AMB retomou a mesma estratégia, desta vez agregando a atuação articulada com outros movimentos em um processo anterior de avaliação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres e de seu orçamento. O debate sobre orçamento se deu tanto em reuniões demandadas pela AMB com órgãos de Governo, como no Fórum Inter Conselhos, espaço criado pela Secretaria Geral da Presidência da República, reunindo os conselhos de gestão das várias áreas de políticas públicas para debate de diretrizes para o Plano plurianual do Governo Federal e seu respectivo orçamento. Na plenária da Conferência, uma questão dividiu tanto as representantes da sociedade como do Governo: o debate sobre a legalização do aborto, ou mais precisamente, qual seria a resolução da Conferência para o Governo Federal, quanto a encaminhar ou não uma proposta ao Congresso Nacional para retirar o aborto da configuração como crime, do Código Penal, e torná-lo um problema de saúde pública, com pleno atendimento pelo Sistema Único de Saúde às mulheres que necessitem de abortamento. A polarização se deve a uma divisão no interior do campo político dos movimentos sociais, ou seja, até que ponto este campo deve confrontar o Governo e pôr em cheque o seu descompromisso com políticas antes defendidas pelo PT.

O balanço da atuação da AMB no processo de Conferências de Políticas Públicas é, em geral, visto como positivo e necessário por suas integrantes, embora exista internamente a crítica de que a atuação em defesa dos direitos, por meio das políticas públicas, dota esta articulação de uma perspectiva mais institucionalista do que movimentalista. Entendo que foi o vínculo da AMB com as mulheres populares, a presença constante deste segmento em seus fóruns de decisão e nos espaços de formação política, que criou as possibilidades para que este caminho fosse adotado. Diferentes dos movimentos feministas, que atuam em países cujos governos adotaram as políticas de bem-estar, no Brasil o movimento feminista, na perspectiva da AMB, necessitava travar batalhas políticas em torno das condições de vida de todas as mulheres, em especial das mulheres de classes populares, razão que confere importância à atuação no campo das políticas públicas.

Outro exemplo de processo político desenvolvido pela AMB é o enfrentamento à violência contra as mulheres, que vem ocorrendo de forma sistemática desde 2003. Neste período, a AMB organizou um trabalho nacional de monitoramento das ações do Estado brasileiro para o combate à violência contra mulheres. Vários fóruns locais aderiram a este processo, que teve início com um seminário nacional, "O desafio feminista de monitorar a cidadania das mulheres", no qual ficou estabelecido que, para a AMB, 'monitorar é um processo político', como está dito em seus documentos[9].

A secretaria executiva da AMB formulou documentos de orientação para os processos nos estados e divulgou textos de subsídios. Os fóruns locais realizaram seus diferentes processos de monitoramento com debates sobre a violência contra mulher, visitas surpresa (chamadas *blitz*) aos serviços públicos, reuniões com Ministério Público e com as Secretarias de Segurança Pública dos governos estaduais, seminários de aprofundamento e reflexão com a presença de pesquisadoras etc. Este processo foi sistematizado nos estados, e em nível nacional foi feita uma síntese pela coordenação da AMB. Este material foi disponibilizado no sítio eletrônico da articulacão. Lá constam relatórios de 15 fóruns locais, o que demonstra uma grande adesão.

Esta ação política, sobre a violência, teve continuidade em 2004 com elaboração de um parecer ao Projeto de Lei em tramitação no Congresso

[9] Ver AMB, 2003.

Nacional sobre violência doméstica, posteriormente aprovada e chamada Lei Maria da Penha[10]. Esta ação também demandou a participação em debates e audiências públicas e realização do um seminário nacional "Estratégias de Lutas e Política Cultural Feminista Contra Violência", realizado em parceria com ONGs e Núcleos Acadêmicos, em 2005. Ainda em 2004, a AMB publicou uma revista (*Bocas no Mundo*, nº 3) com o tema "Pela Eliminação da Violência contra a Mulher". Porém, neste período, apesar destas realizações, e como elas mesmas indicam, parece não ter tido o mesmo grau de articulação entre as questões nacionais e as ações dos fóruns locais, diferenciando-se do período anterior.

Em 2006, a Coordenação Nacional da AMB conclama os fóruns locais a uma ação conjunta contra a violência por ocasião do dia 8 de março, dia internacional da mulher. Além do processo anterior de monitoramento político, serviu de estímulo a esta investida o fato de que desde janeiro 2006, o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) vinha realizando uma ação pública mensal, a vigília contra a violência[11], denunciando os índices de assassinatos de mulheres naquele Estado. A adesão dos fóruns locais, neste momento, foi total, e a vigília nacional foi realizada em todos os Estados[12] no dia 8 de março, precedida de muitas entrevistas nos meios de comunicação, panfletagens, debates e seminários, processos de reivindicação e negociação com os governos locais etc. Neste mesmo ano, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Maria da Penha sobre a violência contra as mulheres que, entre outras coisas, alterou a classificação deste tipo de ato como 'crime de menor teor ofensivo' e as possíveis penas para os agressores.

Após a aprovação da Lei Maria da Penha, os Fóruns locais seguiram em movimento pela difusão dos novos mecanismos legais e pela exigência de instalação dos equipamentos públicos necessários para a sua aplicação. Por ocasião do dia 8 de março de 2007, a AMB conseguiu uma nova mobilização nacional, com manifestações públicas em todos os estados, tendo como elemento central o Apitaço, ou seja, em um dado momento todas/os participantes da manifestação (passeata, ato, vigília...) apitavam ao mesmo tempo, como uma forma de denúncia da violência contra as mulheres. Esta ideia foi desenvolvida a partir de uma ação organizada

[10] A proposta da Lei Maria da Penha foi elaborada por um consórcio de ONGs com a liderança do CFEMEA, organização que atua vinculada politicamente à AMB.
[11] Ver BIANCARELLI, 2006.
[12] Ver TEIXEIRA, 2006.

por um grupo popular de mulheres, Cidadania Feminina, do bairro Córrego do Euclides, em Recife[13]. Neste bairro as mulheres se organizaram para apitar quando se sentem ameaçadas ou veem alguma outra sofrendo algum tipo de violência. Nestas ocasiões uma começa a apitar bem forte e as que ouvem dão continuidade até que muitas mulheres no bairro estejam apitando ao mesmo tempo. Ideia desenvolvida com base em experiências similares em outras países da América Latina, esta medida tem intimidado atos de violência sexista. Esta mobilização da AMB foi articulada também com outros movimentos sociais para além do movimento de mulheres. Nesta ocasião, vários movimentos estavam mobilizados para o protesto contra a presença do presidente americano, George Bush, no Brasil. Nesta circunstância, e em função da força que ganhou a luta das mulheres contra a violência, foi possível articular ações comuns com vários movimentos sociais na maioria dos Estados.

A partir desta experiência política, a AMB decidiu investir em um processo de formação nacional sobre a violência contra as mulheres, para o qual contou com a adesão de todos os fóruns locais, o que lhe permitiu tempo e condições de gerar um marco interpretativo comum consolidado, que segue sendo uma referência para a sua atuação[14]. O documento produzido, neste processo de construção de um marco político da AMB sobre a violência contra as mulheres, segue sendo uma referência para as militantes que atuam nesta área. Nesse documento está estabelecida a concepção de violência contra as mulheres a partir de análise consubstancial das relações sociais de dominação e exploração de raça, classe e gênero, considerando elementos materiais e simbólicos, objetivos e subjetivos da produção desta violência.

A referência a estes dois processos, em torno do estabelecimento de políticas para mulheres e de mudança legislativa sobre a violência sexista, ambos com resultados positivos, não obstante não sejam plenamente satisfatórios, quer demonstrar como a partir de diversos repertórios de ação, sejam mais participacionistas ou com maior pressão nas mobilizações de rua, foi possível ao movimento de mulheres obter conquistas em torno de suas causas. Em ambos os processos, inúmeros grupos populares de mulheres estiveram envolvidos, a partir dos fóruns locais que integram a AMB.

---

[13] Ver FERREIRA, 2007.
[14] Ver FERREIRA; TEIXEIRA, 2010.

O aborto é uma questão permanente para o movimento feminista e muitas analistas o colocam como o divisor de águas entre o movimento feministas e o movimento de mulheres, ou seja, só seriam feministas aquelas articulações que assumem a luta pela legalização do aborto. Daí a pertinência de selecionar para análise este processo político que, a princípio, teria maior dificuldade para obter o envolvimento das mulheres de classes populares. Muitas ações foram desenvolvidas pela AMB, por outras articulações e pelos fóruns locais, debatendo este problema que aflige as mulheres de todas as classes sociais, sendo que a sua criminalização e o consequente não atendimento das mulheres na rede de saúde pública, atinge mais fortemente as mulheres em situação de pobreza, que são majoritariamente negras, pois as que dispõem de recursos o realizam nas clínicas clandestinas bem estruturadas.

A Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos assumiu, historicamente, a liderança de articulações nacionais em torno da questão. Em Conferências Nacionais de Saúde, que decide a política da área, já haviam sido aprovadas resoluções favoráveis. Em 2005, as feministas criaram uma articulação, reunindo diversas organizações e movimentos, chamada Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro, com o intuito de realizar ações conjuntas em defesa do direito ao aborto. Todos os fóruns locais, ligados à AMB, têm posição favorável à legalização do aborto. O mesmo ocorre com todos os outros movimentos de mulheres que atuam no plano nacional, todavia, sempre existiram dificuldades para estabelecer uma estratégia única e suficientemente forte para impulsionar esta luta no Brasil.

Em 2006, a AMB, através de sua representante no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, participou de uma comissão tripartite criada pelo Governo Federal, que reunia representantes dos ministérios, da sociedade civil e do parlamento, para formular uma proposta do executivo para o Congresso Nacional. A discussão foi feita e a proposta elaborada defendia a descriminalização do aborto e o atendimento das mulheres no âmbito do Sistema Único de Saúde. O Governo, através da Secretaria de Política para Mulheres (SPM), encaminhou a proposta ao Congresso Nacional, mas não como um projeto de lei do Executivo, apenas como um documento propositivo da comissão. Em 2008, as várias articulações do movimento, já sentindo a onda de retrocesso baseado em questões morais que se aproximava, criaram a Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto e conquistaram a adesão de

vários movimentos sociais, entre os quais a Central Única dos Trabalhadores. Esta Frente, uma articulação de articulações, ou rede de redes, no sentido que propõe Ilse Scherer-Warrem (2014), tem realizado inúmeras manifestações em defesa da legalização do aborto.

Em 2015, com a nova legislatura no Congresso Nacional e as manifestações de rua patrocinadas pela direita política pedindo o impedimento da presidenta Dilma, a defesa da legalização do aborto enfrentou mais uma onda de dificuldades. Entre os vários projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, contrários ao pleito do movimento feminista, destacou-se o PL 5069 que propõe o rebaixamento do direito ao aborto em casos de estupro e risco de morte para a mulher. Contra isto se insurgiram inúmeras articulações e novos coletivos feministas recém-criados por jovens que geraram o ciclo já referido, conhecido como 'primavera feminista' ou 'primavera das mulheres'. A Frente pela Legalização do Aborto, apesar de sua tentativa de incidência neste processo, teve baixa capacidade para uma ação rápida que lhe desse visibilidade pública substantiva, porém conseguiu realizar um encontro com blogueiras feministas, contribuindo para o reposicionamento do debate na internet, e incidir na esfera legislativa, a partir das audiências públicas no Congresso Nacional.

A luta pela legalização do aborto é realizada de várias formas em diferentes oportunidades e a depender da articulação movimentalista que lidera o processo em cada momento. Nesta causa, a presença de feministas não integrantes de articulações movimentalistas é maior que em outras causas. Isso faz com que, em algumas oportunidades, grupos de feministas atuem construindo processos mais institucionais de articulação com os órgãos de Governo e incidências no poder legislativo, o que não tem tido grande apelo popular. Mais recentemente, com a existência da Frente, têm ocorrido constantes ações de mobilização nas ruas e mais recentemente ainda uma forte incidência nas redes sociais na internet. Nestes três tipos de modo de atuação, eu arriscaria dizer que a presença mais forte das mulheres populares se dá nas manifestações de rua, embora elas sempre tenham sido de pequeno vulto, excetuando-se a onda recente de 2015, a primavera feminista, a qual contou com forte presença juvenil. Historicamente, a adesão à pauta da legalização do aborto tem sido uma decisão que caracteriza a adesão ao feminismo. Nos últimos 20 anos, esta proposta cresceu exponencialmente, o que inclui a ação de grupos de mulheres populares, como demonstram os que participam da AMB, mas não apenas estes. Mais recentemente, o crescimento se deu no

segmento jovem com atuação nas redes sociais, sem vínculo orgânico com as articulações movimentalistas.

Estes três exemplos de processos políticos descritos (políticas públicas, violência contra a mulher e descriminalização do aborto), vivenciados pela AMB, buscaram demonstrar como o seu método de atuação é um fator relevante para a adesão das mulheres de classes populares. Analisando o processo político que constituiu o método da AMB e as ações desencadeadas, percebo que ele permitiu o envolvimento de mulheres de classes populares por vários motivos: porque tem um repertório de organização e ação de caráter participativo, ainda que existam dificuldades para sua efetividade em âmbito nacional; porque teve capacidade de alinhar seus marcos de referência incluindo demandas prementes dos setores populares, sem abdicar das clássicas propostas feministas, vistas como sendo mais fortes entre os segmentos médios; e também porque desenvolve uma forma de mobilização interna capaz de construir coletivamente os elementos simbólicos que demarcam a sua identidade coletiva e o projeto político que conforma esta identidade. Não foi objeto desta pesquisa os processos internos de constituição deste projeto, razão pela qual eu não os discuto aqui. Sem dúvida foram processos conflitivos, com idas e voltas, e marcados por divergências entre várias visões políticas que constituem essa articulação.

Composição e identidade coletiva feminista na AMB

Como já afirmado anteriormente, no Brasil, os movimentos feministas foram vistos historicamente pelas pesquisadoras como sendo compostos de mulheres de classes médias e intelectualizadas, ambas condições podendo ser compreendidas como frações da classe dominante. Mais recentemente, movimentos de mulheres de classes populares vêm se afirmando como feministas, conforme demonstramos no capítulo anterior. Esta mudança na trajetória do feminismo brasileiro não se restringe à AMB, há vários grupos ou coletivos autônomos que se alinham nesta perspectiva e há, também, uma construção de referências nesta direção dentro de movimentos sociais mistos quanto ao sexo, que não foram objeto desta pesquisa.

A AMB, desde o seu surgimento, se considera um movimento feminista e, ao longo da sua trajetória, o seu projeto político e, nele, os marcos

interpretativos de referência que a mobilizam para ação, foram, cada vez mais, se configurando como um feminismo de caráter antissistêmico e sua composição passou a ter uma forte presença popular. Isto se deve às suas opções políticas, mas também ao fato de que as mulheres que dele participam pertencem à classe trabalhadora, sendo a maioria do segmento popular. Isto não significa afirmar que se deve a esta maioria a constituição deste caráter antissistêmico, uma vez que os debates internos não estão delimitados apenas por um pertencimento de classe ou racial e sim por posições políticas distintas. Mas, apesar desta afirmação, tudo indica que esta mudança no perfil das participantes é um elemento que soma na direção do caráter deste movimento.

As informações que passo a apresentar foram coletadas na reunião do comitê político nacional da AMB em maio de 2014, em Recife, com a presença de 61 mulheres de 17 fóruns de estados da federação. O formulário apresentava questões referentes à identificação, situação de vida e participação. Por fim, em uma questão aberta, as respondentes foram convidadas a refletir sobre a sua identificação política a partir da pergunta: "Considerando a sua militância, quem é você? Ou seja, como você se identifica politicamente?" As respostas foram agregadas em blocos por similaridade e serão discutidas ao final desta parte. Passo a apresentar os dados que configuram um certo perfil socioeconômico com elementos sobre a participação política das mulheres militantes da AMB presente nesta reunião.

Como caminho para identificação das militantes da AMB, perguntei sobre a idade, estado civil, raça/cor e classe. Entre as 61 mulheres que responderam ao questionário, a maioria tinha entre 30 e 60 anos, num total de 46 mulheres, sendo que 9 com menos de 30 e 6 com mais de 60 anos de idade. Ou seja, este dado configura um perfil majoritário de mulheres adultas, ainda mais quando observamos que 20 mulheres se encontram entre 40 e 49 anos, praticamente um terço das que foram ouvidas. As mulheres atuantes, nesta articulação movimentalista, de forma majoritária, são solteiras e/ou separadas (75,4%). Apenas 16,4% são casadas. E 6,6% se consideram em um estado civil diferente destes citados.

Posso concluir que as militantes que coordenam a AMB, nacionalmente, são majoritariamente adultas e solteiras. Instigada com esta conclusão, tive a oportunidade de trocar ideias com algumas integrantes da Coordenação Executiva Nacional, e ouvi a percepção de que a presença

de 9 jovens nesta instância diretiva é um indicador de uma mudança na faixa etária predominante em favor da juventude. Segundo uma das coordenadoras, com a qual conversei, o movimento feminista que se funda no Brasil em meados da década de 1970 era majoritariamente jovem, porém a capacidade de renovação das suas organizações não foi muito intensa, o que, aliás, o assemelha a outros movimentos sociais deste período que atualmente são dirigidos majoritariamente por pessoas adultas. Esta afirmação, sobre esta instância da AMB, não indica que não haja uma renovação etária entre as feministas, de forma geral. A eclosão de espaços virtuais feministas e o ciclo de mobilizações, que ficou conhecido como primavera feminista em 2015, são a demonstração desta mudança. Todavia, ao que tudo indica, até 2014, esta renovação que já vinha ocorrendo, não foi substantivamente absorvida por este movimento, embora possa ter sido, comparativamente com anos anteriores, como salientou a coordenadora referida acima.

O fato de ter um percentual tão pouco expressivo de mulheres casadas, seja em casamentos heterossexuais ou lésbicos, pode indicar a dificuldade de conciliação entre vida conjugal e militância feminista, o que é comum também, para mulheres, em outros espaços de participação política no plano nacional, em função às condições de interdição às quais estamos submetidas para dedicar tempo para atuação política. Seria preciso verificar como este indicador se apresenta em outros movimentos sociais para asseverar esta afirmação, o que não é possível fazer no âmbito desta pesquisa. Todavia, pode ser que aquelas que vivenciam uniões estáveis lésbicas não tenham respondido afirmativamente à pergunta sobre casamento por inúmeras razões que vão desde a discordância política com o uso do termo para se referir a esta forma de enlace afetivo até o desejo de não socialização desta informação. Chama a atenção o fato de que 6,6% não se classificam a partir dos termos tradicionais como solteiras, casadas, separadas e viúvas, usados na pesquisa, e preferem se nomear de outras formas. Os dados indicam que, dentro deste movimento, deve existir marcas da antiga insurgência feminista contra as instituições que regem a vida privada.

Em relação ao quesito raça/cor, formulado em questão aberta, apenas 24,6% se declarou branca. Tomando como referência a forma de classificação do IBGE, somei todas que se declaram pretas, pardas ou negras e isso resultou em um total que corresponde a 67,2% das participantes do comitê político nacional da AMB. Entendo que o racismo é

estruturante nas relações sociais que organizam a sociedade brasileira, portanto também o é nos movimentos sociais, o que significa, entre outras coisas, a dificuldade de acesso de pessoas negras à instâncias diretivas nas organizações políticas. Em função disso, posso inferir que as participantes da AMB, no âmbito dos Fóruns locais, são, sem sombra de dúvida, majoritariamente pretas e/ou pardas na cor, ou seja, negras quanto à sua identificação racial.

A classe social, também formulada em questão para respostas livres, se apresentou como um dos mais difíceis elementos na auto identificação das mulheres: 14,8% não responderam; 31,1% se declaram de classe média; 19,7% média-baixa; as que se identificaram como sendo de classe popular e classe trabalhadora obtiveram juntas um percentual de 19,60%; e 14,7% dizem pertencer a classe pobre, de periferia, e baixa-periferia-pobre. Agregando as duas últimas classificações por similaridade posso considerar que as militantes da AMB, que se identificam como pobres-periféricas-populares-trabalhadoras, somam 34,40%. Se considerar nesta camada o que é reconhecido como classe média-baixa terei um total de 54%. Este dado indica que as militantes da AMB, que galgaram presença nesta instância diretiva nacional, são majoritariamente de classes trabalhadoras de caráter popular, o que foi posteriormente confirmado a partir das respostas sobre as condições de vida e níveis de renda.

Quanto à renda, 11,5% das mulheres, que responderam, tinham renda mensal inferior a um salário mínimo ou se encontravam sem renda; 23% tinham uma renda entre um e dois salários mínimos e 27,9% na faixa entre dois e quatro salários mínimos. Apenas 32,8%, aproximadamente, 1/3 das mulheres que responderam ao formulário, tinham renda própria superior a quatro salários mínimos. Entendo que o ponto de corte que divide, o que foi classificado por elas como classe média, pode ser um nível de renda superior a quatro salários mínimos, o que, dependendo das suas responsabilidades familiares, pode não permitir o acesso a bens de consumo que são tradicionalmente associados à classe média no Brasil. Como a maioria é de solteiras (o que inclui não casadas e separadas), se supõe que os compromissos financeiros com suas famílias são vultosos.

Outros dados, sobre a situação de vida das militantes da AMB, confirmam a predominância de mulheres das classes trabalhadoras e/ou classes populares. Mesmo aquelas que se identificam como integrantes

da classe média compõem o que teoricamente chamamos de classe trabalhadora, em função do assalariamento, ainda que tenham um nível de renda maior que a maioria das participantes do movimento. Entre as que responderam, 59,2% adquirem sua renda através de trabalho assalariado e formalizado, ou seja, têm um emprego com carteira profissional assinada ou, pelo menos, com contrato de trabalho, o que implica em alguma garantia de direitos trabalhistas; 29,51% estão com trabalhos informais, empregos precarizados e ou são trabalhadoras por conta própria, e 6,56% obtêm esta renda com apoio familiar. Entre as entrevistadas apenas 1,64% recebe bolsa família.

Em relação à moradia, os dados confirmam um significativo percentual de identificação com as condições de vida das classes populares: 50,8% moram em bairro de classe média e 48% em bairros de periferia. Apenas 1,6% respondeu que mora em um bairro rico (3,3 % indicou outro, 3,3 % não responderam). Dependendo da cidade os significados para bairros de classe média e periferia podem ser bem diferentes, todavia, ao se identificar como moradora de periferia, ao invés de bairro afastado ou outro termo similar, sugere-se que há uma identificação como sendo de classes populares mais forte. 31% destas mulheres moram em casa alugada e 45, 9 % em casa própria. Se agrego as informações sobre quem mora em casa alugada (31%) àquelas que moram em casa de familiares e/ou cedida (18,8%) temos um total de 50,8% (1% não respondeu). Em 64% dos casos, as casas das mulheres da AMB têm entre 1 e 2 quartos; 26,2% têm 3 quartos; 4,8% têm casas com um número de quartos superior; e 5% não responderam.

Em termos de lazer, a formulação da pergunta não me permitiu ver qual é o principal na vida de cada uma delas, como ocupam seu tempo livre, pois a questão permitia marcar vários itens, daí os percentuais apresentados pontuarem mais de 100%, ou seja, cada uma indicou mais de uma opção e os percentuais mostram a quantidade de vezes que esta opção foi marcada indicando quantas das respondentes faz uso desta forma de lazer. Os dados nos permitem afirmar que 57,38% se ocupam com leitura; 49,18 %, com ouvir música; 22,95 % veem TV; e 31,15% navegam na internet – sendo estas as principais atividades consideradas de lazer –; 13,11 % frequentam galerias e museus. Este que é um lazer tido como mais frequente entre as classes altas e médias não compõem o modo de vida predominante entre as mulheres da AMB.

As integrantes da AMB têm alto grau de escolaridade, o que, de certa forma, explica a dedicação à leitura no tempo livre de que dispõem: 78,70 % têm curso superior, sendo que, destas, 33% o fizeram em instituições privadas e 67% em universidades públicas. O número que possui apenas o ensino fundamental é irrisório, perfazendo um total de 1,6 % e com ensino médio são 16,40%.

Os dados sobre escolaridade e lazer colocam novos elementos nesta análise. Apesar das condições de vida não serem favoráveis à atuação política, em função do tempo dedicado ao trabalho remunerado e ao trabalho doméstico, incluindo cuidados com familiares, estas mulheres participam de um movimento social feminista e compõem a sua direção nacional. O fato de terem tido acesso à formação escolar num nível mais elevado (graduação) e suas escolhas por lazer terem um alto percentual indicado de leitura, nos faz inferir que são mulheres que não aceitaram a situação de vida – mulheres, majoritariamente negras e pobres – como um destino inexorável. Elas constroem outras possibilidades para suas vidas. A escolha política pelo feminismo é parte deste processo de construção de si. Voltarei a este tema no próximo item.

A maioria delas (70,6%) tem até 15 anos de participação no movimento de mulheres – na AMB ou noutro. Entre estas, 23 % têm menos de 5 anos de atuação. Ou seja, como a AMB tem aproximadamente 20 anos, menos de um terço (29,4%) de seu comitê político nacional participou do seu processo de fundação. Este dado indica uma grande capacidade de renovação da direção nacional. Pode sinalizar também o afastamento de muitas feministas que estiveram envolvidas na sua articulação inicial, momento no qual parece ter havido predominância de feministas de classe média na direção nacional. Na observação atenta pude verificar que, de fato, muitas que estiveram envolvidas no processo, por ocasião da Conferência de Beijimg, embora permaneçam feministas ativas, não participam dos espaços próprios da AMB. As razões para este afastamento não foram objeto desta pesquisa.

Entre as integrantes do comitê político nacional, 70,50% declaram não ter militância em partidos políticos atualmente, o que não significa que não tenham tido em algum outro momento da vida. Já 26,20% afirmam ter dupla militância, na AMB e em algum partido político (3,30% não responderam). A não participação em partido político, atualmente, pode ser interpretada por dois vieses. Um primeiro, e menos provável, é

o de não conferir relevância a esta forma de atuação. O segundo, e mais perceptível, à luz da observação, é o de que há, entre as militantes da Articulação de Mulheres Brasileiras, atualmente, uma certa decepção e desesperança com o projeto político majoritário no campo democrático popular, o que é comum entre muitos movimentos sociais, conforme discutimos anteriormente. Isto dificulta o debate que permita uma diferenciação entre um projeto partidário, no caso, o do PT, e um projeto político mais amplo, capaz de compor um campo político dos movimentos sociais.

A partir destes dados apresentados, fica evidente que a composição de classe presente na AMB é nitidamente classe trabalhadora, porém majoritariamente com mulheres de classes populares, que vivem da venda da sua força de trabalho e têm condições de moradias e modos de vida que demarcam o pertencimento a este segmento da classe trabalhadora. Um elemento interessante neste perfil, que merece destaque, diz respeito às formas de lazer e à formação universitária, estes dois elementos, que podem ser vistos como capital cultural, são significativos para refletirmos sobre o *habitus* de classe das militantes da AMB[15]. Entendo que os processos de socialização feminista nesta articulação, sejam a partir dos espaços deliberativos de estratégias políticas, sejam a partir dos espaços educativos, têm peso substantivo para a identificação das mulheres das classes populares com o feminismo.

Inqueridas sobre a sua identidade política a maioria afirmou ser o feminismo a sua referência, à exceção de seis respondentes que não o fazendo, utilizaram o termo 'mulheres' como parte de sua elaboração. Aparentemente é uma resposta óbvia já que este movimento constrói sua identidade coletiva em termos feministas, porém não pode ser visto como óbvio uma vez que muitos setores acadêmicos, governamentais e partidários não associam, de forma tão nítida, o feminismo e a política, e tampouco o feminismo e mulheres populares. Quero dizer com isto que, para estas mulheres, majoritariamente negras e populares, está dado que o movimento feminista é uma forma de fazer política, o que faz com que demarquem claramente suas identidades políticas individuais a partir deste pressuposto.

[15] Sobre *habitus* de classe ver BOURDIEU, 2013.

Entre as respondentes, 40 mulheres (65,57%) se identificaram com o que pode ser chamado campo político dos movimentos sociais e/ou campo de esquerda. Majoritariamente elas se referem propriamente a serem de esquerda, a assumirem a luta antissistêmica e/ou pela transformação social. Há inúmeras referências nas respostas abertas a antirracismo, anticapitalismo e antipatriarcado, que são marcos de referência usados na AMB, e também algumas alusões a anarquismo e socialismo. As 34,43% restantes não fazem referência explícita ao campo político e identificam-se como feministas autônomas, mas sem fazer um indicativo claro que haja um debate teórico e político sobre autonomismo nas fileiras deste movimento. Possivelmente isto significa apenas o fato de algumas mulheres participarem dos fóruns locais diretamente (autonomamente), sem terem um grupo local de atuação que as liga a este fórum da AMB. Mas significa também que o movimento toma suas decisões autonomamente, sem relação direta com partidos, credos religiosos ou governos.

Destaca-se ainda a ideia destas mulheres respondentes serem parte de um dado campo político, fortemente vinculado à perspectiva de transformação social, mas que não é vista como um momento futuro, mas como ações (e tipos de ações) que a concretizam no cotidiano. Como a questão se refere à identificação política pessoal, inúmeras respostas ampliam o espectro político com demarcações de identidade, utilizando referências como: negra, popular, de periferia, lésbica, vinculada à defesa de direitos humanos, da democracia, da questão ambiental ou da natureza, entre outras. A questão da transgeneridade é citada também, apenas em três respostas, todas se referindo à identificação com a causa e não como pertencimento ao grupo social transgênero.

O elemento que mais se destaca, nesta resposta aberta, é a formulação, comum a praticamente todas, embora escrita de diversas formas, da identificação com o feminismo antissistêmico. Praticamente nenhuma das entrevistadas deixa de fazer referência à perspectiva antipatriarcal, antirracista e anticapitalista na constituição de sua identificação feminista. A afirmação de Melucci, de que a identidade é "a capacidade reflexiva de produzir consciência da ação" (Melucci, 2001, p. 89), é útil para entender este processo de identificação coletiva, no qual emerge o sentido de estar juntas. Também é comum nas respostas à interpelação de que a AMB deveria dar mais ênfase a um ou outro aspecto desta tríade, marcado por suas identidades políticas pessoais e prioridades de lutas. Para algumas, o antirracismo deveria ser maior, com uma atuação mais consis-

tente; para outras, a perspectiva anticapitalista é que está precisando de reforços, uma vez que não basta ser contra o capitalismo, seria necessário pensar alternativas e discutir modos de vida que incorporem formas de resistência à dominação do capital e ampliar as lutas anticapitalistas. Estas interpelações indicam que as articulações entre distintas identidades pessoais (ou de grupos) pressupõem espaços coletivos para interpelações mútuas, que possibilitam a construção de referências comuns.

A pesquisa não adentrou nos processos internos de constituição dos marcos de referência da AMB, mas eles existem, obviamente. Ao descrever a composição de classe da AMB não estou afirmando que ela é responsável pelo alinhamento de suas referências para interpretação do mundo no sentido antissistêmico. Mas, entendo que a composição de classe favorece este realinhamento, na medida em que ela interpela a elaboração coletiva nesta direção política. A partir da experiência, posso afirmar que existem mulheres militantes da AMB, de segmentos médios e populares, que atuam internamente de forma deliberada e estratégica para constituição destas referências. Ou seja, não se trata de ter uma posição teórico -política porque se pertence a uma classe, mas a presença de mulheres de classes trabalhadoras e populares tem incidência favorável nesta posição, porque traz este olhar sobre os problemas que afligem as mulheres para o debate, a partir das suas experiências de vida.

Há também aquelas que discutem se o fato do feminismo da AMB ter caráter antipatriarcal já incorporaria, na justa medida, o combate à heteronormatividade compulsória. Aqui se registra uma divergência, apesar de pouco expressiva, sobre o que contém e o que está contido. Para algumas o sistema patriarcal tem como um dos seus principais recursos a imposição da heterossexualidade, com o controle da sexualidade e da reprodução das mulheres, como modo de organização da vida social, e para outras o sistema que deve ser combatido é a própria heteronormatividade. Entretanto, esta divergência teórico-política não separa lésbicas e heterossexuais, como uma visão essencialista poderia supor.

Com a apresentação do perfil das militantes da AMB, presentes no seu comitê político nacional, foi possível confirmar a análise de que esta articulação movimentalista é majoritariamente composta de mulheres negras e de classes populares, mas tendo também mulheres brancas e que foram consideradas de segmentos médios, ainda que no interior da classe trabalhadora. A partir dos dados desta reunião não se detecta a

presença de profissionais liberais e mulheres com níveis de renda elevados. É interessante, perceber, como, apesar destas condições de vida, o grau de escolarização, a opção por leitura e o acesso à internet, podem demonstrar alguns elementos típicos de modos de vida de segmentos médios que têm chegado mais recentemente às periferias urbanas.

Entendo que o repertório organizacional da AMB e as referências antissistêmicas foram a chave que gerou a possibilidade de participação e pertencimento de mulheres de classes populares nesta articulação. Os processos de construção de seu projeto político se constituem a partir de um método de debate interno capaz de realizar, coletivamente, o diagnóstico ou análise da situação com seleção de problemas centrais a serem enfrentados, a estratégia ou prognóstico orientador da ação, e a motivação das militantes.

Nesta direção, é interessante observar, como a identidade coletiva assevera a continuidade do sujeito da ação, o que não pode ser visto, empiricamente, sem que se dirija o olhar para os processos organizativos e para os processos internos de construção de referências políticas. Pensar movimentos sociais só em termos de ciclos de protestos e momentos fortes de ação reduz a possibilidade de ver as identidades coletivas como identidades políticas que demonstram pertencimento e/ou proximidade com uma opção teórico-política orientadora da ação. Elas, as identidades coletivas, são formadas contingencialmente, no curso da ação, porém se condensam temporariamente a partir dos marcos interpretativos em torno dos quais se formam as articulações movimentalistas, ou seja, estruturas de mobilização mais estáveis. Essa identificação coletiva, ou sentimento de vínculo, pertencimento a um dado movimento, impulsiona novas mobilizações que o tornam novamente visível. No período de latência, este sentimento de pertencimento possibilita ações de formação interna, de organização e comunicação, a entrada de novas militantes e também questionamento que contribuem para reconfigurar os marcos de referência para mobilização e, de forma mais ampla, a própria identidade coletiva.

O estudo sobre a AMB demonstra como a identidade coletiva de um movimento traz consigo um sentimento de vínculo com uma causa, um objetivo comum e um compromisso compartilhado, o que forma laços entre as participantes e em torno da causa que defendem. Nesta perspectiva, a

[16] Ver DELLA PORTA; DIANI, 2006.

noção de rede de movimento social, desenvolvida por Donatela Della Porta e Mario Diani, permite compreender o movimento como um continuum de ações e identificação, ou seja, que envolve protesto e mobilização, mas também a forma organizativa, momentos de autorreflexão, processos de compartilhamento de emoções e de elaboração e produção cultural[16].

No capítulo seguinte discuto as interpelações feitas à AMB e ao movimento feminista pelas mulheres participantes de classes trabalhadoras e/ou populares, a partir da apreensão de como se deu, para cada uma, o processo de construção da identidade política feminista.

6

Feministas populares: sujeitos fortes

Neste capítulo discuto a identidade política pessoal de mulheres de classes populares da AMB, entrevistadas na pesquisa, e como elas se situam em relação à identidade coletiva feminista e à AMB, tentando verificar as possíveis tensões no interior desta articulação e fora dela, no movimento feminista mais amplo. O centro da análise serão os dados produzidos nas dez entrevistas, mas lançarei mão também de dados construídos a partir dos dois grupos focais realizados e nas notas de campo, arroladas no processo de observação. Nas entrevistas adotei um roteiro aberto, com flexibilidade para maior ou menor aprofundamento sobre a trajetória da vida e de participação política das interlocutoras. O fato de atuarmos no mesmo movimento, mesmo nesta oportunidade eu estando na condição de pesquisadora, gerou um ambiente favorável para que elas adotassem uma postura reflexiva, revisitassem seletivamente suas memórias e buscassem se situar a partir das relações sociais de classe, raça e gênero. Entendo que isso foi possível porque participamos do mesmo movimento, a AMB, e porque este movimento constrói a sua identidade coletiva a partir da análise crítica destas relações sociais, especialmente, adotando, como marco de referência, a perspectiva antipatriarcal, anticapitalista e antirracista.

O critério adotado para a seleção das entrevistadas, além de serem mulheres identificadas como sendo de classes trabalhadora/popular, foi o de pertencimento à AMB, há alguns anos, ou seja, não ser recém-chegada, e, ao mesmo tempo, não ocupar lugares centrais na direção política. Com

isto, o meu objetivo era o de localizar militantes medianas, ou seja, que não tenham uma posição central na estrutura organizativa, porém sejam suficientemente comprometidas com a construção da AMB, tenham reconhecimento interno, e possam representar um certo perfil médio das militantes que participam de instâncias e/ou momentos nacionais deste movimento.

Considerando os dados de perfil, previamente realizado e o meu conhecimento anterior sobre a AMB, localizei dez mulheres com estas características, resguardadas algumas diferenciações, mas que têm, no conjunto, um perfil assemelhado ao perfil geral apresentado no capítulo anterior. As dez entrevistadas são de dez estados brasileiros e, entre elas, duas são mais jovens, tendo menos de 25 anos; uma é lésbica; quatro são negras, duas indígenas e quatro brancas; destas, seis são solteiras e três são casadas (uma não declarou); quatro são moradoras de bairros de periferia, duas residem em cidades do interior e quatro em bairros considerados mais centrais em capitais; cinco têm empregos formalizados (professora do ensino médio, bancária, trabalhadoras em ONGs) e cinco vivem de trabalhos eventuais e/ou com produção autônoma; duas trabalham em ONGs de composição mista quanto ao sexo e uma em uma organização feminista; uma é rapper. Para referenciar as entrevistas, no texto, adotei a numeração, a fim de não expor as interlocutoras, porém esta numeração não corresponde, necessariamente, à adotada na lista das entrevistas.

Os dois grupos focais foram conduzidos a partir de um roteiro que visava conhecer como as participantes veem a questão de classe no movimento feminista, historicamente e na atualidade, e como compreendem um possível feminismo popular. Foram dois grupos focais, ambos com mulheres de Recife, organizados a partir do critério de classe, faixa etária e tempo de atuação no movimento. O grupo um reuniu militantes feministas mais jovens, com formação universitária, majoritariamente vistas como de classe média (embora duas presentes se identifiquem como sendo de classe popular), com menor tempo de inserção no movimento feminista e em vários coletivos. O grupo dois reuniu mulheres adultas, de classes populares, majoritariamente com vários anos de atuação no movimento, integrantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco, que é o agrupamento local articulado à AMB (embora tenha contado com a presença de duas jovens, de segmentos médios, não integrantes desta articulação). O material advindo dos grupos focais também contribuirá para explicitar tensões na relação entre mulheres populares e feminismo, no interior da AMB, mas também fora dela.

Uma questão metodológica que me ocorreu no decorrer do processo diz respeito à visão que as mulheres participantes das entrevistas e dos grupos focais teriam sobre a minha identidade de classe e de raça e como isso poderia interferir nos seus depoimentos e considerações. Embora estejamos no mesmo movimento, eu não tenho relações pessoais com a maioria delas e, portanto, elas não detêm informações sobre minha trajetória de vida e minhas identificações não públicas. Acredito que a maioria me vê como uma militante feminista de classe média, dado eu atuar em uma ONG feminista que tem salários razoáveis, possivelmente branca ou morena, em função dos meus traços físicos, e que se relaciona bem com mulheres populares porque trabalha como educadora. Não tenho como averiguar esta interpretação, mas, no sentido do senso comum ela confere, porém, a vida real é um pouco mais complexa que o senso comum. Motivada por esta preocupação, e me sentindo comprometida com os depoimentos e reflexões que as mulheres compartilharam comigo, ao longo do texto, compartilharei algumas informações a meu respeito semelhantes àquelas que solicitei das interlocutoras.

Origens de classe e situação de vida

A atual situação de vida das mulheres entrevistadas, no sentido socioeconômico e político, discutido na apresentação do perfil geral no capítulo anterior, se relaciona diretamente com as suas origens de classe e o seu pertencimento racial. A partir desta constatação é que se evidencia o investimento emocional e prático de cada uma na construção de sua identidade política pessoal e seu engajamento militante em movimentos sociais e, mais precisamente, na AMB. As origens familiares nas classes trabalhadoras e/ou nitidamente populares, o histórico de racismo sofrido desde a infância, a educação diferenciada e a responsabilização pelas tarefas domésticas, em relação aos irmãos de sexo masculino, a violência sofrida pelas mães na vida conjugal, entre outros aspectos, são elementos que se destacam na leitura da origem destas mulheres e na sua identificação com a atuação política em movimentos sociais e, mais fortemente, no movimento feminista. Mas há, também, outros elementos que, estando nas histórias de vida, podem contribuir para elucidar as resistências cotidianas que todas viveram no processo de construção como pessoa, como mulher e como feminista. Pelas falas, percebe-se que a participação nos

fóruns locais e nas ações nacionais da AMB, especialmente as atividades de formação, são elementos que contribuíram para que elas façam esta leitura de suas trajetórias.

Para que seja possível conhecer as interlocutoras que contribuem com suas reflexões para esta pesquisa, e para reforçar a tese de que são mulheres trabalhadoras de classes populares e feministas, apresentarei as origens de cada uma, em particular, nos termos em que elas se apresentaram na entrevista, tentando ser o mais fiel possível, porém sintetizando as histórias sobre as quais discorreram e ocultando algumas informações no sentido de evitar identificá-las. Trago também as minhas próprias memórias como parte desta construção de saber, que ambiciono seja feita de forma compartilhada. Estas memórias são retomadas a partir de quem são estas mulheres hoje, o que confere uma seletividade e reinterpretação do vivido, a partir de marcos de referência subjacentes e que fornecem uma base de reflexão e de consciência de si, imprescindível a processos de identificação.

Melucci questiona a relação com o passado a partir da concepção de linearidade do tempo. Referindo-se à relação com o tempo, ele diz

> o futuro, o porvir, prepara-se dentro das condições e dos vínculos que o nosso passado constituiu. As possibilidades nunca são completamente abertas; o passado delimita as fronteiras do possível, e o futuro brota do seu seio carregando suas marcas (Melucci, 2004, p.23).

Entendo que o tempo não é vivido no cotidiano de forma linear, mas aparenta ser. Ao refletirmos sobre o passado no presente, apesar de todos os constrangimentos impostos pelas relações sociais de exploração e dominação, já o fazemos nas condições de possibilidade atuais e a partir de um saber situado na contemporaneidade de nossas vidas e nossas escolhas, portanto, gerando alternativas para o que pode vir a ser, construindo futuros possíveis, o que, em parte, pode já ser vivido no presente. Quando nos vinculamos a uma subjetividade coletiva produzida em movimentos sociais, construímos, para nós mesmas, narrativas identitárias que revisitam o passado, mas são também prenhes de possibilidades transcendentes da condição atual.

> O presente é o único horizonte possível para esta ligação: a presença é o lugar em que passado e futuro podem estar numa relação circular. É no presente que o passado reflete sua luz e sua sombra sobre o futuro e que este ilumina ou turva aquela porção de nós mesmos na qual queremos ou podemos nos reconhecer (Melucci, 2004, p. 23).

A porção de mim que reconheço é profundamente vinculada a essas histórias de mulheres populares. Relembrei minha infância e adolescência ao ouvir as lembranças contidas em várias destas narrativas. Meu pai e minha mãe saíram do Ceará em função da seca, que impossibilitava dar continuidade à pequena lavoura da qual tiravam a subsistência. Encontraram abrigo no Maranhão depois de uma longa viagem cheia de privações, viveram de trabalhos precários até meu pai conseguir ser contratado formalmente em uma empresa de limpeza pública, como coletor de lixo, e ao mesmo tempo complementar a renda com o comércio informal nas ruas do bairro de periferia em que morávamos. Minha mãe garantiu a vida com trabalhos precários, eventuais, em meio à responsabilidade de criar nove filhos e receber muitas outras pessoas por longas temporadas, como era comum entre aquelas que se mudavam do interior para a capital. Ainda assim, eles conseguiram que todos os filhos e as filhas estudassem, na esperança de dias melhores. Vidas semelhantes foram narradas nessas entrevistas.

E2 é filha de pai nordestino, de Pernambuco, e de mãe do Centro-Oeste. Hoje ela vive em uma capital do norte do país. Os pais se conheceram em Brasília, pois o pai havia se mudado para lá por ocasião da construção da capital federal. Com algum tempo de relacionamento, a mãe engravidou, ainda solteira, e para escapar dos problemas familiares eles fugiram juntos para o Norte, em busca de oportunidades. A mãe tornou-se costureira e o pai, motorista. As lembranças da infância falam da situação de classe:

> Quando eu era criança, por exemplo, manteiga, não era todo dia que tinha manteiga para passar no pão. Aí eu me lembro que quando a gente ficava doente... Nossa, a gente vai comer uma maçã, né? Porque ficou doente e a mãe ia lá e comprava uma maçã. Podia tomar um guaraná (...). Então meu pai viajava,

> minha mãe ficava em casa e a gente, enfim, ia se virando com o que tinha. Nem todo dia tinha mistura. Na época, a gente falava mistura, né? Era só o arroz e o feijão (E2).

Hoje E2 é bancária, dirigente sindical liberada do trabalho no banco para atuação política e recentemente fez mestrado.

E3 é neta de fazendeiros no Norte do país, que "tinham posses, uma casa grande e consumiam produtos adquiridos na Europa, especialmente roupas". Ela se refere à avó como uma mulher que sofria muitas humilhações em sua residência, em função de ter origem em uma família de camponeses, pessoas que viviam da agricultura de subsistência. Em um dado momento essa avó, num ato de coragem, conforme salientado pela interlocutora, organizou um plano de fuga, se articulou com a mãe dela, comprou uma casa na capital e "fugiu com toda a filharada e foi morar na periferia da capital". Desta forma o seu pai foi instado a aprender um ofício, isto é, a ter uma profissão, e foi trabalhar na empresa responsável pela energia elétrica como eletricista, e os filhos, irmãos e irmãs de E3 também tiveram que trabalhar desde cedo. Na infância, a família vivia em uma casa simples, coberta de palha e no inverno a palha ficava velha mais rápido e molhava muito dentro de casa. Com a morte da mãe, o pai iniciou um segundo casamento, no qual também teve muitos filhos. E3 se refere assim a esta situação:

> Do primeiro matrimônio do meu pai, eu fui uma das últimas a sair de casa, então eu cuidei muito das crianças da minha madrasta, e a minha madrasta, ela tinha uma relação com meu pai que era muito de medo, ela não opinava em nada da nossa criação. Ela tinha sido, até então, empregada doméstica, menina vinda do interior, e trabalhava pra uma missão de evangélicos (...). E toda a nossa infância e adolescência, teve muito essa história da pancada, de apanhar; então, todos nós passamos por essa experiência (...) O clima era o pior possível, né, é difícil falar (...). Se chovia à noite, então, a gente tirava todas as crianças das redes e ficava todo mundo como uns pintinhos, assim, num cantinho, todo mundo ali, e a gente cuidava das crianças, era assim... (E3).

E3 informa que desde muito cedo aprendeu a observar o que acontecia ao seu redor e se ressentia com a diferença de tratamento que recebia em relação aos irmãos do sexo masculino. Seguramente, esta pode ser uma releitura dos tempos vividos à luz de sua consciência feminista atual, todavia há fatos narrados que permitem verificar a força desta sua observação tanto no que diz respeito à discriminação por ser mulher como no tocante às pequenas rebeldias cotidianas que nutrem a resistência à dominação:

> A gente aprendeu tudo, uns com os outros, e isso foi muito bacana porque foi a solidariedade, foi um amor muito forte, realmente, uns pelos outros, e também nós aprendemos a dançar com nossos irmãos, mesmo, assim, quando papai não estava, porque isso não podia fazer parte daquela história ali (...) Meu pai chamava os meninos, assim, dizia "não deixa ela passar por cima de vocês porque se ela tiver com regra, aí, é sete anos de azar na vida de vocês" (...) se tinha comida, podia faltar comida pra alguém, mas o meu pai chegava à noite e tinha que ter uma comida pra ele, porque era ele que trazia a comida, então tinha que ter, mesmo que uma criança não tivesse comida (E3).

Atualmente, E3 trabalha em uma organização ONG da qual participam homens e mulheres, com organização e educação popular.

E4 é uma das indígenas entrevistadas. Ela cresceu em uma comunidade indígena, sendo seus pais de duas etnias diferentes. Os pais trabalhavam na roça e esta era a fonte de sobrevivência do grupo familiar. Ela considera que teve uma infância boa, embora tenha trabalhado desde muito cedo, e se regozija com a disciplina aprendida na 'aldeia'. Hoje ela trabalha como artesã autônoma, abriu uma pequena empresa, fez treinamento no SEBRAE e vende produtos artesanais. Do ponto de vista de classe a definição de E4 é muito assertiva:

> Eu me defino como classe trabalhadora, não fiquei rica (...). Hoje nossa casa é de alvenaria, nós tentamos fazer uma casa suficiente pra viver, foi uma economia muito grande pra gente fazer essa casa, foi uma luta muito grande, e hoje nós estamos numa casa própria, num bairro próximo do centro mesmo. Mas

> eu me considero na classe trabalhadora, eu nem vou dizer classe média, porque eu me considero na classe trabalhadora (E4).

E5 é uma jovem negra, filha de empregada doméstica, uma mulher como tantas outras que saiu de sua cidade pequena, no interior de um estado do Nordeste e foi tentar meios para subsistência na capital de outro estado. O pai era agricultor também em uma pequena cidade e posteriormente deslocou-se para a capital onde trabalha como garçom e churrasqueiro, e às vezes, "corre avulso", afirma E5, em referência à vida com trabalhos temporários, precarizados, de curta duração. Ela se refere à infância em situação de pobreza a partir da condição de moradia, pois morou em um local sujeito à remoção: "Cresci com a ideia de remoção, tipo assim, a galera que acreditava que uma hora ia ter que abrir as ruas lá e elas serem indenizadas, só que não rolou assim" (E5). Ela se define:

> sou de periferia, sou de classe popular, que, tipo, é uma classe que tem um perfil financeiro muito individual, por mais que a gente não esteja nesse mercado formal, a gente meio que sobrevive de corres e sobrevive de forças (E5).

Hoje, E5 continua na mesma situação, ou seja, trabalhos informais, temporários, com renda baixa e morando na periferia da cidade. Todavia, a sua participação no movimento feminista e no meio artístico lhe permite outros espaços de inserção no mundo.

E6, em seu relato, diz:

> Meu pai é neto de portugueses, filho de alemão. Minha mãe é filha de índio e de negro (...) E tiveram dez filhos e eu sou a sétima desses dez (...) mas tem uma coisa que marca a minha infância, que é a separação dos meus pais, tinha uma relação de muita violência entre eles.

Hoje ela trabalha como educadora social e está concluindo um curso de secretariado escolar. Quanto à classe, ela diz:

> Sou da classe baixa. Agora, também, essa questão financeira eu não valorizo muito (...). Essas coisas da coisa material, isso não faz sentido para mim, esse apego. E, se me perguntarem, eu acho que tenho o suficiente para viver, entendeu? Fico, às vezes, preocupada com a minha velhice, mas, tirando isso... (E6).

"Eu sou filha de mãe solteira". Esta foi a primeira referência de E7 ao comentar as suas origens. Ela é a segunda do grupo de interlocutoras, desta pesquisa, que se considera indígena, embora às vezes tenha dúvidas quanto a isso. A mãe é trabalhadora rural e quebradeira de coco babaçu e criou três filhos. Elas moravam em um sítio de um tio, em um território indígena no interior de um Estado do Nordeste.

> Minha mãe é mestiça e eu fiquei toda minha infância lá. Eu comecei a estudar com 12 anos, e a minha relação sempre foi muito com a questão do campo mesmo, rural (...). Eu não consegui estudar pra ter uma formação, eu sempre vivi de trabalhos (...). Eu sempre tive um tempo empregada, recebendo salário, e outro tempo desempregada, né, e sobrevivendo (...) E hoje, eu estou assim, eu moro de aluguel, mas em condições precárias, muito precárias mesmo. Assim, eu moro num quartinho que não tem banheiro, o quartinho tem a minha rede, um negócio, não sei como é que chama, não é a mesa, é até emprestado de uma amiga minha, que eu boto livro, que eu tenho muito papel, muita coisa, assim, e uma cama de solteiro e um fogão de duas bocas, mas é um negócio deste tamainho. Fica no fundo de uma casa de família (E7).

Ela cita suas várias experiências profissionais, algumas das quais adquiridas em função do seu aprendizado na atuação política em movimentos sociais, a exemplo da referência à economia solidária e a assentamentos rurais. Em relação à classe ela afirma: "eu por mim eu sou pobre, né? Porque uma pessoa que não tem onde morar, uma pessoa que não tem um salário fixo, não tem um estudo, uma formação, um negócio assim... é pobre!"

A família de E8 sempre morou no mesmo bairro de periferia de uma capital do Nordeste, onde ela reside hoje. A mãe foi criada em um

convento de freiras e aos 18 anos saiu, trabalhou e casou. O pai trabalhava no comércio e vinha de uma família grande com 21 irmãos.

> A gente sempre morou na periferia, em bairros populares, então as casas, essas casas herdadas que meu pai adquiriu de meu avô, eram casas com quintal amplo, né, nos bairros populares tinha muito disso. Então, hoje eu me vejo, num trabalho de fornecimento de lanche, que exige de mim muito fisicamente, mas pra mim é melhor estar nessa atuação de produção de renda, de manutenção, do que ceder pra algumas coisas que não fazem parte dos meus princípios políticos, né? Não me vejo tendo dentro de empresa privada nem em espaço de Estado (E8).

E9 morou até pouco tempo atrás no mesmo bairro em que nasceu, na periferia de uma capital do Nordeste, hoje reside em uma cidade do interior. A mãe é filha de agricultores e foi para a capital para trabalhar como doméstica para uma família, o que era visto, como salienta E9, como 'morar com a família'. Neste bairro de periferia a mãe e o pai dela se conheceram e namoraram, mas apesar das promessas, eles não casaram. "Quando minha mãe engravidou, ele disse que já era casado. Mamãe achava que ele era solteiro, não ia nunca imaginar que um homem casado vivesse tão disponível na rua", disse, informando ser filha desta segunda família de seu pai e ter três irmãos.

> Mamãe sempre trabalhou muito para criar a gente. Mas meu pai dava a mesada toda semana (...). Minha mãe começou a trabalhar na fábrica. Ela era operária têxtil, era passadeira. Ela pegava de duas da tarde no trabalho e largava às dez e meia da noite. Minha mãe nunca foi na escola, não porque ela não quisesse, porque ela não podia. Minha mãe nunca participou de uma festa de dia das mães. Minha mãe trabalhava muito, eu não sei como era que ela aguentava (E9).

A família morava em um bairro de periferia, porém próximo do centro da cidade e no qual havia uma forte tradição religiosa católica, o que é demonstrado através da organização espacial do território, com a

igreja católica ao centro. "Quando eu era criança, lá não era calçado como é hoje, tinha um largo, um largo aonde a Igreja estava no centro. Eu sempre achei o meu bairro muito parecido com uma aldeia de índio, porque as casas eram ao redor e o centro era onde acontecia tudo" (E9).

Hoje ela trabalha em uma organização não governamental mista quanto ao sexo, com saúde popular, e ganha quatro salários mínimos, mas antes trabalhou em outra organização que tinha um nível salarial melhor. Entretanto, E9 afirma que nunca se sentiu de classe média: "Eu continuo sendo da classe pobre. Mesmo quando eu tinha um salário mais alto, eu era. Quatro salários mínimos, que não é todo mundo que ganha, mas eu continuo sendo da classe pobre. Os meus ideais continuam sendo esses. Eu nunca me senti classe média" (E9).

O deslocamento das famílias em busca de trabalho é uma constante nas origens das mulheres entrevistadas. E10, que na ocasião da entrevista tinha 23 anos, é filha de mãe do interior do Nordeste que se deslocou para o centro-sul aos 17 anos em busca de trabalho e aí se profissionalizou como cabeleireira. O pai é filho de indígenas e também se deslocou para trabalhar numa grande cidade, na qual se formou como eletricista e hoje trabalha com conserto de taxímetro.

> Meus pais se separaram assim que eu nasci. Na verdade, se separaram no oitavo mês de gravidez, né, foi uma história super sofrida. Quando minha mãe engravidou, aí começaram vários problemas, várias crises com meu pai; meu pai era muito mulherengo, minha mãe nem ligava, mas chegou um ponto que ele começou escrachar mesmo, né? Acabaram numa briga. Ele falou umas coisas bem pesadas, que tipo, que ela ia pedir dinheiro comigo no sinal se saísse de casa, que ele não ia assumir paternidade. Minha mãe já tinha cadastro no programa de habitação há muitos anos mesmo, desde que ela chegou em Brasília, só que ela nunca tinha tido a oportunidade e ela não preenchia os requisitos, que é quantidade de filhos, tempo na cidade, e todas essas coisas. Só que minha mãe estava muito desesperada, porque ela tinha brigado com meu pai e não tinha pra onde ir, aí ela foi pra fila do lugar onde eles estavam distribuindo os lotes, e ela dormiu 4 dias na fila. Até que conseguiu porque veio a imprensa, a barriga estava daquele tamanho... (E10).

Com o casamento desfeito e graças à persistência motivada pelo desespero, a mãe dela recebeu um lote em um terreno, porém sem nenhuma infraestrutura, e construiu uma casa de um cômodo de madeirite e um banheiro, com a ajuda dos vizinhos. Ela já trabalhava como cabeleireira, então tudo era neste mesmo cômodo, inclusive o salão. "O povo fala que eu só comia cabelo, nem sopa de beterraba. Pra piorar a situação ela era meio natureba, então era tudo sem sal, sem açúcar". Com a ajuda de um irmão a mãe de E10 foi construindo outros cômodos na casa e separou-a do salão. Depois disso, a mãe dela teve outra filha de um "relacionamento rápido e complicado, com um cara alcoólatra, que não quis registrar a filha, e outra de um relacionamento mais duradouro, do qual ela ficou viúva".

Inquirida sobre sua condição de classe atualmente, ela entende que é de classe média. Ela tem formação em nível superior, trabalha em uma organização não governamental e, atualmente, cursa mestrado. A sua afirmação se deve aos termos comparativos com os quais elabora ao pensar na sua infância:

> Eu devo ser uma pessoa da nova classe média (risos), se é que ela existe. Eu tive uma infância inicial muito, muito, muito pobre, né? Com condições muito restritas de vida. E aí, teve uma época na minha vida que se não fosse os benefícios sociais do governo, eu não tinha sobrevivido. E aí minha mãe conseguiu uma área, um lote, um salão, separou, e agora ela tá lá, minha mãe virou uma empreendedora pra construção civil, que agora ela fez um prédio, aí tem duas lojas, que hoje são o salão e quatro apartamentos, e uma cobertura. É, aí uma parte do desespero do final da universidade, era porque eu precisava ajudar ela a construir o prédio, tava na fase inicial; tinha um prazo pra cada etapa, se ela não cumprisse o prazo ela perdia o lote, perdia o investimento que ela fez, entendeu? E aí, enfim, corria o risco. O governo deu vários incentivos fiscais e num sei o quê, pra galera conseguir construir as coisas, mas aí o meu desespero era de conseguir ajudar ela, né? Aí agora eu tenho o meu salário inteiro pra mim, dá pra pagar minhas contas, e sobra, eu posso comprar livro, esse negócio todo… (E10).

E1 é também de uma família de migrantes, tendo seu pai se transferido entre estados do Sudeste em função do trabalho. Ela identifica suas

origens assim: uma família que gostou do samba, ou seja, afirma as suas raízes em termos culturais, mas também ligadas à periferia: "é o samba, essa cultura de bairro mesmo, de subúrbio".

Esta descrição das origens familiares das entrevistadas buscou situar as suas condições de classe, tanto em termos de nível de renda como em termos socioculturais, o que as posiciona como sendo de classe trabalhadora, notadamente com origens e/ou situação atual nos segmentos populares. Essa descrição foi necessária para introduzir como, a partir destas situações de vida, elas constroem uma identidade política, seja feminista, racial ou de classe. As referências à vida das mães, situações de violência, força de vontade e capacidade de trabalho, apesar da educação sexista nas famílias, é um indicativo das influências que elas trazem da infância para a formação pessoal, são elementos a partir dos quais elas constroem seletivamente suas narrativas. Também se apresentaram diferenças substantivas no interior deste grupo de entrevistadas, tanto no que diz respeito à condição racial como de orientação sexual. Também há diferenças no que diz respeito às origens na zona rural ou em grandes cidades.

Elementos significativos das condições de vida são marcantes na formação pessoal e podem conformar *habitus* de classe, que se consolidam ao longo da trajetória de vida de cada uma. Sem dúvida este *habitus* demarca diferenciações com pessoas que tenham outra situação de classe, ainda que atuando no mesmo movimento social. As referências apresentadas sobre fatos vividos na infância e a afirmação sobre como se veem atualmente demonstra isso. Também são marcantes as percepções das diferenças entre homens e mulheres, e entre pessoas brancas e negras, a partir das desigualdades experimentadas no cotidiano.

Atuação em movimentos e identidade política feminista

A identidade política pessoal, como qualquer identidade, não é permanente, fixa, ou baseada em um elemento natural, ela é um processo social, em constante construção, porém não linear, podendo a pessoa assumir uma ou várias identidades, de acordo com a sua opção ou situação no momento, normalmente marcada por um pertencimento a um determinado coletivo ou envolvida em um dado projeto político. Às vezes esta identidade política pessoal pressupõe uma 'identidade herdada', ou seja, um pertencimento anterior a um grupo socialmente constituído, outras vezes não.

A partir da aproximação com espaços de participação e organização coletiva, as mulheres interlocutoras, desta pesquisa, tiveram suas vidas deslocadas dos destinos previstos e puderam construir projetos de existência para si. Identificar-se como mulher, e/ou como negra, lésbica, e também feminista é parte desta construção pessoal. Mas, como salienta Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2005), toda identidade esconde atrás de si as relações sociais que a condicionam. A identidade 'mulher' – e todas as outras que são marcadas por um lugar subalternizado nas relações de dominação e exploração, como negra, lésbica, indígena, trabalhadora, popular – é uma percepção que vai amadurecendo a partir de fatos significativos que, por sua vez, ressignificam memórias. Já a construção da identidade feminista é algo que, para elas, se deu preponderantemente no espaço de participação política no movimento de mulheres, e com diversas experiências de sociabilização, entre as quais as experiências educativas e os processos de luta, ou seja, se deu na relação com uma identidade coletiva.

Aqui se verifica como as condições de vida geram ou não possibilidade de participação política em movimentos sociais e como, estes, ao se construírem como subjetividades coletivas, com maior ou menor grau de centramento, incidem nas identidades políticas individuais, a partir da identidade coletiva que fomentam. Passar a se ver como mulher não é algo que ocorre sempre para todas e/ou em determinado momento. A maioria de nós não pensa sobre isto, apenas vive isto. Obviamente como mulher é uma construção social que ocorre no interior das relações sociais de dominação e exploração, vive-se como mulher dentro de um padrão social estabelecido do que é uma mulher, de forma não reflexiva. Porém, por diferentes razões que este trabalho não tem capacidade de explicar, algumas mulheres resistem a este padrão, ou como dizia o feminismo nos anos 1970, não aceitam o seu destino.

A filósofa feminista Françoise Collin discute esta questão refletindo sobre a transcendência do sujeito. Ela afirma que por ser uma mulher o sujeito não se define por esta única feminilidade, não se reduz a ela. "A diferença está presente no seio do sujeito mulher. Não há uma única definição do ser mulher e nem um único projeto feminista" (Collin, 1992, p. 9). Aceito esta assertiva, mas, ao mesmo tempo, entendo que é inescapável que, sendo mulher, (ou mulher negra, mulher trabalhadora ou pobre) este seja o seu patamar de inserção no mundo, em função dos constrangimentos impostos pelas relações sociais, embora não se restrinja a ele.

As formas de resistência cotidiana são inúmeras e não foram exploradas nesta pesquisa, porém elas emergiram nas falas, tanto das entrevistas como dos grupos focais, como algo que ocorre com as mulheres de classes populares. Possivelmente, de alguma forma, também com as de outras classes, porém isso não foi objeto de questionamento. Importa salientar que as mulheres populares, em sua existência cotidiana, já não se encontram perfeitamente enquadradas dentro dos padrões compulsórios de feminilidade da norma patriarcal, uma vez que a grande maioria tem que assumir o seu próprio sustento e dos seus familiares e enfrentar as dificuldades próprias da vida nas periferias das grandes cidades ou no campo, o que as obriga a ser sujeitos femininos fortes, no sentido dado a esta expressão por Ângela Davis, e, desta forma, em desacordo com a norma hegemônica do feminino.

Fatos significativos, em cada trajetória pessoal, marcam as experiências de participação política, as quais se dão em diferentes contextos geopolíticos e históricos, que também deixam suas marcas. Para as mulheres mais velhas, que já estão há muito tempo na militância em movimentos sociais, as referências históricas do início do seu processo pessoal remontam à década de 1970 e 1980, período da chamada redemocratização, conforme descrito em capítulo anterior. Para as mais jovens o início do ativismo político se deu já na chamada era Lula, ou seja, sob a égide de um governo federal do campo democrático e popular. A situação conjuntural, já descrita, me parece bastante relevante para compreensão dos diferentes processos de formação de identidade política pessoal, no interior da subjetividade coletiva deste campo político.

Algumas entrevistadas com mais tempo de atuação, diferenciando-se das mais jovens, fazem referências à participação política inicial nos processos coletivos da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, que foram fortes na década de 1980, e, em alguns lugares, estenderam-se na década de 1990, e como ele marcou a sua construção subjetiva. A experiência de participação na Igreja Católica, como algo que é fomentado pela revolta com situações de dominação ou exploração, era algo comum na década de 1980, fazia parte do ideário que se construiu à época e que envolveu o conjunto dos movimentos sociais que estavam se organizando. E3 relata suas marcas e sua inserção nas hostes católicas:

> Meu irmão mais velho tem uma diferença de dois anos e meu irmão é branco com olhos verdes. Aí tu imagina, eu, neguinha do

> cabelo pixaim e ele, branco dos olhos verdes. Então eu sempre fui muito revoltada, porque ele podia tudo e eu não podia nada (...). Aí a gente inventou um grupo de jovens. Assim, com uns 14 ou15 anos. Ir para a reunião do grupo de jovens, que era na igreja, ele podia. E ele almoçava, eu fazia o almoço e ele podia ir. E ele ia já, pegava a bicicleta e ia. Eu não, eu só podia ir depois que eu lavasse a louça, enxugasse a louça, guardasse e deixasse tudo organizado. E eu tinha uma raiva disso, porque isso fazia com que eu chegasse atrasada. Mas mesmo assim foi isso que fez eu despertar (E3).

O início da participação de E3 é visto como parte do processo de se descobrir mulher, ou seja, integrante deste grupo social de pessoas marcadas pela dominação e exploração construído socialmente com base no sexo, mas também no pertencimento racial. Ela viveu um episódio de discriminação na Pastoral da Juventude motivado pelo fato de ter ficado grávida e chegou à seguinte conclusão, à época: "Eu nunca mais vou pôr os pés aqui. Eu não sou mais jovem, eu já sou uma mulher de responsabilidade, eu já trabalho, eu estudo, eu casei, eu estou grávida, vou assumir meu filho". A partir daí ela desligou-se da participação na Igreja e voltou-se para o movimento sindical, no qual atua até hoje, em paralelo com o movimento feminista. Foi no feminismo que ela refletiu sobre a opressão que vivia

> Aconteceu na minha vida, tipo assim, uma implosão. Uma implosão, não é uma explosão, foi uma implosão, pra dentro. Aí eu fui vendo lá, na época, como era que a minha mãe me tratava, como meu pai me tratava. Fui descobrindo as coisas, entendeu? Como no meu trabalho tinha opressão. Eu fui começando a ver as coisas. Eu era cega, eu não via. Aí eu fui começando a ver as coisas. Aí meu casamento não se sustentou. Não se sustentou porque aí eu via o quanto eu era explorada, o quanto que eu era agredida. Não fisicamente, mas do ponto de vista psicológico. De ir ao supermercado junto e, assim, eu ter o meu rendimento e quem definia o que comprava era o meu marido e eu achava que aquilo ali era assim mesmo. São coisas tão sutis que eu não percebia. Aí chegava na hora de pagar a conta, aí, codorna, cerveja. E aí digo assim "Cara, eu quero comprar as coisas para mim, eu não compro, porque eu acho que a grana não dá, porque é supérfluo, tem outras prioridades e ele compra o que ele quer.

> Não, isso não está certo. Isso não está certo". E aquilo foi me criando um sentimento, uma coisa assim, uma revolta, o meu casamento não durou nem três anos (E3).

E1 narra o início de sua trajetória de atuação a partir de um grupo católico, o Agentes de Pastoral Negra, por ocasião da Campanha da Fraternidade em 1988, no qual ela teve contato, em âmbito estadual, com o movimento negro e, posteriormente, com o movimento de mulheres negras. Um fato significativo ocorre neste contexto próximo que gera a sua aproximação com os movimentos de mulheres

> O que foi decisivo pra entrar no movimento feminista, lá na luta no estado, foi na gravidez, porque foi o meu rompimento direto com a igreja, por conta da gravidez, que o pai era um seminarista, então rompia direto com a situação, e aí foi o passaporte pra entrar no movimento de mulheres. Eles disseram "você não vai poder ficar nos espaços da pastoral da juventude deste jeito" (...) ai eu falei "então eu saio, mas eu não vou ficar calada" e aí saí mesmo, foi um rompimento direto com a igreja e aí, efetivamente, comecei a atuar no movimento de mulheres, aí o Fórum de Mulheres nasce em 92. No inicio da década de 90 o movimento era muito incisivo, houve até uma situação que o governo na época mandou bater nas mulheres que estavam na Praça 8, numa mobilização, e a polícia cortou os cabelos das mulheres, tacou bomba, foi um massacre (E1).

Para outra entrevistada, a confirmação de si como mulher e, portanto, interditada em sua liberdade plena, se deu a partir dos processos fisiológicos típicos das mulheres e, mais precisamente, das ideias que se criam em torno deles. E3 relembra a primeira menstruação e tudo que teve que aprender rapidamente sobre o que uma mulher pode e não pode fazer a partir daí: "não encoste num homem porque engravida". Ela narra que neste período desenvolveu um forte medo relacionado ao espaço público, pois, para ir à escola, necessariamente tinha que passar na calçada de um outro colégio que era só para o sexo masculino: "um quarteirão antes já começava a tremer porque eu sabia que eu ia passar por ali". Esta

memória, comum a muitas mulheres, demonstra como é quase impossível não se saber mulher vivendo sob a égide das formas patriarcais de relações sociais de sexo. A questão é o que você faz com esta descoberta, se ela é ou não capaz de gerar uma reflexão crítica.

Para esta entrevistada o início da participação política remonta à década de 1970, quando a Ditadura Militar estava em pleno vigor. E3 já participava de movimentos populares no bairro e, em meados da década de 1970, conhece uma enfermeira de saúde pública que participava de um grupo local ligado ao jornal Brasil Mulher. Elas recebiam o jornal e se reuniam para ler juntas, em uma sala cedida por um sindicato. Ela começa a ir às reuniões para saber o que estava acontecendo na conjuntura brasileira, conforme salientou, já que a imprensa estava sob censura. Lá conhece duas mulheres que 'a adotaram', isto é, lhe orientavam as leituras, levavam para conhecer outros grupos, e favoreciam o engajamento político, prática que era comum à militância de esquerda à época, e que algumas organizações chamavam a quem fazia este trabalho de acompanhamento individual, de 'assistente'. Este é um dos tipos de processos de socialização feministas citados nas entrevistas.

No seu trabalho político profissional com organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais e nos bairros populares da cidade, E3 introduziu o que ia aprendendo no feminismo, e, para ela, a marca deste trabalho é que vários clubes de mães se transformaram em grupos de mulheres. Ela informa também que, na década de 1990, um programa de formação vivenciado com uma organização feminista de outra região foi muito importante para consolidar a sua perspectiva política, este um segundo tipo de socialização feminista, aquele que ocorrem em processos de formação.

Apesar do reconhecimento das mulheres feministas que a introduziram no feminismo, não deixa de salientar alguns conflitos políticos vivenciados que foram percebidos por ela como sendo entre 'mulheres de bairros' e 'as feministas', mas que também pode ser interpretado como uma divergência de posição política estratégica:

> Minhas próprias companheiras, essas que eu respeito demais, chegou um momento que eu me confrontei com elas, porque aí eu estava nas mulheres da periferia, com as causas das mulheres das periferias, e elas, as mulheres das periferias estavam brigando pra ter representação nas organizações de base, que era

> as associações de moradores, e as feministas, essas feministas, não aceitavam isso. E ai, tinha uma organização geral de bairros forte (...) e aí a gente fez uma proposta, num grande congresso de massa, que era de criar uma secretaria da mulher, que era pra trazer esse debate pra dentro da organização popular. E as feministas vieram lá e defenderam contra, eu a favor, e elas contra. Me doía profundamente, mas eu fui defender a favor, e eu fui perdedora, né, perdi porque imagina, os homens que eram todas as direções apoiaram elas, não nós (E3).

E6 recorda um fato significativo que marcou, para ela, o sentido de ser mulher e as suas primeiras revoltas. Após a separação dos seus pais, ela começou a viver permanentemente uma situação de violência praticada por um irmão mais velho. A mãe trabalhava e ele entendia que deveria assumir o comando da casa e das irmãs, espancando-as. E6 se alegra ao falar de como ficou revoltada neste período, permanecia na rua até a volta de sua mãe para evitar que ele a machucasse. "Nós ficamos anos sem se falar. Acho que tem uns dez anos a gente teve uma conversa e a gente conseguiu superar. Hoje a gente se dá muito bem, mas foi um processo difícil" (E6).

Sua mãe era operária e se envolveu na luta trabalhista. A partir daí assumiu também a luta no bairro por liberação de terras para moradia. E6 então se engaja bem jovem nestes processos políticos. Participou do movimento estudantil e depois de um forte movimento de mulheres local, rompendo depois com ele e construindo outro movimento de mulheres local. Ela reflete sobre o processo nacional de organização de mulheres para a Conferência da ONU em Beijing como um momento forte de articulação, uma vez que o Fórum de Mulheres, naquele estado, à época, aglutinava todos os movimentos de mulheres existentes. Este depoimento mostra como à época da articulação pró Beijing já havia diversos movimentos locais de mulheres organizados.

E9 também é filha de mãe operária, na indústria têxtil, viveu sempre em um bairro de periferia de uma grande capital. Ela e seus irmãos e irmãs foram criados com certa liberdade de estar na rua, pois que a presença do pai era eventual e a mãe trabalhava na fábrica durante as tardes e noites, diariamente. Ela conta que se criou na rua e nela aprendeu todas as gírias e formas de viver que a mãe tentava corrigir sempre que tomava conhecimento.

> Eu era uma menina que gostava muito de rua. E quando ia brincar na rua, eu pegava as gírias da rua e trazia para casa. Eu me lembro que mamãe ficava danada e dizia que eu só aprendia coisa que não prestava e que se eu dissesse aquelas coisas ela ia me bater. E ela me batia. E eu acho que ela tinha que me bater mesmo, perdoo todas as coisas, porque não era fácil, não é? (E9).

Esta 'solidariedade feminina' que leva a compreender as mães, mesmo suas atitudes violentas, é uma expressão comum em rodas de reflexão durante os processos de formação feminista, mas, neste caso, também pode ser parte da mística cristã. E9 viveu a adolescência no período de efervescência das comunidades eclesiais de base e dos grupos de jovens católicos ligados à Teologia da Libertação. No seu bairro, que é marcado por forte tradição católica, chegou um padre que comungava com esta orientação e iniciou o trabalho de organização comunitária, especialmente das crianças e jovens. Ela participa deste processo e atua no grupo de jovens católicos. Logo em seguida ela começa a namorar e engravida.

> Eu engravidei com menos de 15 anos. Isso fez eu me afastar das coisas. Nessa época que eu fiquei grávida, eu fiquei muito triste. Primeiro que eu fiquei grávida sem saber que estava grávida. Claro, sabia que namorava, mas eu achava que aquilo não ia engravidar. E quando eu engravidei da minha filha, eu fui para o clube de mães, porque já me sentia adulta, não era mais jovem, era mãe... Eu tinha menos de dezoito e eu já me sentia que não era mais jovem nem era adolescente (E9).

O clube de mães, ao qual E9 se refere, era uma forma organizativa muito presente nos bairros populares no período que compreende a década de 1970 e 1980. Em geral, eles se envolviam com trabalhos assistenciais nas comunidades, mas, em algumas oportunidades, interagiam com o contexto político de organização popular, e passavam a atuar em lutas por direitos como demonstra a pesquisa de Sader (2008), já referida. Neste caso, uma das principais ações do grupo era recolher as doações de tecido que eram dadas à santa padroeira do bairro, as mortalhas, e convertê-las em enxovais de bebê e de cozinha, com trabalhos de costura

e bordados, dos quais ela foi uma das beneficiárias e também se agregou à produção e participava de todos os tipos de reunião. Este clube de mães era ligado ao Conselho Comunitário, que é o equivalente em outras cidades à Associação ou União de Moradores, ou seja, a organização geral de moradores do bairro. Através da narrativa, que segue, tento descrever como a relação entre os movimentos sociais, no caso movimento comunitário, as feministas e os movimentos de mulheres populares, ocorreram no período. Apesar de longa, considero interessante manter esta narrativa porque ela demonstra o que apresentei no capítulo referente ao contexto histórico dos movimentos sociais no que diz respeito às novas formas organizativas que foram se gestando e às lutas realizadas. Mostra também como a trajetória pessoal, como mulher, esteve diretamente envolvida no processo organizativo popular e no envolvimento com o feminismo.

> Estava sentindo falta de me juntar. Aí fui pra essa coisa. Sabia que lá não tinha nada a ver comigo, porque era um bando de mulher bem mais velha do que eu, mas só o fato de ir duas tardes já era bom. Nessa época também eu estava sem estudar e aí eu entrei nesse grupo. Me lembro que foi pra fazer coisas, conversar com outras mulheres... Aí sempre tinha pessoas que iam lá conversar sobre a saúde. Nessa época também existia lá no bairro uma coisa chamada equipe de saúde comunitária, mas era uma iniciativa da própria comunidade que depois, mais tarde, veio culminar com os Agentes de Saúde. Foi um pessoal lá fazer um projeto resgatando as benzedeiras, o pessoal que fazia chá, essas coisas. Me lembro muito. E aí tinha uma médica. Era uma figura exótica pra a gente lá do Morro. Uma pessoa que andava toda exótica. Mas era uma pessoa que estava querendo ajudar, que era médica, consultava, passava remédios de plantas, chá, essas coisas e incentivava muito a amamentação. Foi quando eu tive a minha segunda filha, foi quando eu estava grávida da minha segunda filha. Ela passou lá para ver como é que eu estava. Ela ia na casa das mulheres. Foi aí que eu aprendi a amamentar. Eu amamentei minha segunda filha três anos, foi com o acompanhamento dessa equipe. Só que nesse período, quando eu entro nessa coisa, começa a aparecer lá no morro umas mulheres fazendo coisas. Fazia até na igreja também, mas fazia nas casas e nesse clube de mães também. Porque houve uma época em que tinha muito clube de mães na cidade. Tinha

os diversos tipos. Na minha comunidade, a gente teve a sorte de ter um padre progressista. A gente fez toda a luta, ele incentivou a comunidade a se organizar em vários segmentos. Incentivou o conselho de moradores a se institucionalizar e apoiou uma primeira grande luta da minha comunidade que foi pela água. O conselho dos moradores era muito interessante na época, entre a década de 1980 e a década de 1990 foi uma efervescência muito grande, porque funcionava com comissões. Era tudo por comissão. Então tinha comissão pra qualquer problema maior que tivesse na comunidade, se formava uma comissão dentro do conselho. E a gente se reunia assim, uma vez por semana tinha assembleia e as comissões se reuniam, tinham a sua dinâmica. E na assembleia semanal as comissões colocavam os seus entraves, seus avanços, o que precisava, se precisasse aumentar gente para a comissão para ir pressionar o governo em algum canto. Era uma época que a gente ia muito pressionar a Câmara, ia muito para a Prefeitura. Então, era uma dinâmica muito interessante de funcionamento e a gente teve uma efervescência muito grande. Hoje mudou, hoje mudou muito, hoje é outra história. Mas naquela época subiram umas mulheres estranhas, que não eram do Morro, que queriam conversar com as outras mulheres e que diziam coisas que a gente não estava acostumada a ouvir, que eram as mulheres feministas... Aí eu me lembro que tinha uma reunião na casa de uma mulher. Porque era assim, (a feminista) ia para a casa de uma mulher, e a mulher convocava as outras. E aí ela fazia. Numa dessas eu fui. E aí eu fiquei muito interessada, porque eu dizia "olha, mas é isso mesmo que eu acho, é isso mesmo". E eu fiquei muito encantada naquela época, muito mesmo. Eu me lembro que eu fiquei tão feliz. Eu pensei "eita, eu encontrei pessoas que pensam como eu. Eu não sei falar isso, mas eu acho que isso é o certo". Sabe? É, eu me identifiquei. Eu não sei falar desse jeito, mas eu sei que isso é o certo. É isso que eu quero para mim. Aí foi a partir daí que eu entrei no movimento feminista. Era bem jovenzinha. Era no ano de 1985, me lembro bem como foi, como se fosse hoje. Nessa época, eu estava vivenciando uma experiência profissional numa cooperativa de brinquedos educativos. Era uma experiência comunitária, uma experiência comunista, que a gente dizia... Era um grupo de pessoas que não eram donas nem das máquinas nem do material, que foi já deixado por outras pessoas que passaram por esse grupo. Era um grupo informal, era um grupo de artesãos, a gente se

> denominava assim e fazia brinquedos educativos de madeira... É muito importante, porque a gente tinha uma experiência democrática muito grande. No conselho de moradores, por muitos anos, a direção foi eleita por voto direto da comunidade. Não era outra coisa... Era direto, tinha urna. A gente mapeou toda a comunidade, a gente fazia senso perto da eleição. E a gente fazia a urna para as crianças e urna para os moradores adultos (...). Ter nascido no Morro, ter vivenciado toda essa efervescência, essa forma de organização, dava um diferencial quando a gente saía do Morro e ia para as escolas, sabe? O conselho de moradores era muito democrático. Aí, a partir deste processo, a gente fez um grupo de mulheres do Morro. Então, para tudo você tinha espaço se você quisesse se organizar (...). A gente não queria deixar de ser parte do conselho, entendeu? A gente não queria se burocratizar, criar mais um grupo, ter um CNPJ independente. A gente continuava sendo do conselho, mas criamos um grupo de mulheres autônomo (E9).

E8 também iniciou sua participação social na Igreja Católica, no início da década de 1990, contexto no qual ainda era forte a chamada igreja popular, ligada à Teologia da Libertação. Ela também participava da Associação de Moradores em seu bairro. A partir de uma Campanha da Fraternidade, no início daquela década, que teve como lema "homens e mulheres, semelhanças de Deus", ela começou a participar de alguns debates. A memória sobre o seu processo de identidade feminista, mostra como os caminhos para formação pessoal não obedecem a qualquer linearidade. Ela se refere a um debate sobre o lema da campanha realizado por uma religiosa no seu bairro:

> Quando a irmã, puxando as discussões sobre a Campanha da Fraternidade, falou, fez uma pergunta pra gente, né, assim, no estilo de reflexão, perguntou qual era o projeto de Deus na vida das mulheres, menina, essa pergunta aí (risos), uh! Eu pensei: Não quero projeto nenhum de Deus na minha vida! Eu quero meu projeto de vida, né! Aí, foi, fiz isso. Não era só esse projeto de Deus, era projeto do marido, projeto de filho. E pronto. Eu participava também já de associação de moradores, lá tinha baixa participação das mulheres, e aí eu comecei a fazer essa

> leitura "porque as mulheres não participam da associação de moradores?", e saí um pouco do meu casulo de igreja, fui frequentar mais as ruas, e ai fui ver a realidade dessas mulheres que era de violência doméstica. Pronto, aí começou toda essa minha trajetória, e que coincidiu com a construção do Coletivo de Mulheres, que hoje faz 22 anos (E8).

Iniciar a participação política em outros movimentos sociais e, posteriormente, aderir ao movimento feminista foi uma trajetória comum descrita pelas interlocutoras da pesquisa. Eu mesma vivi a mesma trajetória. Comecei a atuar no bairro de periferia em que morava, com grupo de jovens na comunidade católica, participando tambem da pastoral de juventude do meio popular, e no movimento contra a carestia. Ao entrar na universidade ingressei também no movimento estudantil e, posteriormente, passei a atuar na construção do PT e da CUT, tendo depois voltado para atuação no movimento popular, desta vez na luta por transporte público, a partir de outro bairro de periferia onde fui morar depois de casar. Nesta participação sempre me dediquei à ação de mobilização e de formação política de militantes. O que me possibilitou sempre muitas ocasiões para refletir. Só na vida adulta entrei no movimento feminista, apesar de me considerar feminista há muito tempo. As leituras feministas que fiz desde a juventude contribuíram para que eu compreendesse que minhas inquietações pessoais com a forma que nós mulheres construímos a nós mesmas não eram só minhas. Porém, a minha maneira de lidar com esta descoberta era sendo eu mesma uma mulher que "pensava com a própria cabeça e andava com os próprios pés", como dizia à época, ou seja ocupando lugares fortes de fala em todas as organizações políticas e movimentos onde passava. Só depois percebi que isso não mudava a minha condição e muito menos a vida das mulheres em geral. E que esta transformação só é possível ser feita de forma coletiva.

Para E4, que entrou no movimento de mulheres na década de 2000, a participação no conselho de direitos das mulheres foi o fato mais significativo do início de sua construção pessoal como feminista. É outro momento do contexto histórico que descrevemos antes. Os conselhos de gestão das políticas públicas ocupam um lugar significativo na relação entre Estado e sociedade. A organização popular perde ênfase e é especializada em torno de determinadas políticas sociais. É no Conselho que

E9, sendo representante das mulheres indígenas, passa a ter atuação conjunta com militantes feministas, assume a perspectiva de se organizar politicamente a partir da identidade feminista, e passa a fazer parte de uma articulação do movimento nacional, a AMB. Este depoimento indica que o movimento feminista continuou sendo um polo de atração para mulheres populares nos espaços de participação social ligados à gestão das políticas públicas.

E7, uma mulher adulta que também tem origem indígena e atuação em vários movimentos sociais, em especial de luta pela terra, chega ao feminismo em 2002, através de uma colega de trabalho, que atuava com educação popular na mesma organização não governamental na qual ela trabalhou por um período. A partir deste encontro, ela passa a pautar seu trabalho, como educadora popular, as questões das mulheres. Um fato marcante na sua trajetória, como mulher e como feminista, tem a ver com a luta protagonizada por um outro movimento. Foi por ocasião de uma mobilização nacional no Congresso Nacional contra o contingenciamento de verbas do orçamento da Reforma Agrária, momento no qual este movimento ocupou as dependências do Congresso e foi duramente reprimido pela polícia. Tendo sido presa, E7 conviveu na cadeia com as outras mulheres do movimento e partilhou as suas dores.

> Então, essa foi uma das coisas na luta que me marcou bastante (...) o contingenciamento ia prejudicar o orçamento da Reforma Agraria. Então, a gente resolveu fazer uma incidência em Brasília, vários estados que se articulavam no movimento, que não era o MST, era outro movimento, aí a gente veio pra Brasília pra fazer uma incidência no Congresso. A gente já tinha vindo outras vezes e tinha sido tudo tranquilo. Aí a gente foi presa, foi uma situação bem difícil, e pra mim, particularmente, assim, como eu não sou uma pessoa de externar, eu internalizo muitas coisas. Eu não sou de me desesperar, num sei o quê, eu meio que eu não vivi isso. (...). Eles separaram as mulheres dos homens, tinha algumas mulheres que tinham crianças, que eles tinham pego as crianças e elas não sabiam onde que estavam essas crianças, elas ficaram desesperadas e aquilo também desesperava todo mundo. Não, a questão da cadeia é um negócio, só quem viveu já é que sabe como é horrível, e principalmente na penitenciaria. A gente ficou uma semana lá (...). Então, foi muito tenso, e a

> gente naquela tensão de todo dia, diziam que a gente ia sair e a gente não saía, e cada dia mais as pessoas iam se desesperando mais, principalmente as mães, porque não sabiam onde é que as crianças delas estavam, e algumas tinham marido também que estava no outro pavilhão. Então, foi muito desesperador (E7).

Para as mais jovens, o início do engajamento militante teve outros contornos. E5 começa o seu engajamento através de um projeto desenvolvido por uma organização LGBT com jovens da periferia de uma grande cidade, através do hip hop, com grafite, dança de rua e música. A partir desta participação ela entrou no movimento hip hop, espaço no qual pode refletir sobre sua identidade lésbica e negra, porém queixa-se do machismo e mesmo da violência sexual neste movimento. Neste processo conhece um coletivo de jovens feministas, na ocasião ela tinha 17 ou 18 anos, e a partir dele passa a interagir com o restante do movimento feminista na sua cidade. Ela reconhece que não gostava, e até tinha "um certo preconceito" contra o movimento feminista, mas a partir do diálogo foi se aproximando cada vez mais

> Na troca de ideias com essa galera, foi uma coisa muito massa de perceber que não é muito distante do que eu acredito (...). Uma coisa que me chamou muita atenção foi a casa feminista, lá no Fórum Social Mundial de Belém, aquilo foi transformar o mundo pelo feminismo e como isso coça na gente, sabe, (...) E como é que a gente meio que constrói isso mesmo nas nossas particularidades, dos nossos olhares, das nossas companheiras, de como a gente visualiza, ou sente, que há uma determinada luta, ou determinada resistência mesmo, que junta nós todas, de como tá tudo tão junto... a partir daí eu não deixo de estar nos esquemas feministas, tanto é que a gente faz os nossos corres pra ganhar a vida e fica quase sem tempo e meu veículo oficial é a bike, então, tipo assim, a gente não deixa de fazer o que tem que ser feito (E5).

Outra iniciação de jovem se deu a partir do movimento estudantil. E10 começa a sua atuação em movimentos sociais na oitava série do ensino fundamental e segue no movimento secundarista e também no Mo-

vimento Passe Livre, mas este, em sua cidade, reunia-se na área central, o que dificultou a sua participação por residir em uma área de periferia. Ao entrar na Universidade engaja-se inicialmente em um projeto de extensão e identificou-se com esta prática. É possível que isto se deva às dificuldades enfrentadas ao entrar em uma grande Universidade pública, sendo ela de classe popular. O seu registro do período narra as dificuldades enfrentadas na Universidade, em razão de sua classe, e o sentido que o extensionismo ganhou em sua vida, no período. Posteriormente, através do apoio do movimento estudantil a um encontro do movimento de mulheres, ela se engaja no feminismo. Tendo passado a infância e a adolescência convivendo com mulheres em um salão de beleza, local de trabalho de sua mãe, E10 identifica aí uma possível geração de sua sensibilidade para a causa feminista. Também encontra no pai um incentivo para sua verve questionadora e seu apreço pela leitura.

> Eu acho que o fato de morar num salão, um espaço que circulam muitas mulheres, influenciou. Eu já pensei isso várias vezes, são muitas histórias de mulheres, e tem toda uma questão de como a minha mãe acaba sendo uma amiga, um porto seguro pra muita gente, e tem muita questão de violência, muita história difícil de abuso, enfim. A gente viveu, por muito tempo, num contexto de muita pobreza mesmo, e eu escutava muitas historias de violência pesadas, assim, que caiam em cima de mim. Isso foi muito importante. E meu pai foi muito importante na minha formação, meu pai estudou filosofia e teologia um tempo da vida dele, e ele lia muito, então, me dava livro, me ensinou a ler muito cedo, eu entrei muito cedo na escola e tal. A filosofia era muito importante pra ele, então ele me instigava muito a questionar as coisas, sabe? Ele lia a bíblia comigo e me instigava a questionar porque as coisas estavam sendo escritas assim, se aquilo era verdade mesmo, porque as pessoas acreditavam naquilo. Ele me deu, eu li muito cedo a bíblia e os livros de filosofia pra criança, assim que ele me dava (...).
>
> Eu passei por uma crise muito grande quando eu entrei na universidade, porque achava... enfim, sei lá, só tinham duas pessoas de escola pública na minha turma. Eu chegava em casa chorando todo dia! Super pesado, eu pensei em desistir várias vezes. Era a relação com as pessoas, eram mundos muito diferentes. Tipo assim, primeiro dia de aula, os professores perguntaram "de que escolas vocês vieram?", aí eu saquei que só eu e outra menina era

> de escola pública. É muita discriminação. Eu não conhecia ninguém, todo mundo já se conhecia, todo mundo circulava nos mesmos ambientes, se não se conheciam diretamente, os pais se conheciam. Várias pessoas ganharam carros porque passaram numa universidade pública. Lá os pais te dão carro se você passar numa universidade pública. Passava, a galera ganhava um carro. E isso aí é outro código, né, é outra linguagem. Outra vivência, outro mundo, e eu ficava pensando "Que é que eu tô fazendo aqui?", não sei nem se esse curso vai prestar pra alguma coisa na minha vida, se vou conseguir emprego... Os meus cinco primeiros trabalhos das disciplinas foram recusados, cinco! Eu acho, eu entrei em desespero! Eu falei "cara, eu não sei ler!", não sei ler, porque ela tinha um esquema de fichamento, também, que era bem pesado. Tinha que selecionar o argumento principal, o objetivo do texto, era todo um esqueminha, assim, sabe. E eu, aí, o primeiro texto eu lembro que era Weber, nossa, eu não entendia nada (...) e aí no segundo semestre eu fui fazer o projeto de extensão, aí encontrei uma turma (...), foi um espaço super bacana que tinha uma galera superinteligente, que tinha vindo de escola pública, que tinha uma outra construção. Aí eu passei a fazer movimento estudantil, assim, participei do CA, do DCE, mas sempre foram espaços que eu não me sentia tão bem como eu me sentia ou no movimento extensionista (...)
>
> Eu já estava estudando o feminismo lá, fazendo pesquisa com uma professora que estudava mídia, democracia e gênero. Eu tava a fim de encontrar um grupo de movimento feminista, assim, pra me apegar, sabe? Aí a AMB fez um encontro lá e pediram ajuda para as professoras e pro DCE. Eu fiquei com a tarefa de apoiar, de acompanhar. Aí eu conheci as mulheres todas e falei "nossa, tem um monte de mulher bacana nesse lugar". Aí fiquei encantada, adorei, e comecei a participar das reuniões do Fórum de Mulheres (E10).

A experiência na Universidade foi marcante para E10 também pela percepção que desenvolveu sobre como a situação de vida cria obstáculos à participação política. No grupo focal, a percepção foi de que com o Governo Lula ocorreu uma forte ampliação de oportunidades para as pessoas negras e da classe trabalhadora entrarem na Universidade, entretanto elas continuam sendo "um peixe fora d'água", como afirmou um parti-

cipante do grupo focal 2. Ao namorar com um militante do movimento estudantil, que provinha de uma tradicional família de políticos de esquerda e tinha carro, E10 percebeu como, para ele, diferentemente dela, era mais fácil acompanhar os estudos acadêmicos, atuar no movimento estudantil e ainda se articular com vários outros movimentos sociais na cidade. Quando termina a graduação e passa a trabalhar com um rendimento fixo e mais alto, ela muda de casa, passando a residir em um apartamento compartilhado com amigas e, conforme salienta, começa a ter acesso à cidade.

> Isso abriu várias portas, assim, de tipo ter acesso à cidade; um acesso diferente de que quando eu tinha que morava na (periferia). Porque tinha muita gente que morava (nesta região central), eu podia pegar carona, já não ficava tão dependente de ônibus, podia ir pras festas, pro bar, ter uma vida cultural, que eu não tinha antes. Conhecer as pessoas fora dos espaços de reunião, também é importante, ficar mais tempo na casa delas, sair, beber uma cerveja, e tal, que era uma coisa que eu não tinha antes (E10).

Com esses depoimentos, com os quais as mulheres entrevistadas partilham processos significativos na construção de suas identidades como mulheres e como feministas, trazendo também elementos característicos do habitus de classe, quis demonstrar como estes dois processos, embora diferentes, ocorrem de forma imbricada. Uma pessoa pode se identificar como mulher a partir de ideias não feministas, ou seja, compreender sua existência dentro do padrão social mulher, reforçando-o na sua prática cotidiana. Entretanto esta possibilidade dificilmente se dá a partir de uma reflexão, de um exercício de pensamento sobre a realidade, tenderá a ser uma vivência no interior do senso comum. Perceber-se como mulher, a partir de uma perspectiva crítica, é, portanto, parte do processo de identificação feminista. Isto ocorre com muitas mulheres em diferentes tempos de sua existência. Algumas se revoltam com a educação diferenciada entre os sexos nas suas famílias desde a infância ou com o preconceito racial que, como negras, vivem nas escolas; outras se perturbam com a liberdade ou não para o exercício da sexualidade na adolescência; outras sofrem com a violência sexista que ocorre na maioria

das vezes no ambiente doméstico consigo ou com suas mães; há ainda as que começam a refletir sobre isso a partir da percepção dos seus próprios desejos e interesses sexuais discordantes do que é aceito pela maioria, ou da escuta atenta à história de outras mulheres, do acesso a livros e a materiais feministas na internet.

Para as entrevistadas, que são militantes de uma articulação feminista, ter uma perspectiva crítica sobre o ser mulher é importante, mas não suficiente para a identidade feminista. Para isto faz-se necessário um processo de sociabilidade política que ocorre na participação cotidiana nos movimentos sociais de mulheres, nos quais elas conseguem agir coletivamente em defesa das causas que entendem ser do interesse das mulheres. Todavia, nos grupos focais, o debate sobre a identidade feminista trilhou um caminho, de certa forma, distinto. As percepções das entrevistadas foram referendadas: é parte da construção da identidade feminista tanto se perceber criticamente como mulher, como o engajamento em processos coletivos de formulação desta crítica e de atuação política na causa. Mas, os grupos focais apresentam acréscimos a esta reflexão que considero relevante: a existência de "feministas populares não declaradas".

Vejamos o que elas dizem sobre isso:

> Porque mulher feminista eu vejo um bocado, no ônibus eu vejo várias, todo dia, tipo que tem aquela postura de vida, né? Que você percebe que não aceita as coisas. Eu vejo que tem altivez. Se acontece um perigão no ônibus, ela vai lá falar e arrebenta. Mas como é que você faz essa identificação como feminista? Não sei. (GF1).

> Existem mulheres que mesmo que não tão no fórum, não se dizem feministas, mas elas enfrentam o patriarcado, elas enfrentam o sistema. Quando elas tão na luta lá pela melhoria da condição de vida lá da comunidade ou da sua própria vida, de mudar a forma de fazer as coisas... Porque antigamente se sabia que casamento é desse jeito, você tem que casar assim, quando existem pessoas que enfrentam isso, elas são feministas também, porque elas tão lutando pra mudar a ordem desse sistema na vida cotidiana (GF2).

No meu entendimento, o que elas expressam é que existem mulheres nas classes populares, que, na vida cotidiana, se recusam a aceitar o que está estabelecido socialmente sobre como uma mulher deve se comportar, ou seja, que não se enquadram neste modo de ser mulher que é majoritariamente aceito, e imposto, que constitui o cânone que informa a vida social de maneira mais ampla. A reflexão trazida no grupo focal foi se é possível, e desejável, afirmar que estas mulheres populares fortes são feministas ou não. Para mim, a questão teórica e política que esta reflexão exige é se é possível usar o feminismo como instrumento de análise para estas atitudes cotidianas ou não. Eu entendo que sim, desde que isto não seja baseado em declaração de identidade, pois uma identidade política pessoal não pode ser afirmada a partir de outra pessoa que não aquela que a possui. Contudo, estas atitudes enfrentam na vida cotidiana o sistema normativo de feminilidade e podem ser analisadas a partir de conceitos de "luta feminista" e seu correlato "atitude feminista", que nem sempre se vinculam a projeto de existência declarado, no sentido mais amplo.

Entendo que o feminismo pode formular um conjunto de conceitos possíveis de uso para estudar processos históricos de lutas de mulheres e também atitudes individuais, calcados em análises que não busquem ver identidades feministas onde elas não estão sendo ou não puderam ser afirmadas, mas interpretando os processos e as atitudes sob o ponto de vista do deslocamento da situação das mulheres da norma patriarcal, ou seja, do ponto de vista da resistência cotidiana e da luta feminista. Para o feminismo que explicitei ao longo deste trabalho seria necessário articular à esta perspectiva as atitudes de resistência ou enfrentamento ao racismo e ao capital, mas entendendo que nem sempre elas ocorrem ao mesmo tempo.

A identidade feminista, como afirma E1, "não é uma zona de conforto". Exige um esforço pessoal de rupturas cotidianas com opressões vivenciadas nas relações familiares, no trabalho e nos espaços públicos, além de uma atuação coletiva. Mas é também um "alimento para a alma", salienta E2, sindicalista, que avalia que o espaço da AMB é onde ela se fortalece para a atuação no movimento sindical: "eu coordeno uma mesa de negociação de igualdade de oportunidades que é muito pesada, vou negociar com os bancos, então qual é a minha fonte? De onde eu tiro força? É aqui, no feminismo da AMB". Para E4, indígena, a identidade feminista também não se diferencia da identidade como militante da AMB, movimento que conheceu por ocasião da Conferência Nacional de Polí-

ticas para Mulheres. Ela relembra os encontros Diálogos com Mulheres indígenas , como um momento importante que fez crescer o sentimento de ser deste movimento: "Na AMB eu participo com todas as mulheres. Isso é importante, juntar, nós mulheres indígenas, com as mulheres negras, não negras, né? Então, isso pra mim é importante, a coletividade da AMB". Para ela a identidade feminista é sinônimo de liberdade

> Ser feminista é você ser um pedaço de terra, grande, livre. Você escolhe o que você tem que ser. Apesar que nossa cultura indígena é diferente do que de vocês, eu me sinto livre dentro do feminismo, eu não sei te explicar direito, mas é isso que eu sinto, livre como uma terra aberta, grande, uma terra aberta na floresta, nos rios, rio correndo, peixe indo de volta, subindo e descendo, eu me sinto assim, livre (E4).

A identidade política pessoal feminista é uma elaboração que se dá a partir de um processo reflexivo, que pode ser estimulado por atividades de formação, grupos de autorreflexão, ou mesmo, pela presença constante e intencionada de uma feminista com a qual se atua junto. A AMB, e o movimento feminista de forma mais ampla, atrai para seus encontros mulheres que nunca tiveram experiência anterior de militância, mas também atrai militantes de outros movimentos sociais que se interessam em debater as chamadas questões de gênero ou a questão das mulheres. É comum em atividades de formação, oficinas, encontros, após uma reflexão coletiva ou debate sobre os sentidos do feminismo, se ouvir de uma das participantes a frase: 'se feminismo é isso, eu sempre fui feminista'. Isto significa que aquela mulher construiu uma trajetória individual de resistência à imposição do padrão socialmente aceito do que é uma mulher, ou seja, antes mesmo de conhecer o feminismo ela não aceitava o seu 'destino' traçado pelas relações sociais de dominação e exploração. Os trechos das entrevistas abaixo demonstram um dos caminhos nos quais este processo ocorre:

> Ser militante é a gente ter a capacidade de sonhar, de acreditar que pode ter um mundo melhor, um mundo diferente e que a gente tem um papel nisso, né? (...). Então, eu acho que eu já era feminista antes de eu me sentir, entender, de eu saber o que era

> ser feminista. Por causa das minhas posturas, de enfrentar essa dificuldade de vim da roça, de não ter formação. O geral é a mulher casar, achar que vai resolver seus problemas arrumando homem, né? Nunca passou isso pela minha cabeça, assim, sempre pensei em sair dali, estudar, ou sei lá, conhecer o mundo, nunca foi casar. E em todos os espaços que eu participava, mesmo sem ter entendimento dessa coisa de feminismo, sempre tive essa postura de não depender de ninguém e não me acomodar com as relações, né? Hoje eu me identifico como feminista, vem muito desse contato as discussões das mulheres, dos clubes de mães, as mulheres da pastoral, era diferente a discussão que X travava, era mais avançada, mexia, fazia a gente pensar, e que falava das relações de desigualdade entre homens e mulheres, e eu fui me interessando por isso (E7).
>
> A minha identidade feminista é a primeira. Se a pessoa é capaz de ter várias identidades, a feminista é a primeira. Eu tento ver, eu tento praticar, pautar a minha vida com essa identidade. Claro que é difícil, né? Pra todo mundo... Mas eu tento. Porque é a minha identidade. É, essa é a minha força (E9).

Nas atividades do movimento também é voz corrente a ideia de que, ao ouvir as experiências das outras, uma mulher aprende, se fortalece e se identifica com o feminismo. O conhecimento advindo da atuação em movimento, que pode ser construído e/ou adquirido em atividades de formação coletiva, em buscas na internet, e também nas práticas cotidianas de manifestações nas ruas e nos espaços de sociabilidade, marcam o pertencimento das militantes a este movimento e à construção de seus marcos de referência.

> Quando assim você olha pras histórias, tá ligada? Quando você conhece as outras pretas, as outras mulheres, as outras lésbicas, assim, o jeito da galera, você sente o que é você fazer essa militância, o que é atuar, você cada vez mais se sente mais, você passa a saber o que você sente. Eu acho que você pertence cada vez que você se percebe e percebe elas pertencendo também (E5).
>
> O grande impacto que o movimento dá é essa coisa das oportunidades da gente pensar sobre a vida, e sobre o mundo que a gente vive (...) eu passei pelo movimento sem-terra, passei pelo movimento de direitos humanos, de uma certa forma eu acompanho

> o movimento indígena, mas, assim, a AMB eu acho que é quem mais ajuda a gente a refletir, é quem mais dá oportunidade pra gente pensar, não é tipo dá condições pra tu viver melhor, mas dá condições pra tu pensar sobre a tua realidade, e como, o que que tu faz ou como faz, pra poder contribuir coletivamente com a mudança, né? Eu acho que a AMB me deu, e eu acho que isso que desconstrói essa questão de ser pobre, a oportunidade de conhecimento, da capacidade de pensar sobre as coisas, e pensar a partir de mim mesma e das companheiras, não porque alguém falou, né? Eu acho que a contribuição da AMB nessa questão da classe, talvez seja isso, né, da gente pensar sobre a vida da gente, sobre as questões políticas, sobre as questões sociais, sobre o mundo que a gente vive. E aí isso, pensar sobre o sistema de concentração de riqueza, de exclusão, não é? (E7).

A força do feminismo, na construção da identidade política pessoal das mulheres de classes populares que dele participam, assim como imagino ser das mulheres de setores médios, é muito profunda e se vincula a projetos de existência que vão além da militância política e da construção de ações coletivas. Tem a ver com resistências cotidianas, avanços e recuos no processo pessoal de construção de autonomia, liderança nos processos coletivos, entre outras coisas.

O depoimento que segue mostra como a relação entre grupos populares de mulheres e grupos de mulheres dos segmentos médios interagiram historicamente na consolidação do movimento feminista. Possivelmente a AMB seja um resultado desta interação. E9 conta como foi esta relação durante a preparação do IX Encontro Nacional Feminista, em 1987, momento no qual ainda não existiam as atuais organizações movimentalistas nacionais.

> A gente veio, desceu o Morro e veio participar da comissão organizadora desse encontro, com a nossa insignificância, né? Mas a gente queria, a gente foi convidada para participar porque também tinha uma história... O Encontro Feminista também abriu a possibilidade dos grupos se relacionarem com outros grupos. E aí, cada vez mais a gente vai se afastando das experiências ligadas à igreja. Na realidade, a gente começou a se afastar da igreja quando a gente começou a se enfiar muito no Conselho de Moradores.

> Claro que os grupos feministas do meio popular, para construir o Encontro Feminista eram muito necessários... A gente não tinha teoria, a gente ia trabalhar no que a gente pudesse... O objetivo era organizar as mulheres de nossa comunidade para participar do ENF. E participar das comissões que a gente pudesse participar. Então a gente fazia reunião. Eu me lembro da dinâmica do Encontro, era assim, reunião toda semana, viu? Era briga. Foi muito bom (...). Foi tão bom que depois do Encontro Nacional, a gente faz o encontro feminista no Morro, inspirado no nacional. Com aquela metodologia de ter oficinas, vivências, trabalho de corpo, lugar pra tomar conta das crianças, tudo (E9).

O exemplo de ausência de creche em encontros feministas ou das dificuldades de deslocamento das mulheres que moram em bairros de periferia ou na zona rural são demonstrativos das condições desiguais de participação. A educação formal e o acesso a bens culturais também são significativos. Estes aspectos foram bastante mencionados nas entrevistas, como elementos estruturais que tornam as mulheres desiguais entre si, apesar das iniciativas adotadas internamente para favorecer a socialização de conhecimento e a sociabilidade igualitária.

> Eu acho que ainda é muito iniciante esse amadurecimento dessa coisa da classe, entende? Eu acho que o que define mais na AMB é a identidade feminista, mas a gente sabe que tem pessoas de classes diferenciadas dentro. Tem professora universitária, eu estou dizendo, de nível intelectual diferente, nível de ação e nível socioeconômico. A gente vai precisar refletir mais sobre essas diferenças, né?... Pensando nas grandes frentes de luta da AMB, mesmo que você pegue a questão da justiça socioambiental que envolve muito as mulheres rurais e de periferia, mas quem está fazendo a reflexão é do ponto de vista da classe média, sabe como é? A gente não tem conseguido adentrar na pobreza, entendeu? Eu estou falando nas mulheres pobres que estão organizadas em diversos locais, as questões que a gente tem como prioridade na AMB não chegam totalmente. Mas olhando agora assim, a gente vê que a AMB já foi muito mais classe média... hoje está mais misturando, vamos dizer assim, pela composição. Eu acho que já foi mais classe média, entendeu? Hoje, mesmo quem não seja

> da classe popular, ou que venha de origem popular e hoje ganhe bem, quer dizer, na AMB hoje, mesmo quem é mais classe média pensa muito mais coletivamente para a maioria da população. E pensando para a maioria da população você pensa para as mulheres pobres (...). Mas eu acho que a gente ainda precisa popularizar mais, mas não é popularizar só no sentido de as mulheres pobres estar dentro, né? Não é fazer feito os outros movimentos fazem, de levar as mulheres pobres como massa, mas conseguir que as mulheres populares entendam o mecanismo e façam disso a sua força para a luta (E9).

Nas entrevistas realizadas, há indicações de que a identidade feminista é forte o suficiente para ser considerada como um eixo central na vida, capaz até de não ser suplantada pelas desigualdades de classe entre mulheres, pelo menos, enquanto diferenças entre segmentos no interior da classe trabalhadora. Entretanto, se observamos bem, ao mesmo tempo que esta afirmação é feita, o depoimento abaixo também problematiza a relação entre mulheres de classes populares e dos setores médios, porque as diferenças de condições de vida são perceptíveis e isso interfere na dinâmica do movimento. Senão, vejamos:

> Eu sou uma feminista. E, no meu entendimento, uma feminista, independente de classe social, ela luta pela causa das mulheres. Eu sou uma feminista. É o que me move. Então, o mundo, eu olho o mundo, eu vejo o mundo com os olhos de feminista. Não tenho essa coisa da classe popular e classe média, mesmo que muitas vezes eu ficava aqui dizendo "Ah é? Segura os pirulitos quem pensa a frase!"... Mas cada uma tem a sua contribuição a dar para o movimento. O que a gente precisa aprender é a valorizar não só quem produz a frase, mas quem também segura o cartaz. Eu sei que a gente tem feito isso, eu acho. Eu acho que o movimento feminista é um dos movimentos que tem avançado mais nisso, que tem o maior cuidado, mas, mesmo assim, tem as diferenças. Por exemplo, agora, no encontro, a gente não pensou e eu era para ter pensado, a gente não pensou o que fazer com as crianças. Pode ser que muitas mulheres deixaram de ir para esse encontro porque não tem com quem deixar as crianças. Com tranquilidade, mas eu tive que sair e ficar com uma criança. No

> caso, essa criança era o meu neto, mas eu poderia fazer com outra criança... A gente não pensou antes e não pensou durante. Então levar criança é problema seu (E9).

Estas desigualdades baseadas na classe social, bem como as que resultam da questão racial, foram observadas pelas participantes dos grupos focais. Em ambos foram feitas referências à ideia de que o feminismo dos anos 1970 no Brasil era um movimento de mulheres brancas e intelectuais, porém, diferente de muitas análises que circulam na internet, para estas interlocutoras, é nítido que, embora esta fosse a constituição do movimento, o debate sobre classe social no seu interior era muito forte, porque havia uma corrente de pensamento oriunda do marxismo que assim procedia, embora existissem outras. Isso demonstra a análise feita, em capítulo anterior, que indica que o movimento feminista no Brasil, pelo menos seus segmentos mais fortes, nasce e segue existindo dentro do campo político da esquerda que forma seu pensamento a partir da discussão sobre a exploração de classe, mas sem restringir-se apenas a ela.

Interpelações de mulheres populares

No capítulo anterior mostrei como a Articulação de Mulheres Brasileiras, ao longo do seu percurso histórico, construiu um jeito próprio de organização e funcionamento e também foi forjando uma identidade coletiva marcada por um grande marco teórico político de interpretação coletiva da realidade que gera referências comuns, e que faz com que suas integrantes assumam a perspectiva antirracista, anticapitalista e antipatriarcal como um modo de pensar e agir coletivamente, porém com baixo grau de centramento, o que gera pouca capacidade de ação coletiva nacional com expressão pública forte.

A isto a AMB associa alguns marcos de referência mais pontuais e/ou menores em extensão política, capazes de a estimular para elaboração estratégica, para mobilização e ação frente ao Estado e/ou à sociedade em torno da luta por direitos. Nesta parte, procuro desenvolver como se deu, na trajetória e na concepção das entrevistadas, a relação entre esta identidade coletiva, ou seja, o tipo de feminismo da AMB, e a identidade política pessoal de cada uma delas, buscando discutir as interpelações

recíprocas e como isto incide na construção do movimento feminista do qual todas participam, a partir das questões de classe. Inicialmente discuto como elas veem a questão de classe no movimento feminista e depois a relação com a identidade coletiva da AMB.

Eu mesma conheci o movimento feminista, quando jovem, a partir da relação com feministas de classe média, de esquerda, na minha cidade natal. Possivelmente elas eram mulheres de segmentos médios, trabalhadoras com bons salários ou profissionais liberais, mas para mim, à época, eram 'mulheres de classe média' com as quais não me convinha uma relação próxima. Eu já participava de movimentos sociais e partido político de esquerda, tinha um tipo de atuação pessoal que minhas interlocutoras nesta pesquisa identificariam possivelmente como sendo feminista, mas eu compartilhava a visão de que o feminismo era 'coisa de mulher de classe média e afetada'. Isto significava a percepção de que elas tinham uma forma própria de vestimentas, uma postura física diferenciada, um modo de falar estranho aos padrões comuns, com formação universitária e tudo isso me parecia muito distante da realidade vivida na periferia e também das lutas realizadas nos movimentos populares. Entretanto, eu me sentia mulher e percebia a situação das mulheres ao meu redor, especialmente aquelas que tinham maior dificuldade de liderar processos políticos, e isso me aproximava do discurso feminista. Posteriormente eu vim a conhecer a teoria feminista e, só depois, a articulação movimentalista na qual construí o meu engajamento, a AMB.

Como afirmei anteriormente o pertencimento a uma classe social, do ponto de vista socioeconômico, não é um critério para participação ou não na AMB. Ou seja, a princípio a AMB está aberta para mulheres oriundas de quaisquer classes sociais. Todavia, ao longo de seu percurso, este movimento foi consolidando a sua composição, sendo hoje um movimento majoritariamente composto por mulheres da classe trabalhadora, em especial do seu segmento popular. Do ponto de vista da construção do seu projeto político, a AMB nasce no interior do campo político dos movimentos sociais e/ou campo de esquerda, embora na periferia deste campo no tocante ao centro de poder. Nesta trajetória a AMB foi configurando a adoção de uma perspectiva anticapitalista, no sentido programático do que politicamente foi construído como interesses da classe trabalhadora.

Esta configuração exige refletir sobre a relação entre os distintos segmentos de classe no interior da AMB, num sentido aproximado com

o que foi feito em capítulo anterior sobre a relação entre o movimento de mulheres e o movimento feminista, de modo geral, e suas composições como mulheres de classe populares e de classes médias, no período da década de 1970 e 1980. A questão de classe, neste debate, cruza-se inevitavelmente com a questão racial, uma vez que muitas integrantes da AMB entrevistadas articulam estas duas dimensões de suas identidades políticas pessoais, e algumas acrescentam a isto a referência à orientação sexual. Esta forma como as mulheres entrevistadas apresentam suas percepções, sobre as múltiplas identidades e a ação política demandada a partir delas, mostra como as referências ao imbricamento das relações sociais de sexo, raça e classe marcaram a formação das militantes da AMB.

Algumas das entrevistadas tiveram vínculos com outros movimentos sociais antes e/ou durante a atuação na AMB e fazem uma leitura comparativa entre eles no tocante à classe quando pensam em sua experiência pessoal de classe e em sua identidade como militante da AMB.

> De todos os movimentos que eu conheci a AMB é o que mais considera a questão de classe, mas não sei se é o suficiente. Sinto que no Nordeste isso é mais forte (...). Tem lugares que a AMB tem uma conformação de feministas consolidadas, tem poucas mulheres de periferia, daí a questão de classe não é vista como uma questão... A minha experiência de classe é muito afetiva, de reconhecer as pessoas da minha classe porque são iguais às pessoas com quem convivi toda a minha vida, me sinto conectada, me sinto parte, igual. Na AMB eu encontro isso em alguns espaços e também na visão estratégica. Eu me identifico com os espaços de formação, as coletivas, as ações culturais, estas coisas mais horizontais, mais afetivas (E10).

As relações entre as militantes, nos espaços de participação internos da AMB, também são marcadas pela diferenciação de classe. Embora sejam todas trabalhadoras, os níveis salariais e as condições de acesso à cidade e a bens culturais terminam por definir aspectos da participação, podendo gerar ou não situações de poder desiguais.

> No movimento da gente, além da gente ter o tempo e a mente dedicada, às vezes, a gente tem que pagar também. Tipo, vai

> ter uma passeata, vai ter que produzir cartaz, vai ter que fazer panfleto, vai ter que fazer uma camiseta, a gente sempre tem que pagar por isso, né? Não é alguém que paga, é a gente mesmo. Daí a gente sabe quem tem um pouco mais de dinheiro e quem não tem nada (E8).

E1 considera que a classe que compõe a AMB é classe popular ou a classe de trabalhadoras nas suas diversas formas. "Agora, você tem entre nós, feministas que trabalham, mas não são da classe popular (...). Então, assim, não é um lugar de disputa, mas é um lugar bem diverso nessa questão de classe" (E1). Outras entrevistadas analisam que as condições de vida interferem na militância e estabelecem situação de menor poder para as que são mais pobres. Esta situação de menor poder parece não estar ligada à forma como as instâncias da AMB funcionam e sua estrutura interna, mas sim às condições de vida que reduzem as possibilidades de participação.

> Não dava para ir para todas as atividades, por conta do transporte, por conta da alimentação, por conta de uma série de fatores, né? Eu acho que isso dificulta. E outra coisa, por exemplo, dentro do movimento, tu faz o debate dentro da reunião, mas tem um grupo que sai e que vai para o bar ou que vai para um restaurante, que lá é que define exatamente o que vai ser mesmo. Então, se tu estás fora dessa condição aqui, tu estás fora das decisões do movimento. Não é que decide lá, não decide, mas conversa, faz as articulações políticas, sabe? Porque geralmente, muito raramente tu vais para um boteco, tu vais para um bar de classe média. Acho que isso dificulta muito (E6).
>
> Tem implicação, porque eu tenho que priorizar. Às vezes é muito chato, muito constrangedor pra quem não tem dinheiro praquilo, não tem dinheiro pra isso, entendeu? E, às vezes, as pessoas se desligam, estão desatentas que possam existir mulheres que estão nessa condição de não ter nada, entendeu (...). Mas, às vezes, as pessoas convidam e é chato eu tá dizendo toda hora "não, que eu tou sem credito. Não que eu tou sem transporte" (...). Numa discussão particularizada as pessoas reconhecem, mas quando chega num discurso mais global as populares se perdem, entendeu? Então, não dá. É tanto que existe muitos mo-

> mentos, eu acho que eu tenho mais de dez anos na AMB, houve muitos momentos de recuo por conta dessa situação (...). Mas não me deixa deprimida, eu ficava muito tempo assim, eu ficava me culpabilizando, porque eu não estudei, não fui trabalhar em alguns lugares, mas agora eu não me culpabilizo mais não, e as pessoas têm que entender, que quando eu posso, posso, quando eu não posso, eu não posso (E8).

Também fica nítido, nas entrevistas, que determinados tipos de atividades são feitas por mulheres chamadas de classe média ou intelectuais, que são exatamente aquelas cujas condições de vida e *habitus* de classe possibilitam o acesso a bens culturais e, especialmente, à elaboração escrita de materiais do e para o movimento. Isto se expressa tanto na possibilidade que algumas têm de escrever e publicar, o que se dá no interior das articulações movimentalistas majoritariamente pelo fato de trabalharem em ONGs ou na Universidade, mas também se expressa na participação em mesas de seminários de grande porte. No debate do grupo focal 2, destacou-se que esta situação, no interior da AMB, tem aspectos diferenciados. A referência se deve ao fato de que no feminismo acadêmico e no feminismo que se faz nos espaços governamentais ou patrocinado por algumas ONGs, é muito raro a presença de mulheres populares como conferencistas em seminários e como autoras de publicações, o que ocorre no interior das articulações do movimento com mais frequência, mas isso não faz com que não existam tensões.

É possível, a partir das entrevistas, perceber esta diferenciação de segmentos da classe trabalhadora no interior da AMB. Uma das entrevistadas, que possui um emprego formal conseguido através de concurso e um nível salarial mais alto em relação à maioria das militantes, vê a questão de classe a partir de outra posição e não reflete sobre as dificuldades oriundas desta situação para a participação política. Questionada sobre sua identidade de classe, ela demonstra firmeza e responde: "eu acho esse discurso de classe média que se fala por aí é um discurso muito ilusório. Eu me sinto da classe trabalhadora. Eu sou uma trabalhadora assalariada como a maioria das pessoas desse país" (E2). Para ela a questão de classe na AMB diz respeito ao projeto político. O fato deste movimento se identificar como um feminismo anticapitalista e de que "suas bandeiras de luta se fundam a partir de mudanças estruturais", é que garantiria o tom de classe trabalhadora na AMB.

Em relação ao projeto político da AMB, o cenário político atual do campo democrático e popular exige também muitas reflexões. Este é o pensamento de uma das entrevistadas, que analisa a situação histórica, apresentada no capítulo sobre contexto.

> Nesse momento, aquele campo que eu fiz parte e eu ajudei a construir, com meu pedacinho de compreensão e da minha prática, se esfacelou, se desencontrou, né? Então, não sei se dá pra falar em transformação social. Está tão em crise que nas próprias organizações de luta de mulheres que eu conheço, na minha região, eu consigo enxergar as contradições (...). Que projeto é esse de transformação social que se coloca hoje ao redor da proposta desenvolvimentista, eu não consigo entender. Se é uma transição necessária, ou o que a gente tem que fazer pra buscar os elementos que possam transformar mesmo... (E3).

Nenhuma entrevistada fez referência a conflitos políticos no interior da AMB relativos a pertencimento de classe ou segmentos de classe, todavia a grande maioria observou que há diferenças significativas na atuação militante em função das condições de classe, ou seja, expressam um conflito latente. E9 percebe as diferenças de classe entre as militantes, mas reflete que isso não se tornou para ela, na sua trajetória, fonte de atrito, e nunca a abalou. Possivelmente isso se deve ao reconhecimento da sua contribuição no interior do movimento.

> Eu sempre fiquei muito próxima das mulheres de classe média, mas eu nunca me senti classe média (...) não me abala as diferenças porque eu sei do meu potencial. Ela pode ter uma contribuição diferenciada, mas a contribuição delas não é mais importante do que a minha (E9).

Ela avalia que, no interior da AMB, há mulheres de segmentos médios que a preocupação de gerar condições para a participação igualitária de mulheres de classes populares, entretanto, as condições sociais vão além da vontade política. Ela enumera vários exemplos de como esta desigualdade se dá, registrando também a diferença específica daquelas

mulheres da classe trabalhadora que são de segmentos médios e trabalham em organizações político-profissionais feministas.

> Vamos pensar no movimento, uma parte do movimento tem feito, a gente não pode negar, um esforço significativo que tem pensado nisso, mas se você ver na prática as grandes lideranças do movimento feminista atualmente, aqui no Estado, estão todas na classe média. Eu nem gosto desse termo liderança, mas vamos pensar nesses termos. As grandes lideranças do movimento feminista estão na classe média e uma parte delas não pensa na real necessidade das feministas da classe popular. Por exemplo, quando a gente pensa um encontro, a gente não pensa como é diferente entre as mulheres, uma feminista de classe média sair da sua casa para o encontro e uma feminista que vem de (bairro de periferia), sair da sua casa para o mesmo encontro. E a gente, quando chega aqui, a gente vai ter tarefa igual. As pessoas que trabalham em uma instituição feminista, elas são muito privilegiadas. Por quê? Têm horas de trabalho contadas, pagas, para pensar, também, o movimento.
>
> Vamos pensar, alguém que não está trabalhando numa organização feminista, ela precisa pensar no trabalho dela, nas horas que ela trabalha, o salário não cobre e ainda tem tarefa que ela vai pegar igual à feminista que é paga. Vamos pegar o processo das escutas, agora, recente, que é o processo agora. Pensando no processo das escutas, claro que você diz assim "ah, mas a dinâmica vai acontecer de acordo com as condições locais", vai acontecer de acordo, mas só se você botar o pé no freio e disser "aqui acontece desse jeito"... Mas pensa que a outra é uma agente de saúde, que tem que dar as oito horas de trabalho, além de produzir as coisas para o dossiê do movimento, além de fazer escuta, além de... Entende? Então tem diferença. A mulher vai para um encontro que é num lugar bacana, ela tem um filho, elas gostariam muito que os filhos tivessem vivenciado aquilo, pudesse vivenciar aquilo, mas não estão. Se você vai observar, a gente vai encontrar algumas vezes as mulheres acumulando coisas da comida para levar para casa. Entende? Para compensar a falta que estava naqueles dias em que ela não estava. Entende? E, também, muitas vezes a possibilidade de dar alguma coisa pro filho. No interior tem mulher que anda 90 km para chegar na cidade polo, pra po-

> der pegar o ônibus pra vir pra capital. Entende? E a gente faz uma articulação daqui da capital para essa mulher chegar, sem levar em conta que, muitas vezes, para elas chegaram para uma formação na capital e a formação é de três dias, ela precisa de cinco dias, porque vem lá do povoado. Então, esta é a diferença (E9).

A escuta, que é citada por esta entrevistada, se refere a um processo desenvolvido pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco, cuja metodologia consistiu em ouvir as mulheres não participantes do movimento em bairros de periferia, feiras e terminais de transporte coletivo, a partir do mote "deixa eu dizer o que eu penso desta vida". O material existente foi reunido e sistematizado pelos grupos de mulheres participantes e sintetizado em frases para cartazes e mensagens apresentadas pelas mulheres em uma atividade realizada em uma praça central da cidade, chamada 'palanque feminista'. Esta foi a forma que o Fórum de Mulheres elaborou para atuar no período eleitoral, apresentando as demandas das mulheres populares por direitos e políticas públicas em praça pública, sem comprometer-se com candidaturas e programas partidários.

As constatações das dificuldades das mulheres de classes populares para participarem dos espaços do movimento, em função de suas condições de vida, foram reiteradas pelos dois grupos focais com um grande número de exemplos. A partir dessas falas é possível analisar que não se trata apenas das condições sociais de acesso, mas também a elementos culturais que são distintos entre os segmentos da classe trabalhadora que formam este movimento e que, nas relações internas, estabelecem possibilidades de poder diferenciadas. Nos grupos focais, mulheres feministas de classes populares se referiram às diferenças de classe no interior do movimento, citando elementos como possuir carro e/ou poder pegar um táxi ao final de reuniões à noite; frequentar bares de classe média após os encontros; estilo de roupas que usam; forma de falar nas reuniões e o fato de que as falas de quem vem dos setores médios, às vezes identificadas como sendo do mundo acadêmico, são mais referenciadas pelas outras; o medo que enfrentam ao falar em uma mesa de seminário, quando na plateia há muitas pessoas brancas, de classe média e/ou acadêmicas etc. São vários elementos que demonstram que as diferenças não se devem apenas à inserção no processo produtivo ou ao nível de renda, mas tudo que se soma a isso no modo de funcionamento da sociedade brasileira, que é marcado fortemente pela hierar-

quia de classe e que conforma habitus e também critérios de distinção que são acionados por todas nos espaços de participação política e que conferem lugares diferenciados de poder.

O conhecimento desponta, nestas reflexões, como um elemento forte de hierarquização entre as mulheres feministas a partir da classe, porém visto de forma contraditória. Para algumas mulheres, o conhecimento chamado acadêmico tem maior valor na sociedade e, assim sendo, é mais valorizado também no movimento feminista. Para outras, o movimento tem metodologias que permitem que os conhecimentos populares sejam expressos e valorizados. Senão, vejamos:

> Porque se junta o conhecimento acadêmico e a mulher de classe média, quando eu falo academia e classe, porque geralmente quem está na academia tá na classe social mais elevada. São poucas as mulheres de classe popular que estão na academia, e que mesmo as que fizeram curso superior não são consideradas desse lugar pelas acadêmicas de classe média alta (GF2).
>
> Pra eu me destacar no movimento, eu tenho que ser assim (referência a estilo pessoal), porque só vão me aceitar, além da minha fala, além da minha luta, eu ainda tenho que me vestir diferente. E isso pra as mulheres de bairro, isso pesa muito (GF2).
>
> Mas empulha muita gente a questão de você falar coerente, formalmente, isso empulha as mulheres de classe social mais baixa. Mas existe também a questão de classe com relação à roupa, o símbolo, você tem que ter. É como o símbolo do carro, se você não tem um carro... (GF2).
>
> Desde que eu encontrei com o feminismo, ele me deu voz e deu asas. E assim, quando eu entrei no feminismo nos anos 80, encontrei feministas bem elitizadas, de uma classe mais elevada, de poder, tanto de grana como de conhecimento. E isso quando eu vinha pras reuniões do fórum, tinha coisas que saía na reunião que eu sabia o que tava se falando, mas eu me inibia, de uma certa forma, de falar. Porque eu achava que as mulheres sabiam muito mais que eu. Muitas companheiras minhas começaram a participar do movimento, elas sentiam isso. (...) E a gente foi vendo que não. Tanto elas sabiam mais que a gente, mas a gente muitas vezes sabia mais do que elas, por tá lá na base, sabia muito mais que elas. É o feminismo que dá esse olhar, pra

> a gente se reencontrar como mulher, como mulher negra, de periferia. E dá essa força de você dizer "não, ela pode ser até mais sabida do que eu, mas eu também, do lugar de onde eu venho, eu tenho minha sabedoria". E o feminismo dá essa mão e contramão pra você se encontrar, porque não é fácil uma mulher que tá lá na periferia chegar numa organização, num encontrão, por exemplo, e falar. Teve o encontro do SOS essa semana falando de trabalho, autonomia e trabalho, divisão sexual do trabalho, eu entendo isso porque já discuti muitas vezes, mas tava lá mulheres da Argentina, Venezuela, Uruguai, Peru. Daí tem a forma, a linguagem... tinha coisas que eu entendia e outras não. A do México eu não entendi quase nada do que ela falava, mas tinha coisas que eu entendia tudo, por exemplo, Lilian (Uruguai), eu entendi tudo o que ela falou. Mas aí quando vem uma negona falar (...) arrasou na academia... e aí você se vê quando tem uma negona ali na frente, falando. E isso dá um empoderamento de você dizer "eu também posso, tô me sentindo representada pela aquela nega que tá ali!" (GF2).

Esta reflexão traz à luz as mudanças que ocorreram no movimento feminista, neste período recente estudado nesta pesquisa, mas também apresenta outros elementos que transcendem a adesão ao feminismo e o conhecimento sobre as suas pautas de luta e temas de debate. A identificação racial funciona, aparentemente, como um imperativo categórico, acima de outras identificações políticas de pertencimento a um movimento. Não é possível, no âmbito desta pesquisa, checar esta inferência, todavia, na minha experiência, em distintas ocasiões, percebo como a identidade negra promove uma certa irmandade que pode favorecer o reconhecimento e/ou dificultar a percepção de diferenças políticas entre as mulheres.

Na articulação movimentalista discutida nesta pesquisa, na AMB, a identidade feminista é um elemento forte, demarcada por todas as entrevistadas e pelas participantes do grupo focal dois, que a integram. A sua composição majoritária de mulheres negras e populares impõe reflexões a partir do reconhecimento de múltiplas identidades neste arcabouço feminista.

O depoimento a seguir, registrado no grupo focal dois, informa como a relação entre o indivíduo e o coletivo, e entre ser mulher a partir

de uma visão crítica e ser feminista, ocorre de maneira misturada no pensamento e na ação das militantes, mas confere um sentimento de força coletiva que também é experimentado em momentos de mobilização social:

> Há algum tempo atrás, eu sou bem nova, estou engatinhando no feminismo, pude aprender um pouco do feminismo na escola feminista. Porque até então era tudo muito novo, eu achava que eram mulheres que se juntavam pra encarar os homens de frente, e não deixa de ser. Mas assim, meu ponto de vista eram os maridos, que a gente se fortalecia pra dizer não, pra mandar ele pra pia, que o lugar da gente não era no tanque, que também não deixa de ser. Aí quando eu comecei a fazer escola feminista eu comecei a abrir a mente e ficar muito encantada com o quanto de força que nós temos se a gente se juntar. Porque até então eu não tinha essa visão, achava que a gente era fraca, sim, com certeza a gente é fraca, uma só. Agora junta um monte de feministas, aí fica uma mulher bem forte. Aí hoje eu tenho me fortalecido aqui com o fórum, a cada ida e vinda eu tenho me tornado uma feminista bem mais forte (GF 2).

Dos depoimentos nas entrevistas e nos grupos focais emerge uma concepção de que a identidade feminista é construída em processos coletivos de participação e engajamento. Talvez este não seja o caminho para todas as mulheres que aderem ao feminismo, mas é uma marca forte deste feminismo antissistêmico e popular apresentado aqui. Danièle Kergoat reflete sobre a relação indivíduo e coletivo em processos de lutas operárias em termos de "aprendizagem coletiva", noção que me parece indicada para entender a relação entre os grupos no interior da articulação e o processo de constituição da articulação movimentalista em si.

> É neste sentido que falei de "aprendizagem coletiva": este termo pretende dar conta ao mesmo tempo da reorientação da ação coletiva e também do tempo necessário para que esta reorientação se desenhe, se estabilize e induza novas condutas específicas. Em suma, a aprendizagem coletiva é aquilo que, a meu ver, é subjacente à transformação de um grupo em coletivo (Kergoat, 2009, p. 6).

Melucci afirma que a identidade de um indivíduo se define em relação ao sistema no qual ele está envolvido. Isto diz respeito tanto ao sistema mais amplo que estrutura a vida social como também ao sistema menor entendido como o movimento social do qual a pessoa participa. Segundo ele pode-se falar de identidade a propósito de um indivíduo ou de um grupo, porém, em ambos os casos, ela contém três características: "continuidade do sujeito, independentemente das variações no tempo e das adaptações ao ambiente; delimitação desse sujeito em relação aos outros; e capacidade de reconhecer-se e ser reconhecido" (Melucci, 2004, p. 44). O processo de identificação feminista confere um sentido de continuidade ao sujeito, porém em uma nova perspectiva de reflexão sobre a experiência de si, capaz de reconfigurar sua delimitação em relação a outros, de se reconhecer e conferir um sentido de pertencimento a uma subjetividade coletiva feminista, que implica em identidade pessoal e atuação coletiva das mulheres.

O grupo social mulheres, na teoria feminista com a qual comungo, não pode ser visto como um sujeito capaz de abarcar a vida social como um todo e tomar para si os sentidos e os processos de transformação. "O feminismo nunca sucumbiu diante da ilusão das grandes narrativas, mas foi e permanece urdido por relatos que pretendem irrigar a teoria e a prática" (Collin, 1994, p. 147). A subjetividade coletiva da categoria mulheres precisa ser vista como uma força política própria, que ganha sentido no processo político que desenvolve ao enfrentar o sistema que domina e explora as mulheres e gera um sentimento permanente de opressão, ou seja, na medida em que constitui um movimento social, o movimento feminista. Rebelar-se, ou 'pegar revolta', como dizemos no interior do movimento em Recife, é, em si, um ato contra o sistema. Mas não é suficiente para mudar a situação de vida, pois para promover rupturas são necessárias ações que demonstrem a incompatibilidade com o sistema, que promovam fissuras, o que só é feito coletivamente, em conflito, forçando as paredes que oprimem. Ou, como afirma Collin: "é aquele agir, ou aquela enunciação, cujo fim permanece ausente, que não se desenvolve sob a garantia de modelo algum, mas numa espécie de risco permanente (...) o desconhecimento desvia do caminho reto" (Collin, 1994, p. 145).

A identidade feminista não é um dado a priori, é uma construção permanente no processo de engajamento no movimento feminista, que ocorre ao mesmo tempo enquanto identidade política pessoal e enquanto partícipe de uma identidade coletiva. Esta é a concepção predominan-

te que emerge das entrevistas. Todavia, estou certa de que nem todas as pessoas que se consideram feministas são mulheres e, entre as mulheres feministas, nem todas são militantes de movimentos sociais de mulheres. Há mulheres feministas que vivem esta identidade como um elemento particular de sua formação pessoal, o qual lhes confere determinadas atitudes e as orienta em dadas decisões, sendo isto suficiente para se considerar feminista. E há outras que atuam como feministas em ações individuais na sua vida profissional, em grupos de pesquisa feminista nas Universidades, em órgãos públicos do Estado, em organizações não governamentais, nas redes sociais na internet etc. e não sentem desejo ou necessidade de construir ações coletivas em conjunto com os movimentos sociais feministas e de compartilhar a formulação de suas estratégias, participar de encontros de autorreflexão, de protestos, mobilizações ou outras formas de luta pela conquista de direitos frente ao Estado e/ou de alterações culturais na sociedade.

Considero que o grupo social mulheres, definido a partir das relações sociais de sexo, como uma subjetividade coletiva, guarda certo grau de centramento que o torna capaz de uma causalidade ativa, ou seja, uma ação coletiva capaz de incidir sobre a realidade. Identifico que, entender-se como mulher – de forma crítica em relação ao que é definido socialmente como sendo uma mulher – é parte da construção da identidade feminista e também parte da identidade coletiva construída no movimento de mulheres, em especial, naquelas articulações movimentalistas de mulheres orientadas pelo feminismo. Para as militantes da AMB entrevistadas, a identidade feminista consolida-se na relação entre indivíduo e coletivo que ocorre em movimento social, e a ela estão associados vários outros elementos identitários, que ganham maior ou menor força de acordo com as prioridades políticas em cada conjuntura e com situações específicas de vida pessoal.

Desta forma é que, historicamente, ser negra e/ou ser lésbica, gerou novas formas organizativas no plano local e de articulação nacional e/ou regional entre a militância do movimento de mulheres em geral das quais algumas feministas da AMB também participam, a exemplo do Fórum Nacional de Mulheres Negras, Articulação de Organizações de Mulheres Negras, Rede Fulanas que congrega mulheres negras do Norte e mais recentemente a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, no campo do movimento negro, ou a Liga Brasileira de Lésbicas, no campo do movimento LGBT. Porém, muitas militantes da AMB, sendo trabalhadoras

populares, negras ou lésbicas, fazem desta articulação movimentalista o seu espaço político capaz de congregar todas estas causas com as quais se identificam. O caminho adotado pela AMB, de se organizar em grupos de referência e mobilização de acordo com as prioridades decididas nacional e regionalmente e também o interesse pessoal de participar – chamadas Frentes de Luta – parece ter sido uma estratégia que possibilitou este congraçamento de causas e identidades políticas. A militância da AMB possui identidade feminista, conforme vimos antes, mas muitas se identificam politicamente também como negras e/ou lésbicas, e isto confere novos sentidos ao seu feminismo. Isto não significa que a Frente de Luta de Enfrentamento ao Racismo, por exemplo, tenha a participação apenas de militantes negras. Sendo um movimento antirracista, e não um movimento negro, a AMB congrega em seu interior formas organizativas mistas quanto à raça.

Apesar da presença de feministas sindicalistas na AMB e esta identidade ser parte do discurso delas, não é visível nos documentos e nas formas organizativas, algo que possa ser reconhecido como uma identidade coletiva de classe trabalhadora, ou mais estritamente, uma identidade sindical. O mesmo ocorre com as mulheres de classes populares na AMB que, sendo parte da classe trabalhadora, mas enquadrando-se no segmento popular, não têm historicamente reivindicado um lugar específico de caráter organizativo e nem, estritamente, a assunção de uma causa ou identidade específica.

O projeto político que a AMB elaborou nesta trajetória histórica adotou a perspectiva anticapitalista em um sentido ampliado, conforme o relatório do seu último encontro nacional. Por um lado, esta perspectiva implica em se contrapor à exploração, mas também questionar o modo de vida consumista e denunciar a relação predatória dos seres humanos com a natureza, que se consolidou neste sistema. Por outro lado, implica no enfrentamento à pobreza como resultado do processo de concentração de riquezas. A AMB tem priorizado a defesa de políticas públicas a serem executadas pelo Governo que sejam capazes de reduzir os danos do capitalismo nas condições concretas de vida das mulheres pobres, fazendo a crítica da transferência de responsabilidade com a qual o Estado onera as mulheres[2].

[2] Ver AMB, 2011.

Ser militante de uma articulação movimentalista feminista e ser uma mulher feminista, sendo duas coisas distintas, são vistas de forma muito misturada pelas entrevistadas. Para elas a identidade feminista é uma construção coletiva, apesar dos seus contornos individuais. Muitas delas, ao falarem no seu processo pessoal de identificação com o feminismo remetem a memória de um tipo de processo pedagógico, sejam as atividades de formação realizadas no movimento, ou seja, o acompanhamento sistemático de uma feminista que com ela discutia, sugeria livros e filmes, realizava ações em conjunto. A participação na AMB é um espaço muito referido não apenas para a identificação com o feminismo, mas para a discussão sobre um tipo específico de feminismo que vai se construindo a partir das mulheres que dele participam e que se propõe antissistêmico. Nas entrevistas, elas se referem a estes dois elementos na relação com a AMB: o seu método de organização e sua linha política, como o ideário que aglutina as militantes.

O método de organização é referido como tendo tido a capacidade de incorporar os grupos populares de mulheres e, ao mesmo tempo, de construir um projeto político de feminismo.

> Então, a AMB eu me identifico, porque se respeita também a diversidade, respeitar os momentos que as pessoas têm, que acumula, de que não acumula, de que não entende, de que a gente sente liberdade de "será que eu vou falar besteira? Ah, mas é na AMB que a gente tá, se eu falar besteira as pessoas vão entender" (risos), né? Se uma não entender, mas a outra vai entender e vai arranjar aí. Eu acho que a AMB também dá essa liberdade pra gente, tem uma orientação nacional, mas, a minha realidade aqui é outra, e isso todo mundo sabe, daí a gente aqui é que tem que ver se dá ou se não dá pra fazer, como fazer, essas coisas. (E7).
>
> Eu consigo enxergar na AMB um feminismo que se aproxima muito da minha visão porque incorporou esses grupos, às vezes nem tão bem politizados do ponto de vista do feminismo, são os grupos de mulheres populares, que estão na periferia, que estão nesses lugares, no interior, e que cuida muito ainda, eu acho assim, que a AMB cuida muito ainda dessa democracia participativa. Então, incorpora várias concepções do feminismo e várias pautas, mas diz: esta é uma articulação antipatriarcal, então, quer dizer, no seu cotidiano essa luta, às vezes muito difícil, para que essas companheiras alterem o seu nível de consciência pra en-

> tender que negócio é esse do patriarcado, como isso tá na minha vida e como eu posso ainda cuidar para que eu não aceite simplesmente as regras do patriarcado. É antirracista por quê? Porque não tolera as práticas racistas e as concepções dessa sociedade, do racismo institucional, não só desse que é cultural, que está entranhado nas nossas veias, no sangue, mas tudo que a gente passa, institucionalmente também, pela ação do Estado, como cidadã, como mulher cidadã, e das empresas, a gente querendo ter acesso a direitos. Então, a AMB tem zelado por isso, e tem cuidado que nas suas frentes de luta, na formação que faz com as companheiras, na comunicação da gente, isso esteja explicitado concretamente, assim, na prática (E3).

O depoimento de E8 mostra como, na AMB, a relação entre ser sujeito de sua própria vida e ser sujeito coletivo ocorre de forma imbricada e permanente.

> Os outros movimentos deixam a gente muito rígida, não considerava essa questão da subjetividade, né? Eu não tinha um olhar muito pra dentro de mim. Eu era muito teimosa, muito intransigente, muito intolerante com algumas questões, não aceitava o pensamento das outras pessoas. E com o movimento feminista essas coisas foram sendo modificadas, e o próprio envolvimento, o meu próprio relacionamento com meu corpo, a própria relação com minha filha, que eu achava que era filha, mas não tinha essa relação do contato mesmo, do abraçar, sabe? Então, o movimento feminista me trouxe muito isso, desconstrói um bocado de coisa que aprendemos na família, passamos a escutar mais, considerar a história das outras, se a pessoa tem aquela atitude, essa leitura das histórias de vida das mulheres, e a história também da minha vida, a importância do conhecimento, teórico mesmo, não só do ativismo, mas do se debruçar, de acionar o poder através do conhecimento, que não é coisa só pros homens, né? Então, muitas coisas foi modificando no meu cotidiano, em relação também à convivência com os companheiros. Fui casada três vezes, então, apesar dessa busca toda, viver em situação de violência doméstica, viver conflitos de sentimentos nos assassinatos que aconteceram na minha família, então consegui, não precisei nem passar por terapia, né? (risos) foi através do movimento, nessa relação com as mulheres, amigas feministas (...) Então foi muitas coisas que contribui pra formação da personalidade, do comportamen-

to, agora foram momentos fortes. Eu sofri momentos fortes pra mim, entendeu? Porque era um eterno questionar, um questionar do meu comportamento, da minha relação com eles e o último foi o mais forte ainda porque a convivência com a violência doméstica foi que me deixou realmente arrasada, porque existia dentro de mim mesma uma exigência, porque eu era militante feminista e passando por uma situação de violência? Não podia. A vergonha de expressar isso pras minhas amigas feministas, né? E ser fundadora do Coletivo, ser atuante na comunidade nessa temática de enfrentamento à violência, e naquele momento eu tava sem conseguir sair da situação de violência, né? Isso aí me deixou, realmente, num sentimento que eu não gostava de ter lá no passado, essa impotência, eu não gostava de ser fraca. Eu tinha, na minha adolescência, uma questão comigo mesma, que eu achava que o dormir, era assim, sinônimo de fraqueza, eu não gostava de dormir porque se eu dormisse eu tava sendo fraca com meu próprio corpo. Imagine! A exigência que eu tinha comigo mesma! Isso na adolescência, né? Então, imagine nessa situação de violência, eu me senti muito fraca mesmo, não busquei, realmente, o suicídio, por conta dos meus filhos, porque eu já não tava acreditando mais na minha capacidade de sair daquela situação. Na vida adulta foi o período pior, mas é também o que me determina muita coisa hoje, né? E também faz eu entender as mulheres nas suas histórias de vida, né? Dentro do meu racional, sabia que não era pra acontecer, porque eu trabalhava, eu era a dona de casa, de um lado era empoderada, né? Mas no lado emocional eu me sentia uma fracassada. E quando eu ouvi isso de meu pai, que eu era uma fracassada, aí pronto, acabou de arrasar com o psicológico da mulher (risos).

(...) O movimento feminista é o único que eu atuo e foi esse movimento que fez a virada, marcou muito a minha vida. É ele que me dá a energia pra voltar pra uma realidade muito dura, que é a realidade das mulheres, enfim, a minha, de onde eu moro, né? Me dá condições teóricas, e força mesmo, não me deixa me afundar nas desesperanças, nos descréditos, que é muito alimentado nas comunidades, por conta da conjuntura. Então, aqui no movimento a gente vê que a esperança não tá perdida, quando a gente tá dentro desse movimento, apesar das diversidades, diferenças, modo de pensar. E por outro lado, como o feminismo, pra mim, é uma filosofia de vida, não sou feminista só com meus pares, sou feminista na rinha da escola do filho, sou feminista na fila do pão, sou feminista em tudo que é lugar, então, é o que me move mesmo, dentro de casa, no momento que eu sou só, em qualquer lugar eu sou feminista (E8).

Este depoimento demonstra como identidade pessoal e identidade coletiva, construídas ambas politicamente na participação nos movimentos de mulheres feministas, ou, pelo menos, nesta articulação examinado na pesquisa, é um processo profundo de ressignificação da história de vida, de articulação de projeto de existência, um trabalho reflexivo permanente de construção de si e de elaboração de caminhos possíveis para atuação coletiva no sentido da transformação social.

No grupo focal dois, ocorreu uma reflexão sobre como a pauta feminista pela legalização do aborto é debatida nos grupos populares e como ela gera conflito entre as mulheres e em cada uma. Esta referência é importante porque a questão do aborto é tida, dentro do próprio movimento feminista no Brasil, como um divisor de águas. Ou seja, muitas veem que alguém aderiu mesmo ao feminismo quando adota a defesa da legalização do aborto, daí a necessidade de perceber como este debate ocorre nos grupos populares, inclusive considerando o contexto atual de crescimento das religiões fundamentalistas nas periferias das grandes cidades.

> Eu fiquei aqui pensando, olhando as mulheres lá do (bairro) porque quando a gente leva as bandeiras do feminismo, dá um conflito. Muitas mulheres extremamente religiosas... E aí, quando a gente fala de aborto, vixe... E no desenrolar da oficina, a gente vai conversando, cada uma vai trazendo sua experiência, e você vê aquela dita pessoa com um linguajar totalmente diferente. Então o feminismo também faz isso, tanto dá conflito entre as classes, como também dá conflito entre si, na mesma classe, e também em você mesma, porque você não tem muitas vezes entendimento, e entra em parafuso, mas quando você entende a bandeira do feminismo e vê que é nossa vida, aí, dá um alívio, porque fala do que a gente sente, aí você se sente bem (GF2).

Nas entrevistas e nos grupos focais, foram feitas referências à existência de distintas linhas de pensamento feminista e ao fato de que aquelas linhas que se propõem a construir o feminismo, no sentido de movimento social, levam em conta as desigualdades de raça e de classe entre as mulheres, mas também foi referido, pelas interlocutoras da pesquisa, que há diferentes posições no interior desta visão mais geral. Comungo com a reflexão feita que indica que há diversidade de posições políticas e teóri-

cas no interior do feminismo e entendo que nem todas têm interesse em construí-lo como movimento social. Mesmo entre as mulheres e grupos que se envolvem na articulação do movimento há distintas posições quanto à análise de causas das desigualdades, à relevância de pautas de luta e também quanto às concepções e formas de organização do movimento.

Também nos dois grupos foi discutida a ideia de que ocorreu, ao longo das últimas décadas, uma ampliação do feminismo em várias direções, notadamente, referem-se à existência de um feminismo popular, ou seja, a um movimento feminista de mulheres de classes populares. Esta referência não afirma a existência e/ou necessidade de articulações ou organizações próprias, que separe de forma político-organizativa este segmento de mulheres, mas mostra sua existência dentro da AMB e os conflitos latentes no seu interior, o que pode ocorrer também em outras articulações movimentalistas nacionais e regionais, embora eu não possa garantir.

Entendo que o feminismo, enquanto teoria e enquanto movimento social, não é homogêneo, porém suas diferenças internas não dizem respeito somente às identidades sociais, "herdadas" pelas mulheres que dele participam, ou mesmo às identidades políticas coletivas de suas diferentes articulações. Há também divergências que dizem respeito à orientação teórica e política que perpassam o conjunto das articulações movimentalistas e dos grupos identitários. No processo político de constituição deste movimento, de seus quadros de referências, seus repertórios de ação e suas mobilizações, tudo isso incide no processo de negociação e definição de estratégias comuns e no investimento emocional de cada participante.

Chamadas a comentar sobre a existência ou não de um feminismo popular e sobre a existência de conflitos entre mulheres de distintas classes sociais, no interior do movimento feminista, as participantes dos grupos focais trouxeram abordagens que referendam e ampliam as reflexões das entrevistadas. Algumas afirmam a dificuldade de mulheres de classes populares identificarem-se com o feminismo em função do estigma que existe sobre ele, outras se alegram com a colocação pública da questão de classe no movimento feminista, uma vez que isto só é possível porque existem diferentes frações de classe no seu interior, e há aquelas que se declaram feministas e assumem a construção de um feminismo popular.

> Muitas mulheres que estão nas classes populares, mesmo tendo um posicionamento de que luta pelos direitos das mulheres,

> mesmo assim elas não se identificam como feministas porque já tem aquela imagem do estigma do feminismo. Então é difícil a gente fazer essa identificação porque muitas agem como feministas, mas não se consideram feministas (GF1).
>
> Quando a gente afirma que historicamente era um espaço de mulheres acadêmicas, de elite, então onde era que tinha o problema de classe aí? Onde era que ia se discutir o problema de classe? Não podia ter. Hoje quando todas nós reconhecemos que a questão de classe é uma coisa muito forte nesse movimento, isso mostra que esse movimento se abriu para muitas. Então eu já vejo uma coisa positiva nisso (GF2).
>
> Eu conheço as feministas de classe popular, que somos nós, mas essa teoria do feminismo popular eu acho que é algo que, se acontece, tá em construção, eu só conheço na prática, na teoria ainda não vi, não. Porque os conceitos que a gente vê de feminismo não têm ainda isso. E eu acho que isso aqui em Recife e aqui em Pernambuco tá muito avançado. Eu andei conversando com uma companheira, e ela nem se diz feminista, mas ela entende, ela sabe das coisas. Aí eu contei tudo o que tava acontecendo aqui e ela ficou impressionada, ela ficou feliz da gente tá construindo esse tipo de feminismo de base mais popular, unindo as mulheres, e a gente sendo autoras dessa construção (GF2).

Uma feminista jovem, branca, com formação universitária e com trabalho temporário na área de educação, identificada como sendo dos setores médios, presente em um dos grupos focais, reflete sobre a relação entre as mulheres dos segmentos médios e das classes populares no interior do movimento a partir de sua própria experiência. Ela afirma a existência de um feminismo popular com o qual as mulheres feministas de outros segmentos sociais teriam o que aprender:

> Eu acho que, na verdade, eu só conheci o feminismo popular. Eu só conheci o feminismo enquanto ação política e relação entre as pessoas nesses espaços, porque nos outros espaços em que eu via o debate feminista, eu não via movimento feminista. (...) Eu acho que não existe esforço suficiente pra entender essas mulheres, não só pra eu me comunicar com elas, mas pra elas se comunicarem

> comigo. E não é só quando eu digo que o feminismo eu vi aqui, simplesmente aquela coisa de "foi aqui que eu escutei histórias emocionantes". É claro que aqui também eu escuto muitas histórias emocionantes e que me tocam muito, mas não tem a ver com isso. Eu acho que é o lugar que normalmente a mulher da classe popular é colocada é aquele lugar da experiência real, da experiência da vida, que emociona, e que ela dá carne a uma teoria, mas não é isso que eu quero dizer, porque não foi isso que eu aprendi aqui. Foi como eu falei no início, o que eu aprendi aqui foi prática política mesmo, foi a forma de se encarar, foi a forma de olhar uma pra outra, de ouvir uma à outra, até a forma como a gente discutiu os textos umas das outras, a honestidade e a generosidade pra com o que a outra tem a falar. Isso é uma coisa que é muito raro, não é uma coisa fácil de ser alcançada, eu acho. Eu acho que é uma coisa muito difícil e muito bonita mesmo. Eu acho que esse é um aspecto importante da prática, de ser feminista, não é só falar feminista, mas ser mesmo, que é preciso repensar, e principalmente o lugar dessas feministas acadêmicas. E elas precisam repensar isso. E não só "precisamos dialogar com o feminismo popular" de uma via só, "precisamos escrever mais fácil, precisamos escrever mais simples", não é só isso. É eu preciso verdadeiramente ouvir mesmo. E eu acho que isso é que é muito desigual ainda. É importante a gente ter mulheres da classe popular nos lugares de direção, eu acho que isso é um ganho, claro. Mas é mais do que só isso, porque isso não significa necessariamente que nivelou, isso corre o risco de ser uma mulher que saiu daqui e chegou aqui. Então é um momento da gente conseguir se comunicar de verdade, e que essa comunicação, o esforço não seja só o meu esforço enquanto acadêmica de classe média, branca, de tentar falar outra linguagem só, mas também de ouvir, de fazer o mesmo esforço que eu acho que quando uma mulher branca, de classe média, acadêmica, fala, as mulheres de classe popular provavelmente têm que fazer um esforço pra entender, um esforço mesmo, e elas fazem esse esforço pra entender. Então, a gente tem que fazer um esforço tão igual quanto, ou maior, pra conseguir ouvir e se comunicar (GF2).

O espaço ao qual esta fala se refere é um processo pedagógico de sistematização de experiências de grupos feministas populares, no qual as participantes escrevem textos sobre suas experiências de vida e/ou

de organização e lutas nos bairros na periferia de Recife e de cidades da Região Metropolitana[3].

No debate nos grupos focais, muito mais que nas entrevistas, é possível perceber que as mulheres interlocutoras, desta pesquisa, vivenciam de forma diferente o espaço pedagógico e o espaço político propriamente dito. Embora a educação (formação) que se faz, no interior do movimento feminista, seja de caráter político, este é um espaço que se distingue das reuniões e ações políticas cotidianas, dada a sua metodologia própria que favorece o ato de ouvir umas às outras evitando julgamentos, o intercâmbio de experiências, as vivências corporais, a reflexão em primeira pessoa e o cuidado de umas para com as outras. Nas reuniões da AMB, há tentativas de vivenciar o debate político com base nos mesmos princípios educativos, porém o espaço de tomada de decisão é mais fortemente marcado pelas divergências de prioridades e orientação política dos rumos estratégicos a serem adotados e, portando, mais suscetível aos enfrentamentos e negociações próprios deste ambiente.

Em outro trabalho, refleti sobre os processos de identificação para discutir como eles ocorrem na ação educativa e na ação política[4]:

> Na ação educativa, assim como na ação política de fazer-se movimento, nós mulheres, vivemos uma dialética profunda na relação individuo-coletivo. É preciso nos identificarmos com a experiência das 'mulheres' para reconhecer, pertencer e conferir sentido a uma experiência comum, e, ao mesmo tempo, é necessário nos 'desindentificarmos' com o padrão social 'mulher' para nos tornarmos feministas e construirmos a experiência de lutas comuns. A identificação é uma forma de reconhecermos a nossa situação comum e percebermos a importância da singularidade de cada mulher e a existência de grupos sociais diferentes, e às vezes em situação de desigualdade, entre as mulheres. Mas isso não significa alinhamento ao padrão de feminilidade compulsório, muito pelo contrário. É o processo de estranhamento em relação à experiência comum das mulheres que pode gerar a noção de injustiça, a revolta e a construção de possibilidades de alteração desta situação, numa perspectiva de adoção,

[3] Ver a publicação *Cirandas feministas: experiências que se entrelaçam* (SILVA, 2016).

[4] Esta reflexão é fruto de um processo de debates coletivos no SOS Corpo (SILVA, 2010a).

> não adesista, do feminismo, construindo-o também como uma elaboração teórico-política, a partir das múltiplas experiências que vamos participando e analisando (Silva, 2010a, p. 24).

Nesse processo de formação de uma mulher como feminista, e também da própria constituição da identidade coletiva do movimento feminista, nós mulheres nos constituímos como sujeito de transformação social, não como sujeito único, uma vez que a nossa perspectiva de transformação tem múltiplas possibilidades, mas como um sujeito fundamental do processo coletivo de mudanças na vida das mulheres e no mundo.

> A dialética de ser sujeito implica em compreender a mulher como pessoa na singularidade de sua experiência e compreender o grupo social mulheres como tendo algo em comum, apesar de suas diferenças e desigualdades internas. É o fato de existirmos como grupo social e não aceitarmos a opressão e exploração que gera a potencialidade de constituição do movimento feminista como sujeito político, a partir da ação coletiva de resistência, de enfrentamento e de elaboração de um modo de organização (Camurça, 2007, p. 13).

O movimento feminista é um movimento social de mulheres por sua liberdade e autonomia e pela libertação da humanidade da dominação e exploração. Neste sentido, o feminismo questiona os princípios estruturantes desse modo de civilização em curso no atual estágio da sociedade. A resistência cotidiana das mulheres às formas de dominação e exploração às quais estamos submetidas é o manancial de onde o movimento feminista retira sua força. O feminismo é um apoio à dimensão individual da emancipação, à autoconstituição como sujeito de sua própria vida, e, ao mesmo tempo, um instrumento para o enfrentamento coletivo da dominação e exploração das mulheres como grupo social.

Precisamos falar sobre o movimento

O tempo de produção desta pesquisa foi também o tempo de insurgência de uma onda crescente de movimentação feminista nas ruas do país, na rede de computadores e nos outros movimentos sociais. Neste mesmo período cresceu o contraponto conservador na sociedade brasileira. Religiões de caráter fundamentalista, propostas no Congresso Nacional de retiradas de direitos conquistados, a mídia insuflando atitudes misóginas, e mais recentemente o golpe que instituiu um novo governo federal são situações que minam as forças acumuladas pela resistência das mulheres. Enquanto isto, os avanços sociais do período do governo oriundo do campo democrático e popular estão em risco de serem esquecidos em um canto da história, em função da crise econômica articulada às ações do governo golpista. Mas, tudo indica que a perspectiva desenvolvimentista terá um crescente grau de subordinação ao capital globalizado das grandes corporações e uma retomada forte da redução do Estado. Neste contexto de crise no país, que atinge diretamente o movimento social estudado nesta pesquisa, precisamos, mais do que nunca, seguir fortalecendo os movimentos sociais. Encerro a apresentação desta pesquisa com o intuito de que possamos falar sobre nosso movimento, analisar suas histórias e suas perspectivas, e que isso signifique um alento e contribua para renovar as esperanças utópicas e a capacidade de ação.

Iniciei esta pesquisa querendo refletir sobre os processos de identificação de mulheres de classes populares com o feminismo. Formulei o problema situando-o nas relações entre movimento de mulheres e movimento feminista, para discutir as mútuas interpelações. Este processo exigiu uma reflexão mais ampla sobre o campo político dos movimentos sociais no

Brasil que contextualizasse o objeto de estudo do ponto de vista geopolítico e no tempo recente, das ações coletivas pelo fim da Ditadura Militar até os nossos dias. Lidar com a sociologia dos movimentos sociais foi uma escolha teórica, que dialoga com a minha experiência política de atuação nestes movimentos. O mesmo problema poderia ser visto à luz de outras perspectivas que fossem dirigidas mais às interações interpessoais do que às relações sociais e processos políticos. Esta opção também me conduziria a uma interpretação dos processos de identificação pessoal das mulheres de classes populares com o feminismo, mas poderia fazer com que eles fossem vistos de forma descontextualizada da participação coletiva delas nas articulações movimentalistas.

Percorri a trajetória dos movimentos sociais no período, seus momentos fortes de ação conjunta no início e como eles foram demarcados pelas referências à classe trabalhadora ou classes populares, depois sua crescente especialização e seu direcionamento para uma perspectiva participacionista para a qual a principal referência foi a cidadania, e posteriormente a retomada da capacidade de ação compartilhada no Fórum Social Mundial, mas já em uma nova configuração, a partir da consigna que diz que 'um outro mundo é possível'. Paralelamente, discuti as resistências, tanto de lutas locais como de algumas linhas políticas no interior desse campo, que permitiram que se reconhecesse uma crise dos movimentos sociais no interior de uma crise mais ampla envolvendo todas as forças políticas do campo democrático e popular. O esgarçamento deste campo político de movimentos sociais, orientado politicamente como campo democrático e popular, é chave no contexto no qual se insere o movimento social estudado, que foi por ele influenciado, e, quiçá, o influenciou.

Nós mulheres formamos um grupo social constituído a partir de relações de dominação e exploração, uma subjetividade coletiva marcada por diferenças e desigualdades no seu interior. No meu entendimento, as desigualdades que formam este grupo social são estruturadas a partir das relações sociais de sexo, de raça e de classe. Mas, apesar disso, nós mulheres resistimos individualmente e em coletivos, em movimentos sociais. Isto significa que temos algo em comum que é capaz de, contingencialmente, potencializar a nossa ação coletiva contra os adversários com o intuito de promover fissuras no sistema de poder. Esta pesquisa tentou elucidar a relação entre organização e atuação política de mulheres das classes populares, participantes de movimentos de mulheres, com o feminismo. O feminismo entendido aqui como um pensamento crítico radical sobre a situação das mulheres, mas também como um movimento social que atua para alterar esta situação. Procurei fazer isso tendo como sujeito pesquisado uma articulação movimentalista específica: a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), bus-

cando contextualizá-la a partir da referência a outras articulações movimentalistas nacionais de mulheres e ao campo dos movimentos sociais no Brasil.

Vejo a AMB como a principal resultante deste processo político que produziu uma imbricação entre o movimento de mulheres e o movimento feminista, ao longo do período estudado, mas não a única. Percebo que a presença ampla de mulheres populares nas articulações movimentalistas de orientação feminista, atualmente existentes, demonstra um processo de reconfiguração deste movimento e impõe novos desafios à articulação política e à elaboração teórica. Emergiu uma identidade política de mulheres feministas das classes populares que pode ser objeto de outras pesquisas.

A reconstituição do período histórico recente me levou a problematizar a concepção predominante, nos atuais estudos feministas desenvolvidos no Brasil, que classifica o movimento feminista como um movimento de classe média, formado por mulheres brancas e acadêmicas, que hoje é chamado no debate político, e teórico, de "feminismo hegemônico". Esta suposta hegemonia teria como pressuposto a relação estabelecida entre essas mulheres no Brasil e as feministas norte-americanas e europeias, em especial, pela subordinação à sua produção teórica, mas também pela situação de classe das participantes. Tentei, a partir da análise da experiência brasileira e à luz da categoria 'movimentos sociais', refletir sobre esta ideia.

Embora existam, no Brasil, setores feministas que se situem neste lugar de um feminismo socioeconomicamente vinculado às classes médias brancas, eles não conformam os marcos de referências das articulações movimentalistas que organizam e fomentam atuação do movimento feminista realmente existente no enfrentamento dos conflitos sociais. Posso afirmar que ele "corre por fora". Ou seja, podem existir práticas feministas acadêmicas, governamentais, de pequenos grupos, atuação individual nas redes sociais na internet, ONGs, consultorias ligadas aos governos ou aos órgãos das Nações Unidas, que são informadas por correntes feministas liberais ou outras formas de pensar a situação das mulheres (ou de gênero) que possam ser enquadradas como 'feminismo hegemônico', mas estes pensamentos e estas práticas não foram objeto desta pesquisa. Detive-me às articulações movimentalistas, como organizações nacionais que congregam grande número de mulheres, com distintas identidades, com marcos de referência capazes de mobilizá-las para ação e que produzem mobilização social e outras formas de atuação coletiva, ao assumirem os conflitos que estruturam a vida social. E estas, posso afirmar, majoritariamente adotam uma perspectiva política feminista de resistência e confronto em relação aos sistemas de poder.

O movimento de mulheres, e nele, o movimento feminista, surge nesse período no interior desse processo histórico de redemocratização de meados da década de 1970 aos dias atuais e são polarizados à esquerda. São parte do processo que gerou a constituição do campo político dos movimentos sociais, identificado como campo democrático e popular, que inclui outros sujeitos políticos, em especial, os partidos de esquerda. Este campo foi capaz de impulsionar as lutas por direitos, recompondo a institucionalidade democrática pós-Ditadura e impulsionar uma série de quatro mandatos no governo federal, com a presidência de Lula da Silva e Dilma Roussef.

Este campo político torna-se politicamente visível, expresso nos momentos fortes de mobilização, notadamente a Campanha pela Anistia, as Diretas Já, a Constituinte, e mesmo a campanha Lula Lá nas eleições presidenciais de 1989, todas em torno da democratização do país e do 'direito a ter direitos'. Neste primeiro período, o campo construiu um marco interpretativo de largo alcance em torno de algumas ideias que podem ser sintetizadas em 'povo como sujeito de sua história' que se associaram a consignas mobilizatórias, a exemplo de 'abaixo a ditadura', 'anistia ampla, geral e irrestrita', 'constituinte exclusiva, soberana e com participação popular', entre outras. Esta unidade se estabeleceu de forma contingente, frente à oportunidade política das lutas contra a Ditadura, mas foi eivada de inúmeras divergências no seu interior. Isso compõe o contexto histórico no qual se estabelece a relação movimento de mulheres e movimento feminista.

Neste ínterim, o campo dos movimentos sociais sofre um deslocamento de repertórios de ação e de marcos de referência: o elemento forte de mobilização passa a ser 'cidadania e participação', ele passa dos protestos massivos locais e nacionais para uma atuação privilegiada nos espaços institucionais de proposição e monitoramento de políticas públicas, com um crescente grau de especialização a partir das organizações que o compõem, voltadas para distintos segmentos da população subalternizados. Mesmo assim, ainda teve fôlego para gerar um novo ciclo de atuação movimentalista capaz de articular campanhas de enfrentamento ao livre comércio e construir uma ampla articulação de movimentos sociais e outros setores políticos de esquerdas em torno da ideia de que 'um outro mundo é possível', no Fórum Social Mundial. Contudo, este campo se esgarçou. A atual crise institucional, que sacode o país em convulsões políticas, mostra o campo ainda ativo, tentando preservar a institucionalidade democrática e os direitos conquistados, porém com pouca força e cindido em relação a suas expressões partidárias e governamentais. Isto pode ser visto no interior da movimentação social contra o impedimento da presidenta Dilma, que se dividiu, em 2015, entre quem defendia o governo e quem defendia a institucionalidade e cobrava do governo a garantia de direitos. Mas isto é tema para uma nova pesquisa.

A articulação política prática dos movimentos sociais, apesar de suas divergências internas, constituiu este campo político em torno de um enquadramento comum e gerou uma identidade coletiva ampla, um sentido de pertencimento, da qual participava o movimento de mulheres e o movimento feminista. Porém, os laços das diferentes articulações movimentalistas de mulheres com este campo político são bastante diferentes, alguns mais próximos do seu centro, no sentido de compartilharem com maior compromisso os seus marcos de referência, e outros com maior distanciamento, atuando conjuntamente ou apoiando ações do campo em momentos específicos. Como seu marco de referência priorizava a interpretação do mundo a partir da relação capital/trabalho e um modo de fazer política que subordinava outros interesses aos interesses das organizações políticas que supostamente representassem a classe trabalhadora, a aproximação ou afastamento do movimento feminista dependia da possibilidade de ver-se incluído nas pautas e nas formas de lutas e suas articulações contingentes.

As lutas dos movimentos de mulheres foram mais fortes ou mais fracas, de acordo com o grau de organização e articulação em cada estado do país, mas viabilizaram significativas mudanças no que toca aos direitos das mulheres. Estas lutas e proposições fizeram com que os governos assumissem a desigualdade entre homens e mulheres como um problema público e assumissem a construção de "políticas públicas para mulheres" como um marco para enfrentamento do problema. É também um período importante para o fluxo organizativo das articulações movimentalistas no interior desse movimento social mais amplo e para a presença feminista nas jornadas de luta contra a ALCA e OMC e no Fórum Social Mundial.

O marco que possibilitou a capacidade de ação coletiva do movimento de mulheres foi, num primeiro período, a luta por direitos e o debate sobre autonomia ou não dos seus processos organizativos. Na sequência, manteve-se a ideia de luta por direitos ampliando-se para 'políticas para mulheres', capazes de dar efetividade aos direitos conquistados e gerar condições para seguir lutando. Isto gerou, em um primeiro momento, uma ampla identidade coletiva de movimentos de mulheres, capaz de agregar indivíduos, diferentes tipos de organização e diversos processos mobilizatórios e contestatórios, e duas outras identidades coletivas: a de movimento de mulheres negras (feministas ou não), demarcada também pelo pertencimento racial negro; e a de movimento feminista, que não se diferenciava segundo critérios de raça ou classe, mas por identificação política com o feminismo.

Num segundo momento, a imbricação entre movimento feminista e movimento de mulheres gerou articulações movimentalistas nacionais de mulheres fe-

ministas com distintas identidades políticas. A reconstituição deste período tentou demonstrar que o movimento feminista, apesar do baixo nível de centramento e de não ter uma organização forte e única, teve capacidade de ação que lhe permitiu liderar vários processos políticos do movimento de mulheres. Isto foi possível pela força de seu ideário e pela estratégia de articulação com mulheres em geral, as de classes populares em particular, independentemente de sua adesão ao feminismo.

O investimento do movimento feminista nos espaços de participação social sobre as políticas públicas deve-se, por um lado, ao seu vínculo com os grupos de mulheres de classes populares e às demandas apresentadas por estas mulheres nos fóruns comuns. Por outro lado, a ação feminista predominante também sofreu influência de uma linha mais institucionalista presente nos movimentos sociais na década de 1990. Esta orientação, associada à crise de paradigmas, teria gerado uma visão teórica e política de integração ao sistema.

Esta visão pode ter favorecido o abandono de análises dos problemas com base nas relações sociais de classe, raça e sexo e o questionamento à ideia de sujeitos político e à perspectiva de transformação social. A partir do itinerário discutido, nesta pesquisa, posso afirmar que esta orientação não foi predominante nas articulações movimentalistas de mulheres feministas em geral, embora continue existindo em pequenos nichos e tenha influência sobre elas. Considero que, na experiência brasileira, o feminismo hegemônico não é apenas um feminismo de mulheres brancas, intelectuais e de classe média, mas, além disso, é fundamentalmente um tipo de feminismo que se dissocia das mulheres de classes populares enquanto sujeitos políticos, e que atua pela garantia de integração ou inclusão das mulheres na ordem sistêmica dominante, distanciando-se assim das articulações movimentalistas antissistêmicas.

Nesta pesquisa discuti processos mobilizatórios e repertórios organizativos de várias articulações movimentalistas de mulheres, de caráter feminista, que foram capazes de construir uma movimentação social nas últimas décadas no país e, a partir delas, galgar novos patamares no enfrentamento do problema das desigualdades de sexo, de classe e raciais. Os resultados foram importantes também para as mulheres da classe trabalhadora, com diversas conquistas específicas que dizem respeito a novos direitos do trabalho, conduzidas pelas feministas sindicalistas, que podem ser objeto de outra pesquisa.

No que diz respeito às mulheres trabalhadoras de classes populares, das periferias das grandes cidades, posso afirmar que o fato do movimento de mulheres e movimento feminista terem criado a noção e impulsionado a efetivação de 'políticas públicas para mulheres' alterou as condições de possibilidade para a

participação social e a realização de lutas locais para implementação dos serviços públicos derivados destas políticas. Aqui se pode questionar se os repertórios de luta adotados pelo movimento de mulheres e movimento feminista reduziram-se aos espaços de participação social ou conseguiram organizar lutas locais pela implementação destas políticas. A minha experiência informa que, neste processo, estes movimentos dedicaram muito mais energia aos espaços de participação social e às articulações com os poderes legislativos e executivos, e menos à realização de lutas locais ou nacionais baseadas em protestos e manifestações. Mas isso também é um problema para nova pesquisa.

O movimento feminista brasileiro era publicamente visto como um movimento de mulheres de classe média, intelectualizadas e com um estilo de vida particular porque predominava este perfil nos pequenos grupos no início da década de 1970, e também porque as ideias alimentadoras do debate tendiam a se resumir às questões de gênero, não vendo a complexidade das relações de classe e raça na sociedade brasileira. Esta tendência não foi totalizante, em parte, dada a presença de feministas de esquerda, para quem a questão de classe era relevante, e de feministas negras, que fincaram o debate racial no interior do movimento. Em parte, também porque as ações de articulação, formação, comunicação e pesquisa realizadas por estas feministas envolveram os grupos populares de mulheres e o método de ação feminista predominante, que primou pela horizontalidade, estabeleceu um diálogo fecundo com as suas demandas e pontos de vista.

Muitos estudos e discursos atuais sobre a trajetória política do movimento feminista não veem o movimento de mulheres negras e das mulheres trabalhadoras, sindicalistas e camponesas, e também não reconhecem a presença das mulheres de classes populares. Esta pesquisa demonstra o contrário. A imbricação entre movimento feminista e movimento de mulheres, resultante deste processo histórico, ocorreu sem que fossem negadas especificidades existentes a partir de identidades sociais, capazes de criar condições de possibilidades para identificações políticas coletivas, a exemplo do movimento de mulheres negras e de camponesas. Considero também que a capacidade de ação do movimento feminista, apesar de seu baixo grau de centramento, se deveu à força de sua atuação conjunta com as diversas articulações dos movimentos de mulheres, demonstrada ao narrar as mobilizações desenvolvidas. Neste processo, se gestou uma identidade coletiva fluida no movimento de mulheres, que reconhece o feminismo como um movimento central no enfrentamento da questão das condições de vida das mulheres trabalhadoras e de classes populares e, por isso, compartilha das formulações com as quais ele demarca a sua atuação.

Esta situação torna impossível diferenciar com nitidez, do ponto de vista de prática política e de identidade coletiva, movimento de mulheres e movimento feminista. Ambos somaram esforços para instituir os direitos das mulheres, e de todas as mulheres, considerando as diferenças e desigualdades. Entendo que outras dimensões políticas incidem sobre o campo dos movimentos sociais, o que faz com que o campo feminista no seu interior, dada a sua fluidez e flexibilidade, seja 'repuxado' para vários lados. O próprio esgarçamento do campo político dos movimentos sociais impacta no fortalecimento ou fragilização de distintas práticas políticas no interior do movimento feminista. As articulações movimentalistas feministas mais vinculadas politicamente ao pensamento majoritário no campo democrático e popular ocuparam posições políticas mais centrais nele e podem sofrer maiores consequencias do seu esgarçamento.

Hoje existe uma imbricação entre movimento de mulheres e movimento feminista de tal monta que sugere a existência de um amplo movimento de mulheres feministas, no qual se localizam as distintas articulações movimentalistas (e também vários coletivos locais) em torno de diferentes identidades políticas como feminismo negro, feminismo camponês, feminismo sindical, feminismo lésbico, entre outras expressões possíveis. A pesquisa mostrou que o método de organização e o marco de referência construído no projeto político da AMB nos últimos anos, como movimento antissistêmico, permitiu que ela aglutinasse mulheres de diferentes situações sociais e identidades pessoais em torno de sua identidade coletiva. Ao longo da sua trajetória, o seu projeto político foi, cada vez mais, se configurando também como um feminismo de caráter popular. Isto se deve às suas opções políticas, mas também ao fato de que, majoritariamente as mulheres que dele participam pertencem à classe trabalhadora, sendo majoritárias do segmento popular desta classe.

O processo de sociabilidade política feminista, desenvolvido na AMB, fez com que a identidade política pessoal das mulheres de classes populares adotasse a perspectiva feminista, ou seja, a crítica radical à ordem patriarcal. Isto se expressa na atuação cotidiana nas mobilizações em torno das pautas feministas e na participação organizada neste movimento social. A questão de classe cruza-se com a questão racial, pois muitas integrantes da AMB, interlocutoras desta pesquisa, articulam estas duas dimensões de suas identidades políticas pessoais. Isto demonstra a não fixidez das identidades e a capacidade da categoria mulheres de, contingencialmente, articular diferentes identificações políticas pessoais, em torno de lutas comuns e de uma identidade coletiva feminista, desde que não inivisibilize estas identidades. A forma como as entrevistadas apresentam suas percepções sobre as múltiplas identidades e a

ação política demandada a partir delas mostram como as referências à consubstancialidade (ou interseccionalidade) das relações sociais de sexo, raça e classe marcaram a formação das militantes da AMB.

A subjetividade coletiva da categoria social "mulheres" guarda um certo grau de centramento que o torna capaz de uma causalidade ativa, capaz de articulações contingentes, como demonstrou esta trajetória histórica. Entender-se como mulher, de forma crítica em relação ao que é definido socialmente como sendo uma mulher, é parte da construção da identidade feminista e também parte da identidade coletiva construída nas articulações movimentalistas de mulheres orientadas pelo feminismo. Para as militantes da AMB entrevistadas, a identidade feminista forma-se na relação entre indivíduo e coletivo e ocorre na atuação em movimento social. A ela podem estar associados vários outros elementos identitários, que predominam ou não de acordo com as prioridades conjunturais e com situações específicas de vida pessoal.

A participação das mulheres de classes populares na AMB a interpela no sentido de gerar condições favoráveis a uma sociabilidade feminista própria e igualitária. O marco interpretativo capaz de analisar a realidade social a partir da consubstancialidade das relações de sexo, raça e classe e adoção de um feminismo antissistêmico, sem dúvida, contribuiu nesta direção. Todavia, a questão recorrente apresentada pelas interlocutoras na pesquisa diz respeito à autonomia e ao método de organização e tomada de decisão política. Elas refletem sobre as diferentes condições de participação de mulheres de distintos segmentos sociais, notadamente sobre as diferenças que distinguem e conferem maior poder às mulheres que têm melhores condições socioeconômicas, possibilidades de usufruto de bens culturais e ocupam lugares de poder na sociedade dados pelos conhecimentos adquiridos. Mas, não obstante, reconhecem que o método adotado internamente nesta articulação favorece a participação de mulheres de classes populares e a construção de um feminismo popular. Não se trata de popularizar o feminismo, no sentido de ampliar a sua divulgação, mas de construir um modo de pensar e de agir feminista a partir de mulheres de classes populares, o que as interlocutoras afirmam estar ocorrendo na AMB.

O grande crescimento da difusão feminista que ocorre hoje e que se notabilizou em 2015 com a primavera feminista nas ruas é marcado tanto pelo crescimento do número de coletivos feministas locais, com baixa ou nenhuma articulação nacional, como pelo debate na internet, que se alimenta de insumos de diversas fontes, nem sempre previamente conhecidas politicamente por aquelas que os buscam, e que estão informados pelo debate feminista sobre gênero, raça

e sexualidade. Esta difusão fomentou grupos de mulheres jovens de segmentos médios, universitárias e profissionais, mas também grupos jovens de mulheres de classes populares, residentes nas periferias das capitais. O que isto pode significar em termos de realinhamento do movimento feminista como um todo é uma questão instigante para uma nova investigação.

Referências

ABREU, M. L. G. de. *Feminismo no Exílio:* o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Tese (doutorado). 2010.

ADRIÃO, K. G. *Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. Tese (doutorado) Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC. Santa Catarina: março de 2008.

ALVAREZ, S. E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2): 360, jul.-dez. 2003.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Dossiê: O gênero da política: feminismos, estado e eleições. *Cadernos Pagu* (43), jan.-jun. 2014:13-56.

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latinomericanos. In:___ (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2000.

ANDRADE, F. L. de. *Construção de identidades coletivas na assembleia popular: trânsitos em processos sociais entre o campo político e religioso*. Dissertação (mestrado). Recife: PPGS/UFPE. 2012. 224 f.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. Coleção Mundo do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas*. Recife: 2004.

_____. *Os sentidos da Democracia - Agenda Política*. Circulação Interna. Setembro 2005.

_____. *Relatório do Encontro Nacional da AMB*. Goiânia: 2006.

_____. *Relatório da reunião da Coordenação Nacional da AMB*. Brasília, 2007.

_____. P*olítica geral de atuação da AMB para o período 2008-2010*. Recife: mar. 2008.

_____. *Transformar o mundo pelo feminismo* – II Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras. Brasil: AMB, 2011.

_____. *Políticas Públicas para a Igualdade*: Balanço de 2003 a 2010 e Desafios do Presente. Brasília: CFEMEA, 2011a.

_____. *Relatório do Encontro Nacional da AMB*. Brasil: AMB. 2011b.

ASTELARRA, J. Democracia e Feminismo. In: ASTELARRA, J.; KIRKWOOD, J. E.; ARDAYA, G. F*eminismo, Autoritarismo, Democracia*. Rio de Janeiro: PUC-RJ/ Núcleo de Estudos sobre a Mulher, 1988.

ATHAYDE, T. C. C. de. *A Marcha das Vadias e a escola*: feminismo, corpo e (bio)política. Dissertação (Mestrado). Curitiba: Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2015. 168 f.

ÁVILA, M. B. Feminismo, cidadania e transformação social. In: ÁVILA, M. B. (Org.). *Textos e imagens do feminismo:* mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS CORPO, 2001.

_____. Feminismo e sujeito político. In: SILVA, C.; ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. *Mulher e Trabalho*. Recife: Edições SOS CORPO, 2005.

_____. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas:* tensões entre dominação/exploração e resistência. Coleção teses/dissertações 31. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V.; ARANTES, R. (Orgs). *Desenvolvimento, trabalho e autonomia econômica na perspectiva das mulheres brasileiras*. Recife: SOS Corpo, 2015.

AVILA, B, FERREIRA, V. *Mulheres e Orçamento Participativo em Recife*. Recife: SOS Corpo, 2006.

AVRITZER, L. O que foram as manifestações de junho e o que é insustentável afirmar sobre elas. *Democracia, justiça e controle público*.Disponível em: http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/node/1114. Acesso em: 23 jul. 2013.

BAIRROS, L. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Ano 3, n. 2. Florianópolis: 1995.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo.* Lisboa: Edições 70, 2009 [original: 1977].

BIANCARELLI, A. Assassinatos de mulheres em Pernambuco. *Violência e resistência em um contexto de desigualdade, injustiça e machismo*. São Paulo: Publisher, Instituto Patrícia Galvão, 2006.

BOURDIEU, P. *A distinção* - Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2013.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. *Pesquisa participante*: o saber da partilha. Aparecida-SP: Idéias e Letras, 2006.

BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. Teoria crítica e movimentos sociais: intercessões, impasses e alternativas. In.: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRINGEL, B. 2013-2016: polarização e protestos no Brasil. *Democracia aberta, la sección Latina de open Democracy.* 18 fev. 2016.

_____. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow (comentários ao artigo de Sidney Tarrow). Dossiê In: *Política e Sociedade*, v. 10, n 18, abr. 2011, p. 51-73.

_____. O Brasil na geopolítica da indignação global. In: *Brasil de Fato*. São Paulo: 27.06.2013. Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/node/13374. Acesso em: 22 ago. 2013.

BUARQUE, C. et al. *Perspectiva de Gênero:* debates e questões para as Ongs. Recife: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002.

BUTLER, J. Fundamentos Contingentes: o Feminismo e o Pós-modernismo. *Cadernos Pagu* (11): 1998, pp. 11-42.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMURÇA, S. 'Nós mulheres' e nossa experiência comum. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano I, n. 0, 2007. Recife: SOS Corpo, dez. 2007.

CARDOSO, C. P. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese (doutorado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012. 383 f.

CARNEIRO, S. A Batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*, ANO 10, 1º SEMESTRE 2002.

_____. Ennegrecer al feminismo: La situación de la mujer negra em América Latina desde una perspectiva de género. In: *Nouvelles Questions Féministes. Feminismos dissidentes em América Latina y el Caribe*. Volume 24, n. 2, 2005.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *História do negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

_____. Negros de pele clara. In: _____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, p. 70-73, 2011c. (Coleção Consciência em Debate).

CASTILLO, R. A. H. Feminismos poscoloniales: reflexiones desde El sur del Río Bravo. In: NAVAZ, Liliana Suarez; CASTILLO, R. A. (Ed.). *Descolonizando el feminismo:* teorías y prácticas desde los márgenes. Madrid: Cátedra; Universitat de Valencia; Instituto de La Mujer, p. 75-113, 2008.

CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

COLLIN, F. *A mesma e as diferenças.* 1988. Tradução: Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1994.

_____ . Textualidade da libertação: liberdade de texto. In: *Cadernos de Crítica Feminista*, ano IV, n. 3, Recife: SOS Corpo, 2010.

_____ . Textualidade da libertação: liberdade de texto. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano IV, n. 3. Recife: SOS Corpo, 2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. *Plataforma política feminista*. Brasília, 2002.

CONWAY, J. *A problemática do feminismo transnacional:* discutindo o futuro do feminismo no Fórum Social Mundial. Mimeo, 2007. (Texto enviado em 6 de junho de 2007 como sugestão de capítulo para o livro *Transnationalizing Women's Movements*: Solidarities Without Borders, das autoras Pascale Dufour, Dominique Masson e Dominique Caouette). Editora UBC (University of British Columbia), 2007.

CORREA, S. et al. As Aventuras do Movimento Feminista no caminho para o Cairo. *Revista Estudos Feministas*, ANO 2, 1° semestre 1994.

COSTA, A. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. In: COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (Orgs.). *O Feminismo do Brasil*: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. B. A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades. Teoria e práxis feminista na acadêmica: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Estudos Feministas*, Volume especial. Rio de Janeiro: 1994b.

_____ (Orgs.). *O Feminismo do Brasil:* reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, H. *Em busca da Memória*. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, 1º semestre 2002.

CURIEL, O. La crítica postcolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Revista Nómadas*, Teoría decoloniales en América Latina, Nº 26. Bogotá: p. 92-101, 2007a.

_____. Los aportes de las afrodescendentes a la teoría y práctica feminista: Desuniversalizando el sujeto 'Mujeres'. In: *Perfiles del feminismo latinoamericano*, vol. III. Org. María Luisa Femenías. Buenos Aires: Catálogos, 2007b.

CUT - SNMT. *Mulher, participação e poder*. São Paulo: CUT. 2003.

DAVIS, A. *Mulher, Raça e Classe*. Tradução livre. Plataforma Gueto, Portugal: 2013.

DELLA PORTA, D. *O movimento por uma nova globalização*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Los Movimientos Sociales*. Madrid: Editorial Complutense e CIS – Centro de Investigaciones Sociológicas, 2011.

DEVREUX, A. M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano V, n. 4. Recife: SOS Corpo, dez 2011.

DIANI, M. The concept of social movement. *Sociological Review*. Oxford, v. 40, n.1, p. 1-25. 1992.

DIANI, M.; BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3. Brasília: p. 219-250. 2010.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular.* Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS e Relume Dumará, 1995.

DOMINGUES, J. M. *Ensaios de sociologia*: teoria e pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

_____. *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. In: *Análise de Conjuntura OPSA* no. 2. (febrero 2007). Rio de Janeiro: OPSA-IESP-UERJ, 2007. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/iesp-uerj/20121203041718/domingues.pdf

DOWBOR, M. *Arte da institucionalização*: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). Tese (doutorado). São Paulo: USP, 2012.

DURHAM, E. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP* (10), São Paulo, 1984.

FALQUET, J. *De la cama a la calle*: perspectivas teóricas lésbico-feministas. Bogotá: Brecha Lésbica. 2006.

_____. Romper o tabu de heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano VI, n. 5, dez 2012. Recife: SOS Corpo, 2012.

FARIA, N.; NOBRE, M. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da marcha mundial das mulheres no fórum social mundial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003, p. 623 a 632.

FERREIRA, V. et al. *Sistematização de Experiência*: Apitaço Contra a Violência. Recife: SOS CORPO, 2007.

FERREIRA, V. et al. (Orgs). *O patriarcado desvendado* – teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2015.

FERREIRA, V. *Da mulher como objeto às mulheres como sujeito*: uma análise da trajetória do movimento feminista nas lutas por saúde da mulher no Brasil. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Mestrado acadêmico em políticas públicas e sociedade/UFC, 2006.

FERREIRA, V.; TEIXEIRA, A. (Orgs.). *Por mim, por nós e pelas outras*: mulheres resistindo à violência em diferentes contextos. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras, SOS Corpo, Coletivo Leila Diniz, 2010.

FISHER, M. C. B. *Do agente ao educador popular* – Reflexões sobre um trabalho popular. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegr – RS: UFRGS, 1987.

FORTES, A. Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira. In: FORTES, A (org.). *Histó.ria e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FOUGEYROLLAS-SCHHWEBEL, D. Movimentos feministas. In: HIRATA, H. et al. *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D.; LÉPINARD, E.; VARIKAS, E. Introduction. In; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D.; LÉPINARD, É.; VARIKAS, E. (Coords.). *Féminisme(s) Penser la pluralité*, *Cahiers du Genre*, n. 39, Paris: L´Harmattan, 2005.

FREITAS, I.; MORI, N.; FERREIRA, V. *A seguridade social é um direito das mulheres* – vamos à luta! Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010.

FRENTE NACIONAL PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, 2015. Disponível em https://frentelegalizacaoaborto.wordpress.com/. Acesso em: 13 jan. 2017.

GOHN, M. G. *Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Mulheres em movimento, movimento de mulheres. In: GOHN, M. G. *Novas teorias dos movimentos sociais.* São Paulo: Loyola. 2008.

GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. (Orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

_____. Amefricanidade. *Revista Humanidades*, ano V, p. 23-25,1988.

GUILLAUMIN, C. As relações de sexagem e a apropriação das mulheres (as mulheres e os homens como classes sociais) In: CURIEL, O.; FALQUET, J. *El patriarcado al desnudo:* três feministas materialistas. Buenos Aires: Brecha Lésbica, p. 19-56, 2005.

HERMIDA, V. *Usos do corpo na expressão política dos feminismos:* uma perspectiva histórica. Salvador: NEIM/UFBA, 2014, mimeo.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir* – a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. Intelectuais Negras. *Estudos Feministas*, ano 3, 2° SEMESTRE 1995.

_____. *Feminist Theory*: from margin to center. New York: South End Press, 2ª Ed. [1984] 2000.

HOUTART, F.; POLET, F. (Orgs.). *O Outro Davos:* mundialização das resistências e lutas. São Paulo: Cortês, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo*. Brasília 2010.

IPEA. *Marcha das Margaridas:* perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. Relatório de pesquisa. Rio de

Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. Dispinível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/251013_relatorio_marchas_web.pdf. Acesso em: 13. jan. 2017.

JESUS, J. G. et al. *Transfeminisno: teorias e práticas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, 2010.

_____ . La rapport social de sexe. De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: *LES RAPPORTS socieux de sexe*, Actuel Marx. n. 30. Paris: Presses Universitaires de France, Dauxiéme semestre, p. 85 a 100. 2001.

_____. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. CARDON, P.; PFEFFERKORN, R. (Orgs.). *Chemins de l'émancipation et rapports sociaux de sexe*. Paris: La Dispute, 2009.

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS, 2014. Disponível em: https://lblnacional.wordpress.com/. Acesso em: 12 jan. 2017.

LOBO, E. S. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 17, ano 6, 1991.

LUDD, Ned (Org.). *Urgências das Ruas:* Black Block, Reclaim the streets e os dias de Ação Global. São Paulo: Conrad Editorado Brasil, 2002.

MACHADO, L. Z. *Feminismo em Movimento*. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.

MARCHA DAS MARGARIDAS. *Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade* – caderno de texto de estudos e debates. 2015.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2014. Disponível em: https://marchamulheres.wordpress.com/.Acesso em: Acesso em: 12 jan. 2017.

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES. *Marcha Mundial de las Mujeres (1998-2008)* – Uma década de lucha internacional feminista. São Paulo: MMM, 2008.

MATHIEU, N. C. L'*anatomie politique 2* – usage, déréliction et resilience des femmes. Paris: La Dispute, 2014.

MATIAS, M. *A revolta da meia passagem* – a história de greve estudantil de 1979. São Luiz: Estação Produções, 2004.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se tornaram um campo novo de estudos para as ciências. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16 (2): 440, maio-agosto/2008, p. 333 a 357.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Rev. Lua Nova*, n. 17, p. 49-66. São Paulo: jun. 1988.

_____. *Challenging codes:* colective action in the formation age. Cambridge: University Press, 1996.

_____. *A invenção do presente*: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *O jogo do eu* – a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

_____. Movimentos sociais e sociedade complexa (Conferência). In.: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. São Paulo: Núcleo de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social/PUC, p. 11-32, 1997,.

_____. *Por uma sociologia reflexiva*. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. The process of collective identity. In: JOHNSTON, H; KLANDERMANS, B. (eds.) *Social Movements and Culture*. Mineapolis: University of Minnesota, 2000.

MENEGUELLO, R. *PT*: a formação de um partido 1979-1982. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MORAES, M. L. Q. O feminismo no Brasil Contemporâneo. *Coleção Textos da Faculdade de Letras e Ciências Humanas*, Araraquara, 1990.

_____. Feminismo e Política: dos anos 60 aos nossos dias. *Estudos de Gênero. Estudos de Sociologia*, n 32, v 17. São Paulo: Gráfica Unesp, 2012.

MORIN, T. M. *Virtuosas e perigosas*: as mulheres na revolução francesa. 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2013.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2014. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/. Acesso em: 13 jan. 2017.

MUTZENBERG, R. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. Dossiê: Ciências e construção de conhecimento a partir da África. *Sociedade e Estado*. vol. 30, n. 2. Brasília: Mai-Ago. 2015.

_____. A Questão dos Movimentos Sociais na Atualidade. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. T. de S. (Orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. 1 ed., v. 3, p. 405- 440. São Paulo: ANPOCS/BARCAROLLA, 2010.

_____. *Ações coletivas, movimentos sociais:* aderências, conflitos e antagonismo social. Tese (Doutorado), Recife: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

NEVES, M. A. Mudanças tecnológicas e organizacionais e os impactos sobre o trabalho e a qualificação profissional. In: MACHADO, L; NEVES, M; FRIGOTTO, G. (Orgs.). *Trabalho e Educação*. Campinas: Papyrus, 1994.

OLIVEIRA, F. *O elo perdido*. Classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, G. C.; SANT'ANA, W. Chega de saudade, a realidade é que... *Estudos Feministas*, ANO 10, 1º SEMESTRE 2002.

PALUDO, C. (Org.). *Mulheres, resistência e luta em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009.

_____. *Educação Popular em Busca de Alternativas*: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo editorial/Camp, 2001.

PAOLI, M. C. Movimentos sociais no Brasil: em um busca de um estatuto político. In: HELLMANN, M. (Org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*: "sem a gente não tem jeito". São Paulo: Marco Zero, 1995.

PAOLI, M. C. ; SADER, E. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, R. *A aventura antropológica*: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PAREDES, J.; GUZMAN, A. *Que és el feminismo comunitário*: Bases para la despatriarcalizacion. La Paz: Mujeres Creando Comunidade, 2014.

PEDRO, J. M. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. (Orgs.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poder e conflitos (1970-1978). In: *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52. São Paulo: 2006.

PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras*: feminismo tropical em Paris. ArtCultura, v. 9, n. 14, p. 55-69. Uberlândia: jan.-jun. 2007.

PERROT, M. *Os Excluídos da História* – operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora FPA, 2003.

PISCITELLI, A. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu* (11), p. 141-155. Campinas: Unicamp. 1998.

PISCITELLI, A; ALGANTI, l; GOLDANI, A.M. A prática feminista e o conceito de gênero. *Textos didáticos*, nº 48. Campinas-SP: IFC/UNICAMP, 2002.

RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos "anos de chumbo" à era global. *Labrys, estudos feministas*, n. 3. Brasília: UNB. jan.-jul. 2003.

REIS, D. A. (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia 1964-2010.* Madrid, Rio de Janeiro: Fundacion Mapfre, Objetiva, 2014.

REIS, D. A.; SÁ, J. F. (Orgs.). *Imagens da revolução* – Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971. São Paulo: Marco Zero, 1985.

RIBEIRO, M. *Mulheres negras brasileiras*: de Bertioga a Beijing. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-457, 2. sem. 1995.

_____. *Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil* (1986-2010). 1.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

RODRIGUES, A. T. *Diretas já*: o grito preso na garganta. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

RODRIGUEZ, G. (Org.). *Estratégias das Mulheres para a OMC*. In: Seminário Internacional 23 e 24 de junho de 2003- Rio de janeiro – Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2004.

SADER, E. *Quando Novos Personagens entraram em cena:* Experiências, Falas, Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos, 1992.

_____. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

_____. *A mulher na sociedade de classes*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Os novos movimentos sociais. In: LEHER, R.: SETÚBAL, M. (Orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais*: diálogo para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, pp 174-189, 2005a.

_____. *O Fórum Social Mundial*: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005b.

SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu* (16), p. 31-48. Campinas: 2004a.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: *Estudos Feministas*, 12(2), Florianopólis: 2004b.

_____. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil:* o que ficou escondido. XXI Congresso Internacional da LASA Chicago, 24-26 de setembro de 1998. Disponível em: http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Sarti.pdf. Acesso em: 19 nov. 2016.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América latina: caminhos para uma política emancipatória? *Cadernos CRH*, v. 21, n. 54. Salvador: set-dez 2008.

_____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. *Movimentos Sociais e pós-colonialismo na América Latina*. Ciências Sociais Unisinos, vol. 46, n.1, p. 18-27, jan-abr 2010. São Leopoldo: 2010.

_____. *Cidadania sem fronteiras*: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Redes Emancipatórias*: Nas Lutas contra a Exclusão e por Direitos Humanos. 1 ed. Curitiba: Aapris, 2012.

SCHUMAHER, S. O lobby do batom para dar o nosso tom. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano II, n 1, dez 2008. Recife: SOS Corpo, 2008.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, É. V. *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES (SPM) – Presidência da República – *Brasil. Plano Nacional de Políticas para as Mulhere*s. Brasília: 2004.

SILVA, C. S. M.; ANDRADE, P. Fomos capazes de chegar até aqui, somos capazes de andar mais. Entrevista com Lenira Carvalho. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano II, n. 1, dez 2008. Recife: SOS Corpo, 2008.

SILVA, C. S. M. *O campo político dos movimentos sociais*: as fronteiras entre movimento e organização no centro de cultura negra. (Dissertação). São Luís: UFMA, 2001, dissertação.

_____. *Contribuições a uma análise da política de formação do Partido dos Trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação). São Paulo: PUC-SP, 1996, 140 p.

_____. A*MB um jeito de ser e fazer movimento feminista*. Recife, SOS Corpo, 2010a.

_____(Org.). *Experiências em pedagogia feminista*. Recife: SOS Corpo, 2010b.

_____. Pensar o futuro, bem viver o presente. In: *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano V, n. 4, dez 2011. Recife: SOS Corpo. 2011.

SILVA, C. S. M; ALVES, M.; ARANTES, R. *Participação Política das Mulheres*. Recife: SOS Corpo, 2014.

SILVA, C. S. M (Org.). *Cirandas feministas* – experiências que se entrelaçam. Recife: SOS Corpo, 2016.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, P. O processo econômico. In: REIS, D. A. (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia 1964-2010*. Madrid, Rio de Janeiro: Fundación Mapfre, Objetiva, 2014. P 183-232.

SNOW, D. A.; ROCHFORD J.R., E. B.; WORDEN, S. K.; BENFORD, R. D. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 51, N. 4, p. 464-481, Aug., 1986.

SNOW, D.; BENFORD, R. D.; Framing processes and social movements: an overview and assessement. *American Sociological Review*, 26 p. 611-639, 2000...

SNOW, D.; ROCHFORD J. R., E. B.; WORDEN, S. K.; BENFORD, R. D. Frame Alignment Processes, micromobilization and movement participation. *American Sociological Review*, v. 51. N. 4, p. 464-481. 1986.

SOARES, V. Movimento feminista paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, 1994.

SOUTO, A. L. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). *Novas lentes sobre a participação*: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Polis, 2012.

SOUZA-LOBO, E., 1943-1991. *A Classe operária tem dois sexos:* trabalho, dominação e resistência. 2.ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011 [1991].

SUDBURY, J. *Outros tipos de sonhos*: organizações de mulheres negras e políticas de transformação/Julia Sudbury. São Paulo: Summus, 2003.

TARROW, S. Estado y oportunidades: la estructuración política de los movimientos sociales. In.: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Orgs.). *Movimientos sociales*: perspectivas comparadas. Madrid: Ediciones Istmo, 1999 (1996).

_____. *O poder em movimento:* movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes. 2009.

TEIXEIRA, A; OLIVEIRA, G. C. *Violência contra as mulheres.* Uma história contada em décadas de luta. Brasília: CFEMEA, 2010.

TELES, M. A. de A; LEITE, R. S. C. *Da guerrilha à imprensa feminista:* a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios. 2013.

TELES, M. A. de A. *Breve história do feminismo no Brasil.* Coleção tudo é história. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez Ed./Autores Associados. 1986.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Governo Lula, pacto social e ação sindical. In: Elísio Estanque; SILVA, L. M.; VERAS DE OLIVEIRA, R.; FERREIRA, A. C.; COSTA, H. A. (OrgS.). *Relações laborais e sindicalismo em mudança*: Portugal, Brasil e o contexto transnacional. Coimbra: Quarteto, 2004.

_____. Encruzilhada do campo democrático e popular: entre ser movimento social, ser partido e ser governo. In: SCOCUGLIA, A. C.; JEZINE, E. (Orgs.). *Educação popular e movimentos sociais*. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

_____. *Os trabalhadores e o campo democrático e popular: desafios do momento político atual*. Texto para coletânea organizada por Dari Krein (CESIT/ UNICAMP), 2015. No prelo.

VIEIRA, C; CABRAL, G. *Igualdade para ter fundamento tem que garantir orçamento*. Brasília: CFEMEA, 2011.

WALLERSTEIN, I. Que significa hoje ser um movimiento social anti-sistêmico. Observatório Social de America Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

WERNECK, J. De ialodés y feministas, reflexiones sobre el accion de ls mujeres negras em America Latina y El Caribe. In: *Nouvelles Questions Féministes*, vol 24, n.02, Paris: 2005.

WHITAKER, C. *O desafio do Fórum Social Mundial* – um modo de ver. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

A presente publicação foi composta em
caracteres das famílias *Aldine* e *Quicksand* e
impressa pela Provisual Divisão Gráfica para
o SOS Corpo - Instituto Feminista para a
Democracia, em sistema off-set.
Finalizada em 2016.

O processo de sociabilidade política feminista, desenvolvido na AMB, fez com que a identidade política pessoal das mulheres de classes populares adotasse a perspectiva feminista, ou seja, a crítica radical à ordem patriarcal. Isto se expressa na atuação cotidiana nas mobilizações em torno das pautas feministas e na participação organizada neste movimento social. A questão de classe cruza-se com a questão racial, pois muitas integrantes da AMB, interlocutoras desta pesquisa, articulam estas duas dimensões de suas identidades políticas pessoais. Isto demonstra a não fixidez das identidades e a capacidade da categoria *mulheres* de, contingencialmente, articular diferentes identificações políticas pessoais, em torno de lutas comuns e de uma identidade coletiva feminista, desde que não inivisibilize essas identidades.

Brot für die Welt
Pão para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento
União Européia

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-89165-38-9
9 788589 165389